



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XXIII — N.º 32

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 1968

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 12 de março de 1968, às 21 horas e 30 minutos
(TERÇA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Continuação da discussão em turno único, do Projeto de Lei número 7, de 1968 (CN), que dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aduaneiros, altera a redação dos artigos 48 e 53 do Decreto-lei número 37, de novembro de 1966, e dá outras providências tendo parecer, sob número 10, de 1968 (CN), da Comissão Mista, pela inconstitucionalidade.

CALENDÁRIO E SENADORES DESIGNADOS PARA AS COMISSÕES MISTAS REFERENTES A VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS NO PERÍODO DE 19 DE MARÇO A 16 DE ABRIL DE 1968:

DIA 19 DE MARÇO, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. N.º 1438-60 e no S.F. N.º 58-67 — Concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas. — Senadores: Domicílio Gondim — Adolpho Franco — Antonio Balbino.

DIA 21 DE MARÇO, AS 21.30 HORAS

Projeto no (C.N.) 9-67 — Dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras. — Senadores: Fernando Corrêa — Petrônio Portella — Bezerra Neto.

DIA 26 DE MARÇO, AS 21.30 HORAS

Projeto N.º 17-67 (C.N.) — Dispõe sobre os orçamentos plurianuais de investimentos, e dá outras providências. — Senadores: Wilson Gonçalves — Carvalho Pinto — Josaphat Marinho.

DIA 27 DE MARÇO, AS 21.30 HORAS

Projeto N.º 16-67 (C.N.) — Autoriza a instituição da «Fundação Nacional do Índio», e dá outras providências. — Fernando Corrêa — José Guimard — Adalberto Senna.

Projeto N.º 14-67 (C.N.) — Dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz. — Ney Braga — Eurico Rezende — Edmundo Levi.

Projeto N.º 13-67 (C.N.) — Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências. — Filinto Muler — José Feliciano — Adalberto Senna.

DIA 28 DE MARÇO, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. N.º 456-67 e no S.F. N.º 103-67 — Altera dispositivos da Lei n.º 5.173, de 27.10.66, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências. — Senadores: Carlos Lindenberg — Wilson Gonçalves — José Ermírio.

Projeto na C.D. N.º 3.619-66 e no S.F. N.º 51-65 — Altera o art. 79 da Lei n.º 1711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos

Civis da União). — Senadores: Menezes Pimentel — José Leite — Arthur Virgílio.

DIA 2 DE ABRIL, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. N.º 35-67 e no S.F. N.º 125-67 — Inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o art. 171 da Lei n.º 4.328, de 30.4.68, o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Taisfeiros da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha. — Senadores: Paulo Torres — José Guimard — Oscar Passos.

Projeto na C.D. N.º 80-67 e no S.F. N.º 139-67 — Dá nova redação ao parágrafo único do art. 20 da Lei n.º 3.765, de 4 de maio de 1960 que dispõe sobre as pensões militares. — Senadores: Senadores: Mello Braga — Clodomir Millet — Argemiro de Figueiredo.

DIA 3 DE ABRIL, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. N.º 4052-62 e no S.F. N.º 150-65 — Fixa o grau mínimo para aprovação de candidatos ao Serviço Público Federal. — Senadores: Antonio Carlos — José Feliciano — Aurélio Vianna.

Projeto na C.D. N.º 2408-57 e no S.F. N.º 142-64 — Institui o seguro obrigatório contra acidentes com passageiros de veículos rodoviários de transporte coletivo. — Senadores: Celso Ramos — Atilio Fontana — Edmundo Levi.

Projeto na C.D. N.º 455-67 e no S.F. N.º 106-67 — Dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infraestrutura. — Senadores: Carlos Lindenberg — Clodomir Millet — Argemiro de Figueiredo.

DIA 4 DE ABRIL, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. N.º 607-67 e no S.F. N.º 117-67 — Cria 2 (dois) cargos de Juiz Substituto do Trabalho no Quadro da Justiça do Trabalho da 8ª Região, em Belém, Estado do Pará. — Senadores: Carlos Lindenberg — José Guimard — Bezerra Neto.

Projeto na C.D. N.º 112-67 e no S.F. N.º 80-67 — Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais e dá outras providências. — Senadores: Duarte Filho — Fernando Corrêa — Antonio Balbino.

Projeto na C.D. N.º 526-67 e no S.F. N.º 138-67 — Autoriza o Poder Executivo a proceder à alteração da Lei Orçamentária n.º 5.189, de 8.12.66, na parte da dotação pertinente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sem aumento de despesas. — Senadores: Carvalho Pinto — José Leite — Pessoa de Queiroz.

DIA 16 DE ABRIL, AS 21.30 HORAS

Projeto na C.D. N.º 4071-66 e no S.F. N.º 30-66 — Autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil (FINABRA). — Senadores: Mello Braga — Julio Leite — Bezerra Neto.

Projeto na C.D. N.º 3227-65 e no S.F. N.º 60-67 — Estende a entidades de assistência médico-hospitalar o disposto no art. 5º da Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento. — Senadores: Duarte Filho — Carvalho Pinto — Oscar Passos.

Projeto na C.D. N.º 121-67 e no S.F. N.º 135-67 — Concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidam com raios X ou substâncias radioativas, a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade. — Senadores: Duarte Filho — Fernando Corrêa — Adalberto Senna.

Projeto na C.D. N.º 315-67 e no S.F. N.º 1-68 — Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 8 (oito) Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. — Senadores: Lobão da Silveira — Manoel Vilela — Adalberto Senna.

RESOLUÇÃO Nº 56, DE 1963

(Publicada no Diário do Congresso Nacional de 31.1.1963 — Págs. 446 e 447).

REQUERIMENTOS DEFERIDOS

1) Senhor Presidente:

Requeremos a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no artigo 38, e seus parágrafos, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja criada uma Comissão de Inquérito, composta de nove (9) membros, para o prazo de cento e vinte dias, com despesas autorizadas até o limite de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos), fazer um levantamento da atual situação do Hospital dos Servidores do Estado, localizado na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, com base nos seguintes fatos:

1º O Hospital dos Servidores do Estado teria entrado em colapso, a partir de 15 corrente mês, passando a atender apenas a trinta por cento (30%) de seus consulentes, enquanto os demais eram mandados embora sem qualquer explicação ("Jornal do Brasil", edição de 16 de janeiro de 1963);

2º Todos os serviços médicos especiais, de emergência e plantões noturnos foram suspensos como medida de economia para tentar solucionar a maior crise já surgida no HSE, nos seus vinte (20) anos ("Jornal do Brasil", edição de 16 de janeiro de 1963);

3º Os fatos deram origem a uma Assembleia Geral de médicos e enfermeiros que criaram uma comissão para se entender com o Presidente da República, sobre o assunto, passando por cima da Diretoria do HSE e da Presidência do IPASE ("Jornal do Brasil", edição de 16 de janeiro de 1963);

4º O Diretor do HSE revelou, na Assembleia Geral, que entrara em entendimento, inclusive, com um grupo de coronéis, até às 23 horas de 14 do corrente, tentando resolver o caso ("Jornal do Brasil", de 16 de janeiro de 1963);

5º A receita do HSE foi reduzida pelo Ministério do Planejamento, segundo afirmou o Diretor do HSE ("Jornal do Brasil", de 16 de janeiro de 1963);

6º Segundo informações de fonte digna de crédito as despesas do HSE, para o exercício de 1963 estão orçadas em Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros novos), enquanto para cobri-las é de apenas Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros novos).

Sala das Sessões, em janeiro de 1963. — Humberto Lucena. — Júlia Steinbruch. — Sadi Bogoado. — Rózeno de Souza. — Saldanha Derzi. — Lyrio Bertoli. — Carneiro Loyola. — Blas Fortes. — Tourinho Dantas. — Clodoaldo Costa. — Clemens Sampaio. — Lutz Braga. — Raul Brunini. — Aroldo Carvalho. — Cicero Dantas. — Augusto Franco. — Mariano Beck. — Arruda Câmara. — Floriceno Paixão. — Edgard Martins Pereira. — Vodo Hercúlio. — Alceu Carvalho. — Luiz de Paula. — Adalberto Camargo. — João Borges. — Israel Pinheiro Filho. — Erasmo Martins Pedro. — Arnildo Mastrocola. — Dias Menezes. — Alde Sampaio. — Matu Machado. — Afonso Celso. — João Fernandes. — Padre Godinho. — Padre Nobre. — Manoel Novaes. — Neco Novaes. — Nysia Carone. — Maia Neto. — Pedro Marão. — Osmi Régis. — David Lerer. — Mário Maia. — Eualdo Pinto. — Lurtz Sabá. — Theodoro. — Glênio Martins. — Ario Theodoro. — Celestino Filho. — Paulo Campos. — Yukishigue Tamura. — Padre Antonio Vieira. — Pedro Gondim. — Osmar de Aquino. — Ernesto Valente. — Cid Carvalho. — Cunha Bueno. — Matheus Schmidt. — Cha-

EXPEDIENTE DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO I

Endereço nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

gas Rodrigues. — Chaves Amaran-
te. — Aniz Badra. — Emilio Murad.
— Genesio Lins. — Leo Neves. — Ra-
mundo Parente. — Nosser Almeida.
— Magalhães Melo. — Pereira Lopes.
— Henrique Henkin. — Nader Rosselli.
— Aldo Fagundes. — Sinval Boaven-
tura. — Medeiros Neto. — Figueiredo
Correia. — Anapolino Faria. — Flores
Soares. — Jairo Brun. — Amaral Fur-
lan. — José Saly. — Adlyio Vianna.
— Themistocles Teixeira. — Jorge
Said-Cury. — Jandulhy Carneiro.
— Armando Corrêa. — Petrólio Figuei-
redo. — Janary Nunes. — Dali Al-
meida. — Altair Lima. — Emilio
Gomes. — Feu Rosa. — José Man-
delli. — Paulo Freire. — Inar Sal-
danha. — Antonio Bresolin. — Pedro
Faria. — João Roma. — Carlos Al-
berto. — Israel Novaes. — Gastone
Righi. — Hélio Navarro. — Albino
Zeni. — Romano Massignan. — Wil-
mar Guimarães. — Armando Carnei-
ro. — Celso Passos. — Jamil Amiden.
— Alvaro Lins. — Rockefeller de Li-
ma. — José Lindoso. — Amaral de
Souza. — Milton Brandão. — Paulo
Macarini. — Norberto Schmidt. —
Alberto Costa. — Monsenhor Vieira.
— Osmar Cunha. — Luna Freire. —
Theodilo Albuquerque. — Oswaldo
Lima Filho. — Levy Tavares. — Lis-
boa Machado. — Jonas Carlos. —
Raymundo Diniz. — Martins Rodri-
gues. — João Menezes. — Nelson Car-
neiro. — Mário Piza. — Amaral Pei-
xoto. — Edgard Pereira. — Francis-
co Amaral. — José Maria Ribeiro. —
Unirio Machado. — Vital do Rêgo. —
Walter Passos. — Cardoso Alves. —
Regis Pacheco. — Aluísio Bezerra.
— Adhemar de Barros Filho. — Dorival
de Abreu. — Zatre Nunes.

RESOLUÇÃO Nº 57, DE 1968

(Publicada no Diário do Congresso Nacional de 6-2-1968, páginas nºs 570 e 571).

REQUERIMENTOS DEFERIDOS

1) Sr. Presidente:

Requeremos a V. Ex.ª de acordo com o disposto no art. 18 e seus parágrafos, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja criada uma Comissão de Inquérito, composta de nove (9) membros, para o prazo de cento e vinte (120) dias, com despesa autorizada até o limite de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), fazer o levantamento da situação econômica e social dos proprietários e moradores da bacia hidráulica do açude Orós, no Ceará, e, bem assim, dos demais açudes construídos pelo Governo no Nordeste para apurar responsabilidades e remediar os desajustamentos criados pela omissão dos poderes constituidos no que tange às indenizações das terras e benfeitorias.

Todos os açudes construídos no Nordeste foram planejados com a finalidade de minorar o sofrimento das populações ali gediadas, mas o que ocorreu e precisa ser comprova-

do através desta Comissão de In-
quérito é que os referidos açudes fu-
giram à sua finalidade promocional
e se transformaram em causa pro-
xima e determinantes de empobre-
cimento porque as populações expul-
sas pelas águas não foram indeniza-
das e nem devidamente orientadas
para serem alojadas ou aproveitadas
em colônias ou outras propriedades.

Quantas vezes se planejava um
açude, o Governo com o fim de tran-
quilizar e conquistar a simpatia dos
proprietários e moradores das terras
que iam ser cobertas pelas águas,
assegurava solene e publicamente in-
denização das terras e das benfei-
torias, através do DNOCs que se en-
carregava do levantamento das mes-
mas propriedades. Construído o açu-
de e chegadas as águas, o Governo
desaparecia e os proprietários para
sua remoção não contava muitas ve-
zes nem sequer com ajuda ou coope-
ração do Governo.

Existe hoje uma população margi-
nalizada no Nordeste. Existe hoje
uma população traumatizada no
Nordeste, constituída exatamente de
gente rica hoje transformada em
gente pobre. Proprietários em gente
alugada. E a tudo isto o Governo se
mostra indiferente e omissivo. Fala-se
atualmente no aproveitamento das
águas e dos terrenos a jusante e a
montante dos referidos açudes com
eletrificação rural, irrigação e orga-
nização de colônias agrícolas, quan-
do se poderia alojar aí de preferên-
cia as famílias prejudicadas.

Tudo isto poderia ser orientado
através do Inquérito realizado por
essa douta e especializada Comissão
de Inquérito que ora requeremos a
esta Casa.

Sala das Sessões da Câmara dos
Deputados, 25 de janeiro de 1968.
— Padre Antonio Vieira. — Paes de An-
drade. — Humberto Lucena. — Gil-
berto Azevedo. — Oswaldo Lima Fi-
lho. — Hermanno Alves. — Leo Neves.
— Renato Archer. — Figueiredo Cor-
reia. — Márcio Moreira Alves. — Li-
gia Doulet de Andrade. — Aurélio
Chaves. — Bernardo Cabral. — Vicen-
te Augusto. — Albino Zeni. — Aloyso
Nonô. — José Richa. — Doin Vieira.
— Medeiros Neto. — Wilson Falcão.
— José Maria Magalhães. — João
Borges. — Chagas Rodrigues. — Clo-
doaldo Costa. — Lutz Freire. — The-
odilo Albuquerque. — Raul Brunini.
— Henrique Henkin. — Flores Soares.
— Israel Novaes. — Nelson Carneiro.
— Mário Piza. — Pedro Gondim. — Mon-
senhor Vieira. — Erasmo Martins Pe-
dro. — José Carlos Teixeira. — Ray-
mundo Diniz. — Adolpho de Oliveira.
— Moury Fernandes. — Joel Ferrei-
ra. — Pedro Faria. — Genesio Lins.
— Janary Nunes. — Aroldo Carvalho.
— Júlia Steinbruch. — Blas Fortes.
— Gilberto Almeida. — Amaral Peixoto.
— José Mandelli. — Djalma Mafinho.
— Sepismundo Andrade. — João Fer-
nandes. — Celestino Filho. — Carlos
Alberto. — Lisboa Machado. — Fer-
nando Gama. — Themistocles Teizei-
ra. — Mário Filho. — Alexandre Cos-
ta. — Ernesto Valente. — Paulo Ma-
carini. — Petrólio Figueiredo. — Yu-

kishigue Tamura. — Osmar de Aquino. — Pereira Lúcio. — Ruben Medi-
na. — Oceano Carieial. — Nadir Ros-
setti. — Djalma Falcão. — Teotônio
Neto. — João Menezes. — Elias Car-
mo. — Abrahão Sabá. — Edyl Fer-
raz. — Lurtz Sabá. — Cardoso da
Almeida. — Arruda Câmara. — Sal-
danha Derzi. — Paulo Maciel. — Jo-
sias Leite. — Sadi Bogoado. — Glênio
Martins. — Francelino Pereira.

Norberto Schmidt. — Weimar Tor-
res. — Parente Frota. — Heráclio Rê-
go. — Moacyr Silvestre. — Tales Ra-
malho. — Milton Brandão. — Gusta-
to Capanema. — Celso Passos. — Leão
Sampaio. — Delmíro d'Oliveira. —
Dirceu Cardoso. — Feu Rosa. — João
Calmon. — Ossian Araripe. — Hum-
berto Bezerra. — Manoel Novaes. —
Neco Novaes. — Hanequim Dantas. —
Nonato Marques. — Jandulhy Carnei-
ro. — Pires Sabola. — Vital do Rêgo.
— João Roma. — Geraldo Guedes. —
Cid Carvalho. — Clóvis Pestana. —
Floriceno Paixão. — Pedroso Horla.
— Maurício Goulart. — Régis Pacheco.
— Mário Maia. — Edgard Mar-
tins Pereira. — David Lerer. — Ju-
mil Amiden. — Antônio Neves. —
Dail Almeida. — Antônio Ueno. —
Carneiro Loyola. — Cid Sampaio.
— Nunes Leal. — Rózeno de Souza.

Joelle Vargas. — Nysia Carone. —
Maria Lúcia Araújo. — Josias Gomes.
— João Hercúlio. — Alípio Carva-
lho. — Paulo Freire. — Sussumu Hi-
rata. — Lopo Coelho. — Armando
Correia. — Haroldo Veloso. — Pedro
Vidgal. — Hélio Navarro. — Hermes
Macedo. — Franco Montoro.

RELAÇÃO DE ORADORES

Grande Expediente

Edyl Ferraz
Doin Vieira
Celestino Filho
Dinar Mendes
Euclides Triches
José Maria Ribeiro
Floriceno Paixão
Aldo Fagundes
Raul Brunini
Benedito Ferreira
Manoel d. Almeida
Janary Nunes
Aniz Badra
Hermanno Alves
Glênio Martins
Nunes Leal
Anapolino de Faria
Osmar de Aquino
Joachim Cordeiro
Hamilton Magalhães
Chagas Rodrigues
Themistocles Teixeira
Marçal do Lago
Henrique Henkin
Matheus Schmidt
Antônio Magalhães
Djalma Falcão
Mário Gurgel
Francelino Pereira
Sinval Boaventura
Vital do Rêgo
Paulo Macarini
Lisboa Machado
Adlyio Vianna
Dias Menezes
Aurino Valoz
Milton Brandão
Reynaldo Sant'Anna
João Menezes
Cunha Bueno
Yukishigue Tamura
Alberto Costa
Getúlio Moura
Cardoso de Almeida
Amaral Netto
Padre Antônio Vieira
Paulo Freire
Unirio Machado
Clodoaldo Costa
Cido Marques
Pedro Faria

ORDEM DO DIA MARCADA PELO SENHOR PRESIDENTE PARA A SESSÃO DE SEXTA- FEIRA, DIA 8 DE MARÇO DE 1968

EM PRIORIDADE

Votação

Projeto nº 967-A, de 1968
Projeto nº 972-A, de 1968
Projeto nº 973-A, de 1968
Projeto nº 975-A, de 1968
Projeto nº 1.001-A, de 1968

Discussão

Projeto nº 3.401-A, de 1966
Projeto nº 3.651-B, de 1966
Projeto nº 4.462-E, de 1962

Projeto de Resolução nº 37-A, de 1967
Projeto nº 286-A, de 1967
Projeto nº 2.978-A, de 1962
Projeto nº 439-A, de 1967
Projeto nº 498-A, de 1967
Projeto nº 359-A, de 1967
Projeto nº 605-A, de 1963
Projeto nº 693-A, de 1967

AVISOS

Para recebimento de emenda
Na Comissão Especial
Projeto nº 3.771, de 1967

Em Plenário

Projeto nº 1.020, de 1968
Projeto nº 1.081, de 1968
Projeto nº 1.082, de 1968
Calendário dos Projetos em Trami-
tação no Congresso Nacional

SUMÁRIO

1 - 4ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA EM 7 DE MARÇO DE 1968

(EXTRAORDINÁRIA MATUTINA)

- I - Abertura da Sessão
- II - Leitura e assinatura da ata da sessão anterior
- III - Leitura do Expediente

PROJETOS APRESENTADOS

Nº 1.060, DE 1968 (Do Senhor Francisco Amaral) que acrescenta parágrafo ao artigo 74, do Código Penal. (A Comissão de Constituição e Justiça)
Nº 1.036, de 1963 (Do Senhor Raimundo Parente) que modifica a redação do artigo 12 da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964, que institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo. (As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público e de Finanças)

Nº 1.057, de 1968 (Do Senhor Armando Corrêa) que retifica a Lei número 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1968. (A Comissão de Orçamento)
Nº 1.068, de 1968 (Do Senhor Rozendo de Souza) que estende os benefícios de que trata a Lei número 1.124, de 14 de junho de 1950, que faculta representação perante as autoridades administrativas e a justiça ordinária aos associados de classes que especifica e dá outras providências. (As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social)

Nº 1.075, de 1968 (Do Senhor Getúlio Moura) que dispõe sobre a condenação dos empregadores ao pagamento de honorários advocatícios, na Justiça do Trabalho. (A Comissão de Constituição e Justiça)

Nº 1.076, de 1968 (Do Senhor Alberto Hoffmann) que isenta do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, um plano de cauda dozo R. Pró-Arte, Sociedade de Artes, Letras e Ciências - Sucursal de Porto Alegre, pelo Instituto Goethe, com sede em sede em Munique - Alemanha. (As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças)

Nº 1.077, de 1968 (Do Senhor Aurino Valois) que extingue o exame vestibular para ingresso nas escolas superiores e dá outras providências. - (As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura)

Nº 1.079, de 1968 (Do Senhor Atílio Martins Vianna) que altera o § 3º do artigo 5º da Lei número 3.907, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. (As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social)

Nº 1.084, de 1968 (Do Senhor Levy Tavares) que altera dispositivos da Lei número 4.260, de 6 de novembro de 1963 (que dispõe sobre a extinção de órgão ou tecido de pessoa falecida). (As Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde)

Nº 1.085, de 1968 (Do Senhor Francisco Amaral) que altera dispositivos do Decreto-lei número 68, de 21 de novembro de 1966 (Altera dispositivos da Lei número 3.907, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências. - Lei Orgânica da Previdência Social). (As Comissões de Constituição e Justiça, Legislação Social e de Finanças)

Nº 1.086, de 1968 (Do Senhor Getúlio Moura) que proíbe aos locadores cobrança de tributos e encargos, nas locações residenciais. (As Comissões de Constituição e Justiça e de Economia)

Nº 1.087, de 1968 (Do Senhor Monsenhor Vieira) que anistia as pequenas Prefeituras, as entidades pias e as educativas, das taxas de previdência Social, devidas e não cobradas de 1963 a 1967, isentando-as de 1968 em diante, e dá outras providências. (As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças)

IV - ORDEM DO DIA

LURTZ SABIA - Vagas em ginásios estaduais de São Paulo
DASO COIMBRA - Desaparecimento do Tenente Joaquim, em Itaracambi

ANTONIO MAGALHÃES - Ginásio Estadual de Uruguai, Goiás
PAULO ABREU - Problema salarial
ERNESTO VALENTE - Inscrição de estudante de Direito como solicitante acadêmico

SINVAL BOAVENTURA - Asfaltamento de estradas em Minas Gerais
CLETO MARQUES - Conspirações do DCT

ADHEMAR GHISI - Aposentadoria do trabalhador rural
TEOFILO PIRES - Substituição do DNOCS pela SUVALE em regiões mineiras

ANAPOLINO DE FARIA - Excedentes de Medicina em 1968
FRANCELINO PEREIRA - Enchentes na região norte e nordeste de Minas Gerais

ERASMO MARTINS PEDRO - Aniversário de função da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro

NOSSER DE ALMEIDA - Importação de aviões pela Paraense Transportes Aéreos S.A.

GARCIA JETO - Reivindicações do município de Corumbá, Mato Grosso

ALÍPIO CARVALHO - Censura ao teatro e cinema

CELESTINO FILHO - Superintendência do Desenvolvimento Centro-Oeste Brasileiro; verbas federais destinadas a Goiás

PARENTE FROTA - Falecimento de duas ilustres damas da sociedade capixaba

JUSTINO PEREIRA - Congresso dos Trabalhadores em Agricultura no Estado do Paraná; assistência médica previdenciária em Goiás

CUNHA BUENO - Atividades da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica; cremação de cadáveres

SOUSA SANTOS - Nomeação do engenheiro Benjamin Mario Batista para a Presidência da Comissão do Plano do Carvão Nacional

FEU ROSA - Dívida de Mannesmann para com seus credores

PAULO MACARINI - Estágio em Santa Catarina

AMÉRICO DE SOUZA - Enquadramento de funcionários do Maranhão

MEDEIROS NETO - Alfabetização

JOSE MARIA RIBEIRO - Intervenção federal no Estado do Rio

ADYLIO VIANNA - Servidores do Ministério da Agricultura

RENATO CELIDONIO - Antecipação do esquema cateiro; café solavel

PEDRO FARIA - Congratulações ao novo Secretário de Turismo da Guanabara

ANACLETO CAMPANELLA - Unificação das Telefônicas do País

VITAL DO REGO - Dispensa de servidores do Ministério da Agricultura

JOÃO MENEZES - Desastres na aviação civil

SADI BOGADO - Nova diretoria no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar de Campos, Estado do Rio

DIREU CARLOS - Inauguração do Seminário da Ordem Camboiana, em São Gabriel, Espírito Santo

RAUL BRUNINI - Ensino primário em Brasília

RUYDALMEIDA BARBOSA - Servidores do extinto SAMDU

ISRAEL PINHEIRO FILHO - Enchentes na região norte-mineira

GETULIO MOURA - Pacificação política

DOIN VIEIRA - Supressão de ramais ferroviários em Santa Catarina

RAIMUNDO DINIZ - Dispensa de servidores do Ministério da Agricultura

MILTON BRANDAO - Pôrto de Luiz Correia, Piauí

MARIO TAMEORINDEGUY - Aniversário de fundação do Corpo de Fuzileiros Navais

PADRE NOBRE - Professorado primário de Minas Gerais

NEY FERREIRA - Rádio Excessor da Bahia

HERMES MACEDO - Município de Assai, Paraná; BR-116, Curitiba - São Paulo

JAO ALVES - Circular do Presidente do INPS

MARCOS KENTZMANN - Compressão sobre a representação popular

DJALMA FAIÇÃO - Excedentes universitários em Alagoas; administração do Estado

ARRUDA CAMARA - Exportação clandestina de partes de cadáveres em Pernambuco

TEOFILO PIRES - Situação calamitosa na região norte e nordeste de Minas Gerais

V - DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA

VI - ENCERRAMENTO

1 - 5ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA EM 7 DE MARÇO DE 1968

- I - Abertura da Sessão
- II - Leitura e assinatura da ata da Sessão anterior
- III - Leitura do Expediente

COMUNICAÇÃO

Do Senhor Milton Cabral comunicando que está impossibilitado de assumir o mandato na qualidade de primeiro suplente da ARENA

REQUERIMENTO

Do Senhor Teotônio Neto solicitando licença para tratamento de saúde

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

CARVALHO LEAL - Transladação dos despojos da Princesa Isabel para Petrópolis

PAULO ABREU - Reforma do Ministério

SINVAL BOAVENTURA - Pecuária nacional

CLETO MARQUES - Falecimento de Dona Vissia de Carvalho Moreira, em Alagoas

CUNHA BUENO - Inoperância de setores administrativos

PEDRO FARIA - Elogio a edição especial de "Manchete"

GRIMALDI RIBEIRO - Transferência de encargos do Departamento Nacional de Obras e Saneamento

TEOFILO PIRES - Aniversário do "Estado de Minas"; jubileu de prata do Professor Hilton Rocha no magistério superior

HERMES MACEDO - Exposições agropecuárias no Paraná; venda de ingressos para arquibancadas na Guanabara, durante o carnaval

TEMIOTOCLES TEIXEIRA - Conclusão da BR-230, no Maranhão

ERASMO MARTINS PEDRO - Nomeação de Levy Neves para a Secretaria de Turismo da Guanabara

JUSTINO PEREIRA - Plano Nacional de Saúde

ADHEMAR GHISI - Tentativa de pacificação política do Ministro das Relações Exteriores

ALÍPIO CARVALHO - Debate com o Ministro dos Transportes sobre problemas da Pasta

FEU ROSA - Salário-mínimo

EWALDO PINTO - Visita ao Congresso brasileiro do Senhor Heitor Santifana, Presidente da Agrupación Nacional de Empleados Fiscales del Chile

MARIO TAMBORINDEGUY - Importação de reprodutores

GARCIA NETO — Homenagem postuma ao Doutor Eurycles Motta, ex-Consultor-Geral do Estado de Mato Grosso.
 SOUZA SANTOS — Homenagem postuma ao escritor Nazir Zeitun.
 CLODOALDO COSTA — Transformação do DCT em autarquia no-nominação de concursados.
 RAUL BRUNINI — Salário-mínimo.
 GETULIO MOURA — Execução de três africanos na Rodésia.
 JOSE SALLY — Atraso de pagamento a aposentados do Lorde e da Companhia Nacional de Navegação Costeira.
 ANIZ BADRA — SUNAB.
 V — GRANDE EXPEDIENTE
 MARIO GURGEL — Problemas econômicos do Espírito Santo.
 VITAL DO REGO — Centenário de nascimento de Maximiano de Figueiredo.

VI — ORDEM DO DIA

ISRAEL PINHEIRO FILHO, — Apresentação do projeto de lei.
 TEMISTOCLES TELXEIRA, NAZIR MIGUEL, MILVERNES LIMA, DIAS MENEZES, OSEAS CARDOSO, DAYL DE ALMEIDA, e ARNALDO NOGUEIRA — Apresentação de requerimentos de informações.
 UNIRIO MACHADO — Comunicação — Problemática política brasileira.
 JOAO HERCULINO — Comunicação — Tragédia que vitimou a família Chafir Ferreira.
 AMERICO DE SOUZA — Comunicação — Tarso Dutra, Presidente do Conselho Interamericano Cultural.
 GETULIO MOURA — Comunicação — Censura teatral.
 TEOPILLO PIRES — Questão de ordem sobre condição de suplentes de deputados.
 RAUL BRUNINI — Questão de ordem sobre Comissão da Rádio do Congresso.
 RUBEM NOGUEIRA — Questão de ordem sobre publicações da Imprensa Nacional.
 GERALDO FREIRE — Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo 67-1968.
 JOAO HERCULINO — Discussão única do Projeto 956-A, de 1968.
 DOIN VIZIRA — Discussão única do Projeto 966-A de 1968.
 JOAO HERCULINO — Discussão única do Projeto 968-A, de 1968.
 GERALDO GUEDES — Questões de ordem sobre adiamento da votação.
 SADI BOGADO — Discussão do Projeto número 977-A de 1968.
 JOAO HERCULINO E GERALDO GUEDES — Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto 975-A, de 1968.
 RAUL BRUNINI — Discussão única do Projeto 975-A, de 1968.

VII — EXPLICAÇÃO PESSOAL

CARDOSO DE ALMEIDA — Barragem do Rio Pardo.
 MARCIAL DO LAGO — Falecimento de José de Rezende Palva.
 ISRAEL NOVAES — Mercado do mentol.
 ADHEMAR GHISI — Empréstimos às Prefeituras; obras rodoviárias.
 MILVERNES LIMA — Eletrificação rural em Pernambuco.

VIII — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA

IX — ENCERRAMENTO

- 2 — MESA (Relação dos membros)
- 3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)
- 4 — COMISSÕES (Relação dos membros das Comissões Permanentes, Especiais, Mistas e de Inquérito)

4ª SESSÃO EM 7 DE MARÇO DE 1968

(Extraordinária matutina)

PRESIDÊNCIA DOS SRS. ACCIOLY FILHO, 1º VICE-PRESIDENTE, PARENTE FROTA, SUPLENTE DE SECRETÁRIO

I — AS 9 HORAS COMPARECEM OS SENHORES

José Bonifácio
 Accioly Filho
 Matheus Schmidt
 Henrique de La Rocque
 Milton Reis
 Aroldo Carvalho
 Ary Alcântara
 Mário Maia
 Parente Frota
 Dasso Coimbra

Acre:

Joaquim Macêdo — ARENA (SE)

Amazonas:

Carvalho Leal — ARENA
 Joel Ferreira — MDB

Maranhão:

Temistocles Telxeira — ARENA

Ceará:

Edilson Melo Távora — ARENA
 Jonas Carlos — ARENA
 Martins Rodrigues — MDB

Paraíba:

Monsenhor Vieira — ARENA

Sergipe:

Raimundo Diniz — ARENA

Bahia:

Ruy Santos — ARENA
 Vasco Filho — ARENA

Espírito Santo

Feu Rosa — ARENA
 Raymundo de Andrade — ARENA

Rio de Janeiro:

Dayl de Almeida — ARENA
 José-Maria Ribeiro — MDB
 Raymundo Padilha — ARENA

Guanabara:

Cardoso de Menezes — ARENA
 Erasmo Martins-Pedro — MDB
 Raul Brunini — MDB

Minas Gerais:

Francilino Pereira — ARENA
 Geraldo Freire — ARENA
 Gilberto Almeida — ARENA
 Mata Machado — MDB
 Sinval Boaventura — ARENA
 Teófilo Pires — ARENA (SE)

São Paulo:

Aniz Badra — ARENA
 Cantídio Sampaio — ARENA
 Cardoso de Almeida — ARENA (SE)
 Cunha Bueno — ARENA
 Ewaldo Pinto — MDB
 Lurtz Sabiá — MDB
 Paulo Abreu — ARENA

Goiás:

Celestino Filho — MDB

Mato Grosso:

Garcia Neto — ARENA

Paraná:

Alípio Carvalho — ARENA
 Justino Pereira — ARENA
 Minoru Miyamoto — ARENA

Santa Catarina:

Osmar Dutra — ARENA
 Paulo Macarini — MDB

Rio Grande do Sul:

Lauro Lellão — ARENA

Rondônia:

Nunes Leal — ARENA

Roraima:

Atlas Cantanhede — ARENA

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 52 Srs. Deputados. Está aberta a sessão. Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá a leitura da ata da sessão anterior.

II — O SR. LURTZ SABIÁ:

Servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à leitura do expediente.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE: 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III — EXPEDIENTE

PROJETOS APRESENTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.060, de 1968

Acrescenta parágrafo ao art. 74, do Código Penal.

(DO SR. FRANCISCO AMARAL)

(As Comissões de Constituição e Justiça).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 74, do Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar em um parágrafo com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Em caso de crime contra o patrimônio não será concedida suspensão condicional da pena enquanto o sentenciado não reparar, integralmente, o dano, ou celebrar transação com o lesado oferecendo-lhe caução na forma do art. 690, do Código de Processo Civil; sempre que o sentenciado for insolvente, do produto de seu trabalho na prisão ou em liberdade, 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao ressarcimento do dano patrimonial, até o integral pagamento com os acréscimos de juros legais".

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1968. — Francisco Amaral.

Justificativa

Eleva-se cada vez mais o número de atentados ao patrimônio alheio. A Polícia mostra-se impotente para conter a onda de roubos e assaltos que se sucedem. Constantes, também, são os desfalques, apropriações indébitas, furtos, etc.

A irresponsabilidade é cada vez maior.

Raros são os que chegam às barras da Justiça. Dêles, por falta de provas, mais raros ainda são os que chegam a ser condenados. Finalmente,

pouquíssimos cumprem as penas que lhe são impostas. São beneficiados por "sursis", livramento condicional ou indulto.

Apenas para o livramento condicional a lei exige a prévia reparação do dano civil (art. 60, nº III, do Código Penal), mas assim mesmo se o sentenciado não for insolvente.

Pondo um freio a essa onda de criminalidade contra o patrimônio alheio, dando maior responsabilidade aos homens que são tentados à prática desses delitos, é preciso que a lei estabeleça condições mais severas, principalmente quando constatado o crime, isto é quando o delinquente é condenado.

O projeto visa estabelecer que também a suspensão condicional da pena, fica sujeita à prévia reparação do dano causado, nos crimes contra o patrimônio. Admite, também, a transação e a caução judicial, como meios de permitir a obtenção, pelo condenado da suspensão condicional da pena.

Nunha segunda parte, o mesmo parágrafo único proposto para o artigo 74, do Código Penal, estabelece que sempre que o sentenciado for insolvente, estará obrigado a ressarcir o dano patrimonial acrescido de juros legais, com 25% (vinte e cinco por cento) do produto de seu trabalho, que este seja realizado na prisão, quer em liberdade.

Trata-se de medida rigorosa, que não priva o trabalhador de uma quarta parte de seu salário. Mas não há outro modo de se assegurar a efetividade da justiça, num caso tal, pois também a vítima, muitas vezes pessoas pobres, vivendo de seu trabalho, sofre sérias consequências dos danos patrimoniais que lhes causam.

Estamos certos de que este projeto merecerá a aprovação dos Srs. Deputados, mais tarde, do Senado Federal, pois representa uma modesta contribuição no propósito de tornar mais responsável o homem comum, menos tentado ao crime contra o patrimônio, e, ao mesmo tempo, assegurar às suas vítimas uma justa reparação, embora nem sempre tempestiva.

LEGISLAÇÃO CITADA. ANEXADA PELA SEÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

CÓDIGO PENAL

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

PARTE GERAL

Título V

CAPÍTULO IV

Do Livramento Condicional

Art. 60. O juiz pode conceder livramento condicional ao condenado à pena de reclusão ou de detenção superior a três anos, desde que:

I — Cumprida mais de metade da pena, se o criminoso é primário, e mais de três quartos, se reincidente;

II — Verificada a ausência ou a cessação da periculosidade, e provados bom comportamento durante a vida carcerária e aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto;

III — Satisfeitas as obrigações civis resultantes do crime, salvo quando provada a insolvência do condenado.

Parágrafo único. As penas que correspondem a crimes autônomos podem somar-se, para o efeito do livramento, quando qualquer delas é superior a três anos.

CAPÍTULO VI

Dos efeitos da condenação

Art. 74. São efeitos da condenação: I — tornar certa a obrigação de indenizar o dano resultante do crime;

II — A perda, em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé:

a) dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constituam fato ilícito;

b) do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constituia proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
DECRETO-LEI Nº 1.608, DE 18 DE SETEMBRO DE 1939

LIVRO V

Dos Processos Acessórios

TÍTULO III

Da Caução

Art. 690. A caução necessária em causa pendente será prestada por meio de hipoteca, penhor, depósito ou fiança.

PROJETO

Nº 1.066, de 1968

Modifica a redação do art. 12 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, que institui novos valores de vencimento para os servidores públicos civis do Poder Executivo.

(DO SR. RAIMUNDO PARENTE)

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público e de Finanças).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 12. Considera-se regime de tempo integral o exercício da atividade funcional sob dedicação exclusiva, ficando o funcionário proibido de exercer cumulativamente outro cargo, função ou atividade particular de caráter empregatício, profissional ou público de qualquer natureza.

§ 1º Não se compreende na proibição deste artigo:

I — O exercício em órgão de deliberação coletiva, desde que relacionado com o cargo exercido em tempo integral;

II — As atividades que, sem caráter de emprego, se destinam à difusão e aplicação de idéias e conhecimentos, excluídas as que impossibilitam ou prejudiquem a execução das tarefas inerentes ao regime de tempo integral;

III — A prestação de assistência não remunerada a outros serviços, visando à aplicação de conhecimentos técnicos ou científicos, quando solicitada através da repartição a que pertence o funcionário;

IV — O magistério em estabelecimento oficial de ensino secundário ou superior desde que as atividades da cadeia não ultrapassem os limites de um dos turnos em que se divide a jornada de trabalho do servidor sujeito ao regime de tempo integral.

§ 2º O funcionário que exercer função de magistério, nos termos do item IV do parágrafo anterior, perceberá apenas a remuneração fixada para o cargo em que foi colocado sob regime de tempo integral.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões — fevereiro de 1968. — Raimundo Parente.

Justificativa

Como é público e notório, o Governo Federal enfrentou em época recente, grave problema decorrente da escassez de mão de obra quantitativa e qualitativamente necessária à ex-

ecução dos múltiplos encargos que pesam sobre a Administração.

Dada a pobreza no nosso mercado de trabalho e as rígidas normas de administração de pessoal adotadas pelos órgãos oficiais, especialmente no que tange à fixação de vencimentos, os melhores técnicos do serviço público começaram a emigrar em massa para o setor privado, atraídos por remunerações mais justas e compensadoras.

Visando a solucionar o problema ou pelo menos reduzir as proporções do verdadeiro esvaziamento que se verificava nos quadros administrativos, o Governo houve por bem propor a instituição do regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Tal providência contribuiu, certamente, para reter, no serviço público, o pessoal integrante de grupos ocupacionais de nível superior. Criou, entretanto, para o próprio Governo, um sério problema, pois muitos estabelecimentos de ensino secundário e superior viram-se privados do concurso de elementos do mais alto nível cultural, uma vez que o sistema, como é sabido, veda o exercício de funções diferentes daquelas em que o servidor foi colocado em regime de tempo integral.

Urge, pois, a adoção de medidas capazes de contornar as dificuldades com que se defrontam numerosos estabelecimentos de ensino, cujos corpos docentes sofreram consideráveis desfalhas, em virtude de os respectivos membros, servidores públicos que eram, terem sido postos sob regime de tempo integral e dedicação exclusiva, ficando, assim, proibidos de exercer suas funções no magistério ex vi do disposto no Parágrafo único do art. 12 da Lei 4.345-64.

O presente projeto procura solucionar o impasse de forma que sejam atendidos e conciliados os interesses do ensino e da administração, não acarretando, outrossim, qualquer aumento de despesa.

A permissão para que o funcionário em regime de tempo integral leccione em escolas secundárias e superiores, nos termos em que está concebida, está em perfeita harmonia com os propósitos que levaram o Governo a conceder tal vantagem. Não procuramos, por outro lado, introduzir qualquer inovação, mas tão somente estender ao pessoal administrativo de nível superior, a faculdade já concedida aos funcionários policiais, pelo § 2º do art. 23 da Lei 4.878-65.

Sala das Sessões — Raimundo Parente.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SEÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 4.345, DE 26 DE JUNHO DE 1964

Institui novos valores de vencimentos para os servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências e regulamentos.

Art. 12. Considera-se regime de tempo integral o exercício da atividade funcional sob dedicação exclusiva, ficando o funcionário proibido de exercer cumulativamente outro cargo, função ou atividade particular de caráter empregatício, profissional ou pública de qualquer natureza.

Parágrafo único. Não se compreendem na proibição deste artigo:

I — O exercício em órgão de deliberação coletiva, desde que relacionado com o cargo exercido em tempo integral;

II — As atividades que, sem caráter de emprego, se destinam à difusão e aplicação de idéias e conhecimentos, excluídas as que impossibilitam ou prejudiquem a execução das tarefas inerentes ao regime de tempo integral;

III — A prestação de assistência não-remunerada a outros serviços, vi-

sando à aplicação de conhecimentos técnicos ou científicos, quando solicitada através da repartição a que pertence o funcionário.

LEI Nº 4.878, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1965

Dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 23. A gratificação de função policial é devida ao policial pelo regime de dedicação integral que o incompatibiliza com o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada, bem como pelos riscos dela decorrentes.

§ 2º Ressalvado o magistério na Academia Nacional de Polícia, o exercício da profissão de jornalista, para os ocupantes de cargos das séries de classes de Censor e Censor Federal, e a prática profissional em estabelecimento hospitalar, para os ocupantes de cargos da série de classes de Médico Legista, ao funcionário policial é vedado exercer outra atividade, qualquer que seja a forma de admissão, remunerada ou não, em entidade pública ou empresa privada.

PROJETO

Nº 1.067, de 1968

Retifica a Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1968.

(DO SR. ARMANDO CORREIA)

(A Comissão de Orçamento).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É feita, na Lei nº 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que “estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1968” ao Subanexo do Ministério da Justiça, Adendo “A”, sem qualquer ônus, a retificação seguinte:

Onde se lê: Pará
Fundação Educacional Orfanato Juvenil — Belém — NCR\$ 25.000.

Leia-se:

Federação Educacional Infante Juvenil — Belém — NCR\$ 25.000.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O Projeto ora formulado visa tão-somente retificar a palavra Fundação para Federação. Trata-se da Federação Educacional Infante Juvenil, em Belém, do Pará. Não há, no caso em tela qualquer ônus para a União.

Sala das Sessões, de fevereiro de 1968. — Armando Corrêa.

PROJETO

Nº 1.068, de 1968

Estende os benefícios de que trata a Lei nº 1.134, de 14 de junho de 1950, que faculta representação perante as autoridades administrativas e a justiça ordinária aos associados de classes que especifica, e dá outras providências.

(DO SR. ROZENDO DE SOUZA)

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os benefícios de que trata a lei nº 1.134, de 14 de junho de 1950, são extensivos a todas as entidades representativas de servidores públicos, de âmbito nacional desde que tenham

seus estatutos registrados até a data da vigência desta lei.

Art. 2º As entidades referidas no artigo anterior, assim como as já existentes, poderão, como consignatárias, proceder a descontos em folhas de pagamento de seus associados mediante sua autorização escrita, das contribuições e encargos que lhe forem devidos.

Parágrafo único. É facultado às entidades congregadoras de servidores públicos da Administração descentralizada, a consignação em folhas de pagamento de seu filiados, para empréstimos simples e para a consecução dos fins previstos no art. 161 da lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, ressalvadas as limitações estabelecidas na legislação vigente.

Art. 3º Não gozarão os benefícios, objeto dos artigos anteriores, as entidades congregadoras de servidores públicos de uma mesma pessoa jurídica da Administração Pública, que não tenham âmbito nacional e que tenham sido erigidas em pessoa jurídica de direito privado, com denominação, princípios e finalidades iguais aos de entidades já existentes antes de sua constituição.

Parágrafo único. A proibição contida neste artigo não se aplica a outras entidades de fins específicos.

Art. 4º Para os fins previstos nesta Lei considera-se de âmbito nacional as entidades congregadoras de servidores pertencentes a uma mesma pessoa jurídica da Administração Pública com exercício nas diferentes unidades Federativas da União.

Art. 5º Serão consideradas de utilidade pública as entidades mencionadas nos artigos precedentes, que prestam ou venham a prestar quaisquer modalidades de assistência social, desde que requeiram dentro de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação desta lei.

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido neste artigo, o Poder Executivo publicará relação dos requerimentos apresentados, os quais serão deferidos desde que atendam aos requisitos desta lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 12 de fevereiro de 1968. — Rozendo de Souza.

Justificativa

A presente Lei visa estender os benefícios outorgados pela Lei 1.134 de 14 de junho de 1950, de mensalidades de servidores públicos, que se constituíram após a superveniência da Lei referida, por quanto só gozam daqueles benefícios as entidades que existiam na época de sua publicação, em consonância com o preceituado no seu art. 1º, que tem a seguinte redação:

“Art. 1º As Associações de classes existentes na data da publicação desta Lei sem caráter político, fundadas nos termos do código Civil e enquadradas nos dispositivos constitucionais, que congreguem funcionários ou empregados de empresas industriais da União administrativa ou não por ela, dos Estados, dos Municípios e de Entidades autárquicas de um modo geral, é facultada a representação coletiva ou individual de seus associados perante as autoridades administrativas e a justiça ordinária.”

Em seu art. 2º a Lei 1.134 de 14 de junho de 1950 permite a consignação em folha de pagamento do desconto das mensalidades sociais.

Está o artigo assim redigido:

“Art. 2º As essas associações que passam a ter as prerrogativas de órgãos de colaboração com o Estado, no estudo e na solução dos problemas que se relacionam com a classe que representam, é permitido, mediante consignação em

folha de pagamento de seus associados e a execução de suas atividades sociais.

Acontece que em face da complexidade da vida moderna, muitas necessidades surgiram para os servidores públicos, obrigando-os a se socorrerem de suas entidades representativas a fim de atender aos reclamos mais urgentes, daí se vem compelidos essas entidades de fazerem empréstimos simples e a praticar operações de natureza diversa daquelas para que foram originalmente criadas, de cunho eminentemente social, tais como auxílio maternidade, fianças de aluguel, assistência hospitalar segura de acidente pessoal e contra terceiros de seus associados etc.

Os poderes públicos já reconheceram a necessidade absoluta de atualizar os benefícios autorizados pela lei em tela, no sentido no ano de 1962, através da lei 4.069, de 11-6-62, aqueles benefícios às entidades representativas de servidores públicos, que tivessem âmbito nacional e cujos estatutos estivessem registrados.

Essa extensão se fez pelo art. 29 da lei 4.069, que está assim redigido:

"Art. 29 Ficam extensivos às entidades representativas de servidores públicos de âmbito nacional que tenham seus estatutos devidamente registrados, até a data da presente lei, os benefícios de que trata a lei nº 1.134, de 14 de junho de 1950."

Faz-se mister, por conseguinte tornar atualizar a disciplina a matéria, que é de interesse de milhares de servidores públicos civis da Administração descentralizada, que dependem dessas entidades para satisfação de suas necessidades mais prementes.

Doutra parte deve a lei a ser feita exigir que as entidades a serem beneficiadas tenham âmbito nacional e impedir que o proliferem entidades regionais, utilizando-se da mesma denominação das existentes e se constituam com fins idênticos aos dessas instituições para que não haja tumulto e desvirtuamento de suas finalidades.

Além disso as consignações dos encargos e das contribuições devidas a essas entidades, deverão ser feitas em folhas de pagamento, elaboradas nos órgãos da Administração, cujos servidores congregam, de sorte que mais de uma associação com a mesma denominação necessariamente prejudicará a boa marcha dos serviços daqueles órgãos.

Os artigos deste projeto de lei disciplinam a matéria exposta e impedem a ocorrência das sendas apontadas.

Sala das Sessões 12 de fevereiro de 1968. — *Ricardo de Souza*.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SEÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 1.711, DE 28 DE OUTUBRO DE 1952

"Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos da União."

CAPÍTULO VII Da Assistência

Art. 161. O plano de assistência compreenderá:

- I — Assistência médica, dentária e hospitalar, sanatório e creches;
- II — Previdência, seguro e assistência judiciária;
- III — Financiamento para aquisição de imóvel destinado a residência;
- IV — Cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional;
- V — Centros de aperfeiçoamento moral e intelectual dos funcionários e famílias, fora das horas de trabalho.

PROJETO

Nº 1.075, de 1968

Dispõe sobre a condenação dos empregadores ao pagamento de honorários advocatícios, na Justiça do Trabalho.

(DO SR. GETÚLIO MOURA)

(As Comissões de Constituição e Justiça)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Na Justiça do Trabalho, a sentença deverá condenar o empregador vencido nos honorários advocatícios do vencedor.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Jurisprudência Trabalhista tem entendido que não cabe, na sentença, a condenação de honorários advocatícios, diante do silêncio da Legislação Consolidada, sem embargo da recomendação expressa no artigo 8º da CLT, permitindo a aplicação do artigo 64 do Código de Processo Civil.

Assim, o empregado que se vê vencedor, em reclamatória trabalhista, é obrigado, quando representado por advogado, a retrair da importância que lhe era devida pelo empregador, que a lei lhe assegura e a Justiça reconhece, uma parcela para retribuir ao seu patrono.

O projeto destina-se a corrigir o empobrecimento da indenização, determinando que a sentença que favoreça o empregado condene o empregador vencido nos honorários.

Se, porém, vencido o empregado, não lhe cabe tal ônus. Não há no tratamento desigual maior inconveniente, nem repugna à equidade, pois, a finalidade do próprio Direito Social é mesmo o de favorecer o economicamente mais fraco.

Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 1968. — *Getúlio Moura*.

PROJETO

Nº 1.076, de 1968

Isenta do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados, um plano de cauda doado à Pró-Arte, Sociedade de Artes, Letras e Ciências — Sucursal de Porto Alegre, pelo Instituto Goethe, com sede em Munique — Alemanha.

(DO SR. ALBERTO HOFFMANN)

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, para um plano de cauda, especial para concerto, marca Steinway, modelo C-227, com três pedais, inclusive banco modelo 63, com estofamento, doado à Pró-Arte, Sociedade de Artes, Letras e Ciências — Sucursal de Porto Alegre, pelo Instituto Goethe, sediado em Munique — Alemanha, com amparo na Licença de Importação número 10-67-470-490.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de fevereiro de 1968. — *Alberto Hoffmann*.

Justificação

A Pró-Arte, Sociedade de Artes, Letras e Ciências, Sucursal de Porto Alegre, é uma Sociedade com finalidade de difundir cultura. Em razão disso foi declarada de utilidade pública pelo Decreto número 37.811, de 31 de agosto de 1965, publicado no Diário Oficial de 10 de setembro do mesmo ano.

Sobre a matéria do projeto, existem precedentes em nossa legislação com o propósito de auxiliar pessoas e

Entidades. Sem embargo, e para não me alongar em enumerações, basta citar as isenções concedidas há alguns anos a craques de futebol, para a importação de automóveis Mercedes Benz, dados na Alemanha.

Apelo, assim, para a magnânima compreensão e alto descorimento de meus pares, no sentido de que aproveitem o presente projeto colaborando desta maneira, com o enriquecimento da cultura artística nacional.

Sala das Sessões, em 14 de fevereiro de 1968. — *Alberto Hoffmann*.

PROJETO

Nº 1.077, de 1968

Extingue o exame vestibular para ingresso nas escolas superiores e dá outras providências.

(DO SR. AURINO VALOIS)

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica abolido o exame vestibular para ingresso nas escolas superiores.

Art. 2º O Poder Executivo fixará novas normas de seleção para o ingresso e matrícula dos alunos e regulamentará o funcionamento das escolas superiores, tendo em vista o contido no artigo anterior.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de fevereiro de 1968. — *Aurino Valois*.

Justificação

Os atuais exames vestibulares para ingresso nas escolas superiores constituem um processo reprovável e impraticável contra a mocidade estudiosa do Brasil. Muitas vocações profissionais têm sido tolhidas e há muito desespero e desânimo em milhares de lares brasileiros, em virtude desses vestibulares.

Não podemos abandonar uma mocidade que pretende, com duras provas, um curso superior. Infeliz do Brasil se não cuidar dela.

A incerteza e a multiplicidade das matérias exigidas para o vestibular, a maneira como se realizam as provas e o processo a que esses estudantes são submetidos, agoniados e estonteados, bem como o grande número de concorrentes para poucas vagas, constituem mais um erro do Poder Público, das escolas superiores, do que destes pobres e valorosos vestibulandos. Não se lhes pode chamar desesperados porque incapazes e irrealizáveis e o processo seletivo a que eles se submetem.

Faz-se preciso, urgente, o funcionamento de escolas particulares, o aumento de escolas subvencionadas, com mais currículos e maior número de turmas.

O que não se pode é reprovar alunos que têm condições intelectuais para a aprovação, ou abandoná-los, no alvorecer da vida, somente porque as escolas não dispõem de meios e condições para admiti-los.

O problema é urgente e inadiável. Sala das Sessões, em 13 de fevereiro de 1968. — *Aurino Valois*.

PROJETO

Nº 1.079, de 1968

Altera o parágrafo 3º do artigo 5º da Lei número 3.807, de 28 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.

(DO SR. ADYLIO MARTINS VIANNA)

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do artigo 5º da Lei número 3.807, de 28 de agosto de 1960, alterado pelo artigo 1º do

decreto-lei número 66, de 21 de novembro de 1966, passa a ter a seguinte redação:

"O aposentado pela previdência social, que voltar a trabalhar em atividade sujeita ao regime desta lei, será novamente filiado ao sistema, cabendo-lhe, em razão disso e sem prejuízo da aposentadoria, em cujo gozo se encontre, eventual revisão do valor do benefício, quando se desligar da nova atividade, levando-se também em conta as novas contribuições para o cálculo de pensão por morte.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação e Legislação Citada

O parágrafo 3º do artigo 5º da Lei número 3.807, de 28 de agosto de 1960, estava inicialmente assim redigido:

"Aquele que conservar a condição de aposentado não poderá ser novamente filiado à Previdência Social, em virtude de outra atividade ou emprego."

e, com alteração introduzida pelo artigo 1º do Decreto-lei número 66, de 21 de novembro de 1966, passou a ter a seguinte redação:

"O aposentado pela Previdência Social, que voltar a trabalhar em atividade sujeita ao regime desta Lei, será novamente filiado ao sistema, sendo-lhe assegurado, em caso de afastamento definitivo da atividade, ou por morte, aos seus dependentes, um pecúlio em correspondência com as contribuições vertidas nesse período, na forma em que se dispuser em regulamentação, não fazendo jus a quaisquer outras prestações, além das que decorrerem da sua condição de aposentado."

A primitiva redação, embora, a nosso ver, não fosse a mais conveniente, era, contudo melhor do que a segunda, porque, se a Previdência Social não dava nada em razão de novo emprego ou nova atividade que viesse a exercer o aposentado, também nada lhe dava, enquanto o texto retificado tira o máximo que pode, isto é, a contribuição de 8%, sem nada, absolutamente nada, proporcionar-lhe em contrapartida, desde que o pericilo sendo representado pelo valor das contribuições recolhidas e por uma taxa de juros que, sequer compensa a desvalorização da moeda, nada significa além da devolução, com dinheiro aviltado, daquilo que lhe foi descontado compulsoriamente.

Aos que, porventura, argumentarem dizendo que haveria acumulação de benefícios, nós responderemos dizendo que a Previdência Social — a não ser nos primórdios — jamais conheceu a acumulação de aposentadorias e de auxílios-doença, só passando a fazê-lo, evidentemente, depois da unificação.

O segurado que exerce mais de uma atividade ou emprego tem uma só aposentadoria, mas de valor correspondente aos seus diferentes empregos ou atividades, desde que:

"Se o segurado exercer mais de uma atividade vinculada à Previdência Social, com remuneração total superior ao limite máximo estabelecido no parágrafo único do artigo 173, seu salário de contribuição, em cada atividade, será reduzido, para efeito da observância desse limite, de acordo com a proporção da remuneração total que cada parcela representar". (Artigo 164, parágrafo 1º do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo decreto número 60.501, de 14 de março de 1967)".

Ora, se o segurado que exerce mais de uma atividade ou emprego deve contribuir sobre o total de seus ganhos, respeitado o teto, para fazer jus a melhores proventos, por que o aposentado que exerce apenas uma

— pois pela outra já está aposentado — não pode fazê-lo para melhorar o valor da aposentadoria, em cujo gozo se encontra?

Convém salientar, ainda, que, mesmo melhorando o valor da aposentadoria, a Previdência Social tem menor despesa com o aposentado que volta a trabalhar, pois, embora *segurado duas vezes*, tem direito a apenas uma assistência médico-farmacêutica-hospitalar. Além disso, *poucos terão direito à eventual revisão*, pois é fácil compreender que, como empregados novos, não terão, na generalidade, salários superiores, sequer iguais aqueles que percebiam em empresa ou firma onde trabalharam 10, 20, 30 ou mais anos.

Quanto ao aumento de despesa decorrente de eventuais revisões, tem sobrada cobertura com as respectivas contribuições. Sim, sobrada, já que no caso, os riscos são menores, como ficou explícito. Está, pois, data vênica, respeitado o que dispõe o parágrafo 1º do artigo 158 da Constituição Federal, de 24 de janeiro de 1967.

Sala das Sessões, de fevereiro de 1968. — *Adylio Martins Vianna.*

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SEÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL — 1967

Art. 158. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

I — Salário-mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família;

II — Salário-família aos dependentes do trabalhador;

III — proibição de diferença de salários e de critério de admissões por motivo de sexo, cor e estado civil;

IV — Salário de trabalho noturno superior ao diurno;

V — integração do trabalhador na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, nos casos e condições que forem estabelecidos;

VI — duração diária do trabalho não excedente de oito horas, com intervalo para descanso, salvo casos especialmente previstos;

VII — repouso semanal remunerado e nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local;

VIII — higiene e segurança do trabalho;

IX — férias anuais remuneradas;

X — proibição de trabalho e menores de doze anos e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, em indústrias insalubres a estes e às mulheres;

XI — descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto sem prejuízo do emprego e do salário;

XII — fixação das percentagens de empregadores brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos comerciais e industriais;

XIII — estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido, ou fundo de garantia equivalente;

XIV — reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;

XV — assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva;

XVI — previdência social, mediante contribuição da União do empregador e do empregado, para seguro-desemprego, proteção da maternidade e nos casos de doença, velhice, invalidez e morte;

XVII — seguro obrigatório pelo empregador contra acidentes do trabalho;

XVIII — proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou inte-

lectual, ou entre os profissionais respectivos;

XIX — colônias de férias e clínicas de repouso, recuperação e convalescença, mantidas pela União, conforme dispuser a lei;

XX — aposentadoria para a mulher, aos trinta anos de trabalho, com salário integral;

XXI — greve, salvo o disposto no artigo 157, parágrafo 7º.

§ 1º Nenhuma prestação de serviço de caráter assistencial ou de benefício compreendido na previdência social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total.

PROJETO

Nº 1.084, de 1968

Altera dispositivos da Lei nº 4.280, de 6 de novembro de 1963 (que dispõe sobre a extirpação de órgão ou tecido de pessoa falecida).

(DO SR. LEVY TAVARES)

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica alterada a redação da Lei nº 4.280, de 6.11.1963, que permite a doação e extinção de órgãos humanos para serem transplantados, para o fim de acrescentar o parágrafo 2º ao artigo 1º, dar nova redação ao artigo 8º e aduzir-lhe o parágrafo 1º e acrescentar os artigos 10 e 11 com a seguinte redação:

Lei nº 4.280, de 6.11.1963.

Art. 1º § 1º

§ 2º — A autorização escrita de que trata este artigo poderá ser substituída, *post-mortem*, pela autorização expressa do cônjuge sobrevivente ou dos parentes até o segundo grau, ou na falta destes, de corporações religiosas ou civis responsáveis pelo destino dos despojos.

Art. 2º § 1º

Art. 3º § 1º

Art. 4º § 1º

Art. 5º § 1º

Art. 6º § 1º

Art. 7º § 1º

Art. 8º A extinção deve ser efetuada, de preferência, pelo facultativo encarregado do transplante e, quando possível, na presença dos médicos que atestarem o óbito.

§ 1º É permitida mais de uma extirpação em cadáver, a critério médico, devendo-se evitar mutilações ou dissecações não absolutamente necessárias.

Art. 9º § 1º

Art. 10. É permitida a retirada de órgãos e tecidos dos cadáveres dos indigentes, com a finalidade de suprimento aos bancos de transplantes humanos que funcionem legalmente no País ou para atendimento de problema médico específico.

Art. 11. Fica definida legalmente a figura do "doador" como a pessoa que, por escrito e a qualquer tempo, ou oralmente e na presença de, pelo menos, duas testemunhas, durante sua última doença, autorizar que seu corpo ou partes especificadas do mesmo, sejam utilizados, após a sua morte, para fins terapêuticos ou de ensino e pesquisa médica.

Art. 2º A exigência de regulamentação para a Lei nº 4.280, de 6 de novembro de 1963, insere no artigo 2º da mesma, deverá ser cumprida no prazo improrrogável de cento e vinte dias (120) a partir da publicação desta lei, mediante ato baixado pelo Chefe do Poder Executivo e referendado pelo Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificativa

As recentes e miraculosas descobertas da medicina traduzidas em engenhosos processos cirúrgicos que ampliam de forma incalculável as possibilidades de recuperação e sobrevivência da espécie humana, consubstanciam uma verdadeira revolução científica que está a exigir a reformulação dos conceitos éticos e legais no tocante à remoção de órgãos ou tecidos de cadáveres humanos para fins terapêuticos ou ensino e pesquisa médica.

A moderna cirurgia evoluiu tão espetacularmente, com um tal perfeccionismo em seus métodos que não é lícito que se permita que a existência de uma sistemática legal também avançada e que razões de ordem afetiva e sentimental mal colocadas, venham a obstaculizar a desabulada carreira de feitos tão humanitários à causa física do homem.

Preliminarmente, terá que ser implantada a mentalidade no povo brasileiro e em todos os povos do mundo, de que doar o corpo ou alguns de seus órgãos ou tecidos após a morte, para fins terapêuticos ou científicos, é, além de uma forma de sobrevivência física, um dever humanitário.

Existem já em nosso País, bancos de olhos nos grandes centros médicos e já se praticam experiências de transplante de vários órgãos humanos, com total ou relativo êxito. Mas, na opinião unânime de todos os médicos especialistas, há um grande óbice a embargar o funcionamento desses avançados setores: a falta de doadores. A grande maioria dos que estão são, em pleno uso e vigor de suas faculdades físicas, não lembra dos milhares que estão enfermos, incapacitados para uma vida normal ou sem condições de sobrevivência, a espera de uma "escola física que bem poderá ser doada, sem nenhum esforço ou sofrimento, por seu semelhante, após a irreversível morte. E existem abnegados cientistas, intelámente debruçados às experiências médicas, mergulhados na luta desigual contra a doença e a morte, que se sentem desesperadamente amarrados por falta de material para trabalhar. E esse material são órgãos ou cadáveres humanos.

Em São Paulo, na Clínica Oftalmológica do Hospital das Clínicas e no Estado da Guanabara, na Clínica Oftalmológica do Hospital Pedro Ernesto, existem dois bem equipados centros cirúrgicos especializados que muito têm contribuído para o aumento das estatísticas de transplante de córneas com êxito total. Mas existe grande número de pacientes a espera do material, a fim de se submeter à intervenção cirúrgica que lhes devolverá a visão, sendo ínfimo o número de doadores. E será de todo oportuno frisar, que as últimas operações desse gênero levadas a efeito no Rio de Janeiro, somente foram possíveis em virtude da remessa de olhos do Banco Nacional de Olhos do Celão. Ante-se, ainda, que o material desse banco é fornecido por doadores particulares naquele país e que são inteiramente grátis, devendo os interessados pagar apenas as despesas de viagem. Sendo tecido vivo, têm uma duração de 36 horas o que faz com que todas as operações aqui realizadas sejam de urgência.

Quanto à disposição do artigo 10 da legislação que ora oferecemos, permitindo a retirada de órgãos ou tecidos dos cadáveres dos indigentes, desejamos que seja compreendido o longo alcance do mesmo. Não se trata de menosprezo por desconhecidos. Ao contrário, inúmeras razões de ordem humana, sentimental, social e científica nos impeliram a legislar nesse sentido. Além de estarmos dando uma alta e dignificante finalidade a ser cumprida, após a morte, por esses seres humanos, fomos conscientizados pelo conhecimento de que novas e avançadas técnicas estão sendo de-

seenvolvendo para a conservação das várias partes do organismo humano após o óbito. No Hospital de Westminster, em Londres, está sendo elaborado um novo processo de congelamento profundo dos olhos doados, mediante o qual é possível conservar córneas humanas até um mês, a temperatura de menos 79 graus e em seguida transplantá-las para pacientes. Esse método virá revolucionar todos os que já vêm sendo aplicados e a iniciativa tem tido sucesso notável. Dos 9 cargos operados nesse hospital, com esse sistema, 5 recuperaram a visão, 2 se acham em processo de recuperação e em apenas 2 casos de ter êxito a operação devido aos riscos cirúrgicos normais.

Como se vê, amplia-se grandemente o campo científico e a essa ampliação técnica deverá corresponder o alargamento da linha jurídica legal e humana. Aliás, já existe jurisprudência firmada, a respeito, no Brasil, na 3ª Vara Criminal de Belo Horizonte, tendo o Tribunal dado ganho de causa ao médico oftalmologista que realizou operação de transplante de córnea, utilizando material retirado do cadáver de uma indigente. Embora a intervenção tenha sido bem sucedida, posteriormente, os parentes da morta que fardamente a reconheceram, instruídos, moveram processo contra o especialista. Foi arquivado o processo, e o pedido do promotor público, que exarou belíssimo despacho no sentido de que "não comete crime de vilipêndio de cadáver o médico que efetua transplante de córnea sem consentimento dos parentes do morto". A autoridade da Justiça argumentou que a existência da infração nesses casos, só se caracteriza quando o agente procede com a vontade de destruir, subtrair ou ocultar cadáver, ou parte dele, faltando com respeito aos mortos. Esta não foi, evidentemente, a situação do acusado, cujos motivos, longo de retratar uma intenção ofensiva, revelaram propósitos altamente humanitários. Concluiu o promotor público, que algum dia a família da morta compreenderia o inestimável serviço que a falecida pôde prestar à sociedade, a um seu semelhante e à causa da ciência.

No campo legal temos graves deficiências. Existe uma lei, 4.280, de 6 de novembro de 1963, que permite a doação de órgãos para serem extirpados para fins de transplante mas que espera, há anos, sua regulamentação. Além do mais, apesar de já constituir um marco importante necessita ser formulada para acompanhar a evolução dos acontecimentos científicos e a nova mentalidade que se implanta, principalmente no estrangeiro — o que devemos imitar. É necessário que o processo da doação seja ampliado e simplificado ao máximo, sob pena de não serem conseguidos resultados práticos, mormente considerando-se a premência com que devem ser realizadas as intervenções de extirpação em virtude da perecibilidade dos órgãos humanos e a necessidade de imediatos processos de delicada conservação.

É imperioso que se crie no Brasil uma mentalidade doadora. É bom que refletimos sobre as recentes experiências realizadas na África do Sul. Numa delas, as severas leis do *apartheid* que dividem a população em dois grupos — brancos e não brancos — com severas punições a qualquer transgressão, nada puderam no sentido de obstar o progresso científico que se colocou acima dos insensatos preconceitos e discórdias. Foi transplantado o coração de um homem de cor num homem branco e nenhuma arguição pseudo-legal se ouviu. A causa era tão soberana, tão respeitável, tão sagrada que silenciou os ferozes segregacionistas.

Estamos inteiramente certos de que toda a opinião pública nacional compreenderá e apoiará o elevado alcance da legislação que ora oferecemos e que nenhuma objeção de natureza religiosa ou quaisquer outras serão le-

vantadas contra essa iniciativa. É um imperativo humanístico, legal, social e científico que se enquadra perfeitamente dentro do magno preceito cristão: doar.

Éis a questão a ser apreciada sob a forma de projeto de lei.

Sala das Sessões, Deputado Levy Tavares.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SEÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 4.280, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1963

Dispõe sobre a extirpação de órgão ou tecido de pessoa falecida.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2º do art. 70 da Constituição Federal, e eu, Auto Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, de acordo com o disposto no § 4º do mesmo artigo, da Constituição, a seguinte lei:

Art. 1º É permitida a extirpação de partes de cadáver, para fins de transplante, desde que o de cujus tenha deixado autorização escrita ou que não haja oposição por parte do cônjuge ou dos parentes até o segundo grau, ou de corporações religiosas ou civis responsáveis pelo destino dos despoços.

Parágrafo único. Feito o levantamento do órgão ou tecido destinado à transplantação, o cadáver será devolvido, cuidadosa e condignamente recomposto.

Art. 2º A extirpação de outras partes do cadáver que não sejam a córnea deverá ser especificada no regulamento da execução desta lei, baixada pelo Chefe do Poder Executivo e referendada pelo Ministro da Saúde.

Art. 3º Para que se realize qualquer extirpação de órgão ou parte do cadáver, é mister que esteja provada de maneira cabal a morte atestada pelo diretor do hospital onde se deu o óbito ou por seus substitutos legais.

Art. 4º A extirpação para finalidade terapêutica autorizada nesta lei só poderá ser realizada em Instituto Universitário ou em Hospital reconhecido como idôneo pelo Ministro da Saúde ou pelos Secretários da Saúde, com aprovação dos Governadores dos Estados ou Territórios ou de Prefeito do Distrito Federal.

Art. 5º Os Diretores das Instituições hospitalares ou Institutos Universitários onde se realizem as extirpações de órgãos ou tecido de cadáver com finalidade terapêutica, remeterão, ao fim de cada ano ao Departamento Nacional de Saúde Pública, os relatórios dos atos cirúrgicos relativos a essas extirpações, bem como os resultados dessas operações.

Art. 6º A doação da parte orgânica a extirpar só poderá ser feita a pessoa determinada ou a instituição idônea, aprovada e reconhecida pelo Secretário da Saúde do Estado e pelo Governador ou Prefeito do Distrito Federal.

Art. 7º Os Diretores de Institutos Universitários e dos Hospitais devem comunicar ao Diretor da Saúde Pública, semanalmente, quais os enfermos que espontaneamente se propuseram a fazer as doações post mortem, de seus tecidos ou órgãos, com destino a transplante, e o nome das instituições, ou pessoas contempladas.

Art. 8º A extirpação deve ser efetuada de preferência pelo facultativo encarregado do transplante e quando possível na presença dos médicos que atestaram o óbito. Só se permitida uma extirpação em cada cadáver, restando evitar-se mutilações ou dissecações não absolutamente necessárias.

Art. 9º As despesas com a extirpação ou o transplante, fixadas em cada caso pelo Diretor da Saúde Pública, serão custeadas pelo interessado, ou pelo Ministério da Saúde, quando o receptor do enxerto for reconhecidamente pobre.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 6 de novembro de 1963; 142ª da Independência e 75ª da República. — Auto Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

PROJETO Nº 1.085, de 1968

Altera dispositivos do Decreto-Lei número 66, de 21 de novembro de 1966 (Altera dispositivos da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências — Lei Orgânica da Previdência Social).

(DO SR. FRANCISCO AMARAL)

(As Comissões de Constituição e Justiça, Legislação Social e de Finanças) O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º O artigo 69, da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) fica modificado em seu inciso I, e é acrescido de um parágrafo 3º, na redação o mais de sua redação, nos seguintes termos:

"Art. 69
(Inciso I) — dos segurados, em geral, na base de 8% (oito por cento) do respectivo salário de contribuição, não podendo incidir sobre importância que exceda de 50 (cinquenta) vezes o salário-mínimo mensal de maior valor vigente no país".

§ 3º Quando o salário de contribuição for superior a dez salários-mínimos mensais da região as modificações nele esperadas para mais, só influirão no salário de benefício depois de dois anos de vigência.

Artigo 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1968. — Francisco Amaral.

Justificativa

Sempre consideramos uma injustiça a fixação de (10) para as contribuições de previdência social. Afinal quem ganha mais, pode pagar melhores contribuições, e, assim, deve obter melhores benefícios. É o princípio da isonomia: tratar desigualmente, os que estão em situação desiguais, e igualmente os que estão em igualdade de condições.

O Decreto-Lei nº 66, de 21 de novembro de 1966, já foi mais realista que a Lei Orgânica de Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960). Enquanto em 1960, se fixava em 5 salários mínimos o salário de contribuição e, ipso facto, o de benefícios, o citado Decreto-Lei elevou o teto para 10 salários mínimos.

Mas, ainda não ficou solucionado o assunto, tanto mais que, continuando a inflação e tendo havido uma contenção de salários, notadamente do salário-mínimo, o teto de 10 contribuições tornou-se muito baixo.

Atualmente, esse teto é de NCr\$ 1.050,00 (mil e cinquenta cruzeiros), salário inicial de qualquer trabalhador técnico ou especializado.

Agora que se procura, por todos os meios, incentivar a formação de técnicos de nível superior ou universitário, o baixo nível de aposentadoria e pensões, para os que atuam nas empresas de capital privado ou misto, constitui um fator de desestímulo.

A previdência social em nada será prejudicada com a elevação do teto de contribuições e benefícios. Se por um lado, será obrigada a dispendar mais com benefícios, por outro arrecadará muito mais, atingindo uma faixa entre 10 e 20 salários mínimos que é hoje considerável, principalmente nos Estados de São Paulo e Guanabara.

Atendendo a inúmeras sugestões que temos recebido de todo o país, notadamente de Engenheiros, Arquitetos, Médicos, Advogados, Agrônomos, — Odontólogos, Economistas e, também de operários especializados, como os que trabalham na indústria automobilística e na de acessórios para veículos, enfim nas indústrias pesadas, deliberamos apresentar o projeto elevando para 50 salários-mínimos o aludido teto. Esse teto bastará para assegurar aposentadorias e pensões condignas, até mesmo para os que percebam maiores salários.

A fonte de custeio, cuja indicação é exigida, obrigatoriamente pela Constituição, está indicada pela própria natureza do projeto que aumenta o salário de contribuição.

Reconhecemos que poderia haver margem para abusos, com elevações salariais às vésperas de aposentadorias, em alguns casos elevações meramente fictícias. Para evitar esses fatos, idealizamos um período de carência das contribuições superiores a 10 salários-mínimos, de 2 anos. Embora elevado o salário de contribuição, ele só influirá no salário de benefício depois de decorridos dois anos de sua vigência. O salário de benefícios é o salário médio obtido durante os últimos 12 meses de trabalho. Só influindo o salário de contribuição no salário de benefício depois de 2 anos, só a partir de 25º mês ele passará a contribuir para aumentar a média representada pelo salário de benefício. Haveria, pois, tempo de sobra para as fiscalizações e, dado o valor elevado das contribuições, não haveria margem para qualquer fraude.

Acreditamos que este projeto merecerá do Congresso a aprovação, quer por representar medida de justiça, quer por não onerar, praticamente em nada, a previdência social, assegurando em medida maior que o ónus, um benefício para o I.N.P.S. de última arrecadação protegida por um período de acumulação de reservas de dois anos.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SEÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

DECRETO-LEI Nº 66, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966

Altera dispositivos da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências.

Art. 18. O artigo 69 da Lei número 3.807, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 69. O custeio da previdência social será atendido pelas contribuições:

I — dos segurados, em geral, na base de 8% (oito por cento) do respectivo salário-de-contribuição, não podendo incidir sobre importância que exceda de (10) vezes o salário-mínimo mensal de maior valor vigente no país;

PROJETO

Nº 1.086, de 1968

Proíbe, aos locadores, cobrança de tributos e encargos, nas locações residenciais.

(DO SR. GETULIO MOURA)

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Economia)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nas locações residenciais, os tributos e encargos correm por conta dos locatários.

Art. 2º Aplica-se aos infratores desta lei o disposto no caput do art. 17 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Estabeleceu a Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964, (Regula a locação de prédios urbanos), no art. 30 e parágrafos, o regime aplicável à cobertura dos tributos e encargos.

Dentre os tributos incidentes, sobressai destacar o Imposto sobre a Propriedade Predial. E quem detém a propriedade? Ora, sem embargo de a locação conferir ao locatário o elemento da propriedade, continua na esfera do locador, proprietário in casu, o elemento essencial, o que não desnaturaliza o instituto, muito pelo contrário.

Por outro lado, a despeito da contrariedade reinante quanto a nenhuma significação econômica desse tributo que, na verdade, constitui-se em autêntico imposto de renda, não faz qualquer sentido seja o locatário compelido no seu pagamento, quando, no revés deve ele caber, como resultante da atividade econômica da locação, ao locador.

O aluguel, como preço da locação, engloba, inequivocamente, os demais encargos. Se na prática tal não ocorre, é tempo de ser corrigida a distorção. É o que pretende o projeto.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 1968. — Getúlio Moura.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SEÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 4.494, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1964

Regula a locação de prédios urbanos

Art. 17. Constitui contravenção penal, punida com prisão simples, de cinco dias a seis meses, e multa variável de duas a vinte vezes o salário-mínimo local:

I — exigir, por motivo de locação e sublocação, quantia ou valor além do aluguel e dos encargos permitidos nesta Lei;

II — recusar fornecer recibo de aluguel;

III — cobrar o aluguel antecipadamente, salvo o disposto no (VEFADO) art. 7º;

IV — deixar o retomante, dentro de cento e oitenta dias após a entrega do prédio, nos casos dos itens III, V, X e XI do art. 11, de usá-lo para o fim declarado;

V — não iniciar, o proprietário promitente comprador ou promitente cesionario, nos casos dos itens VII e IX do art. 11, a demolição ou reparação do prédio, dentro de sessenta dias, contados da entrega do imóvel, salvo motivo de força maior.

Capítulo IV

Das Encargos e Tributos

Art. 30. Nas locações ajustadas após a entrada em vigor desta Lei o pagamento dos encargos e tributos salvo a subscrição obrigatória de letras imobiliárias previstas nos artigos 31 e 32, poderá ser convencionalmente livremente.

§ 1º No silêncio do contrato caberá ao locatário apenas o pagamento das taxas.

§ 2º O pagamento dos tributos e encargos que competia ao locatário se fará pelo sistema de reembolso ao locador, aplicando-se, para a constituição do locatário em mora, o disposto no art. 361, do Código de Processo Civil, salvo se as partes ajustarem a cobrança em quodécimos, juntamente com o aluguel mensal, fazendo-se no recibo a discriminação respectiva.

§ 3º Se o objeto da locação for unidade em vila ou edifício de apartamentos ou escritórios, juntamente com o aluguel pagará o locatário as despesas normais de condomínio, podendo os respectivos comprovantes ser

examinados em poder do síndico ou da administração.

PROJETO Nº 1.087, de 1968

Anistia as pequenas Prefeituras, as entidades pias e as educativas, das taxas de previdência social, devidas e não cobradas de 1963 a 1967, isentando-as de 1968 em diante, e das outras providências.

(DO SR. MONSENHOR VIEIRA)

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As pequenas Prefeituras Municipais, as entidades pias e as educativas são anistadas dos débitos relativos às taxas de previdência social devidas e não cobradas de 1963 a 1967.

Parágrafo único. Consideram-se pequenas Prefeituras Municipais as arrecadações locais, anual, igual ou inferior a NCz\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros, novos).

Art. 2º Do corrente ano em diante as Prefeituras referidas no artigo anterior, as entidades pias e as educativas estarão isentas do pagamento das taxas de previdência social.

Parágrafo único. Para os efeitos da presente lei, as entidades pias e as educativas são as que se empenham em promover a educação, a cultura, a defesa da saúde, a assistência médico-social ou o amparo social da coletividade, sem visar lucros e com caráter filantrópico.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data em que publicada.

Sala das Sessões, de fevereiro de 1968. — Monsenhor Vieira.

Justificação

As leis devem ser elaboradas para serem cumpridas. Se o destinatário da lei não tem condições de cumprir o mandamento que ela encerra, não andou bem-avisado o legislador que a instituiu. Algo falhou em sua elaboração.

Essa parece a hipótese das pequenas Prefeituras Municipais, concernentes a seus encargos com a Previdência Social. Encontram-se esmagadas sob débitos que estão impossibilitadas de resgatar. Algumas delas possuem orçamento inferior às taxas que terão de recolher aos cofres do Instituto Nacional da Previdência Social. Um exemplo: a Prefeitura de Salgadinho, no Estado da Paraíba.

Mesmo em certas Prefeituras mais importantes, repete-se tal estado de coisas. A de Patos, v.g., ainda em meu Estado, debate-se com dificuldades tremendas para solver sua dívida com a Previdência, que se eleva a 350 milhões de cruzeiros.

Outra falha na aplicação da lei reside no fato que passamos a comentar. Alguns educandários da Paraíba — situação que se verifica em outras unidades da Federação — recolhem crianças pobres para educar e instruir. Como são entidades sem fim lucrativos, empenhados apenas em servir à coletividade, depois que a aluna atinge certa idade passa a colaborar nas atividades domésticas, em parte retribuindo os benefícios recebidos, na proporção das próprias forças. Ai aparece o Fiscal da Previdência e exige que o educandário pague a taxa ao INPS, pois arrola tais launas como empregadas.

Em consequência, tornou-se alarmante o caso de pequenos colégios, Brasil adentro, onde as taxas devidas ao INPS causarão situações tão vexatórias que poderão levá-los a fechar as portas com prejuízos incalculáveis

para a comunidade e a própria Nação, que ainda se debate com o triste problema do analfabetismo. A Escola Normal Santo Antônio de Piancó, na Paraíba, asseverada com esses injustos ônus da Previdência, está ameaçada de ter que abandonar os alunos, por não conseguir meios com que solver suas dívidas. No presente exemplo a culpa recai sobre os aplicadores da lei.

Como se verifica, nossa proposição intenta assegurar a continuidade da prestação do ensino, da educação, desenvolver a cultura, garantir a defesa da saúde, a assistência médico-social e manter o amparo social da coletividade.

Não há quem possa colocar-se contra o projeto, mas antes, quantos de meus ilustrados pares venha a proposição defender, haverão de despende o máximo esforço para sua conversão em lei.

Com essa esperança, agradecemos a decidida colaboração de todos, no sentido do aperfeiçoamento da iniciativa lançada à apreciação da Casa. — Monsenhor Vieira.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente.

IV — ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

A Ordem do Dia da presente sessão destinada a trabalhos das Comissões.

Nestas condições, dou a palavra ao nobre Deputado Lurtz Sabá, para uma comunicação.

O SR. LURTZ SABÁ:

(Comunicação. — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo do Estado de São Paulo introduziu no ano passado uma modificação de extraordinária valia para o Ensino Médio da Capital: instituiu as inscrições para os exames de admissão, no mês de junho, e a realização deles em 12 de dezembro, para com isso ter ideia das possibilidades de atender à juventude desejosa de ingressar no ensino médio, saída dos grupos escolares da Capital e do interior. Feitos os exames, sobram muitas vagas. Criados vários ginásios, na Capital e no interior, estão eles instalando-se.

Ontem à meia-noite, recebi vários telefonemas de São Paulo comunicando-me que o Departamento de Educação baixou instruções proibindo a aceitação de transferência de colégios particulares para os ginásios do Estado isto é, para aquelas vagas não lotadas pelos alunos aprovados. Não sei se esta medida é do conhecimento do Secretário da Educação ou do Senhor Governador do Estado. Acredito que não o seja. Não creio que o Secretário da Educação e o Governador do Estado possam ter baixado essa determinação.

Como sabem os Srs. Deputados, o ensino particular no País passou a ser um antro de exploração e de especulação. A anuidade escolar, hoje, em qualquer arapuca da Capital de São Paulo, está na casa de 1 milhão de cruzeiros. Se o operário não consegue ganhar isto durante um ano como pode pagar escola? Ai é que está exatamente a gravidade da medida aplicada pelo Departamento de Educação, proibindo a aceitação de transferências.

Pois bem, para citar dois exemplos potentes, recebi comunicação, ontem, de que em dois ginásios criados por nós, no exercício do mandato de Deputado Estadual, mais de 500 crianças, matriculadas no segundo, terceiro, quarto e até no primeiro ano ginásial, tiveram suas matrículas canceladas por determinação do Departamento de Educação.

E a informação que se tem é de que a medida foi tomada por pressão das

escolas particulares, pois estas transferências redundavam em prejuízo delas. Esta é a alegação. Embora não estejamos com os elementos comprobatórios em mãos, vamos tê-los hoje em São Paulo, porque vamos dirigi-los, de qualquer forma, à Capital, para não permitir que se perpetre esse crime contra os trabalhadores humildes que vivem num país cujo índice de analfabetismo é superior a 50%. E, agora, que se vislumbra uma possibilidade de aproveitamento de parte dessa juventude em escolas do Estado, que assim, cumpre um dever que lhe é inerente, vêm os imbecis — porque não há outra expressão — do Departamento de Educação impor uma medida dessa, que não tem, absolutamente, sentido algum.

Quero aproveitar a oportunidade para, através desta tribuna, apresentar meus protestos. Esta gente está criando a intranquilidade. Estes são os verdadeiros subversivos do País, levando milhares de famílias humildes e modestas à total intranquilidade, de vez que vêm seus filhos sem possibilidade de estudar em razão de terem as anuidades escolares subido em mais de 100% em vários estabelecimentos de ensino.

Não permitiríamos que crime como este se consuma, porque é dever de cada um de nós defender os interesses dos trabalhadores que aqui representamos e, também, colaborar com o Estado para que possa ele oferecer condições aquelas que desejam estudar. A continuidade desse crime seria uma afronta à dignidade da própria Nação, que vive imensas dificuldades, com um índice espantoso de analfabetos.

Tenho certeza de que o Secretário de Educação e o Governador do Estado não vão aceitar a ingerência do ensino particular em São Paulo, contra os interesses daqueles que não têm possibilidades de se opor ao espírito mercantilista e à falta de vergonha dessa gente. (Muito bem.)

(DISCURSO DO DEPUTADO DASSO COIMBRA, RETIRADO PELO ORADOR)

O SR. ANTONIO MAGALHÃES:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável que ainda perdure em Goiás aquela mentalidade primária que submete os superiores interesses populares aos mesquinhos caprichos de grupos políticos no exercício do poder.

Queremos focalizar agora de maneira particular, as razões que impossibilitam de colocar em funcionamento o Ginásio Estadual da cidade de Uruaçu, que desde 1964, tem seu prédio concluído. Mais estranho nisso tudo é que não funciona — é do público conhecimento — por motivos político-partidários de interesse do Governo Estadual.

O não aproveitamento das dependências construídas através de convênio entre o governo daquele Estado e o Ministério da Educação e Cultura vem consagrar mais um inominável crime contra a mocidade estudantil de Goiás. Mormente se considerarmos o local escolhido para criação desse ginásio estadual, rumo ao norte do Estado, onde escassos são os estabelecimentos congêneres, ainda mais condenável se faz a nefasta atitude do Governo.

E' de notar que a falta de funcionamento do estabelecimento em questão não vem prejudicar apenas o município de Uruaçu, mas a muitos outros que lhe são vizinhos e que dele se deveriam beneficiar.

Está o Governo goiano no dever de vir a público explicar por que teima em frustrar os interesses daquele Estado no setor do ensino.

Aliás, tem sido o setor educacional a grande vítima da atual administração, seja pelo desestímulo do sala-

rio de fome do professorado primário, seja pela nomeação de elementos desqualificados para integrarem o magistério.

Em nome do povo de Uruaçu, lavramos desta tribuna veemente protesto contra a atitude do Governo de Goiás que mantem fora de funcionamento, por razões políticas, o Ginásio Estadual de Uruaçu.

Cumpra ainda ao Ministério da Educação e Cultura, que participou da implantação daquele estabelecimento de ensino, pressionar o Governo de Goiás, visando quebrar-lhe a resistência injustificada. (Muito bem.)

O SR. PAULO ABREU:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, por oportuno e pela sua importância, trago a esta Casa, para conhecimento de todos, uma nota inserida no Boletim Camibial de 4 de março último.

Diz o seguinte:

“A modificação da atual política salarial esta dividindo as opiniões de três Ministérios. O Ministério da Fazenda é pela manutenção da política adotada pelo governo passado e mantida, até agora, pelo atual; o Ministério do Trabalho deseja a implantação de uma nova política, com maior elasticidade, sob a alegação de que se faz necessária a correção do ‘achatamento sofrido pela capacidade de consumo do trabalhador’; e o Ministério do Planejamento fica numa solução intermediária, que se consubsancie na melhoria da correção com base no residuo inflacionário.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, das três maneiras de encerrar o importante assunto, não há dúvida de que a razão está com o Ministério do Planejamento, que provoca solução intermediária.

Se é fato que a política de sacrifício salarial é básica como um dos elementos da solução contida na lei da inflação, não é menos verdade que seria imprudente e injusto levá-la a limites drásticos. Seria de boa sabedoria e justiça um plano intermediário que equilibre as soluções teóricas com as peculiaridades específicas da situação nacional.

Tem razão o Sr. Ministro Heitor Beltrão.

Estimamos todos de acordo com uma melhoria salarial ponderada.

Somos, porém, também de opinião que ela é urgente e inadiável, porque sua solução evitará, inclusive, lutas e explorações desagógicas instigadas por agitadores alienígenas.

Já está o Brasil pagando tributos por esse retardamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais do que uma questão de “quantum” o problema salarial já é uma questão de tempo. (Muito bem.)

O SR. ERNESTO VALENTE:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, traz-me à tribuna, hoje, a recente sanção, pelo eminente Presidente Costa e Silva, da Lei número 5.390, de 23 de fevereiro de 1963, publicada no Diário Oficial de 28 do mesmo mês, dispondo sobre a inscrição, como solicitador Acadêmico, na Ordem dos Advogados do Brasil, dos atuais quarto e quinto anistas de Direito, e dispensando-os do estágio profissional e exame da Ordem.

Esta lei, oriunda do Projeto 201-C, de 1967, de iniciativa do nobre Deputado José Bonifácio, atual Presidente da Casa, teve como Relator o nobre Deputado Accioly Filho, que ocupa também, na presente legislatura, a 1ª Vice-Presidência desta Câmara — pelo, sem dúvida, resolver uma situação verdadeiramente caótica que se criara nas Faculdades de Direito do

País, em virtude de não terem sido criados os chamados cursos de estágio, previstos no Estatuto da Ordem.

Lutamos, Sr. Presidente, com os meios de que dispnhamos, para que a medida fosse transformada em lei, ainda a tempo de evitar males confusos no meio dos estudantes dos 4º e 5º anos das nossas Escolas de Direito civis e particulares.

O projeto, aprovado nesta Casa, na sua tramitação recebeu substitutivo, no Senado, que alterava totalmente a sua essência. De volta, aquele substitutivo à Câmara, houve por bem esta Casa Legislativa rejeitá-lo *in limine* por isso, que, infelizmente, o substitutivo do Senado apenas consagrava a continuação existente, em nada ajudando a solução do problema existente nas Faculdades de Direito e no seio dos estudantes dos nossos cursos jurídicos.

Levado à sanção presidencial, surgiu trabalho subterrâneo, injustificado, partido de fontes que não vêm ao caso aqui salientar, no sentido de o Presidente da República vetá-lo, com argumentos de *luna caprina*, todos eles de maior inconsistência, posto que o projeto vinha apenas a atender a uma situação transitória, enquanto o Governo melhor resolve o problema da instalação dos chamados cursos de estágio das nossas Faculdades de Direito, ou opta por uma solução mais prática e conciliatória.

Nesta oportunidade desejo ressaltar, com justiça, o trabalho e o esforço do nobre Relator, Deputado Aceloy Filho, incansável batalhador para a vitória da causa dos estudantes dos 4º e 5º anos de Direito de todas as faculdades do País, juntamente, como se torna óbvio, com o nobre Deputado José Bonifácio autor da proposição.

A emenda de nossa iniciativa ao projeto foi apenas para estender também a medida nos atuais estudantes do 4º ano, que seriam prejudicados, já que o curso de estágio previa 2 anos obrigatoriamente.

Sr. Presidente, agora que a lei foi sancionada é de justiça salientar, também, a boa vontade do Ministro da Educação Tanzi Dutra, que, desde a primeira hora, sempre se manifestou favoravelmente à medida, com seu espírito altamente compreensivo e chegou mesmo a transmitir ao Sr. Presidente da República a sua opinião, no sentido de que a medida merecia ser sancionada.

Devo salientar, por outra parte, a boa vontade do atual titular da Pasta da Justiça, Ministro Gama e Silva, que também levou ao Sr. Presidente da República a sua palavra de simpatia ao projeto, bem como a do eminente Ministro Rondon Pacheco, Ministro Extraordinário da Casa Civil, que desde a primeira hora, ofereceu a melhor cooperação, através da sua Assessoria, para que a Lei nº 5.390 recebesse a sanção presidencial.

Sr. Presidente, a Lei 5.390 acha-se assim redigida:

"LEI Nº 5.390, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1963

Dispõe sobre a inscrição, como Solicitador-Acadêmico, na Ordem dos Advogados do Brasil, e dispensa de estágio profissional e Exame da Ordem.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º Aos alunos das Faculdades de Direito, oficiais ou fiscalizadas pelo Governo Federal, matriculados ou que venham matricular-se até o ano letivo de 1963, na 4ª e 5ª séries do curso de Direito, é assegurado o direito à inscrição, na Ordem dos Advogados do Brasil, na categoria de Solicitador-Acadêmico, ficando dispensado dos requisitos da es-

tágio profissional e da Exame da Ordem para ulterior admissão nos quadros daquela entidade.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1963; 147º da Independência e 86ª da República.

A. COSTA E SILVA

Jarbas G. Passarinho."

Também para que conste dos Anais desta Casa, lerei a carta que recebi do eminente advogado Celestino de Sá Freire Bastião, Presidente da Ordem dos Advogados, Seção do Estado da Guanabara, que, em nome dos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados de todos os Estados do Brasil, se congratula conosco pela aprovação do projeto e emenda de nossa autoria, que, conforme adiante, "vão ao encontro dos interesses de milhares de estudantes dos cursos jurídicos do País.

Esta carta é do seguinte teor:

"Excelência.

Tendo chegado ao conhecimento deste Conselho Seccional a notícia da aprovação da emenda de sua autoria, ao Projeto da nº 202-C, que prorroga até 31 de dezembro de 1968 o prazo para a inscrição de Solicitadores-Acadêmicos, para os alunos matriculados nas 4ª e 5ª séries das Faculdades de Direito, venho congratular-me com V. Exa. pela vitória alcançada no Congresso, e, ao mesmo tempo, significar o integral apoio não só deste Conselho como dos demais Conselhos Seccionais de todo o Brasil, de acordo com a última reunião do ano de 1967, à matéria de estudantes dos cursos jurídicos.

O estágio criado pelo Estatuto dos Advogados ainda não pôde ser efetivado pela necessidade da respectiva regulamentação e do programa de ensino, o que tornou imperativa a prorrogação do prazo para inscrição dos solicitadores.

Aproveitando o ensejo, transmito-lhe por cópia o apelo por esse Conselho dirigido a S. Exa. o Sr. Presidente da República, e a resposta de seu gabinete.

Atenciosas saudações — Celestino de Sá Freire Bastião, Presidente."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem. Palmas.)

O SR. SINVAL EDOVANTURA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho falar a respeito do assaltamento da estrada BR-365, que interliga as cidades de Patos de Minas, Pirapora e Montes Claros, bem como do assaltamento da Estrada BR-10, que liga as cidades de Cristalina, Catalão e Araguari.

A Comissão de Transportes realizou uma reunião com o Ministro Mário Andreazza, quando ouvimos um relato de S. Exa. a respeito das suas atividades no setor transporte rodoviário, marítimo e ferroviário. Tivemos de S. Exa. uma palavra de esperança, informando-nos que para os serviços da BR-365, que interliga Patos de Minas, Pirapora e Montes Claros, estão sendo providenciados recursos, inclusive financiamentos através do IBRA, assim também para a admirável Estrada BR-50, que tem a finalidade de ligar Brasília a Santos, passando por Cristalina, Catalão e Araguari, numa economia de cento e tantos quilômetros naquela Estado industrial. Como representante do Alto Paranaíba e do Triângulo, ficamos satisfeitos pelo encaminhamento das obras dessas duas estradas a que me referi, pois até o momento vários municípios daquela

região não têm sequer um palmo de estrada asfaltada.

Devo dizer, como representante de Minas Gerais e membro da Comissão de Transportes, que o atual Ministro dos Transportes merece da nossa parte os maiores aplausos pela administração dinâmica que está empreendendo naquela Pasta. Fico mesmo entusiasmado quando vejo um brasileiro como Mário Andreazza, atento a todos os problemas do seu Ministério, procurando fazer jus à Revolução muitas vezes à sua capacidade diante do Governo a qual. Somente o Ministério dos Transportes já justifica um Governo; e o Coronel Mário Andreazza, com o que está executando na sua Pasta merece realmente, os parabéns e a confiança do povo brasileiro. O seu programa de asfaltamento de oito mil quilômetros de estradas em diversos setores do Brasil é mais uma esperança para o progresso de nossa Pátria. Pela primeira vez, portanto, em vinte e tantos anos que estamos na política, temos rodovias que somos, a esperança de levar o asfalto àquela região, a fim de que possamos transportar o milho que produzimos na cidade de Patos, a capital nacional do milho.

Sendo assim, nossos agradecimentos ao Ministro e ao Dr. Elizeu Rezende, esse extraordinário mineiro, que tem procurado emprestar a sua inteligência e a sua liderança ao setor rodoviário do Brasil. (Muito bem.)

O SR. CLETO MARQUES:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Departamento dos Correios e Telégrafos fez realizar, nestes últimos dois anos, diversos concursos para preenchimento de cargos nos seus quadros, especialmente de operadores postais, carteiros e mensageiros, que dizem mais ao perto com a atuação daquele órgão do Governo. Ocorre, porém, que, não obstante decorridos mais de dois anos, até hoje o D. C. T. não adotou as medidas necessárias a fim de que os candidatos habilitados em concurso público obtivessem as nomeações.

Tenho recebido, do meu Estado, muita correspondência de candidatos habilitados, solicitando-me informações que os tranquilizem, uma vez que tiveram despesas na sua preparação e no aprimoramento dos seus conhecimentos para se submeterem ao concurso, pois, como sabe V. Exa. e toda a Casa, esses cursos intensivos para preparação de candidatos que se destinam ao Serviço Público são muito dispendiosos e a maioria dos candidatos que se submetem às provas de seleção é composta de pessoas de poucos recursos, de situação financeira precária.

Quer-me parecer, Senhor Presidente, não ser de justiça haver o DCT aberto inscrição, feito realizar os concursos, para os quais os candidatos despendem importância superior muitas vezes à sua capacidade financeira, e não autorizar agora o aproveitamento daqueles legalmente habilitados.

Dai por que, em trazendo a Casa a notícia de que os candidatos aprovados estão intranquilos, valho-me da oportunidade para formular um apelo ao Senhor Diretor-Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos, a fim de que S. Exa. que em reiterados pronunciamentos à imprensa e ao rádio tem reconhecido, ele próprio, a ineficiência e até a precariedade dos serviços daquele órgão, sobretudo porque ele não dispõe de material humano suficiente e habilitado para oferecer ao público um serviço realmente à altura das suas necessidades, nomeie os concursados. Pois bem, Senhor Presidente, ele, o Senhor Diretor-Geral do DCT, que reconhece estas deficiências da repartição que dirige e que sente, por certo, a exi-

gência de serem os quadros do DCT preenchidos com pessoal habilitado, preparado, com elemento humano realmente capacitado, com a sua competência aferida em concurso público, que promova, de logo, a nomeação daqueles que com tanto esforço e com tanto sacrifício prestaram concurso e que esperam assim, ter a sua oportunidade no Serviço Público, através da porta justa, honrada, da porta estreita que é o concurso, na aferição de valores. (Muito bem.)

O SR. ADENALDO GOMES:

(Comunicação, L.) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, desejamos, neste espaço que nos é facultado pela inscrição na hora destinada aos pequenos expedientes, chamar a generosa atenção dos ilustres líderes do Governo e da Oposição, bem como de todos os senhores representantes do povo, com assento na Câmara dos Deputados, para assunto que julgamos de maior relevância para uma das classes mais sofridas e abandonadas deste País no concurso unânime de todos quantos detentam representação popular, a classe dos lavradores, dos produtores rurais, dos agricultores.

Não precisaríamos discorrer perante os ilustres membros desta Casa, acerca da profunda injustiça e da grande desumanidade com que são e foram tratados, em todas as épocas, aqueles que são responsáveis pela produção dos alimentos, indispensáveis à nossa própria sobrevivência.

Tentativa, é bem verdade, estão sendo feitas, principalmente no atual Governo — e dentre elas, cumpre destacar a elaboração do profundo estudo sobre problemas agro-pastoris, consubstanciado na "Carta de Brasília". — a fim de serem atacados os principais males que afligem a infraestrutura agrícola. Todavia, como é de ver, os resultados de tal política não se podem colher de imediato, os quais, ainda, tendem a ser agravados e dificultados pela ausência de maiores possibilidades financeiras da Nação.

Todas as graves distorções, erros, falhas, mazelas, deficiências, enfim, desse setor infra-estrutural, cujas razões não são objeto de nosso trabalho, na presente oportunidade, levam o desassossego, a incerteza e a apreensão aos que ali desenvolvem suas atividades, e que se constituem em séria ameaça por cento da população nacional.

Um dos aspectos mais constrangedores e tristes da conjuntura, envolve o velho trabalhador, o almejado e desamparado lidador da terra, que, atingido certa idade, minado pela doença, vivendo em condições de pauperismo e abandono, diminuídos suas forças e resistências orgânicas, já não pode desenvolver atividade capaz de garantir os últimos dias de sua existência, como também de sua mulher, e filhos ainda menores.

Tão impressionados estamos com o doloroso problema, que esgo a envolver essa classe, útil e necessária, imprescindível e atuante no processo do desenvolvimento nacional, e que hoje vive verdadeiro drama de angústia e de desespero, pela ausência completa do amparo previdenciário, principalmente aquele que diga respeito à assistência médico-hospitalar, que resolve os estudos com todo o cuidado o assunto, para oferecer, dentro da sistemática legal pátria, a nossa colaboração, combinado com o esforço visando a dar ao lavrador idoso e aquecido, com mais de setenta anos, o amparo que a sociedade já lhe deve, pelos serviços inestimáveis que lhe prestou.

Permitto-nos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, proceder à leitura do projeto de lei que no dia 5 do corrente apresentamos à alta consideração desta Casa, visando, como já dissemos, atribuir ao produtor rural com mais de setenta anos, uma aposentadia

doria por velhice, observadas as condições nelle constantes:

"O Congresso Nacional decreta: Art. 1º A arrecadação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural, regulada pelo artigo 158, da Lei nº 4.213, de 2 de março de 1963, e alterada pelo Decreto-Lei nº 276, de 28 de fevereiro de 1967, será aplicada, prioritariamente, na concessão da aposentadoria por velhice ao trabalhador rural que conte mais de 70 anos de idade e que não disponha de recursos próprios para sua manutenção.

Parágrafo único. A aposentadoria por velhice é extensiva aos lavradores que explorem pequenas áreas de terra, em arrendamento, comodato ou parceria, que contem ou venham a contar, igualmente, 70 anos de idade, sem que também disponham de recursos próprios para a sua manutenção.

Art. 2º A prova de que o trabalhador rural ou o pequeno lavrador não disponha de recurso próprio, será feita com atestado fornecido pelo Juiz de Direito da Comarca.

Art. 3º A aposentadoria por velhice consistirá em uma renda mensal correspondente ao valor do salário mínimo local.

Art. 4º Depois de atendida a despesa com a aposentadoria, por velhice regulada por esta lei, o saldo da arrecadação do Fundo, será aplicado na prestação de assistência médico-social ao trabalhador rural e seus dependentes, de acordo com o que prescreve o artigo 2º do decreto-lei nº 276, de 28 de fevereiro de 1967, respeitando o que estabelece o parágrafo único, do artigo 4º do citado decreto-lei nº 276.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 5 de março de 1968. — Deputado Adhemar Ghisi.

Justificativa

Um dos quadros mais constrangedores da atual conjuntura social brasileira é o do trabalhador rural que atinge a velhice, sem recursos, passando a viver às expensas dos filhos, quando os possui. Outros, vêm-se na árdua contingência de mendigar para conseguir o sustento próprio e da sua velha companheira.

Idêntica situação é a do pequeno agricultor, que lava a terra no sistema de arrendamento ou parceria.

A legislação brasileira já assegura uma renda mensal ao funcionário público, que completa 70 anos no exercício do seu cargo, quer seja da administração direta ou indireta, direito este que está consagrado no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

A Lei Orgânica da Previdência Social adotou no seu texto idêntico benefício para o segurado que exerce atividade na empresa privada, o qual foi mantido no Decreto-lei nº 66, de 21 de novembro de 1966.

Tanto o servidor público como o empregado defendido pela CLT, têm essa vantagem assegurada não somente no texto dos respectivos diplomas legais. Ela, de fato, vem sendo aplicada a todos os servidores públicos e segurados do INPS, ao atingirem a idade limite, entram no gozo do benefício, nos termos em que regula a lei que disciplina a matéria de cada uma dessas classes.

A Lei nº 4.213 de 2 de março de 1963, que dispõe sobre o — Estatuto do Trabalhador Rural — criou o Fundo de Assistência e

Previdência do Trabalhador Rural e estabeleceu, entre vários benefícios a serem prestados ao respectivo segurado, a aposentadoria por velhice. O recolhimento e administração do Fundo ficariam a cargo do IAPI, bem como a concessão dos benefícios.

Nada, porém, surgiu do benefício efetivo em favor do trabalhador rural, sob qualquer forma de assistência. Posteriormente, o decreto-lei nº 276, de 28 de fevereiro de 1967, deu novas normas sobre a arrecadação do Fundo, e estabeleceu, como preferencial, a assistência médico-social, a qual será prestada na medida das possibilidades financeiras do Funrural, sigla que passou a determinar aquele Fundo.

Criou, ainda, uma comissão diretora para gerir o Fundo, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

A despesa com a aposentadoria do trabalhador rural, em decorrência de haver completado 70 anos de idade é aproximadamente um terço da previsão da receita, conforme comprovam os dados estatísticos.

Os resultados preliminares do censo demográfico dão uma população rural brasileira, do sexo masculino, acima de 70 (setenta) anos e de idade ignorada, 297.027. Desprezando cerca de 10 %, como sendo o equivalente à idade ignorada, restam cerca de 270.000 cidadãos.

Considerando que metade desta população que povoa a zona rural dedica-se à agricultura significa que 130 mil homens acima de 70 anos, são agricultores. Mesmo que um terço seja dotado de recursos, restam cerca de 83 mil pessoas que seriam beneficiadas pela aposentadoria compulsória, a que se refere o Projeto. Admitindo que o valor médio do salário-mínimo, vigente na zona rural, seja NC\$ 70,00, vamos encontrar uma despesa média mensal, em torno de NC\$ 5.800.000,00 e anual de NC\$... 70.000.000,00.

Em face de idênticos argumentos deve-se admitir que cerca de 20 mil trabalhadores rurais do sexo masculino, desprovidos de recursos, atingirão anualmente 70 anos de idade, o que significa que a despesa mensal será acrescida de NC\$ 1.400.000,00, e a anual de NC\$ 16.800.000,00. É verdade que para este argumento haverá possibilidade de cobertura parcial, em decorrência do aumento vegetativo na arrecadação do Fundo e, igualmente, elevação da quantidade e do preço dos produtos rurais, sobre os quais incide a taxa de 1 %.

Convém ressaltar que estes cálculos são feitos considerando o censo do ano de 1960, conforme já foi dito. Se atentarmos que de 1960 a 1968 houve um acréscimo superior a 20 % na população, podemos também aceitar que este resultado hoje seja um pouco mais elevado.

A arrecadação prevista pelo INPS para o Funrural, durante o exercício de 1968, será da ordem de 200 milhões de cruzeiros novos.

A vista do levantamento procedido, a despesa com a aposentadoria por velhice oscilará em torno de 70 milhões de cruzeiros novos, em idêntico período.

Reservando 10 % sobre a receita do Fundo, que o decreto-lei nº 276 atribui ao INPS, como compensação pelos trabalhos que presta, restariam mais de cem milhões de cruzeiros novos, para atender aos serviços de assis-

tência médico-social. Essa importância seria aplicada pela Comissão Diretora do Funrural, nos termos do disposto na alínea "C" do parágrafo 4º, do artigo 3º, do citado decreto-lei nº 276, de 28 de fevereiro de 1967.

Tratando-se de uma das mais elevadas sentidas social e humano, é de prever-se que este Projeto há de encontrar a melhor acolhida da parte dos Ilustres Congressistas.

Realizada a leitura do documento de nossa autoria, desejamos com o respeito e a consideração que devotamos aos nossos eminentes pares e ilustres líderes nesta Casa, solicitar o seu estudo patriótico e dedicado da matéria ora focada, a fim de que todos possamos contribuir com o nosso trabalho em função dos interesses de uma das classes mais desamparadas e sofridas desta Nação, e que de nós nossa clareza de espírito público muito espera. (Muito bem.)

O SR. TEÓFILO PIRES:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, quero manifestar minha estranha e total repulsa, em nome da região de Minas Gerais que tenho a honra de representar, ao Decreto nº 62.214, de 1º de fevereiro de 1968, ue, dispondo sobre as atividades do Departamento Nacional de Obras contra as Secas e do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, retira daquela região mineira o DNOCS, substituindo-o por uma SUVALE desarticulada e desmoralizada.

Não estava no Brasil a 1º de fevereiro, quando o maléfico decreto foi assinado e publicado. Comente agora, pelas vozes de protesto que me vêm da cidade de Montes Claros, procurei recolher exemplares do "Diário Oficial", e encontro este decreto, que leio na íntegra para constar do meu discurso:

"O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 83, item II, da Constituição, e tendo em vista a conveniência de evitar superposição ou duplicação de atribuições dos órgãos que, sob a supervisão do Ministério do Interior, atuam na área do Nordeste, e nos termos dos artigos 146 e 211 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, decreta:

Art. 1º — O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) dedicará-se à primordialmente ao aproveitamento dos recursos hidráulicos, respeitada a competência específica do Ministério das Minas e Energia.

Parágrafo único — A área de atuação do DNOCS corresponderá à da SUDENE, excetuando aquela em que atua a SUVALE.

Art. 2º — O DNOCS absorverá, mediante convênio, as funções que, na área de sua atuação, são atualmente exercidas pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento).

Art. 3º — O DNOCS e o DNOS serão objeto de progressiva reestruturação, mediante atos expedidos pelo Ministro do Interior, que terão vigência temporária, até que a matéria seja definida e consolidada por decreto do Presidente da República.

Parágrafo único — A reestruturação obedecerá ao disposto nos artigos 146 e 211 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, remetendo-se, à medida que forem sendo expedidos, cópia dos atos referidos neste artigo ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Escritório da Reforma Administrativa).

Art. 4º — Os quadros, tabelas e níveis de remuneração do pessoal do DNOCS estão sujeitos à prévia aprovação do Presidente da República, e a administração do pessoal reger-se-á pelo disposto na legislação e normas gerais em vigor.

Art. 5º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de fevereiro de 1968, 147ª da Independência e 80ª da República.

A. Costa e Silva
Afonso A. Lima
Hélio Beltrão

Creio, Senhor Presidente, que os ilustres representantes do Nordeste do País nesta Casa ainda não atentaram para o prejuízo que também para eles advirá deste decreto, que já está em vigor. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas deixará de atuar naquelas regiões onde exista a Superintendência do Vale do São Francisco. E esta tem por âmbito de ação quase toda a área de atuação da SUDENE, eis que o Rio São Francisco, o rio da Unidade Nacional, nasce do extremo-nordeste do País até o centro de Minas Gerais; e aponha em Minas Gerais uma área quatro ou cinco vezes superior à da SUDENE. E no Nordeste, certamente, a proporção é idêntica.

Quero registrar a profunda repercussão que este decreto teve em todo o norte de Minas, porque lá são conhecidas as atuações do DNOCS e a total incapacidade da Superintendência do Vale do São Francisco.

Se há um órgão que funciona naquela região, produz resultados e executa obras, este é o Departamento Nacional de Obras contra as Secas. Tem sede que pode ser qualificada de imponente, em Montes Claros, tem uma oficina que rivaliza com as melhores do País para reparo de máquinas, para recuperação de tratores. A SUVALE nada disto tem. O DNOCS tem acervo de obras em todos os municípios do Polígono das Secas. A SUVALE, ao contrário, prima pela sua ausência, prima pelas prateleiras vazias das suas, denominadas residências agrícolas, que mais parecem instrumentos para empreguismo e politicagem. A SUVALE apenas nominalmente existe no norte de Minas.

Melhor andaria o Senhor Presidente da República, ao baixar este decreto se, visando, evitar a superposição, a duplicação dos órgãos, retirasse aquela que nada vale, a SUVALE, e deixasse o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Pela notícia e pela entrada em vigor do decreto, verificamos que não mais teremos a construção do açude Bico da Pedra, entregue ao DNOCS. Não mais serão abertos poços tubulares para combater as Secas. Não serão mais continuadas as obras de abastecimento de água da cidade de Montes Claros, onde o DNOCS empregou mais de um bilhão de cruzeiros antigos e neste ano tem quase um outro bilhão de cruzeiros antigos a empregar.

Releva, Senhor Presidente, registrar também que nada menos de 10 municípios do Polígono das Secas ou áreas da atuação da SUDENE, em Minas Gerais, estão fora da bacia do São Francisco.

O DNOCS teria direção, atividade, pessoal, maquinaria para atuar em 10 municípios. Por que não os conservou em atuação nos 32 outros municípios do Polígono das Secas?

Tais, Senhor Presidente, são as repercussões deste decreto, que não é possível que os representantes da área mineira do Polígono das Secas se mantenham calados, estáticos, diante da calamidade que representa esta supressão visando evitar a super-

posição de um órgão atuante, que temido para com 42 municípios de Minas Gerais uma folha de serviços dos mais assinaláveis.

Seria, Senhor Presidente, de todo desejável que o Ministro do Interior fizesse com que o Senhor Presidente da República reconsiderasse esse ato e seu gesto, baixando novo decreto, e, ao invés do Depratamento Nacional de Obras Contra as Secas, extinguísse, na área mineira do Polígono das Secas, a Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco. Este, sim, é órgão que não atua, não funciona, não tem folha de serviços; é uma verdadeira miragem, algo que não está condizente com as necessidades das nossas sociedades comuns.

Desta forma, Senhor Presidente, manifesto-me inteiramente contrário a esse decreto, e espero do Senhor Presidente da República e do Ministro do Interior a sua revogação, em benefício da região que represento nesta Casa. (Muito bem.)

O SR. ANAPOLINO DE FARIA:

(Comunicação — Lê) — Sr. Presidente, o "Correio da Manhã" de domingo último publicou declaração do presidente da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia, professor Alberto Soares Meirelles, enfatizando que "todas as escolas médicas do Brasil podem receber — ainda em 68 — mais alunos e resolver, definitivamente, o problema de excedentes, desde que o Governo pague melhor aos professores, e estes possam dar maior número de horas de aula".

A rede hospitalar que o Governo mantém à sua disposição a Previdência Social, os nossos do Ministério da Saúde, os hospitais das Forças Armadas — se mobilizada, num esforço coordenado, acabara com a falta de vagas.

Segundo as palavras do Professor Meirelles, "se o Hospital Central do Exército, com sua grande ociosidade, fosse mobilizado, tanto quanto os outros hospitais brasileiros, que não servem ao ensino da Medicina, o problema do excedente seria combatido de modo eficaz, e ainda teríamos o aperfeiçoamento do atendimento hospitalar".

A solução oferecida pelo Ilustre Professor atende, inclusive, ao pretendido pelo Ministro da Saúde, com o plano de interiorização da Medicina, com médicos.

E se harmoniza perfeitamente com o programa do Governo eis que solucionar o angustiante problema dos excedentes sem onerar nossas finanças, já tão combatidas.

Que honraria e respeito ao Ministro da Educação, o da Saúde e as Forças Armadas tomando conjuntamente, medidas imediatas ou em relação ao assunto, e teremos extinguido essa mancha dos excedentes, que cada ano mais se agrava.

A carência de médicos no País, Senhor Presidente, denuncia a o Governo como crescente mal que urge extirpar da vida nacional; no entanto, não tuma, concernentemente a matéria, as providências que se impõem e com a urgência que o caso requer.

Se era por falta de idéia, aí está a solução apresentada pelo Professor Meirelles.

Que o Governo ponha em obra a omissão dos médicos oficiais e das universidades, e não mais teremos excedentes de medicina e Brasil a dentro novos médicos levarão seus conhecimentos na recuperação e preservação da saúde da população interiorana.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem.)

O SR. FRANCISCO PEREIRA:

(Comunicação — Sem revisão do orador). — Senhor Presidente, a re-

gião norte e nordeste de Minas Gerais, que se situa em grande parte na área física do meu mandato, está passando por momentos dramáticos.

Grande parte dela se situa na zona seca mineira, na área do polígono, e as providências solicitadas aos Governos estadual e federal, em relação com o Governador Israel Pinheiro, às enchentes que atormentam no momento as populações locais, ainda não surtiram os resultados desejados.

O Senhor Presidente da República, em datas de anteontem e ontem, expediu telegrama aos Ministros da Saúde, do Interior e dos Transportes, solicitando providências urgentes. O texto do telegrama é este:

"Tenho honra comunicar Vossência que Excmo. Sr. Presidente da República reclamou seja prestada toda assistência à população cidades Montes Claros, Monte Azul, Januária e outras localizadas na área adjacente norte Minas atingidas pela enchente. Cordiais saudações Rondon Pacheco Ministro Extraordinário para Assuntos Gabinete Civil Presidência da República".

Esse despacho, em forma de telex, foi enviado aos Ministros do Interior, da Justiça e dos Transportes, e hoje, pelo telefone, estamos procurando manter contato para saber quais as providências tomadas por estes Ministros.

Ao mesmo tempo, Senhor Presidente, vimos mantendo contato diário com o Governador Israel Pinheiro, que me tem informado, pelo telefone, Comércio do Rio de Janeiro, a tramitação das providências tomadas pelo Governo do Estado, no sentido de minorar os sofrimentos das populações atingidas pelas enchentes em toda a Região Norte e Nordeste, especialmente Spinosa, Monte Azul e Januária.

Mas agora mesmo, Senhor Presidente, acabo de receber radiotelegrama do Arcebispo de Montes Claros, Dom José Alves Trindade, fazendo relato dramático da situação em que se encontra aquela população; ainda mais, o Prefeito de Monte Azul, em data de ontem, enviou-me radiograma em que pede que transmita, por caridade, ao Presidente da República e ao Governador do Estado apelo urgente para que socorram as populações atingidas.

Em síntese, Senhor Presidente, nossa estranheza é que, em telefonema dado agora para Montes Claros, ficamos sabendo que nenhuma providência até agora chegou àquela cidade, inclusive o avião pelo qual seriam enviados remédios. Em resumo, para conhecimento da Casa, estamos dando um quadro da situação em que se encontra aquela população.

As regiões norte e nordeste do meu Estado e áreas adjacentes para onde se desloca, nestes últimos anos, a nova mentalidade empresarial dos mineiros, especialmente na zona seca do Polígono, está passando horas atormentadas com as enchentes devastando lavouras, destruindo casas, levando o desespero e a morte. Já não são apenas as cheias dos grandes rios São Francisco e Jequitinhonha. Agora, os pequenos rios — Verde Grande, Gutubá, Pacuí, Abatié, Paracatu, Ususua, Cohn, Rubim e seus afluentes — invadem as lavouras, as cidades e os campos, dando novas e dramáticas dimensões à crise.

Desde dezembro, a cidade de Almenara, ao nordeste do Estado, sofre as consequências das enchentes do rio Jequitinhonha. O Prefeito Hélio Guimarães, os vereadores e as entidades de classe e assistência locais prestaram serviços inesquecíveis às populações atingidas e, em relatório que enviou ao Senhor Presidente da República, chamou o Projeto Hélio Guimarães

marções a atenção do Chefe do Governo para a aprovação do problema.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO:

(Comunicação — Sem revisão do orador). — Senhor Presidente, na data de hoje, completa 88 anos de existência a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, a tradicional entidade que congrega os comerciantes do Estado da Guanabara.

Nesta data, também, empossa-se, reeleito por mais um triênio, o Senhor Bernardo Gomes da Silva, uma das figuras mais expressivas da classe comercial e que vinha realizando a frente daquela entidade uma excelente gestão.

A construção da nova sede no Meier, a intensificação das atividades culturais, educacionais, a organização de um departamento de assistência judiciária e previdenciária e, bem assim, maior atuação em prol dos direitos e dos interesses da classe e ampliação dos serviços assistenciais da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, foram os pontos principais do programa administrativo do Senhor Bernardo Gomes da Silva.

A reeleição do Senhor Bernardo Gomes da Silva em chapa única, na qual se conjugaram todas as correntes políticas da Associação dos Empregados no Comércio, é consequência da sua excelente administração a frente dos destinos dessa tradicional instituição.

Ao fazer este registro, quero, desta tribuna, saudar a nova Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, formulando votos para que prossiga prestando bons serviços em prol da classe comercial. (Muito bem.)

O SR. NASSER DE ALMEIDA:

(Comunicação — Lê) — Senhor Presidente, desta tribuna, endereço ao embaixador Dr. Delfin Neto, Ministro da Fazenda, veemente apelo no sentido de determinar o aceleramento do processo de concessão do aval pleiteado pela Paraense Transportes Aéreos S. A., para a importação dos aviões F.H. Turbo-hélice, destinados ao transporte de passageiros e cargas pelos céus da Amazônia.

Não somente o merece a Paraense pelo estado sólido de suas finanças, mas sobretudo pelos bons serviços que há muito vem prestando à região mais subdesenvolvida do País.

A Paraense há desenvolvido um trabalho pioneiro e permanente na Amazônia, tudo arrostando, desassombadamente, com os perigos normais de empresa aérea privada.

Não se lhe fará, por consequência, propriamente um favor, mas se lhe reconhecerá a patriótica atuação, concedendo-lhe o referido aval à operação encetada.

Antecipando agradecimentos ao Sr. Ministro da Fazenda pelo imediato atendimento ao pedido que ora lhe formulo, asseguro a S. Ex.^a a gratidão de toda a população da Amazônia, por mais essa decisiva colaboração.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. GARCIA NETO:

(Comunicação. Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há pouco tempo, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Rural e Urbano de Corumbá, por uma plebênea de homens de empresa daquela cidade, a fim de estudar os problemas máximos do grande cidade do Centro-Oeste brasileiro, aliás um dos maiores centros industriais da região. Dirige, como Presidente, o Conselho de Desenvolvimento Ru-

ral e Urbano de Corumbá o Ilustre patriótico Comandante Paulo Tostes de Souza, homem dedicado aos problemas locais.

Recebo, agora, Sr. Presidente, uma relação das maiores reivindicações do município de Corumbá, encaminhada ao Governo Federal, e quero que conste essa relação dos Anais desta Casa, a fim de que fiquem aqui registrados os problemas maiores da referida cidade.

Por várias vezes tive a ocasião de falar desta tribuna sobre os problemas de Corumbá e de Mato Grosso.

Trago agora, Sr. Presidente, ao conhecimento da Casa uma relação das maiores reivindicações daquele município, cujas soluções são julgadas necessárias e urgentes pelos homens de empresa de Corumbá.

São as seguintes:

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO DE CORUMBÁ (CODERURB)

Lista das maiores reivindicações do município de Corumbá ao Governo Federal (Elaborada com a colaboração das classes produtoras de Corumbá)

Setor Comercial:

1^a — Estrada de Rodagem — Saída Rodoviária Rumo a Aquidauana. Justificativa — A BR-262 é de vital importância, tanto de ordem econômica, como estratégica; para nós, corumbaenses, urge que se torne uma realidade; estamos separados de Aquidauana a uma distância de 308 quilômetros. Já existem estudos numerosos a respeito da construção dessa estrada.

Rogamos ao Governo Federal que determine a construção imediata dessa estrada.

2^a — Melhoria das Condições de Navegabilidade do Rio Paraguai e de seus afluentes.

Justificativa — A navegação fluvial, no regime das vazantes, pelos Rios Paraguai e Culabá, em demanda para o norte e sul, fica sensivelmente prejudicada pela obstrução dos canais, chegando mesmo a ficar paralisada em cinco meses por ano. Assim, os minérios de manganês e ferro, as madeiras, o gado, o carandá, o cimento muitas outras riquezas ficam impossibilitadas de serem exportadas, bem como prejudicada a importação de trigo de que tanto carecemos em nossa região.

Urge dar atenção às nossas vias navegáveis, dragando seus leitos, fazendo seus balisamentos e sinalizações náuticas com técnica moderna, para que neles possam navegar navios e comboios integrados, adequados, a boas condições de navegabilidade.

3^a — Criação da Zona Franca de Corumbá, nos moldes da Zona Franca de Manaus

Justificativa — Proporcionar em Corumbá uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, com a finalidade de expandir em Corumbá as atividades da indústria e do comércio, dotados de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento em face dos fatores locais fronteiriços com a Bolívia e Paraguai, e da grande distância, a que se encontram os centros consumidores dos seus produtos.

Setor Industrial:

1^a — Extensão da Energia Elétrica de Urubupungá até Corumbá.

Justificativa — Maior economicidade no custo, incentivo à instalação de novas indústrias e maior desenvolvimento para toda a região.

2^a — Estudo de implantação do Gásdo da Bolívia para Corumbá, para fins industriais

Justificativa — A vinda do gás do quefeito da Bolívia para o Brasil,

através de gásduto iria favorecer de modo surpreendente o desenvolvimento industrial; outra forma seria a importação do gás através de vagões-tanques, aproveitando o retorno das composições da Estrada de Ferro Nordeste do Brasil que demandará a cidade boliviana de Santa-Cruz de La Sierra.

Sector de Agro-Pecuária:

1ª — Revisão do critério de Tributação do Imposto Territorial Rural levando-se em consideração as singularidades do Pantanal.

Mato-Grossense

2ª — Venda direta e a longo prazo, pelo Ministério da Agricultura de 5.000 (cinco mil) reprodutores, a fim de melhorar a qualidade do gado de corte da região.

3ª — Aumentar o limite de Operação para a Pecuária por parte da Agência local do Banco do Brasil, concedendo-lhe autonomia para deferimento de propostas e permitindo o financiamento de até 500 (quinhentos) matrizes de raça, por produtor, e a longo prazo.

4ª — Investimentos do Inda, em projetos de desenvolvimento Agrário do Município.

Quero daqui transmitir aos homens do capta das cidades do oeste mato-grossense os meus parabéns e os votos de que o trabalho que começam a efetuar tenha repercussão nesta Casa, tenha repercussão no Poder Executivo, a fim de que os problemas de Mato Grosso não fiquem dormindo à espera da solução tão necessária, para os mato-grossenses e para o Brasil. (Muito bem.)

O SR. ALÍPIO CARVALHO:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente como está na moda a crítica a todos os atos da Polícia Federal, relacionados à censura de filmes e de peças de teatro, dias atrás, mais uma vez, ouviu esta Casa a palavra fúnebre do nosso colega Deputado Hermano Alves, dessa feita para caracterizar que somente aos desprovidos de cultura artística e política poderia ocorrer a determinação de interditar filme de Godard, "La Chinoise".

Acha o nobre Deputado Hermano Alves que essa "Chinoise" de Godard também não poderá ser exibida na União Soviética, e que na Europa o filme foi criticado duramente pelos responsáveis por cinemas de tendências comunistas. Então, pergunta, por que também no Brasil essa interdição?

Permita-me, portanto, perguntar-lhe: Que tem o nosso País a ver com a opinião dos críticos de tendências marxistas da Europa? Que nos interessa saber se na Rússia Comunista o citado filme será ou não exibido? Será que o nobre colega acha mesmo que aqueles critérios e padrões do mundo marxista são os que devemos conhecer para tomar uma decisão sobre a censura de um filme?

O Cel. Campelo, nobre colega, pode não ser um expert na filosofia marxista. Pode, assim, não distinguir muito bem as nuances entre os marxismos da União Soviética, e de Mao-Tse-Tung, mas a verdade é que ele tem sabido distinguir muito bem o que nos convém do que não nos convém, no sentido da preservação da nossa causa democrática, dos nossos costumes e da nossa ética.

V. Exª, na certa, não pode desconhecer que o filme "A Chinoise" retrata, em detalhes, a luta entre as duas correntes do comunismo (chines e russo) que se verifica atualmente na França. Mostra as atividades de uma célula comunista integrada por jovens estudantes de uma universidade que entram em conflito ideológico. Vários temas são abordados — todos eles dentro do espírito e da doutrinação comunista.

É uma verdadeira aula de pregação comunista, quase ao vivo, pela técnica adotada, pelo trabalho de câmera, pela iluminação, pelo roteiro e pela movimentação.

As suas mensagens são, portanto, solitivamente negativas, prejudiciais à causa da democracia.

Foi por isso, prezado colega Deputado Hermano Alves, que o Cel. Campelo não liberou o filme "A Chinoise", tendo em vista conter o mesmo doutrinação contrária aos interesses da Segurança Nacional.

E não poderia ser por outras razões, como aquelas afirmadas ou insinuadas pelo nobre Deputado, porque o Diretor da Polícia Federal, que é um cidadão consciente da sua responsabilidade de defensor da nossa causa democrática, jamais iria inspirar-se em critérios próprios a outras consciências filosóficas, ou subordinar-se a manobras mesquinhas de hábito dos que pregam que os fins justificam os meios.

Srs. Deputados, o Cel. Floriano Campelo, diretor da Polícia Federal, para o nosso goáudio, pela sua formação moral e pelas suas convicções democráticas, não pode, de forma alguma, ser enquadrado naquela moldura criada pelo nobre Deputado Hermano Alves. Pode ser que não seja um expert na teoria marxista, nem um entendido nos postulados de Mao-Tse-Tung, mas que é um homem digno e capaz, isto é, é digno o seu cargo exercendo-o com tranquilidade e desassombro — outra verdade que a ninguém cabe negar. (Muito bem)

O SR. CELESTINO FILHO:

(Comunicação) — Sr. Presidente do orador) — Sr. Presidente está na pauta dos nossos trabalhos, o projeto nº 1.061-68 — Mensagem em que o Poder Executivo propõe a alteração da Lei que criou a Superintendência do Desenvolvimento Centro-Oeste Brasileiro. Já antes mesmo de entrar em funcionamento a Superintendência o Poder Executivo propõe uma alteração na área territorial que deverá ficar sob a jurisdição daquele órgão. Dai verificarmos que a elaboração das leis, da maneira como vimos fazendo nesta Casa, com influência decisiva do Poder Executivo, sem quase possibilidade de formular emendas, é completamente errada. Trata-se da ampliação de área de um território de Mato Grosso e Goiás, que entendemos justa; mas isso poderia ter sido feito na época da votação da lei.

Fazemos este registro, apenas para formular uma crítica pela maneira adotada com que são votadas as mensagens do Executivo.

Por outro lado, desejamos realçar o descaso da administração pública do Estado de Goiás, o desinteresse que o Governo do Estado vem mostrando pelo recebimento das verbas federais, o que podemos comprovar através da resposta a requerimento que formulamos ao Poder Executivo. Segundo os dados que temos em mãos o Governo de Goiás recebeu, a partir de 3 de setembro de 1964, até a presente data, 213 mil cruzeiros novos para aplicação no setor da agricultura, da pecuária e também na implantação de colônias agrícolas. Por falta de prestação de contas desse recebimento, o Poder Executivo de Goiás deixou de receber 303 mil cruzeiros novos, o que representa um prejuízo muito grave para o desenvolvimento econômico do nosso Estado.

Não vamos fazer a leitura discriminada de verba por verba, mas se encontra em nosso poder a resposta ao nosso pedido de informações. Queremos realçar apenas a última parte desta resposta, que diz:

"Em 1965, convênio firmado com o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de

Goiás, para despesas de qualquer natureza com serviços assistenciais e aplicação em colônias agrícolas e serviço de pecuária, 270 milhões, através dos ofícios números 384, 1.894, 2.477, de 1966 e 1967, desta Superintendência.

Foram solicitados ao Governo do Estado de Goiás a apresentação das comprovações em atraso, condicionando o pagamento da quantia de 270 milhões à apresentação das comprovações acima discriminadas".

Esta é a demonstração da incúria da incúria do Governo goiano, que não vem tomando as necessárias providências para comprovar a aplicação das verbas que recebeu, numa demonstração de que, efetivamente, não está preparado para administrar um grande Estado como aquele.

Deixamos, nesta reclamação, o nosso apelo ao Chefe do Executivo goiano, para que leve em melhor consideração a aplicação das verbas federais em Goiás, e procure fazê-la de maneira que possa prestar contas efetivamente ao Governo Federal. Se dentro de algum tempo essa prestação de contas não vier à esfera federal, seremos obrigados a requerer a constituição de uma Comissão de Inquérito para verificar a maneira como foram aplicados os 113 milhões de cruzeiros novos, consignados no Orçamento da União para o Estado de Goiás.

Sr. Presidente, infelizmente, temos de abordar este aspecto da administração do nosso Estado. É matéria regional, mas que tem no seu fundo grande importância, dada a relevância que o Estado de Goiás, como suporte de Brasília, representa, hoje, na economia nacional. Lamentavelmente, estamos verificando no nosso grande Estado uma administração à matroca, que não leva a sério a coisa pública, e que está, segundo podemos apreender pelo resultado deste pedido de informações, aplicando dinheiro de tal maneira, que não pode, efetivamente, prestar a devida conta ao Poder Central. (Muito bem)

O SR. PARENTE FROTA:

(Comunicação — Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, embora tardamente, por motivo do recesso do Congresso, quero registrar aos Anais da Casa a infamante notícia do falecimento no dia 23 de fevereiro próximo passado em Vitória de duas grandes damas da sociedade capixaba. A primeira a Senhora Terezinha Santos Neves Leal, roubada prematuramente pela parca sinistra ao convívio do seu marido — Cel. Maurício Leal da Silva, dos seus filhos Alex e Eliana, dos seus pais ex-Governador Jones dos Santos Neves e Dª Alda Magalhães Santos Neves e dos numerosos parentes e amigos do Espírito Santo.

A segunda, Dª Ana Borges Miguel, figura veneranda e admirada por todos que tiveram a ventura de conhecê-la, era viúva do saudoso Coronel João Miguel, vulto expositivo do comércio, da política e da sociedade espírito-santense.

Deixou Dª Ana Borges Miguel os seguintes filhos:

- 1) Antônio Borges Miguel, farmacêutico na progressista cidade da Serra;
- 2) Flodualdo Borges Miguel, funcionário público federal;
- 3) Clóvis Borges Miguel, comerciante em Vitória;
- 4) Miguel João Borges, médico na Guanabara;
- 5) Jurandir Borges Miguel, médico, em Vitória;
- 6) Gutemberg Borges Miguel, cirurgião dentista em Vitória;
- 7) Wilson Borges Miguel, funcionário público federal;
- 8) Juracy Borges Miguel, funcionário público federal;

9) Leonor Borges Miguel Feu Rosa, esposa do conceituado médico em Vitória, Dr. Pedro Feu Rosa;

10) Anita Miguel Castelo, esposa do conceituado advogado, Doutor Robinson Leão Castelo;

11) Arlete Miguel Pernambuco, esposa do funcionário do Banco do Brasil, João Pernambuco;

12) Dulce Miguel Fonseca, esposa do Professor Dr. Francisco Generoso Fonseca e

13) Suzete Borges Miguel.

Entre os numerosos netos destacamos — Dr. Antônio José Miguel Feu Rosa, nosso colega de representação popular, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Dorlan Borges Miguel, atual Secretário de Obras do Estado do Espírito Santo, Dr. Pedro Feu Rosa, filho, valeroso e humanitário médico, Dr. José Maria Feu Rosa, próspero industrial em Vitória, Dr. João Drumácio Borges Miguel, Tabelião e João Miguel Feu Rosa estudante de Engenharia.

No dia do enterro de Dª Ana, a cidade da Serra através de manifestação de todas as camadas da população, sem distinção de classes e, até de adversários políticos, pranteou a memória da extinta Dª Ana Borges Miguel.

Manifestando o meu profundo pesar pelo falecimento de Dª Terezinha Santos Neves Leal e Dª Ana Borges Miguel, enviamos a nossa solidariedade cristã às famílias enlutadas, Borges Miguel, Leal Silva, Santos Neves, Feu Rosa e muito especialmente ao nosso colega Deputado Antônio José Miguel Feu Rosa. (O orador é abraçado).

O SR. JUSTINO PEREIRA:

(Comunicação. Sem leitura do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre dois assuntos desejo ocupar a atenção desta Casa. Um primeiro lugar, para congratular-me com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná pela realização, com grande brilho, com grande ocorrência de associados, do Congresso Estadual, em Londrina, dos Trabalhadores em Agricultura no Estado do Paraná. Tivemos, naquela ocasião, a demonstração do alto espírito cívico e da alta compreensão que norteia, atualmente as diretrizes sindicalistas dos trabalhadores na agricultura em nosso Estado, atualmente sob a esclarecida direção de um grande líder sindicalista que é o trabalhador José Lazaro Dumant.

Sr. Presidente, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná representa hoje, sem dúvida, um exemplo de que o sindicalismo livre, de que o sindicalismo democrático, sem peleguismo, sem fraude, da agitação da subversão e dos movimentos de greve o apanágio das suas atividades, pode trazer realmente grandes subsídios para a procura da verdade no esclarecimento das relações entre patrão e empregado, entre empresa e operário.

Sr. Presidente, congratulando-me com a realização daquele congresso em Londrina, desejo reiterar aqui os nossos votos de que a Federação dos Trabalhadores da Agricultura, no Estado do Paraná continue nesta senda de grande atividade em prol do sindicalismo no Paraná.

Outro objetivo que me traz à tribuna é realçar a decisão tomada pelo Sr. Ministro do Trabalho, o eminente Coronel Jarbas Passarinho, já anunciada publicamente, de fazer neste mês de março a implantação do plano-piloto de Goiás para atendimento dos previdenciários daquele grande Estado da Federação.

Pelas informações que temos sobre o referido plano-piloto de Goiás, embora muito sucintas, pois dele não houve ainda divulgação, esperamos que dele advinha uma total revolução no sistema de atendimento médico e então vigente no País.

Todos sabemos da calamidade que existe pelo Brasil a fôrça, néscia de 80 anos de má formulação do problema da previdência quanto ao aspecto da assistência médica. O plano-piloto de Goiás irá revolucionar, sem dúvida alguma, esse aspecto da previdência, inclusive aquele que sempre foi apanágio da previdência social, o empurramento, o paternalismo mal dirigido, mal orientado, que trouxe como consequência uma pessima assistência médica, da mais baixa produtividade e do mais alto custo, no setor previdenciário.

Estou certo de que o plano-piloto de Goiás virá por tudo isso abaixo e, propiciar a edificação da verdadeira assistência médica na Previdência Social. Acredito que o Sr. Ministro Farbas Passarinho corajosamente tomou uma decisão histórica que deixará seu nome gravado na consideração de todos os brasileiros, de todos os homens públicos, pois, além da coragem da sua atitude de enfrentar toda aquela concepção errada de 80 anos de Previdência Social, Sua Ex^a dará aos associados real atendimento, de acordo, sem dúvida alguma, com os postulados por que há tantos anos se vem batendo a Associação Médica Brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

O SR. CONHA BUENO:

(Comunicação. Sem revêto do orador) — Sr. Presidente, embora representante do Estado de S. Paulo, vimos acompanhando com muito interesse todas as providências tomadas pelo Governo da União no sentido de criar condições para o desenvolvimento da Amazônia. Por esta razão, Sr. Presidente, venho acompanhando, embora a grande distância, os trabalhos prestados pela COMARA — Comissão de Aeroportos da Região Amazônica.

Desejo, Sr. Presidente, neste instante, fazer aqui um breve relatório sobre os objetivos dessa unidade das Forças Armadas, subordinada à Primeira Zona Aérea, que tem tido um papel de extraordinário destaque nos assuntos da Amazônia.

A COMARA é atualmente administrada pelo Coronel-Aviador Luiz Felipe Machado de Sant'Ana, que tem tido inteira e completa contribuição para que este possa alcançar os seus vastos objetivos.

A área de responsabilidade da COMARA abrange cerca de 62,5% do território nacional. Além da região amazônica, tem a seu encargo, por determinação do Ministro da Aeronáutica, as obras os aeroportos do Estado do Piauí.

Portanto, a COMARA atua em mais da metade do solo pátrio, assegurando sua presença nos pontos extremos da fronteira norte, nas frentes virgens da Amazônia, até as regiões semiáridas do Nordeste. Presença as modificações e nuances de transição entre dois mundos antagônicos, de características definidas e próprias, mas integrados no continente maravilhoso e diverso que é o nosso País.

Entre os objetivos da COMARA estão os seguintes:

- Observação, dentro do possível, das rotas já estabelecidas no Plano Aeronáutico de 1953, aproveitando as localidades indicadas para fixos de rotas;
- Apoio às populações de fronteiras, especialmente nos elementos do Exército ali sediados;
- Aproveitamento de localidades em posições estrategicamente favoráveis para ações militares que por acaso venham a se desenvolver;
- Preferência para a Região Oeste da Bacia Amazônica, onde os outros meios de transporte são mais difíceis em face das longas

distâncias e dos regimes das águas;

e) Aproveitamento de localidades próximas a aeroportos de grande movimento, com probabilidade de servir como alternativas em caso de mau tempo;

f) facilidades de terreno para construção dos aeroportos e o apoio dado pelas entidades públicas e privadas do local, que possibilite o trabalho sem grande prejuízo para os de maior prioridade;

g) segurança de voo aos aviões bimotores;

h) aproveitamento dos eixos de maior densidade demográfica e maior desenvolvimento econômico;

i) preferência pelas localidades de maior desenvolvimento político-econômico.

Ao fazer, Sr. Presidente, este breve registro com respeito às atividades da COMARA, desejo aqui congratular-me com o Coronel-Aviador Luiz Felipe Machado Santana e com a sua equipe que vem cumprindo uma tarefa que reputamos da mais alta importância para a conquista da Amazônia.

Aproveitando a nossa presença na tribuna, Sr. Presidente, desejamos aqui também focalizar projeto de lei de nossa autoria, visando possibilitar a implantação, embora voluntária, do sistema da cremação em todo o País. A cremação no Brasil é uma imperiosa necessidade que apenas pode ser adiada. Mais tarde ou mais cedo, veremos a vê-la funcionando eficazmente, como, desde a segunda metade do século passado, está funcionando já nos países mais desenvolvidos.

E' por assim sentir e assim saber que a encaminhei à Mesa projeto de lei, visando generalizar a incineração de defuntos nas bases verdadeiras, Científicas, que, desde há muito e com a vez mais, adotam as nações realmente progressistas.

Podemos desde já prever que a iniciativa encontrará opositores. A cremação tem, de fato, muitos e vários inimigos, quase todos ocultos, mas fortes, cujos interesses políticos, econômicos e ideológicos ela frontalmente contraria, porque virá reduzi-los de muito, tendendo com o tempo a quase anulá-los. Em torno da morte correja uma série de interessados em explorar o habitual destino dos restos humanos, extraindo dos sobreviventes o máximo de lucro. Existe, no caso, uma complicada e gananciosa "indústria funerária", que vai desde a luxuosa marmoraria vendadora de túmulos até a prestações aos coqueiros, sequeiros de biscates e gorjetas fúnebres.

Por esta razão, Sr. Presidente, sei perfeitamente que a minha proposição, por ser um tanto avançada em face do que existe no Brasil, merecerá reparos por parte de inúmeros colegas.

Ouvindo a respeito, D. David Picão, bispo diocesano de Santos, escreveu a restrição religiosa — caso de agressiva manifestação de ateísmo — para concluir que, não se fazendo tal manifestação e tendo havido, também, formal vontade do candidato a ser incinerado, "cremar, do ponto de vista da Igreja Católica, equivaleria a enterrar o cadáver".

Por ocasião do Inquérito municipal falou também, pelos protestantes, o rev. Marcelino Pires Carvalho, pastor da Igreja Presbiteriana de Santos, dizendo:

"Do ponto de vista eclesiástico não existe nenhum obstáculo à cremação". No tocante aos ensinamentos — Bíblia ressaltou que, segundo se lê nela, "a ressurreição dos mortos não será impedida pelo modo como o cadáver se tornou pó". Acredita, entretanto, que sempre haverá o fator sentimental a considerar.

Ponhamos em vez de "sentimental" o expressivo neologismo "sentimentalístico" e estaremos de pleno acordo com o reverendo.

Portanto, desta tribuna, faço um apelo ao nobre Deputado Aldo Fagundes, Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, em favor do projeto nº 978-58, de nossa autoria. Oportunamente, Sr. Presidente, quando for discutida a proposição, com pareceres favoráveis ou contrários, aqui estaremos novamente para, arrimados em índices mais expressivos, defender esta idéia que vimos perseguindo há tantos anos.

Era o que tínhamos a dizer (Muito bem).

Durante o discurso do Senhor Cunha Bueno, o Sr. Accioly Filho, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Parente Frota, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Sousa Santos.

O SR. SOUZA SANTOS:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a nomeação do engenheiro Benjamin Batista para a Presidência da Comissão do Plano do Carvão Nacional, resolve o Governo do Marechal Costa e Silva um embaraçoso problema de grande significação para o país. Efectivamente, poucos técnicos estariam tão naturalmente indicados para o desempenho daquelas elevadas funções como o jovem piauiense, cuja vida profissional foi totalmente dedicada à pesquisa e à comercialização daquele importantíssimo elemento da economia nacional. Conheço de perto o Dr. Benjamin Batista e bem sei que ninguém melhor do que ele está capacitado a desenvolver, em termos de eficiência e dinâmica, a complexa política que rege o Plano do Carvão. Filho de tradicional família do meu Estado, seu pai, o Professor Mário José Batista foi um dos pioneiros do ensino do Direito, no Piauí, além de intelectual de grande recusação e pessoa humana e extraordinária simpatia. Todos os irmãos do eminente professor, já falecido, abraçaram profissões liberais nas quais se destacaram pela categoria de conhecimentos e lisuras no exercício das funções que desempenharam. Nem só no Piauí tiveram os Batistas, de várias gerações, oportunidades de reafirmarem a tradicional posição da família. Diversificados em vários setores de atividades, médicos, engenheiros, militares ligados ao velho tronco piauiense brilharam com invejável relevo em postos destacadamente importantes da vida nacional.

Formado na tradicional escola de Itajubá, o Dr. Benjamin Batista logo começaria atividades técnicas na Companhia Siderúrgica Nacional, diferenciando-se para o estudo do carvão e suas possibilidades econômicas. A mineração de Tubarão, em Santa Catarina, foi a sua estrela como técnico. Empagado pelo problema, galgou repetidamente posições de destaque cada vez maiores nos quadros da Companhia, afirmando-se como uma das maiores autoridades no assunto. Nesse sentido, fez estagios na Europa e Estados Unidos, tomando conhecimento de avanços científicos no vasto campo da sua especialização. Em breve intervalo, convidado pelo Governo do meu Estado serviu como diretor dos Serviços Elétricos de Teresina, onde imprimiu a marca da sua competência através de modificações no antigo sistema de fornecimento de energia elétrica.

Deve-se, ainda a ele, a implantação de profundas transformações no sistema rodoviário do Piauí, até então dispondo de recursos escassos e praticamente nenhuma orientação técnica. Concluído o período de Governo a que

servia, voltou a reintegrar o quadro da Siderúrgica, reconhecendo as suas atividades nas usinas de beneficiamento do carvão catarinense.

Indicado pela sua Companhia, assumiu a Diretoria de Operações da Sociedade Termoeletrica de Capivari (SOTELCA), da qual em breve se tornaria Presidente. Foi esse o período mais profícuo na brilhante carreira do jovem engenheiro. Incansável, não poupando esforços, movido por uma ambiciosa febre de realizações conduziu rapidamente a SOTELCA a uma invejável posição dentre as demais congêneres do país. E certamente seria promovido uma longa extensão das linhas de transmissão da Sociedade que presidia, não fora o honroso chamado para a Presidência da Comissão do Plano do Carvão Nacional, justamente numa oportunidade em que o Governo necessitava de um técnico da sua capacidade e garanta a fim de enfrentar o difícil dilema da problemática complexa do carvão. Em seu discurso, o Ministro das Minas e Energia, Sr. Costa Cavalcanti, realçou (especialmente essa encruzilhada em que se debatia o Governo em face das dificuldades de conduzir a luta termo o magno problema carvoeiro do país. E bem friso a confiança do Governo na escolha do piauiense, que galgou, sozinho, todas as etapas na estrada difícil da competição e do acesso, coroada afinal com essa distinção que é um justo prêmio ao seu esforço e competência.

Sou dos que sempre saudam, com entusiasmo brasileira e desvanecida reconhecimento, a subida de um jovem técnico a posições administrativas superiores, apenas pelo esforço próprio, sem outra ajuda senão a sua vocação interior de bem servir ao país. E que ninguém me acuse de baírista, se declaro que o meu entusiasmo redobra, quando verifico que o jovem vitorioso é do Piauí, onde lutou tenazmente contra enormes forças negativistas, para emergir afinal como símbolo da profunda renovação que hoje empolga o meu Estado. Porque, senhores, que ninguém se iluda: o Piauí de hoje trabalha ansiosamente para ajudar o progresso do país, não mais como membro de segunda categoria, mas possuído da orgânica convicção de que o seu esforço e a energia dos seus filhos conduzirão em breve o Estado desconhecido à imitação e reconhecimento de todos os seus irmãos. Por isso, apressei-me em sublinhar a posse do Dr. Benjamin Batista como um acontecimento que possui grande significação para a expressão das disposições do meu Estado no colaborar no esforço comum que hoje reúne todos os brasileiros. Não é somente ao técnico que encaminho as minhas saudações e a minha mensagem de esperança. E também ao Piauí, que ele honra e dignifica com uma brilhante carreira que, espero em Deus, prosseguirá vitoriosamente, porque insuperáveis são as reservas morais e profissionais do meu jovem patriota. (Muito bem.)

O SR. FEU ROSA:

(Comunicação. Sem revêto do orador) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, antes de mais nada desejo manifestar a minha satisfação e o meu orgulho em ver a Mesa presidida pelo nosso ilustre colega de bancada, Deputado Parente Frota (Muito bem) a quem desejo também agradecer, em meu nome pessoal e no da minha família, as palavras de gentileza e consideração há pouco registradas, e o falecimento de minha avó, D. Ana Borges Miguel.

O SR. PRESIDENTE:

(Parente Frota) — Obrigado a V. Exa.
O SR. FEU ROSA — Outrossim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, peço licença para chamar, mais uma vez, a atenção da Casa e das autoridades

constituídas deste País, máxime do Exmo. Sr. Presidente da República e do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, para o gravíssimo problema criado pela falta de compostura da Mannesmann, que até hoje não pagou aos seus legítimos credores.

É público e notório o que a Mannesmann fez no mercado e capital brasileiro. Foi uma reeleição do famoso "Carnê Fartura"; causou prejuízos a dezenas e centenas e milhares de brasileiros que, confiados no seu nome, na sua reputação internacional, na da sigla, no padrão da Mannesmann, adquiriram títulos que foram jogados em avalanche no mercado, nas bolsas de valores.

Dois meses após a revolução, isto é, em fins de junho de 1964, aquele grupo internacional, mediante nota publicada na imprensa do Rio de Janeiro, comunicou aos tomadores de suas notas promissórias que a companhia não resgataria as mesmas em virtude de assinatura de um diretor ser falsa e os títulos terem sido lançados sem autorização da diretoria.

Na mesma nota incriminava um dos signatários das notas promissórias, Dr. Jorge Serpa, acusando-o de ter agido indevidamente.

O estouro na Bolsa, no mercado de capital, provocou grande repercussão, e, através do Presidente Castello Branco, foi nomeada uma comissão federal de investigações, presidida pelo General Ailton Salgueiro.

Procedidas as investigações a Comissão chegou à conclusão de que a Companhia havia autorizado a sua Diretoria, conforme deliberação lavrada em ata, a operar no Mercado Paralelo de títulos, distribuindo dividendos aos seus acionistas, apesar de se acharem em fase de instalação os procedimentos judiciais nesse sentido. Os resultados apresentados pela Comissão Federal de Investigação foram entregues ao ex-Presidente Castello Branco, que baixou um decreto compelindo a Mannesmann a resgatar os títulos, assinando-lhe um prazo determinado e impondo algumas penalidades, caso não fosse cumprido o texto daquele decreto. O Governo ainda se dignou enviar um embaixador plenipotenciário à Alemanha para mentoso assunto. De lá, veio S. Exa. com a proposta de um acordo na base de 70%. A Companhia realmente resgatou alguns títulos, mesmo dando prejuízo aos seus tomadores. Mas, então para cá ninguém mais falou no assunto, não se tratou mais de matéria e ficou ela sepultada no ostracismo e no esquecimento. Assim, pego aos Srs. Deputados que me perdoem por chamar mais uma vez a atenção do País para os outros que não receberam os seus haveres até a presente data e que continuam confiando naquele decreto do governo revolucionário, autêntico, forte, e sob poderosa sustentação militar, baixado pelo ex-Presidente Castello Branco, no sentido de que a Mannesmann iria de pagar e assinando-lhe um prazo.

Como vivemos, neste País, numa nova aura, numa nova época, num novo sistema, não se pode dizer que os tomadores de títulos da Mannesmann não estejam recebendo em função de tramas, urdiduras ou atividades corruptas ou subversivas, porque todos os corruptos e subversivos se encontram exilados, expungidos, já sofreram os efeitos laxativos da revolução e se encontram além-fronteira. Assim, está na hora de olharmos para aqueles homens que jogaram as suas economias, confiando no mercado paralelo. Isto, Sr. Presidente, Senhores Deputados é de grande repercussão para a vida financeira do País. Não se pode falar em combater a inflação ou em criar uma estrutura financeira sólida neste País, sem que exista em contrapartida, um mercado de títulos, um mercado de capitais bem forte, a fim de que se restaure a confiança dos tomadores de título e possa

o País assistir, novamente, àquela, crescimento das suas Bolsas de Valores. Temos necessidade de que o Governo faça cumprir a lei e de que a Mannesmann, que impingiu uma reedição do "Carnê Fartura", verdadeiro conto do vigário, cumpra seus compromissos, honre sua assinatura e sua palavra para que recompense a confiança dos homens de capital nos mercados de títulos do Brasil, seja restaurada a própria dignidade nacional, representada num decreto lavrado pelo ilustre Marechal Castello Branco, não cumprido, e que ainda não foi revogado. (Muito bem.)

O SR. PAULO MACARINI:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, violenta estiagem assola o Estado de Santa Catarina, causando sérios prejuízos à agricultura, pecuária, comércio, indústria e administração pública.

A seca, que se prolonga há mais de 90 dias, praticamente liquidou as safras de milho e arroz, disseminando o pânico no seio dos agricultores, com triste e sombria perspectiva das próximas safras.

Os agricultores estão em dificuldades e até impossibilitados de pagar ao Banco do Brasil e à rede bancária particular os empréstimos contraídos para aquisição de máquinas e insumos de suas atividades.

Por outro lado, algumas indústrias cessaram ou reduziram as suas atividades por falta de água e usinas hidroelétricas, como a de Esperinha, trabalham apenas de 4 a 6 horas por dia, afetando, assim, também a indústria.

E até água começa faltar à população das cidades, onde, a partir da BR-116 até a divisa com a Argentina, apenas duas dispõem de precários sistemas de abastecimento, num total de 80 comunidades.

E, Sr. Presidente, um estado de calamidade pública que está a merecer a atenção do poder público. Por isso, em nome dos catarinenses, formulo veementes apelos ao governo, visando:

- a) Ao Banco do Brasil S.A. para que prorrogue automaticamente todos os empréstimos;
- b) Ao Banco Central, a fim de que determine instruções à rede bancária particular, para moratória aos financiamentos agropecuários;
- c) Ao Ministério da Saúde, que determine vacinação em massa, para prevenir epidemias;
- d) E finalmente ao Ministério da Agricultura e ao Ministério do Interior, para que trace planos de assistência e amparo aos agricultores e pecuaristas, violentamente atingidos pela estiagem.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O R. AMÉRICO DE SOUZA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, independente das providências que irei tomar pessoalmente junto ao Ministério da Agricultura e à Presidência da República, quero fazer, da tribuna desta Casa, apelo àquele Ministério no sentido de que ampare, com o direito que lhes assiste, os funcionários que vinham sendo beneficiados pela Lei nº 4.069.

A respeito, Sr. Presidente, acabo de receber telegrama do executor do Acordo de Classificação no Maranhão que nos comunica essa ocorrência tão lamentável.

Diz o telegrama:

Urgente Deputado Américo de Souza — Câmara Federal Brasília DF.

Faz decreto presidencial 62.234 de sete corrente publicado Diário Oficial dia 12 vg excluindo do enquadramento provisório 1.295 funcionários beneficiados lei 4.069 e 1 guns com mais 20 anos serviço et, atingindo 74 servidores do Maranhão criando situação quase cala-

midade pública vg esclareço em nome todos servidores este Estado prezado Deputado promover inicialmente contato Ministro Agricultura et Presidente República defesa referidos funcionários e antecipamos nossos agradecimentos posição ilustre Deputado possa tomar nosso favor Et Joaquim Abraim Fernandes Executor cordo classificação Maranhão.

Sr. Presidente, recebemos também um abaixo-assinado de funcionários que trabalham no Campo de Propagação de Mudas Frutíferas de Itapiracá, em São Luiz, Capital do meu Estado. Todos eles entraram em serviços de campo de 1943 a 1959, portanto amparados, para efeito de efetivação, pois em 1962 trabalhavam no campo, onde ainda se encontram. As fichas respectivas foram enviadas para o Rio de Janeiro. Temos depois foram solicitados novos documentos para provar que eles se encontravam no campo desde 1962. Foram remetidas prestações de contas encontradas na tesouraria da sede, recibos e livro de ponto, provando que todos trabalhavam e recebiam da União, desde o ano citado. Entretanto, Sr. Presidente, não foram os referidos funcionários enquadrados, e ainda têm notícias de que serão despedidos. Por isso, enviamos desta tribuna o nosso veemente apelo ao Sr. Ministro da Agricultura para que ampare a todos de fato, porquanto de direito estão assistidos.

Assim o abaixo assinado citado anteriormente os funcionários Raimundo Vieira da Costa, Cícero Rodrigues de Assis, Antonio Bezerra Filho, Benedito Borges Passos, Caetano A. do Nascimento, Cliraco Ribeiro, Domingos Viana, Emídio Lima, Heleno Manoel da Silva, José Mariano Ferreira, Jose Ribamar da Silva, José Raimundo Marques, Leônicio Armando Ribeiro, René Gomes da Silva, Simeão Pereira de Azeite, Geraldo Luis Salvaor e Vicente Alves Fernandes.

Era isto, Sr. Presidente, o que tínhamos a dizer. (Muito bem.)

O SR. MEDEIROS NETTO:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., com fundamento na preleção regimental da Lei Interna em vigor, que, ouvida a Mesa, seja convocada para depor na douta Comissão de Educação e Cultura, órgão técnico desta Casa do Congresso Nacional, a ilustre educadora gaúcha Professora Gilda de Freitas, criadora do método fonético que possibilita alfabetização em 15 horas de aulas. Sr. Presidente é comum de ver-se e peculiar afirmar-se neste País que o desenvolvimento de uma nação está na decorência e em função da cultura do seu povo. Realmente, Sr. Presidente, o quadro que aí está, evidente, pressurosa e exaustivamente definido, é de que o nosso País ainda não alcançou a fase afirmativa e positiva do seu desenvolvimento, porque ainda paíra e vive na faixa e na área dos países pouco alfabetizados. Basta saíremos a taxa anual de produtividade per capita, neste País, apenas é superior à do Paraguai, do Equador e da Colômbia. Enquanto nos Estados Unidos a mão de obra qualificada tem possibilidade de produzir de um para 10, neste País, ao revés disto, é de 10 para um. Ora, Sr. Presidente, era face desse quadro que se nos antolha a se nos depara afirmativo embora negativo diante da realidade do nosso progresso, cabe a este Governo, sob inspiração do trabalho desta Casa, preocupar-se com a solução dramática e trágica da alfabetização do povo. Reconheço, Sr. Presidente, que essa ilustre colega, Deputado Tarsos Dutra que ora está a prover a Pasta da Educação e Cultura, é um preocupado e um determinado em dar solução magnífica aos problemas que às suas mãos se apresentam.

O reconhecimento desta Casa, faz através das vozes, mais altas e mais responsáveis. Mas, Sr. Presidente, em face deste desejo do Executivo, de ir ao encontro das soluções mais indicadas para o problema de alfabetização, não é possível conceber que a douta Comissão de Educação e Cultura desta Casa não encontre e não promova os meios de também equacionar o problema, levando-lhe as sugestões que o Poder Legislativo pode oferecer.

Recordo-me, Sr. Presidente, de que ainda na gestão do Presidente João Goulart, um professor se tornou conhecido pelo seu método de alfabetização, por sinal homônimo de um colega ilustre desta Casa — o Sr. Paulo Freire. O seu método, por várias vezes se tornara disseminado neste País através de cursos de extensão, e convocados foram professores de todas as Unidades da Federação para assistirem à sua demonstração, à sua aplicação.

Como, Sr. Presidente, estou a verificar que este método da Professora Gilda de Freitas, pelo teor e sua oportunidade é vitorioso, e ao mesmo tempo porque estou a sentir que esta mulher é capaz de oferecer a solução tão ansiada, formulo este pedido à Mesa, certo de que a iniciativa será devidamente examinada e a Comissão de Educação e Cultura não se uariará a ouvir essa educadora. Sr. Presidente, uma de duas vem à tona: ou ela é uma impostora, ou uma salvadora deste País. Ou essa mulher está a oferecer à consciência política nacional um processo realmente de alfabetização dentro da urgência de que o País precisa, ou está a apresentar a este povo apenas uma sedução à consciência dos que educam com a responsabilidade de bem educar.

Por isto, Sr. Presidente, formulei este requerimento, encaminhei esta proposição, e espero que no devido exame que dela se faça encontre eu a ressonância do que estou a apelar. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Parente Frota) — A Mesa estudará com toda a simpatia o requerimento de V. Exa.

O SR. JOSÉ-MARIA RIBEIRO:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, ontem tive oportunidade de focalizar, desta tribuna, a denúncia feita pelo matine "O Fluminense" sobre a possibilidade da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, motivada pelo cumprimento do Governador da lei que estabeleceu o tributo de circulação de mercadorias.

Sr. Presidente, condenamos a intervenção, mas condenamos também o Governador, pelos motivos que está dando à imprensa. Repudiamos veementemente a intervenção.

Mas, Sr. Presidente, o mesmo jornal publicava ontem notícia a respeito da conduta do Sr. Governador que não pode merecer o nosso aplauso; pelo contrário, tem de merecer a nossa condenação. Nós, como representantes do povo, temos de, aqui, interpretar o pensamento do povo. Imagine, Sr. Presidente, que o Sr. Governador determinou a feitura de 100 mil chapeiros, com as armas do Estado, com o seu nome e com a sua "esfinge"...

O Sr. Hermanno Alves — Efigie...

O SR. JOSÉ-MARIA RIBEIRO — Digo esfinge porque S. Exa. e também uma esfinge não sabemos o que ele quer, e vamos tentar interpretá-lo para não sermos devorados... E por isso que aqui nos encontramos. Veja V. Exa., que o caso das coroas traz para o Estado do Rio uma posição incômoda para nós. Também viemos à tribuna, eu e outros Deputados, como Getúlio Moura e Adolpho Oliveira, condenando veementemente aquela atitude do Governador. Estamos interpretando o povo. Mas agora,

Sr. Presidente, o mais grave. Toron foi roubada e o Patrimônio corre o risco de perder a verdade que se encontra no Museu Imperial de Petrópolis, porque é realmente uma réplica perfeita da coroa que foi mandada fazer pelo Governador para coroar o Sr. Presidente da República que "um procedimento correto, recusou o presente".

Queremos alertar as autoridades federais para que se acutem pois o ladrão que se apoderou da coroa falsa talvez queira substituir a verdadeira, e o Patrimônio Nacional perderá essa inestimável jóia que ornamenta o Museu Imperial, lembrando uma época da nossa História.

Mas, Sr. Presidente, estamos localizando este assunto para dar a demonstração de que não concordamos com estas despesas feitas peloário, quando os funcionários estão passando necessidade em virtude do baixo salário que lhes é pago pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Queremos que fique registrado nos protestos e nossa advertência às autoridades contra o que possa vir a ocorrer. (Muito bem.)

O SR. ADYLIO VIANA:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, inúmeras vezes ocupamos a tribuna para acentuar o propósito do Governo, de manter os servidores em suspense, com o anúncio de notícias desalentadoras e inquietantes, e ainda com a decretação de reajustamentos cujos índices ficam sempre muito aquém da realidade econômica.

Já nos referimos aos chamados "oculosos" e, sobre eles, voltaremos a falar a esta Casa e à Nação. Hoje, queremos tratar especificamente dos servidores do Ministério da Agricultura, de cujos enquadramentos provisórios foram excluídos pelo Decreto nº 62.234, de 7 de fevereiro último.

O problema social que a medida governamental vem de criar não pode deixar de chamar a atenção dos meios insensíveis: cerca de 1.300 famílias atiradas ao abandono, pois os seus chefes ficam sem o emprego, numa época em que, como nunca, há mais trabalhadores procurando atividade remunerada do que patrões procurando empregados.

Jamais pensáramos que o atual Governo chegasse a esse ponto. No mínimo, acreditávamos que haveria um compasso de espera através do qual cada um procurasse encontrar trabalho. E isso estaria em perfeita harmonia com a própria orientação governamental, quando pretende pagar por longo tempo servidores considerados ociosos, embora nenhum levantamento a respeito tenha sido feito e, não obstante, repartições do interior se ressintam do elemento humano, como acontece, principalmente, com o DCT, o INPS e as Exortinas Federais, e quando determina que a empresa privada não pode dispensar o empregado, sem justa causa sem que lhe pague o aviso prévio e a indenização por tempo de serviço.

Mas não queremos perder tempo com esses aspectos, não só por que não sensibilizam os atuais responsáveis por este País, como também porque o que interessa não são soluções de emergência, mas sim que, examinada com seriedade o problema, sejam reparadas injustiças e reequilibrados todos quantos vêm de ser excluídos injustamente.

É difícil crer, mas é a pura verdade: o Governo excluiu do enquadramento centenas de servidores, levando apenas em hipóteses, baseado tão somente em suposições, levando em conta supostos paradigmas.

Não somos nós quem afirmamos tal grande levandade. O próprio Governo a admite e proclama quando manda publicar no *Diário Oficial* da União, de 7 de fevereiro último, a exposição de Motivos do DAPC, de

mero 33, de 19 de janeiro de 1968, referente ao processo PR-844-68 e aprovada pelo Sr. Presidente da República.

É aí nessa Exposição de Motivos — único sustentáculo do decreto já mencionado e de número 62.234, que o Sr. Diretor-Geral do DAPC, sem qualquer constrangimento declara que os processos respectivos foram:

"quase todos queimados no incêndio do prédio ocupado pelo Ministério em Brasília, mas restaurados os dados comprobatórios das irregularidades".

O que nos leva facilmente à conclusão de que uns poucos serviram de base para os demais. Estamos exagerando ao dizer uns poucos, pois a própria Exposição de Motivos transcrevendo palavras do Sr. Ministro da Agricultura, diz que foi destruída a

"principal documentação relacionada com o assunto, inclusive a quase totalidade dos inquéritos dos quais somente um se salvou".

Como se observa, por um processo apenas foram reconstituídos os demais, como se todos os casos fossem exatamente iguais.

Nós, pessoalmente, conhecemos casos em que, absolutamente, não pode ter havido irregularidade nos enquadramentos porque tratam de servidores admitidos rigorosamente dentro das normas então vigentes e muito antes do advento da Lei 4.099, que assegurou o direito à inclusão no quadro de funcionários.

Estamos convencidos de que, nesta altura dos acontecimentos o DAPC e o Ministério da Agricultura já estejam convencidos do acodamento com que se conduziram e das injustiças que praticaram, mas, talvez, sem querer reconhecer o erro, porque houve o cuidado de possibilitar a divulgação de que as irregularidades alegadas teriam sido cometidas durante o Governo do Presidente João Goulart.

Não esqueçam, porém, de que ainda existe um Poder Judiciário atento e independente, que apreciará os casos que lhe foram submetidos. E que ainda existe também esta tribuna, na qual já desfilarão vários ilustres representantes do povo verberando a atitude governamental, e que críticas, estamos certos continuarão a ser formuladas, até que reparados sejam todos os erros e todas as injustiças. (Muito bem.)

O SR. RENATO CELIDÔNIO:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, inicialmente quero trazer minha manifestação de solidariedade à justa reivindicação que predomina hoje em todos os setores vinculados ao café, principalmente a cafeicultura e o comércio cafeeiro.

Trata-se, Sr. Presidente, da solicitação para que o Instituto Brasileiro do Café e o Conselho Monetário Nacional antecipem o esquema cafeeiro para a safra 1968-1969. Existe hoje nos portos de exportação falta do produto para remessa aos mercados externos, e a nova safra, de acordo com as estimativas oficiais, será também muito reduzida. Portanto, há necessidade de que o Governo, adotando essa antecipação, permita ao mercado consumidor a tranquilidade de saber que o mais cedo possível já estará sendo comercializado também o produto da nova safra.

Esta medida, Sr. Presidente, evitaria igualmente a necessidade de que o Instituto Brasileiro do Café colocasse a venda, nos portos de exportação, o produto verde adquirido na última safra, o que segundo opinião predominante em todos os meios cafeeiros, prejudicará a comercialização normal do produto, podendo, inclusive, influir em baixa no mercado internacional.

Esta, portanto, é hoje a principal reivindicação da cafeicultura brasileira. E, como membro da Comissão Mista — composta de Senadores e Deputados — que irá examinar, na reunião da próxima quarta-feira, a Legislação Cafeeira e a política cafeeira do País, terei a oportunidade de sugerir às autoridades competentes essa antecipação para o Esquema Cafeeiro da safra 1968-69, atendendo a essa tão justa aspiração da cafeicultura.

Gostaria de abordar outro assunto, Sr. Presidente, refiro-me a uma nota divulgada anteontem, em quase toda a imprensa nacional, pelo Sindicato da Indústria de Café Solúvel.

O pronunciamento deste sindicato revela a preocupação da indústria brasileira quanto a uma intromissão de potência estrangeira, no caso os Estados Unidos da América do Norte, que pretendem enviar comissão ao Brasil para, desde já, antecipando a vigência do novo acordo firmado em Londres, tentar medidas tributárias para a exportação do café solúvel brasileiro, tirando-lhes as condições de competição no mercado internacional.

Sr. Presidente, representa um verdadeiro brado de alerta este documento publicado pelo Sindicato da Indústria de Café Solúvel. Ele mostra a possibilidade existente em nosso País, contra essa indústria, a mais autêntica, porque envolve a matéria-prima principal da nossa agricultura, de ser totalmente eliminada a curto prazo, se as reivindicações e as pretensões do Governo e das entidades de classe dos comerciantes e industriais dos Estados Unidos forem atendidas pelo Governo brasileiro.

Já cedemos muito no tratado internacional. Temos certeza de que, se o nosso Governo atender a essa Comissão, que pretende vir ao Brasil, não apenas estaremos desestimulando o futuro da indústria do solúvel no Brasil, o desenvolvimento e a instalação de novas fábricas, mas, inclusive, criando as maiores dificuldades para o pequeno parque industrial de que o País dispõe nesse setor.

É importante, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional atente para esse problema e não permita que essa indústria, vital para a nossa economia, seja eliminada por uma fraqueza de nosso Governo, de nossas autoridades, passando a proteger os empresários da maior potência industrial do mundo, que disso evidentemente não dependem.

Já assinamos o convênio e é importante que o Congresso fique atento, porque agora, acredito, é a nossa vez de examinarmos esses aspectos. Se ficar comprovado que está sendo prejudicado e desestimulado o desenvolvimento, desse parque industrial, teremos obrigação, aqui no Congresso Nacional de denunciar esse acordo, por ser inconveniente, por ser contrário aos verdadeiros interesses do nosso País. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PEDRO FARIA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, merecendo a irrestrita confiança do Sr. Governador do Estado da Guanabara, o Embaixador Francisco Negrão de Lima, e aplaudido pelo povo carioca, toma posse hoje, na Secretaria de Turismo daquela Estado, o Deputado Levy Neves.

Por delegação da Presidência do MDB guanabarrino, desejamos, em nome da bancada federal, inserir nos Anais da nossa Casa um voto de congratulações com o novo Secretário de Estado e um voto de louvor por tão acertada escolha.

O Deputado Levy Neves é realmente um expert em turismo. Durante muitos anos o Secretário que hoje se compoza presidiu a Comissão de Turismo da antiga Câmara do Distrito Federal e da atual Assembleia Legislativa e por diversas vezes honrou a

representação brasileira, apresentando teses brilhantes nos vários congressos internacionais de turismo a que compareceu.

Tudo o Brasil sabe — e os nossos colegas desta Casa por vezes reconheceram — que o Estado da Guanabara é, realmente, o portão principal do turismo brasileiro. Sem medo de errar, queremos dizer, neste instante, que a posse do Deputado Levy Neves na Secretaria de Turismo do novo Estado da federação não é apenas um acontecimento político-administrativo na vida carioca, mas uma esperança que, sem dúvida alguma, se transformará em realidade, de que o turismo brasileiro possa ser aquela indústria sem chaminés carregando divisas para o País e, acima de tudo, projetando o Brasil no exterior com o destaque que tanto merece.

Por isto, Sr. Presidente, nesta hora, estão de parabéns aquele Estado e o próprio Brasil, pois o novo Secretário não apenas trabalhará pelo turismo na Guanabara mas, também, pelo próprio turismo de toda a Nação. (Muito bem.)

O SR. ANACLETO CAMPANELLA:

(Comunicação. Lê) — Senhores Presidente, Srs. Deputados, o Chefe das Relações Públicas do CONTEL fez declarações à imprensa, dando conta de planos daquele órgão a propósito das telefônicas do interior do Brasil. A Cia. Telefônica de Guarulhos, mal dirigida, sufocada, por falta de controle, o que é uma exceção nas empresas particulares existentes, criada para suprir deficiências da antiga CTB, acabou sendo absorvida e faz parte agora do grupo de telefonia controlada pela CONTEL.

O Capitão Luiz Fernando Teixeira Dantas declarou que a unificação de todas as 892 empresas telefônicas que existem no país em uma grande companhia nacional, é o grande plano do CONTEL e a Cia. Telefônica da Guarulhos é o primeiro passo dado para a execução do plano. Declarou mais que "comerciantes e industriais de suas cidades foram os criadores daquelas companhias, por deficiência da antiga CTB, que não tinha condições de atender a todos. Essa inflação de empresas prejudica as comunicações, porque onera muito as ligações intermunicipais e estaduais".

Esqueceu aquela autoridade de dizer que, ainda hoje, a pretexto de inaugurar novas linhas, a CTB continua supliciando a população paulistana com o pior serviço de todos os tempos, desde que lá iniciou suas atividades.

Os telefones simplesmente não funcionam, nem mesmo os aparelhos que integram a nova rede está oferecendo serviços satisfatórios. Muitos permanecem mudos e não estabelecem sequer contatos com as novas e modernas estações.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como pretende o CONTEL executar a encampação pretendida? Será feita nos moldes da CTB-SP, pagando o seu acervo em dinheiro? Tem idéia o CONTEL do que representa o acervo das 892 empresas?

Quase poderia eu responder e o nome do CONTEL, dizendo que eles não sabem. Vou mais, imagino os longos do problema e da realidade, porque, se realmente o conhecesse saberiam que os serviços estatizados apenas representam retrocesso na dinâmica do progresso nacional.

Sob pretexto estudam a encampação, se é que realmente o Chefe de Relações Públicas é pessoa crendinha para emitir opiniões sobre o problema; isto porque tal matéria deveria ser de competência exclusiva do Sr. Ministro das Comunicações.

Entretanto, Sr. Presidente, essas entrevistas impensadas trazem confusão, malestar, desânimo e retardamento em outras soluções de telecomunicações nos meios empresariais.

pois todos ficam temerosos de iniciativas, porque o amanhã é incerto.

Que o Ministro Carlos Simas venha a público manifestar-se sobre o assunto, para tranquilizar a todos afim de que o rumo a ser tomado, definido por aquela autoridade, seja a rota que o Governo pretende adotar e que pessoas menos credenciadas façam menos, em benefício das telecomunicações adeste país. (Muito bem.)

O SR. VITAL DO RÊGO:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a tratar, da tribuna desta Casa, do estranho decreto presidencial, oriundo da Pasta da Agricultura, que exonerau sumariamente, no Brasil, cerca de 1.295, servidores daquele Ministério, prestando obrigações funcionais em acordos de classificação de produtos agrícolas e pecuários em nada menos de 11 Estados da Federação.

Recordo, Sr. Presidente que não logo tive conhecimento da elaboração do decreto, antes mesmo da sua publicação no Diário Oficial da União, ocupei a tribuna desta Casa e, precisamente no dia em que S. Exa. o Ministro Ivo Arzuza vinha à Câmara dos Deputados, cumprindo preceito constitucional, encaminhámos requerimento de informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, a respeito do rumoroso affair.

Posteriormente, ocupei a tribuna no Grande Expediente de uma das sessões desta Casa e, à luz de dados estatísticos, de números exatos, à luz, sobretudo, de argumentos de natureza constitucional, para desprezar aqueles de indagação evidentemente jurídica, fizemos ver a S. Exa. e, de modo respeitoso, ao Governo da Nação, a impropriedade da medida, quer, no seu caráter humano, quer no seu aspecto legal. Dai em diante, ouvimos protestos de outros colegas de vários Estados da Federação, dos Estados atingidos pela nefasta medida — e ainda há pouco víamos um representante de Estado federado ocupar a tribuna para versar sobre o mesmo assunto.

É que, Sr. Presidente, o problema tomou dimensões imprevisíveis, e acredito mesmo que S. Exa. o Ministro da Agricultura e os seus ilustres assessores, quando tomaram por bem elaborar o malfadado decreto esqueceram-se da influência nefasta da medida e das repercussões daninhas que haveria de acarretar para a economia dos Estados atingidos, notadamente aqueles encravados na Região Nordeste.

Agora, Sr. Presidente, depois do movimento nesta Casa, em que com pioneirismo se ergueu a voz da Paraíba, vem a alta direção do Ministério da Agricultura convocar os executores dos Acordos nos Estados da Federação atingidos pelo Decreto número 62.234 para uma reunião em Brasília e no Rio de Janeiro.

Essas reuniões se sucederam na Capital da República até ontem Sr. Presidente, e hoje se prolongam e continuam no Rio, mas não existe nada de prático nem tratado, nem efetivado. A medida está de pé, conquanto o Governador da Paraíba, em data de 21 de fevereiro, tenha encaregado o seguinte telegrama, cuja leitura se faz necessária para que a Casa, o Poder Executivo melhor aquilatem as desastrosas repercussões da medida no meu Estado. Diz S. Exa. em telegrama dirigido ao Ministro da Agricultura:

"Com referência decreto dispensa servidores esse Ministério peço atenção caro Ministro visto estou informado relação Paraíba houve inquérito não apurou qualquer irregularidade. Face enquadramento federal Serviço Acordo Classificação deixou de existir como re-

partição estadual passando a funcionar como órgão Governo União. Dispensa agora verificada paralisou todos seus trabalhos com prejuízos para vida econômica Estado inclusive execução política preços mínimos produtos agrícolas que depende diretamente aquela repartição para efeito fornecimento registros classificação. Assim sendo, agradecerá caro amigo reexame aquela medida relação meu Estado com adoção fórmula capaz evitar verdadeiro desequilíbrio vem se verificando atividades comerciais agrícolas paratanas abrangendo grande parte exportação. Cordiais Saudações. João Agripino, Governador."

Sr. Presidente, está é uma amostragem, porque diz respeito apenas a uma unidade da Federação. Lá, na Paraíba, o estado das coisas não é outro senão esse descrito no depoimento do Governador do Estado, e que ratifica nossos pronunciamentos na tribuna desta Casa.

De qualquer modo, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Exa. na exposição que me honro de fazer neste instante, casados os nossos apelos aos de Prefeitos do interior do Estado, do Cariri, onde é mais necessário, onde mais se faz mister certificação de classificação para o financiamento decorrente do decreto do Governo federal, onde se faz também sentir a participação inclusive da própria maçonaria, em apelos que dirigiu ao Governo da União para o reexame do problema, não temos todavia — e não é pessimismo, é encarar a situação com realismo cru — esperanças numa solução administrativa para a quelela.

De qualquer modo a Paraíba se honra de declarar, neste momento, que, na defesa dos seus 120 funcionários atingidos, mais os três, de saudosa memória, incluídos no decreto de exoneração, além dos outros três que haviam sido demitidos a pedido, à Paraíba, repito, na defesa desses 125 servidores, já houve por bem convocar serviços profissionais de ilustre escritório de advocacia da Capital da República para a preservação de um direito que, agora postergado, o Poder Judiciário haverá de reparar dentro do melhor espírito de justiça. (Muito bem.)

O SR. JOÃO MENEZES:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo continua a fazer promessas à Região Amazônica. Enquanto isso, nós daqui reclamamos contra a ameaça de fechamento de mais um posto do SESP, na cidade de Abetetuba, no interior do Para. O Governo, através dos jornais, da televisão, da imprensa, anuncia organizações de grupos de trabalho para a Amazônia. Vem o Deputado Aroldo Veloso denunciar, nesta Casa, o fechamento do melhor hospital existente no baixo Amazonas, ou seja, em Santarém, no lugar chamado Fordlândia. É outro crime que se pratica em relação à Amazônia. Enquanto o Governo promete remessa de outros elementos à Região Amazônica, em defesa do povoamento daquele espaço vazio, os caboclos reclamam contra a providência governamental, que permite a importação de borraça.

Pois bem, apesar desses desenganos, já vamos encontrando aqui e acolá personalidades que procuram pelo menos despertar, na Nação brasileira, a importância que pode ter a Região Amazônica no diagrama da política brasileira. Ai está o escritor Genival Rabelo, que, através de artigos consecutivos na imprensa do sul do País, tem procurado demonstrar as nossas necessidades, as injustiças que contra nós são cometidas e, sobretudo, tem procurado despertar o espírito de brasilidade, o espírito de progresso em torno daquela região.

Agora mesmo, acaba Genival Rabelo de publicar o livro intitulado A Ocupação da Amazônia, que retrata muitas vezes aquela vida que lá se passa. Traz um prefácio da nossa grande escritora Enéida e uma introdução do Professor Artur César Ferreira Reis, que termina dizendo que esse livro, — "A Ocupação da Amazônia", de Genival Rabelo — não é um livro contra ninguém; é um livro em defesa daquela região e daquele povo.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero, nesta oportunidade, deixar aqui os meus parabéns a Genival Rabelo por essa luta que está empreendendo, divulgando as nossas necessidades e as nossas misérias. (Muito bem.)

O SR. DIAS MENEZES:

(Comunicação) — Sr. Presidente, a aviação civil passou por duras provas nos últimos dez dias. Entre outros acidentes, menciono os dois últimos, que são os mais impressionantes. Perdeu-se no Pico da Bandeira uma avião pertencente à empresa de taxi-aéreo TAMIG, em São Paulo, na última segunda-feira; outro bimotor, este da Servincim, não alcançou a pista de Congonhas, espalhando-se na auto-estrada que liga o centro da Capital ao aeroporto; e pavorosa tragédia, por um triz, deixa de registrar-se em Brasília, quando dois meninos da FAB quase derrubam um Caravelle da Cruzeiro do Sul, repleto de passageiros. Quanto aos dois primeiros casos, tudo está a evidenciar que a imprevidência, o abuso e a displicência terão sido as causas determinantes desses lamentáveis acidentes. O avião da TAMIG, de seis lugares, tinha a bordo dez pessoas. Procura-se justificar o excesso de lotação sob a alegação de que todas as dez faziam o peso normal máximo permitido. Ainda que assim fosse, os regulamentos exigem que os passageiros só possam ser admitidos a bordo em seus próprios lugares, com exceção apenas das crianças de colo. Quanto à da SERVINCIM, havia carência de combustível, ocorrendo "pane seca" poucos metros antes da cabeceira da pista. Como admitir-se que uma aeronave de serviço comercial deixe uma ras de operações sem o indispensável abastecimento? Irresponsabilidade ainda mais deplorável recai sobre os rapazes da FAB, infiltrando-se descuidadamente na área de aproximação, quando um jato comercial já se encontrava na "perna da base", obrigando o comandante a uma inesperada manobra de arremetida.

Não é a primeira vez, aliás, que fato de tal irresponsabilidade ocorre. Um cadete da FAB derrubou um Viscount da VASP na Baía da Guanabara, com perda total. O residente Castello Branco pereceu em desastre provocado no Nordeste por outro cadete da FAB, em descuidado vôo de treinamento.

Frequentemente, aviões militares apresentam-se imprópriamente nas áreas de aproximação, com evidente risco para a aviação comercial. Os abusos e imprudências têm sido as causas permanentes da maior parte dos acidentes fatais registrados no País.

Urge, portanto, Sr. Presidente, que se adotem drásticas providências a fim de que a segurança do vôo não possa continuar a ser afetada. É o mínimo que se deve exigir do Ministério da Aeronáutica, razão deste meu pronunciamento, e só a riza não-me com o nobre Deputado Erasmo, Martins Pedro, testemunha insuspeita da gravíssima transgressão dos regulamentos observada por ocasião do último episódio por S. Exa. denunciado à Casa, quando o Caravelle da Cruzeiro quase é alcançado pelos pilotos militares em treinamento.

Sr. Presidente, a palavra está com o Ministério da Aeronáutica. (Muito bem.)

O SR. SADI BOGADO:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Senhores Deputados, a revolução de 1º de abril interveio no maior e mais importante sindicato de minha cidade, Campos, no Estado do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Açúcar. Nomeou uma Junta governativa, e esta, ao estabelecer, não fosse a atuação firme e decidida de vários companheiros nossos e, vamos fazer justiça, do ilustre Ministro do Trabalho, que teve e vem tendo sensibilidade para essas problemas de intervenção sindical, e permitiu eleições de nova diretoria.

A diretoria que assumiu o mandato atual, ao receber as contas dessa junta interventora, comprovou uma série de irregularidades. Comunicou à Delegacia do Trabalho, e esta designou uma organização contábil particular para fazer o levantamento dessas contas. Uma vez concluídos os trabalhos, constataram-se serias irregularidades, desvios de verbas e a não comprovação das contas, o que importa, inclusive, em medida judicial.

Sr. Presidente, eis uma demonstração, do que representam essas juntas interventoras promovidas pelos órgãos do Governo: seus integrantes se ocupam, traem os trabalhadores e impedem que estes realmente se realizem nos seus sindicatos.

Estranhamos que a Delegacia de Trabalho do Estado do Rio, responsável pela indicação daqueles "pelegos" da Junta interventora, ao invés de tomar as providências legais cabíveis, — porque o responsável pela indicação, é que deveria ser responsável também pelas providências judiciais — tenha dirigido ofício ao Sindicato, à atual Diretoria do Sindicato para que ela tomasse medidas judiciais devidas e então assumisse a responsabilidade da denúncia, que deveria ser feita também contra a Delegacia do Ministério do Trabalho, contra o próprio Ministério do Trabalho, responsável pela manutenção dessas Juntas de "pelegos" durante cerca de três anos. Sobre este assunto na hora oportuna, dirigirei requerimento de informações ao Senhor Ministro do Trabalho para que ele tome conhecimentos dos fatos e do sentido, de que assumo o Ministério a sua responsabilidade no caso.

Estou certo de que o Sr. Ministro, que se tem revelado sensível a denúncias dessa ordem, irá sensibilizar-se também com esta e determinar a Delegacia do Trabalho no Estado, do Rio as medidas legais cabíveis.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. DIRCEU CARDOSO:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente Srs. Deputados, duas satisfações experimento neste instante. A primeira, de ver na Presidência da Casa, honrando-a a pessoa do ilustre representante do meu Estado na Câmara Federal...

O SR. PRESIDENTE:

(Parente Frota) — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. DIRCEU CARDOSO — ... que aqui dignifica o mandato que, em boa hora, esta Casa lhe confiou. A segunda satisfação, Sr. Presidente, é a de registrar a inauguração, no dia 3 último, no Município de São Gabriel, do Seminário que ali a Ordem Camboiana ergueu, para grandeza e orgulho do nosso Estado.

As festividades e solenidades realizadas para a inauguração daquele Seminário, não pudemos comparecer, Sr. Presidente, em virtude do mau tempo, do estado das estradas, da interrupção do tráfego no Norte do Estado, em virtude das chuvas que ali ocorreram. Mas, daqui, envio aos camboianos e ao povo de São Gabriel as nossas congratulações pela obra ali realizada.

Ao registrar o fato, Sr. Presidente, tenho de ressaltar a figura de Padre Simão, aquele que, com a virtude e a fé de um cruzado, eguiu os embaixamentos e as primeiras construções daquela grandiosa obra. Foi substituído por Frei Simão, outro comboniano, que também em nome do Espírito Santo, agradeceu a esses dois grandes vultos da Ordem Comboniana.

Integralmente dessa ordem é Frei Sr. Presidente, que V. Exa. tanto conhece, D. José David, Bispo de São Mateus, a humildade, a fides, a virtude a serviço da religião, a virtude a serviço do nosso Estado, vem realizando obra grandiosa a frente da Diocese de São Mateus, no Norte do Estado.

Assim, não podendo estar presente às festividades de inauguração, do seminário que a Ordem construiu em São Gabriel, quero, daqui, em nome da representação do MDB levar à Ordem Comboniana e ao povo de São Gabriel as nossas felicitações. Quero enaltecer aquele povo, município, produto do trabalho de um dos povos mais progressistas, de uma das comunidades mais ativas de meu Estado, que tem colocado São Gabriel — uma das posições mais destacadas, no confronto entre os municípios capixabas, pelo trabalho de seus filhos, pela fecundidade de sua terra, pela operosidade de seus homens públicos, a frente das quais colocou Eduardo Graser, que não pertence à minha legenda, mas que, tendo sido eleito por unanimidade expressiva, tem sido um grande condutor, seguro, inteligente e de visão, levando seu município a grandes realizações e a seu grande destino. Congratulo-me, pois, com o povo de São Gabriel pelo Prefeito Eduardo Graser, pela sua Câmara de Vereadores, pelos homens ilustres que lá labutam pelo bem-estar de seu povo, pela grande obra que os combonianos organizaram, através do seminário que lá se construiu, uma das obras que orgulham e enaltecem não o catolicismo, mas o próprio povo do Estado, que eu humildemente (não apoiados) represento e que V. Exa. com brilho e fulgor representa na presidência desta Casa, nesta oportunidade. (Muito bem).

O SR. RAUL BRUNINI:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nós, Deputados Federais, que representamos os nossos Estados, temos também uma parcela indireta na representação da Capital da República. Com esse intuito, dirigi-me a esta tribuna para dar ciência à Casa de um fato lamentável ocorrido nesta Capital. Refiro-me, Sr. Presidente, à possibilidade da frequência das crianças nas escolas públicas primárias de Brasília. O início das aulas estava marcado para 19 de fevereiro. Depois foi adiado para o dia 4 de março e, finalmente, ocorreu no dia 8 de março, isto é, hoje. Mas, ao invés de iniciarem as aulas hoje, as crianças, pertencentes a centenas de famílias, trouxeram para os seus pais o seguinte bilhete das diretoras das escolas públicas de Brasília:

"Senhor Responsável, comunico que as aulas do seu filho estão suspensas, a partir de hoje, por falta de professoras. Quando o assunto estiver resolvido, V. Sa. será avisado".

Este bilhete que centenas de pais receberam hoje aqui, em Brasília, com a volta dos filhos aos seus lares.

Sr. Presidente, é muito estranho isso, porque, há poucos dias o "Correio Braziliense" publicou uma página completa com declarações do Ilustre Secretário de Educação da Prefeitura desta Capital, de que não haveria falta de vagas, nem de professoras, e que o problema do ensino primário estava resolvido definitivamente em Brasília.

Ora, sabemos também que 525 mães de todo o País clamaram ao apelo da Prefeitura de Brasília. Aqui estiveram, prestaram exame para o professorado brasileiro e foram aprovadas 178 professoras oriundas de todos os Estados da Federação. Aqui em Brasília foram aprovadas, do que me consta, trezentas professoras. Portanto, Sr. Presidente, não deve ser falta de professoras; deve haver, isto sim, uma falta de critério, de inteligência na solução desse problema.

Fui procurado por vários pais de família, e não me pude furtar, Senhor Presidente, a vir hoje à tribuna para chamar a atenção da autoridade competente, neste caso o Ilustre Secretário de Educação do Distrito Federal, o Professor Ivan Luz, Que S. Exa. olhe, examine e resolva esse assunto, pois é um fato degradante e retrato da falência do ensino primário na Capital da República. Faço votos de que as autoridades encontrem a solução, pois achamos que não há mais lugar no Brasil, principalmente na sua Capital, para que fatos dessa natureza que denotam a mediocridade da Administração Pública. (Muito bem).

O SR. RUYDALMEIDA BARBOSA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o INPS continua na pauta das críticas desta Casa, pelas inúmeras falhas que apresenta nos seus serviços e também pelas injustificadas irregularidades que lá ocorrem. Ainda agora, Sr. Presidente, devemos tratar do problema do SAMDU que hoje está, praticamente, integrado no INPS. Pois bem, os servidores contratados para esse órgão depois de 1962 encontram-se em situação bastante aflitiva, pois não perceberam o aumento de 20% concedido ao funcionalismo público da União, sob o pretexto de que continuavam regidos pela Legislação do Trabalho.

Também não percebem o salário-família, nem gozam do período de férias. Sr. Presidente, é absolutamente insustentável a situação que a falta de critério dos responsáveis pelo bem-estar dos servidores do INPS acarreta para essa gente humilde e modesta que percebe em minha terra, Campinas — motorista 151 cruzeiros, telefonista 127 cruzeiros, servente 110 — salário de miséria.

Ainda outra faceta referente também ao SAMDU, que devemos trazer à baila neste instante, é a daqueles servidores que foram admitidos anteriormente a 62 e em virtude de um preceito constitucional são havidos como estáveis, alguns deles já com mais de 30 anos de serviço. Tendo eles solicitado aposentadoria, esta lhes foi negada, sob o fundamento de que são funcionários estáveis, mereça da Constituição, e assim passaram a ser regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, com obrigatoriedade ainda constitucional de 35 anos de efetivo serviço. Esqueceram os responsáveis de que essa mesma Carta Maior prevê que aqueles que requerem aposentadoria até março teriam o direito de optá-la com o tempo menor de 30 anos. Lá estão inúmeros processos de aposentadoria não concedidas pela Legislação do Trabalho, porque se alega que passaram para a categoria de funcionários públicos — e não são — e como tal necessitam de 35 anos de trabalho. São estas duas situações anômalas, irregulares, injustas que deixo aqui à apreciação do Sr. Ministro do Trabalho. (Muito bem).

O SR. ISRAEL PINHEIRO TELHO:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, trago ao conhecimento da Casa a situação de verdadeira calamidade em que se encontra atualmente a região norte do nosso Estado, Minas Gerais, este ano assolada por chuvas intensas, o que tem causado prejuízos violentos, quer

de ordem econômica, quer de ordem social.

Recebi hoje o seguinte telegrama do Bispo Diocesano de Montes Claros, D. José Alves Trindade, Coordenador Geral da Região Norte de Minas para Calamidades Públicas:

Apelamos vossa Excelência ajuda imediata região norte mineira, que tortemente castigada há quase um mês intensas chuvas com consequências danosas quase toda área pt Sistema rodoviário estadual e municipal praticamente paralizado com destruição pontes, vg aterros e leitos inúmeros municípios pt Cheias rios São Francisco vg Verde Grande vg Go-rutuba vg Pacuí vg alem outros cursos d'agua vg ocasionaram destruição quase total colheitas vg como destruição inclusive casas trabalhadores pt Previsão baseada outros precedentes vg teremos surto tifóico e malária pt Há falta alimentos e vestuários parte população vários municípios vg especialmente zona rural pt Centrais Elétricas Minas Gerais informa comportas Três Marias estão sendo abertas de modo vazão Rio São Francisco atingir dentro 36 horas 1.400 metros cúbicos por segundo pt CEMIG considera vazão sem maiores consequências vg mas fruto apenas cheias rios montanhosas represadas vg enquanto rios vizinhos barragem Abaeté vg Paracatu vg Uruçuaia vg Verde et Pacuí vg alem seus afluentes vg estão cheios vg com perspectivas maiores enchentes vg pois alem continuadas chuvas vg tempo permanece instável pt Estrada Ferro Central Brasil acima Montes Claros paralizada apesar esforços seus dirigentes repararem trechos atingidos pt Alguns municípios totalmente isolados pt Região esta área atuação SUDEN vg DNOCS vg SUVALE pt Apelamos vossa Excelência com instrumentos ação rápida por meio sua imediata interferência junto Ministério Interior vg Ministério Saúde vg SUDENE vg SUVALE vg DNOCS vg COBAL vg SUNAB vg Centra-Brasil vg DNER vg Legião Brasileira Assistência vg INDA vg Merenda Escolar et Governo Minas atuem pronta et eficazmente nesta hora dramática região esta vido vdo pt Solicitamos colaboração FAB envio avião pequeno porte et helicóptero para sobrevoar região et colaborar distribuição viveres et medicamentos população isolada pt Pedimos ainda interferência junto Banco Nacional Habitação sentido colaborar reconstrução casas desabrigadas et Banco Nordeste et Banco Brasil prorrogação cartelas pequenos lavradores tenham comprovadamente perdido lavouras pt Virtude precedente ocorrido Bahia últimos meses pedimos igualmente Banco Central adote linha crédito especial região atingida pt Estamos dirigindo chefe Governo diretamente porque outras vezes providências solicitadas ficaram anuladas burocracia pt Problema social vq que jah em intenso região vq tenderam agravar-se se nosso dramático apelo não encontrar eco consciência autoridades esclarecidas como vossa Excelência pt Pedimos ainda Vossa Excelência envio Governo Federal observar vq especialmente vq SUDENE vq Banco Central et habilitação vq alem elemento sua confiança para constatar realidade pt Confiamos suas providências et resposta Governo nesta hora crucial norte Minas vive pt Cordialmente pt José Alves Trindade vq Bispo Diocesano Montes Claros et Coordenador Coordenação Regional Emergência Norte Minas.

Sr. Presidente, várias cidades do Norte de Minas, principalmente Pozeirinha, Espinosa e Monte Azul, estão sendo inteiramente destruídas com a atual enchente. O Governo do Estado de Minas já tomou as providências cabíveis, enviando para lá medicamentos, alimentação, recursos financeiros, aviões, helicópteros. Mas queremos, desta tribuna, manifestar nossa preocupação e dirigir ao mesmo tempo ao Governo Federal um caloroso apelo, principalmente ao Sr. Ministro Albuquerque Lima, do Interior, para que coloque seus órgãos subordinados à inteira disposição daquela gente que vive numa das regiões mais pobres do nosso País, a fim de que possam atendê-la no que for necessário e diminuir um pouco seu sofrimento. Assim, em conjunto com o Governo do Estado de Minas Gerais, poderão o mais rapidamente possível encontrar remédios paliativos para a situação calamitosa que atingiu aquela zona.

Fica aqui, pois, Sr. Presidente, nosso apelo, na certeza de que o Governo Federal não ficará a, ele insensível. (Muito bem).

O SR. GETULIO MOURA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, fala-se muito em pacificação. Em princípio ninguém pode ser contrário à ideia de harmonizar a família brasileira.

Invoca-se o precedente do período do Presidente Dutra, mas ele não encontra paralelo algum com a situação atual.

Naquele tempo vivíamos numa completa normalidade constitucional. Somente a UDN, fora do poder, aspirava a chamada coalizão para ter acesso aos cargos do Governo. Mas não havia questão grave, séria, de princípios, de ideias, ou de métodos de ação. Na verdade, o Brasil atravessava um dos períodos mais tranquilos de sua vida republicana. A frente do Governo, a figura admirável do Marechal Eurico Gaspar Dutra, homem com extraordinário amor à Constituição. E acreditamos mesmo que ninguém neste País, sem juízes, sem bacharéis, respeitaram tanto a Constituição como o Marechal Eurico Gaspar Dutra. De modo que nessa fase foi fácil a Otávio Mangabeira, com sua enorme habilidade, conseguir que o Governo de então admissse uma fórmula de entendimento entre PSD, UDN e Governo. E, hoje, quando o Governador da Bahia, o meu amigo e estimado colega Luiz Viana se apresenta como pioneiro nessa jornada, evidentemente ele se escuda nesse passado em que Otávio Mangabeira teve êxito. Mas as condições foram profundamente diferentes. De forma que não acredito possamos ter êxito em qualquer tipo de conciliação, sem que o Governo faça inicialmente uma abertura democrática.

Ora, Sr. Presidente, não é possível falar em conciliação e em pacificação, quando estão no exterior figuras representativas não apenas da política mas da ciência, da cultura nacional, quando os cárceres estão aí com várias pessoas detidas a responder pelos chamados crimes de subversão e de corrupção; quando nós estamos dentro deste País sujeitos a uma legislação eleitoral que é a negação da própria democracia, através do voto indireto, com o qual a Revolução deseja perpetuar-se no poder. Esta é a grande verdade: no dia em que forem abertas as urnas neste País, vai fechar-se o chamado ciclo revolucionário, porque a revolução não conseguiu sensibilizar as massas, não conseguiu sensibilizar nem a classe média. Nunca vi um hamado movimento revolucionário, como esse que aí está. Lembra um parente num arame; às vezes é capaz de florir mas nunca cria raízes.

Sr. Presidente, eu, que sou inclinado a todo e qualquer sentimento de paz, de harmonia, que é a constante do

brasileiro, católico e sentimental, gostaria muito que pudesse haver a pacificação da família brasileira, mas dentro da moldura em que fossem respeitadas acima de tudo os princípios democráticos. Mas essa pacificação de que são avaros o Governador da Bahia e, agora, também o ilustre Ministro do Exterior, não é pacificação, é adesão. É o desejo apenas de que entendemos para o carro vitorioso da Revolução, o que não é absolutamente possível.

Se o Governo, em verdade, deseja pacificar a família brasileira, tem em seus meios todas as armas para dar a nós todos confiança nesse movimento. Comece S. Ex.^a por mandar mensagem a esta Casa restabelecendo o voto secreto e direito para a eleição de Presidente da República. Desista S. Ex.^a de atingir mais de 500 municípios do Brasil com aquele princípio de zonas de segurança nacional, para excluir daí a eleição direta dos seus prefeitos e das Câmaras Municipais. Melhore as chamadas leis de arrocho salarial. Diminua a fome do povo brasileiro. Faça isso para que então possam, dentro desse clima elevado de harmonia e de confraternização, admitir que a Revolução deseja, em verdade, consolidar-se através de um gesto magnânimo, que seria a pacificação em moldes de dignidade e nunca de simples adesão.

Por estas razões, Sr. Presidente, lamento não aceitar e ter de discordar da pacificação que se propõe, por que ela não traz os elementos indispensáveis à sua aceitação. É lamento muito que um homem que se tem comportado admiravelmente no Ministério das Relações Exteriores, como o Ministro Magalhães Pinto — e poderia mesmo dizer que, dentro da atual função do Governo que aí está, é o único que tem mantido uma atitude de correção, uma atitude de equilíbrio, uma atitude de coragem, inclusive em nossas relações exteriores, colocando-nos em situação muito boa perante o mundo — venha também a falar em pacificação, sem apresentar os elementos indispensáveis à própria pacificação.

De modo que, Sr. Presidente, pacificação dessa forma não podemos aceitar. Preferimos continuar na oposição, na nossa trincheira, porque as condições de hoje não são as mesmas de 1931. (Muito bem.)

O SR. DOIN VIEIRA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, na programação de trabalho do Governo revolucionário, com a fixa preocupação de eliminar deficits do Orçamento, incluiu-se aquilo que se poderia chamar a autarquia ferroviária, ou seja, a supressão pura e simples de ramais ferroviários que se apresentassem deficitários no momento, mercê de uma série de circunstâncias e fatores, muitos deles facilmente elimináveis e aleatórios.

Dentro desse princípio incluiu-se na área de ramais a serem suprimidos da Rede Vitória Santa Catarina e Estrada de Ferro Santa Catarina.

A ausência dessa estrada de ferro que serve ao Vale do Itajaí dos mais belos, prósperos e laboriosos regiões do País, representaria um fator de atraso, de prejuízo e estagnação para aquela área. Mercê de uma campanha sistemática desenvolvida por toda a região interessada, por todos os representantes nos diversos Pses e do Legislativo — municipal, estadual e federal — tivemos, finalmente, a palavra escrita e a afirmação pessoal do Sr. Ministro dos Transportes da que a Estrada de Ferro Santa Catarina não mais será extirpada, não mais será fechada e permanecerá em funcionamento.

Acrescentou S. Ex.^a que se estuda, para imediata execução, a ligação dessa estrada de ferro ao chamado tronco-sul, ligando Trombudo Central a Ponte Alta do Sul, de forma a inte-

grar a estrada no sistema ferroviário nacional. A afirmação e a notícia trouxeram tranquilidade e alegria à gente de Santa Catarina, principalmente à do Vale que a estrada serve.

Ao fazermos aqui referência à informação e ao fato, queremos ressaltar, em primeiro lugar, o êxito dos trabalhos que se desenvolveram no sentido da defesa da estrada; e, em segundo lugar, a exatidão e a certeza de que a medida governamental, corrigindo um erro anterior, revisou sua posição para permitir a sobrevivência daquele organismo. Afirmamos também que estamos vigilantes no sentido de que permaneça efetivamente em pleno funcionamento aquela estrada e que não seja extinta nem extirpada por um ato, diríamos, menos bem elaborado, discricionário, radical e, até certo ponto, violento, que atingiria interesses que são nacionais, porque de catarinenses que trabalham para a grandeza do País. (Muito bem.)

O SR. RAIMUNDO DINIZ:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, no dia 21 do mês próximo passado, ocupei esta tribuna para fazer críticas ao decreto governamental que demitiu mil e tantos funcionários do Ministério da Agricultura, focalizando, naquela ocasião, que em Sergipe tinham sido demitidos até funcionários mortos e funcionários aposentados.

Hoje, Sr. Presidente, vejo que o Governo começa a verificar o seu engano, pois no Diário Oficial do dia 28 último já existe um decreto mandando vigorar o decreto anterior a partir do dia primeiro de março. Começa a sentir o Governo que o estudo feito sobre aqueles funcionários foi incompleto. Mas é preciso que o Sr. Ministro da Agricultura tome uma atitude mais corajosa e mais justa: mande suspender, definitivamente, os efeitos daquele decreto, para que se faça a revisão dos processos. Não se pode demitir em bloco. Cada processo tem de ser examinado de per si, para que não aconteça como em Sergipe: 23 funcionários estáveis demitidos. Do contrário, o Governo terá o desprazer de, se não os recuperar administrativamente, ver-se derrotado por um mandado de segurança, tranquilo e certo.

É o apelo que, desta tribuna, faço ao Sr. Ministro da Agricultura: que mande suspender os efeitos daquele decreto, até que se realizem novos estudos sobre o problema. (Muito bem.)

O SR. MILTON BEANDÃO:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, tenho em mãos um trabalho do engenheiro José Mário Rebelo, sobre o porto marítimo de Luiz Correia, que representa um roteiro para a tomada de posição, pelo Ministério dos Transportes, na construção daquele porto. O estudo levado a efeito pelo competente técnico representa, sem dúvida, mais uma cooperação com a finalidade de promovermos o desenvolvimento econômico do meu Estado, que no momento precisa do apoio decidido do Governo Federal e da incondicional solidariedade dos representantes do Congresso. É realmente uma contribuição das mais expressivas a que nos oferece o ilustre engenheiro plantense. Já notável pela patriótica colaboração que nos deu, quando lavados a efeito os estudos preliminares para a construção da Barragem de Boa Esperança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, representantes do povo riuricense, e oriundo de uma região pobre, tenho procurado, com entusiasmo e confiança nos destinos deste País, tudo fazer pelo seu progresso, pela melhoria das condições de vida do seu povo e, sobretudo, pelo fortalecimento da unidade nacional.

Não poderia, por certo, oferecer melhor contribuição a esta grande Nação do que esta que aponto e pela qual venho lutando há muitos anos,

desde a legislatura de 1954. Sabemos todos da desigualdade existente entre as várias regiões do País, com relação ao seu índice de progresso e de desenvolvimento. E que temos regiões já realizadas, onde o padrão de vida das populações é incontestavelmente bem mais elevado do que em muitas outras. Se tomássemos como exemplo, para efeito de comprovação do que afirmamos, os níveis de vida dos habitantes do Nordeste, num quadro comparativo com os que habitam a região do Sul, teríamos, sem contagem, uma estatística que nos apontaria uma considerável desproporção. Por outro lado, se analisássemos essa posição entre Estados da mesma área do Nordeste, considerados subdesenvolvidos, ainda verificaríamos uma flagrante desigualdade na economia da região.

Colocado nestes termos o problema brasileiro, cumpre-nos apontar o Piauí como região possuidora de riquezas naturais, com imensas possibilidades de recuperação econômica, onde apesar de tudo isso, o índice de vida per capita dos habitantes é o mais baixo deste País.

Sr. Presidente, com este ligeiro relato o que desejamos é chamar a atenção das autoridades federais, é criar uma consciência a respeito da atual situação do Piauí, é apesar para o Congresso, para o patriotismo de todos os brasileiros, a fim de que formem conosco nesta luta, combatendo a desigualdade, os desníveis de vida das nossas populações.

A nossa mensagem é merecedora do apoio daqueles que orientam os nossos destinos. Daí por que esperamos deles compreensão e solidariedade.

Passando a ler o trabalho do Engenheiro José Marinho Rebelo, sobre a construção do porto marítimo de Luiz Correia, deixaremos inscrito nos Anais desta Casa um documento precioso, que submeteremos à apreciação dos representantes do Congresso e das autoridades responsáveis pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, principalmente, do Presidente da República, Marechal Costa e Silva, e do Ministro da Pasta dos Transportes, Coronel Mário Andreazza, nos quais depositamos as nossas mais vivas esperanças.

O Piauí, que se prepara para a sua arrancada em sentido do progresso, com a construção da hidrelétrica de Boa Esperança, precisa de um porto marítimo e também de um organismo regional que promova os meios para que aquele empreendimento nos ofereça os resultados que esperamos.

Sr. Presidente, esta é a mensagem que enviamos aos responsáveis pelos destinos do País. (Muito bem, Palmas.)

O SR. MARIO TAMBORENDI GUY:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, sabe V. Ex.^a do aprêto e da estíma que tenho pelo povo do Espírito Santo. Convi-me com aquela gente agraçável, honrada, trabalhadora e sedutora. Tive a honra de ter um jornal na Capital do Estado, que, graças ao esforço dos seus filhos, se agiganta como uma das grandes Capitais do Brasil.

Ao iniciar o meu discurso, tenho o prazer de saudar o povo do Espírito Santo na pessoa do Deputado Paronite Frota, seu representante, ora na Presidência, que chegou a esta Casa e, em pouco tempo, se fez credor da confiança dos seus colegas que o conduziram, em boa hora, à Mesa da Câmara. Hoje, com prazer, vimos falar perante S. Ex.^a de um assunto que diz de sua vida profissional particular de militar.

Sr. Presidente, o dia de hoje assinala o aniversário de um acontecimento que, desde 1838, vem sendo cultuado como uma verdadeira efeméride — um marco histórico na vida brasileira. Trata-se da fundação do Corpo de Fuzileiros Navais, auspiciado evento efetivado a 7 de março de

1838, com a vinda, para o Brasil, da Brigada Real da Marinha, acompanhando a Corte Portuguesa que viera instalar-se em nosso País. A história dessa brava corporação, desde aquela remota data até aos nossos dias, constitui uma página da glória e de consagração imorredoura para os seus integrantes, soldados e oficiais, que, em tantos momentos, arriscaram a própria vida na defesa de ideais identificados com o amor à Pátria. No curso de sua existência, teve essa instituição militar denominações diversas, com variações no campo de suas atribuições específicas: a de Brigada Real da Marinha, em 1808; a de Batalhão da Brigada Real da Marinha, em 1821; a de Batalhão de Artilharia da Marinha do Rio de Janeiro, em 1822; a de Imperial Brigada de Artilharia da Marinha, em 1826; a de Corpo de Artilharia da Marinha, em 1827; a de Corpo de Infantaria da Marinha, em 1835; a de Batalhão Naval, em 1921; e, finalmente, a de Corpo de Fuzileiros Navais, pelo Decreto nº 21.103, de 29 de fevereiro de 1932.

Sr. Presidente, não se compreende, nos estreitos limites desta oração, que tem por objetivo apenas a lembrança de uma passagem histórica, expor os principais lances que caracterizam a existência dessa nobre e valerosa corporação militar. De passagem, porém, não é possível deixar de assinalar o papel extraordinariamente significativo que esse Corpo teve nas lutas da Independência e na Campanha da Cisplatina, onde o seu pavilhão se cobriu de honra, criando-se uma merecida reputação de destemor e galhardia em favor de toda a tropa.

Sr. Presidente, deixo, portanto, ao ilustre comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, Vice-Almirante Rêitor Lopes da Costa, os meus cumprimentos, extensivos a todos os seus valerosos comandados, que correspondem, estou certo, a um pleito de admiração e reconhecimento desta Casa a uma corporação militar que se fez respeitar como verdadeiro berço de heróis. (Muito bem.)

O SR. PADRE NOBRE:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, mais uma vez trago à Casa o problema do professorado primário de Minas Gerais. Já tenho falado sobre o assunto, mas como o problema ainda existe, em decorrência mesmo da representação popular que trago para esta Casa, ou obrigado a voltar a mesma matéria, desta vez, entretanto, menos pessimista, menos carente nas palavras, sem protestos, mas com lealmente apelo.

As professoras primárias de Minas Gerais ainda não saíram de todo da crise que envolve a classe de tão nobres brasileiras. Reclamam por telegramas e telegramas, a nossa ação em seu favor. Somos, ps, obrigados a clamar por elas. Se têm o dever de ensinar, corresponde-lhes, igualmente, o direito de receber. Se ao Governo cabe o direito de exigir o cumprimento do dever, a ele, consequentemente, cabe o dever de pagar o salário justo dos trabalhos.

Posso afirmar, Sr. Presidente, que os esforços do Governo de Minas Gerais estão se fazendo no sentido de colocar em dia o pagamento do professorado mineiro. É notícia alvisseira que me alegra e que tranqüiliza aqueles heróis de Minas Gerais.

Mas faço apelo renovado e redobrado ao Sr. Governador de Minas Gerais para que não descanse nos seus esforços nas suas dificuldades — que compreendemos — enquanto as professoras primárias não tiverem recebido em dia os seus salários.

Não venho protestar; venho apelar, porque, realmente, como de justiça, reconheço os esforços do Governo no dever de pagar as professoras. Entretanto, peço sejam redobrados esses esforços para que tenhamos, no me-

nor prazo possível, o pagamento em dia das professoras primárias de Minas Gerais. E nesse dia estaremos aqui para aplaudir, para louvar, depois que o nosso apelo for lembrado e atendido. Elas merecem, para quem o Governo possa lhes exigir o cumprimento exato do seu dever na cátedra, na sala de aula, no ministério verdadeiramente sagrado de dar às crianças brasileiras a luz do ensinamento. *(Muito bem.)*

O SR. NEY FERREIRA:

(Comunicação — Sem revisão do orador.) — Senhor Presidente, quero congratular-me com a imprensa baiana da minha terra e, em especial, com a Rádio Excelsior da Bahia pelo seu resurgimento no dia 2 de março próximo passado. A interrupção de suas irradiações teve como origem o fato, deveras lamentável, que foi o incêndio do dia 23 de fevereiro também próximo passado, que destruiu quase todo o patrimônio material da estação.

Esse resurgimento se deu em tempo recorde, Sr. Presidente. Oito dias após a catástrofe, que também destruiu valioso patrimônio histórico artístico da Bahia — o Liceu de Artes e Ofícios — também envolvido naquele pavoroso incêndio, a emissora cognominada de "a mais simpática e de "emissora da família baiana" voltou no ar. Isso se deveu precisamente ao dinamismo, ao esforço e à abnegação do seu Diretor-Presidente, Sr. Cleto Araponga, de seu Diretor-Gerente, Wilson Menezes e, sobretudo, ao esforço e à abnegação de seus funcionários, entre os quais destaco a figura do jovem jornalista José Amílcar Soares.

Essa conjugação de esforços, com a cooperação decidida da sociedade baiana, a qual eu me incorporei, fez com que, num breve espaço de tempo, voltasse aos lares baianos a voz da Rádio Excelsior da Bahia. E meu júbilo é tanto maior, Sr. Presidente, porque tenho certeza de que, daquela catástrofe que destruiu a brilhante emissora baiana, vai surgir uma nova e poderosa estação de Rádio, uma nova e mais pujante Rádio Excelsior da Bahia, funcionando com toda a sua capacidade, informando, como sempre bem informou, a opinião pública da minha terra.

Eu me rejubilo, neste instante, por esse resurgimento, após a tragédia que tão profundamente abalou a sociedade baiana, e que teve, no seu bojo, o desaparecimento da Rádio Excelsior e também do valioso patrimônio histórico e artístico da Bahia, o Liceu de Artes e Ofícios.

Sr. Presidente, como baiano, não podia deixar de registrar essa reêntrée da emissora mais simpática da Bahia, a emissora da família baiana, a Rádio Excelsior da Bahia, que confio, voltará a bem servir, como sempre, à minha terra, com todo o seu esforço com todo o seu brilhantismo e com o dinamismo dos seus funcionários e dos seus dirigentes. *(Muito bem.)*

O SR. HERMES MACEDO:

(Comunicação — Sem revisão do orador.) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, Assai é o município paranaense maior produtor de algodão do Estado e maior produtor do País, e o mais mecanizado do Brasil onde existem mais de dois mil tratores e todas as propriedades rurais eletrificadas.

Estou recebendo uma comunicação da sua Associação Comercial, com um prencípio de uma das maiores safras de algodão para este ano. Daqui, desta tribuna, envio os meus cumprimentos a aquele próspero município paranaense e às suas autoridades constituídas, especialmente ao Prefeito, Sr. Frederico Prudência, ao Presidente da Câmara, Dr. Shozo Kawase e aos Srs. Vereadores Hideo Odajima, Paulo Kubo e Takao Aoki.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar também os Diretores da Associação Comercial de Assai: Presidente Massayuki Matsumoto, 1º Vice-Presidente Kenjiro Yamada, 2º Vice-Presidente Fukuyoshi Oguihara, Secretário-Geral Takeshi Kubo, 1º Secretário Hisashi Sato, 2º Secretário Geração José Pereira, Tesoureiro Takuya Kamimura, 2º Tesoureiro Akira Fukushima. Conselho Deliberativo: Oosamu Sakai, Sidney Pasqualetto, Naoshi Shigueka, Hiroshi Konno, Akira Ishikawa, Takashi Tubai, Lenin Shimba, Jorge Mizuta, Hideo Odajima, Paulo Tadashi Tanno e Kioshi Konchi, Conselho Consultivo: Dr. Atsushi Taniguti, Dr. Toramitsu Tanaka, Dr. Katsumi Imano, Osvaldo Yokoyama, Shiro Nanami, Massaharu Sugimoto, Honorio Koji Sakane, Paulo Konno, Toshio Kiam, Adolfo Rodrigues Maneira, Akira Kuryama, Mário Tagata, Issao Kaminari e Yuko Miura.

Sr. Presidente, as minhas homenagens, pois, a este município paranaense, município de Assai, que, digase de passagem, é um dos mais prósperos municípios paranaenses.

Registro também, aqui, uma reclamação que estou recebendo do Paraná, de inúmeras empresas de transportes e de pessoas que se julgam prejudicadas com o péssimo estado da BR-116, no trecho Curitiba-São Paulo. É tal o estado de precariedade daquela importante via rodoviária do nosso País, que os acidentes se estão sucedendo com frequência aumentada mesmo na sua incidência. Trata-se hoje, depois da Presidente Dutra da rodovia de maior movimento do Brasil.

Apelo, pois, desta tribuna ao Sr. Ministro dos Transportes e ao Diretor do DNTER, para que façam proceder os reparos devidos naquela importante rodovia, no trecho de S. Paulo-Curitiba, para que possam aqueles que por ela trafegam viajar com mais tranquilidade, não pondo em risco, como estão sendo postas atualmente, as preciosas vidas daqueles que pela rodovia se vêm na contingência de trafegar.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem.)*

O SR. JOÃO ALVES:

(Comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há atitudes que, pela sua correção, merecem ser divulgadas, sobretudo quando partem de um responsável pela administração pública. É o caso da circular divulgada para todo o País pelo Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social. Diz S. Ex.:

Tendo em vista que, sobre tratar-se de um dos Poderes da República, entre os quais cumpre que haja relações da mais perfeita harmonia, necessita o Congresso Nacional, pela própria natureza, permanecer informado no tocante ao funcionamento dos órgãos do Executivo, — solicito seja encarecida aos diversos setores dessa Superintendência Regional, bem como aos Hospitais, Agências e Postos a ela subordinados, a conveniência de que as indagações pessoais e diretas dos Senhores Deputados e Senadores quanto ao andamento de processos ou a outros aspectos da Administração recebam sempre pronta e cabal resposta, encaminhando-se o esclarecimento ao destinatário, pela autoridade competente, com observância das regras de cortesia e guardado o respeito devido aos Representantes do Povo no Parlamento, segundo a norma de conduta que caracteriza, aliás, o INPS.

A presente recomendação está sendo feita em face de casos — excepcionais embora — do mau atendimento na espécie, que foram trazidos ao meu conhecimento por componentes da Comissão Parlamentar de Inquérito peran-

te a qual tive recentemente oportunidade de depor em Brasília.

a) F. L. Torres de Oliveira

Presidente do INPS

Era o que desejava dizer. *(Muito bem.)*

O SR. MARCOS KERTZMANN:

(Comunicação — Lê:) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a ninguém escapa hoje que estamos numa encruzilhada política, com dois únicos caminhos abertos à nossa frente, e prestes a fazer uma opção decisiva, que determinará o rumo de nossa evolução nos próximos anos. Os dados que compõem essa peculiar situação são fornecidos, sobretudo, pela desorganização do poder Nacional, pela má distribuição das tarefas revolucionárias que cabem aos diferentes segmentos sociais e pela indefinição no que respeita à vocação internacional do Brasil. Entre todos esses problemas, assume especial significação, neste momento, a compressão a que vem sendo submetida a representação popular, a qual, pela sua própria natureza, deveria ser ouvida, consultada e atendida no estabelecimento das grandes decisões nacionais.

Sabemos, entretanto, que a representação popular é apenas consentida. Ela, que já vinha sendo desmaturada a partir da Segunda Guerra — graças à sua encampação pela Oligarquia e pelo privilégio — encontra-se hoje, no ano quatro da revolução de Março, totalmente esvaziada, tolerada apenas como uma acrescência circunstancial, que poderá ser cortada apenas se torne inconveniente. O poder incontestado e exclusivo é a Presidência da República, com seus órgãos tutelados, isenta de controle, autônoma em suas decisões, insubmissa à apreciação externa e inquestionável nas suas extensas prerrogativas. Ela não responde perante ninguém pelos seus atos e não tem consequência um possível desafio que lhe seja dirigido.

Embora a Constituição estabeleça 3 poderes, e embora o governo, em sua última mensagem, afirme que esses 3 poderes são harmônicos e independentes, a realidade diária está a demonstrar que nos momentos cruciais, como nos momentos normais, apenas o Executivo dispõe de plena liberdade e desenvoltura em suas ações.

A representação popular está praticamente aliada do Poder Nacional, o que significa que o povo está ausente daquelas decisões que mais fundo tocam à Nação. Além de limitada na margem de liberdade de que dispõe para sua atuação que se patenteia, antes de tudo, nas restrições constitucionais, a Representação popular está desorganizada, tolhida e convulsionada, graças ao enquadramento forçado da classe política em duas agremiações incolores e inodoras, individualizadas apenas por um artificial vocabulário de ínfima significação. Era fatal que movimentos de insatisfação surgissem dentro desses partidos, principalmente daquele a quem se atribuiu a tarefa de ser o porta-voz do Executivo. Embora incipientes, esses movimentos, ou pelo menos alguns deles, comportariam condições para se transformar em um partido novo, que romperia o rígido esquema atualmente plantado.

O governo parece ter percebido essa possibilidade. E como a renovação política não lhe sai do terreno das intenções, tratou de cuidar para sufocar, no nascedouro, qualquer tentativa dos políticos independentes de formar uma agremiação autêntica, renovadora e consequente. Daí estar lançando mão do artifício das "legendas", com que pretende contentar os grupos oligárquicos encastelados nos estados e os "coronéis" redivivos, que agora se vingam a novidade, terão o seu "partidinho" próprio sem precisar abandonar o "partidão" oficial.

A sublegenda é mais uma etapa da pulverização e desmoralização do princípio da representação popular, contribuindo para tornar ainda mais confuso o já ininteligível panorama político brasileiro. Não queremos impugnar ao governo a maquiavelítica intenção. Mas os dados conhecidos não levam a outra conclusão, se não a de que a instituição das sublegendas não passa de uma manobra de envolvimento tático com que o governo pretende abortar qualquer movimento com pretensões a se tornar em partido político. A repulsa que essa propalada "inovação" vem causando em todos os setores responsáveis do país demonstra que ela constitui uma violência às mais caras tradições de vida partidária da República e abominação política, que acabará levando fatalmente ao partido único.

A encruzilhada em que nos encontramos leva, por um lado, à democracia, ao regime de liberdade, à satisfação individual, e por outro, ao autoritarismo, ao sufocamento da liberdade, ao enquadramento coletivo. Como se vê, há sérias razões para crer que a segunda alternativa tenha sido escolhida pelos conselheiros presidenciais. *(Muito bem.)*

O SR. DJALMA FALCAO:

(Comunicação — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo mais uma vez fazer um apelo ao Sr. Ministro da Educação e também ao Professor Epilogo de Campos, no sentido de que o Ministério da Educação e Cultura encontre, com a máxima brevidade, uma solução que venha atender aos problemas dos excedentes universitários do Estado de Alagoas.

E faço este apelo mais uma vez, Sr. Presidente, porque acabo de receber dos estudantes Marcelo Cavalcante e Antônio Alves, representantes da Comissão dos Excedentes da Universidade de Alagoas, o seguinte telegrama:

"Intransigência Reitor nos obriga apelar ilustre parlamentar sentido interferir junto às autoridades do ensino superior com finalidade solucionar problema dos excedentes. Representamos neste instante opinião não só dos estudantes mas de todo o povo de Alagoas."

Desejo registrar também, Sr. Presidente, aproveitando esta oportunidade, mais uma arbitrariedade dentro daquelas tantas que insensatamente vêm sendo cometidas pelo atual Governador do meu Estado. S. Ex. já se desmandou, por ação ou omissão, contra seus adversários políticos, aqueles que em Alagoas têm a coragem moral de pertencer ao Movimento Democrático Brasileiro e a coragem maior ainda de fazer oposição ao Governo forte de Alagoas.

Agora, o Sr. Lamenha Filho, Governador do meu Estado, insatisfeito com a onda de arbitrariedades que pratica contra seus correligionários, investe contra jornalistas que pertencem ao único jornal de oposição existente em todo Norte e Nordeste do País, que é exatamente o "Diário de Alagoas", órgão fundado recentemente por nós que sustentamos em Alagoas a luta sob a bandeira do Movimento Democrático Brasileiro e contra o atual estado de coisas reinante em Alagoas. Pois o Sr. Lamenha Filho, não querendo que vozes autorizadas clamem contra todos os desacerções, todos os desmandos e todos os crimes ocorridos no seu Governo, pretende calar essas vozes e usa os processos mais mesquinhos, como o que está adotando contra o bravo jornalista Alves Damasceno, Secretário do "Diário de Alagoas", que está sendo convidado a comparecer às delegacias de polícia da Capital alagoana para prestar depoimento a respeito de notícias, de críticas, inseridas na-

quele órgão de imprensa contra o atual Governo do meu Estado.

E, na qualidade de representante da Oposição alagoana no Congresso Nacional, quero fazer daqui, à Nação e às autoridades competentes da República, esta denúncia das perseguições que o Governo do meu Estado vem movendo a jornalistas que têm a coragem de diariamente, através das colunas do "Diário de Alagoas", protestar contra os erros de que está infestada a atual administração pública estadual do meu Estado.

E, em fazendo esta denúncia, esperamos que o Sr. Ministro da Justiça, os órgãos representativos da classe dos jornalistas profissionais do Brasil adotem providências no sentido de que sejam coibidas essas perseguições mesquinhas, especialmente contra o jornalista Alves Damasceno do "Diário de Alagoas". E, nesta oportunidade, queremos deixar bem patente que ocuparemos esta tribuna quantas vezes quantas necessárias, a fim de defendermos não somente a liberdade de pensamento, de expressão, liberdade de imprensa no meu Estado, mas o povo em geral das Alagoas, que tenho a honra de representar nesta Casa do Congresso Nacional, contra os desmandos do atual Governo do meu Estado.

Era a comunicação que tinha a fazer, Sr. Presidente. (Muito bem).

O SR. ARRUDA CÂMARA:

(Comunicação) — Sr. Presidente, no dia cinco de fevereiro próximo passado, o Dr. Souto Maior, digno representante do Estado de Pernambuco, proferiu nesta Casa uma defesa do Sr. Antônio Zappalá, professor da Escola de Medicina do Recife, em que leu vários trechos da "carta por S.ª dirigida ao Brasil". E, em seguida, diz:

"Sr. Presidente, requiro a V. Ex.ª que faça constar dos Anais desta Casa os dois ofícios que o Sr. Juiz Federal Emerson Câmara enviou ao Diretor da Faculdade de Medicina, com uma série de questionamentos, os quais foram todos prontamente respondidos pelo Professor Clóvis de Azevedo Paiva, Diretor da Faculdade de Medicina, que esclarece o fato. Se o citado juiz, tivesse antes de decretar a prisão preventiva do Professor Antônio Zappalá procurado através desses questionamentos esclarecer o caso, tenho a convicção e a certeza de que o Brasil não teria perdido, com a renúncia, um cientista do quilate de Antônio Zappalá".

Sr. Presidente, houve uma denúncia, feita por um Deputado Estadual médico, em torno da qual a imprensa e a opinião pública se movimentaram, exigindo providências das autoridades competentes.

A denúncia era a de que o Professor Antônio Zappalá exportava clandestinamente para os Estados Unidos cabeças humanas e fetos, pertencentes ao material didático da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife.

O clamor da imprensa e da opinião pública levou o Juiz Federal Substituto, Dr. Emerson Carneiro Benjamin de plantão no feito, a mandar instaurar um inquérito pela Polícia Federal.

Tratava-se, em primeiro lugar, do desvio de material pertencente à Universidade, com destino certo da exportação clandestina desse material para o Exterior e, consequentemente, da subtração de partes de cadáveres que, depois dos estudos aos quais se deveria proceder, tinham de ser recompostos e sepultados normalmente.

A Polícia Federal, à frente um digno Coronel que a Comanda, feitas as diligências iniciais, constatou a veracidade dos fatos: a exportação era clandestina, não havia convênio entre

a Universidade do Recife e universidades norte-americanas.

O embarque das cabeças era geralmente procedido em altas horas da noite, bem como noturna era a preparação das peças dos cadáveres para as remessas.

O inquérito apurou ainda que o Professor Zappalá, apesar de negar o fato inicialmente, "havia pedido, sobre ele, segredo aos funcionários encarregados desse preparo e da respectiva remessa"; e, ainda, o Prof. Zappalá entregara a tais funcionários propinas, em cheques, representando, de uma vez, 100 mil cruzetões velhos, e, de outra, 50 mil; e no preparo desse material se faziam gastos, sem licença da Direção da Faculdade, com energia, gás, e ingredientes indispensáveis à preparação das cabeças. Os indicados presentes foram levados a depor e confirmaram todos esses fatos denunciados. Adiantaram, ainda, que, chamados pelo Diretor, "tendo represálias daquele Professor, falaram a verdade, negando os fatos. Posteriormente, porém, um deles se apresentara, espontaneamente, ao Diretor da Faculdade para dizer a verdade, sem subterfúgios.

Verificados os fatos, "indícios graves", o encarregado do inquérito solicitou ao Juiz a decretação da prisão preventiva. Não era curial nem preciso, para isso esperar a resposta aos questionamentos que foram mandados, muito mais tarde, ao nobre Diretor daquela Faculdade. Havia indícios graves de irregularidades e até de crime. O Juiz, portanto, decretou a prisão preventiva. Decretou-a por ser indispensável para a apuração da verdade da denúncia, dado que, se continuassem em exercício, os funcionários na Faculdade não teriam condições para dizerem toda a verdade.

Por outro lado, veiculada aquela notícia, o Prof. Antônio Zappalá ausentou-se de Pernambuco para lugar desconhecido, que, depois, se verificou ser em Minas Gerais, a residência de pessoas afins. Daí aquele Professor embarcou para a América do Norte. Não se sabia, sequer, onde estava, porque a casa da sua residência não entregava a ninguém, sem endereço nem mesmo para pagamento de alugueis.

O Juiz decretou a prisão preventiva. Processou-se o inquérito. Foi remetido para o Ministério Público. A Direção da Faculdade publicou na imprensa comunicado, de que eu tenho cópia fotostática, nestes termos:

"1 — Chegando ao conhecimento do Sr. Diretor da Faculdade, em 23 de outubro do corrente ano, por informação verbal, que havia irregularidades na Cadeira de Anatomia, denúncia esta na qual se afirmava que cabeças de cadáveres estavam sendo enviadas para o exterior, o Professor Clóvis de Azevedo Paiva convocou uma reunião extraordinária do Conselho Administrativo, a fim de transmitir aquela informação ao órgão colegiado competente.

2 — Após se inteirar do fato, o Conselho Administrativo iniciou a sindicância, sendo ouvidos os funcionários lotados nas Cadeiras de Anatomia e de Técnica Operatória, os quais, sem discrepância, negaram peremptoriamente a acusação. Decidiram, todavia, os membros do Conselho Administrativo comparecer ao local onde funciona o Pavilhão de Anatomia, com o objetivo de fazer um exame das peças anatômicas ali existentes, não sendo constatado, naquela ocasião, nenhum fato que confirmasse a denúncia feita, verbalmente, ao Sr. Diretor da Faculdade.

3 — Sucede, no entanto, que, no dia 6 do mês em curso, o Sr. Pedro José de Lima, um dos funcionários inquiridos, anteriormente, ocorreu ao Sr. Diretor da Faculdade para dizer-lhe que desejava prestar-lhe novos esclareci-

mentos em torno do caso, ficando, então, acertado que isso se daria na manhã do dia seguinte, o que efetivamente ocorreu, no Gabinete da Diretoria, presentes o Professor Clóvis Azevedo Paiva, o Dr. Bertold Kruse Grande de Arruda e o Sr. Artur Bezerra Tiné Filho, Secretário da Faculdade de Medicina. Nessa entrevista, que foi gravada em fita, o funcionário Pedro José de Lima revelou haver preparado, contando com a colaboração do seu colega de trabalho José Pedro Cardoso, determinadas peças anatômicas, serviço este executado a pedido do titular da Cadeira de Anatomia. Estando reunida, ordinariamente, a Congregação da Faculdade de Medicina, no mesmo dia 27, o Sr. Diretor aproveitou o ensejo para fazer, como realmente fez, um amplo relato das sindicâncias até então realizadas pelo Conselho Administrativo, sendo reproduzida, inclusive, a gravação feita momentos antes, no seu Gabinete. Em virtude desse novo fato, que constituía um indício evidente da procedência das irregularidades, determinou a Congregação da Faculdade, cumprindo o Regimento, a abertura de um inquérito administrativo, na conformidade do disposto nos Estatutos dos Funcionários Públicos Civis da União, sendo designados como membros da Comissão de Inquérito os Professores Manoel Caetano Escobar de Barros, Raimundo Theodorico de Freitas e Raimundo de Barros Coelho, devendo ser ressaltado que a aludida Comissão já iniciou os seus trabalhos."

A publicação está assinada pelo Diretor e pelos Membros do Conselho. Ai está, Sr. Presidente, o reconhecimento por parte da Direção da Faculdade, e do seu Conselho Administrativo, dos *veementes* indícios da existência das irregularidades, com a abertura do respectivo inquérito administrativo.

Tenho também em mãos o Relatório apresentado pelo Sr. Bacharel Josafat Marinho Falcão, Presidente do Inquérito, que vou incluir neste discurso, para que fique constando de nossos Anais que nem a Justiça Federal nem a Polícia Federal agram com precipitação ou levianidade. Cumpriram rigorosamente o seu dever fizeram aquilo que deveriam fazer não só se tratasse de pequenos, mas de professores, como é o Sr. Antônio Zappalá, considerado "um cientista". A lei é igual para todos. De maneira que o que houve da parte da Polícia Federal e da Justiça Federal de Pernambuco foi apenas o zelo em cumprir o seu dever, em fazer justiça, em apurar fatos denunciados, considerados graves.

Ademais, não se tratava de uma ou duas peças. Foram só de uma vez enviados 140. O número de peças exportadas era ascendente a quase 200, entre cabeças e fetos humanos. A remessa feita à revelia da Direção da Faculdade, e sem que houvesse qualquer convênio com a entidade receptora, a guia de despacho de parte dessa encomenda constava que não era dirigida à Universidade ou a seu Reitor, na América do Norte, mas a um cidadão, cujo nome consta do inquérito. A um particular, portanto.

Sr. Presidente, apenas quero afirmar, sem entrar no mérito da questão *sub judice*, que os fatos denunciados pelo Deputado Clóvis Lima e pela imprensa foram constatados. As cabeças e os fetos foram subtraídos e remetidos para a América do Norte à revelia da Direção da Faculdade e do Reitor, da Universidade, peças essas que constituíam patrimônio, coisa pertencente à Faculdade de Medicina. A apuração do crime virá depois, se houver denúncia, mas o inquérito constatou a veracidade dos fatos e de sua irregularidade.

Diante disso, o que competia à Justiça e à Polícia Federal era agir com rigor, para dar uma explicação e uma satisfação à opinião pública de nosso Estado e restabelecer o império da Lei São estes os trechos mais importantes do Relatório:

"Com os depoimentos dos co-autores afirmando a autoria "intelectual" do Professor Zappalá, de par com a visível fuga do mesmo, pois ninguém aluga uma casa sem deixar, pelo menos, alguém encarregado de receber os alugueis, achei por bem, atendendo ao penúltimo tópico do ofício do Dr. Juiz Federal e que deu causa à instauração do presente inquérito, solicitar a prisão preventiva de todos os co-autores e, com maior razão, a do Professor Antônio Zappalá que, aliás, ainda continua desaparecido e com endereço não sabido.

Decretada a prisão preventiva, fiz recolher os co-autores presentes nesta Regional à Casa de Detenção do Recife onde ficaram à disposição do Dr. Juiz Substituto da 2ª Vara Federal.

Em data de dois do corrente mês, enviei ao Instituto de Medicina Legal deste Estado, acompanhada do Ofício 002-83-PI-DR-PE, uma das peças anatômicas e solicitei que fosse feita uma pericia pelos Srs. Peritos Oficiais havendo o Sr. Diretor do referido Instituto, pelo Ofício nº 14-68, devolvido o exemplar e declararam sua suspeição e los demais peritos daquela instituição.

Tal fato, não impediu a realização da pericia e esta e encontrada nos autos.

Dos indicados:

Pela ordem cronológica das declarações prestadas, ouvi:

1) Professor Clóvis Paiva:

Pelo fato de ter que apurar denúncias de irregularidades ocorridas na Faculdade de Medicina e tendo em vista que se tratava do Diretor da referida Faculdade, responsável perante a Congregação e do Conselho Administrativo, como também, perante a Reitoria e tendo considerado ainda, que as diligências estavam no in.º, achei por bem ouvir o Professor Clóvis Paiva em termo de declarações.

Com o desenvolver das diligências, porém, a figura do Diretor da Faculdade revelou-se não somente inocente como também, diligente, responsável, moderado e honesto porque ficou provado ter o referido Professor tomado as medidas que lhe competiam na seguinte forma: ao começo do ano de 1967, com uma investigação sumária que nada apurou; ao mês de outubro com o recrudescimento dos boatos, deu conhecimento dos fatos ao Conselho Administrativo da Faculdade, ocasião e que, foi aberta sindicância cuja cópia foi enviada a esta Delegacia pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pernambuco e se acha anexada aos autos do presente Inquérito Policial. Da sindicância resultou um Inquérito Administrativo o que se prova com a certidão, também anexada.

Pedro José de Lima:

Servidor da Faculdade com a função de preparador de cadáveres confessa a autoria e alega coação psicológica produzida pelo co-autor Professor Antônio Zappalá, como também, o recebimento de propinas que foram das das pelo supra referido Professor.

Pedro José Cardoso:

Que reconhece em Pedro José de Lima o seu imediato chefe,

confessa a participação e nega quanto à sua pessoa, coação por parte do Professor Zappalá.

Professor Antonio Zappalá:

Denunciado pelos outros participantes, surge como a figura central do delito praticado por a acusação da autoria intelectual e participação material. Encontra-se com destino lacrado.

Hellon Veras Ramalho e sua esposa D. Vanda Grandi Ramalho:

Informado de que, pelo marido uma das vezes, o Dr. Zappalá havia transportado peças anatômicas e numa caminhonete pertencente ao casal, decidiram ouvir em termo de declarações.

Ambos confirmaram o empréstimo do automóvel, feito por mais de uma vez, alegando, no entanto, desconhecerem a uso que fazia o seu co-criador Antonio Zappalá, do veículo emprestado.

Tudo me faz crer na boa fé alegada, mesmo porque nenhum outro indicio foi colhido.

Faço ao exposto, ao vejo razão para manter o casal elion Veras Ramalho na condição de indiciados. Empréstimo de próprio automóvel a um amigo, não é crime.

Das testemunhas:

Qualificadas como tal, foram ouvidas pessoas que trabalhavam na Faculdade de Medicina, o Presidente do Diretório Acadêmico e o Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pernambuco.

Da ação:

Aqui, o conceito de ação é tomado no sentido do elemento inicial do crime, isto é, a manifestação da vontade do agente, que acarreta um efeito no mundo exterior (teoria naturalista).

"In casu", trata-se de co-autoria, razão pela qual não distingue a atuação de cada um dos indiciados.

Pedro José de Lima:

Em seu depoimento, inicialmente descreveu como professor com os cadáveres para conservá-los, declarou que trabalhava no serviço de preparação de cadáveres desde o ano de 1954, não tendo recebido, anteriormente, os ordens do Professor, no sentido de preparar peças que fossem do antiteatro da Faculdade.

Disse mais que:

I) "mais ou menos ao meio do ano passado (1954), porque o depoimento foi prestado em 1957, o Professor Zappalá mandou chamar a ele declarante e determinou que preparasse certas peças de crânio humano, encaminhando como deveria proceder a serragem, etc."

II) "nessa primeira encomenda, ele declarante, entregou sessenta peças de adulto e trinta de feto, num total de cento e quarenta peças; que ao entregar essas peças ao Professor Zappalá, este recomendou que continhasse preparando peças idênticas "porque a pesquisa era muito longa".

III) "que, ainda o Professor Zappalá autorizou ao declarante que convidasse um outro funcionário do mesmo serviço afim de ajudar na preparação das referidas peças, razão pela qual convidou o seu colega de trabalho de nome José Pedro Cardoso; que, o seu colega de trabalho aceitou o convite, mesmo porque havia ajudado desde a preparação inicial das peças..."

IV) "no depoimento prestado por ele declarante em uma sindicância procedida na Faculdade de Medicina, negou o fato porque o Professor Zappalá se encontra-

va presente (realmente a essa época Prof. Zappalá estava em Recife e ministrou aulas na Faculdade) e lhe havia "pedido que guardasse segredo".

V) "no mesmo dia em que prestou depoimento negando o fato, dirigiu-se ao Professor Zappalá a quem revelou o seu depoimento por ter mentido e o Professor Zappalá disse que "assumia a responsabilidade".

VI) "negou o fato por ocasião da sindicância porque teve medo de que o Professor Zappalá lhe desse algum "espanto" ou mesmo punição;

VII) posteriormente, arrependeu-se de ter negado, "porque nunca foi honrado de fazer mentiras" e, chegado em o aconchego, procurou o Secretário da Faculdade e mandou a ele dizer ao Professor Clovis Faiva dizendo "que tinha uma história importante para contar".

Como se vê, o indiciado Pedro José de Lima confessou o delito; cooperou na entrega a Polícia Federal das peças que ainda não tinham sido remediadas; declarou que escondeu o fato com receio de qualquer represália por parte do seu superior hierárquico sendo que este ainda lhe disse "que assumia a responsabilidade".

Ocorre ainda que o Professor Zappalá tinha fama de castigar os seus subordinados haja vista as declarações dos servidores da Faculdade, contidas neste inquérito e, das quais, avulta a declaração prestada pelo servidor Manoel Nunes da Silva quando diz:

"Que o Professor Zappalá era um homem de temperamento violento, a ponto de, certa ocasião, ter mandado um ofício ao então Secretário, Dr. Teófilo, demitindo um funcionário por conta dele Zappalá, havendo o Dr. Teófilo retornado que o servidor somente poderia ser demitido mediante inquérito administrativo".

Claro está que a coação psicológica, no que se refere aos indiciados que trabalhavam sob as ordens do Professor Zappalá, está caracterizada.

Quanto à intensidade desta coação, se a mesma coação, ou não, a "vis compulsiva" que exclui a imputabilidade e, decorrentemente, a pena, tal coação implica em julgamento que é atribuição privativa do Juiz.

José Pedro Cardoso:

Se Pedro José de Lima tinha como superior hierárquico o Professor Zappalá, o indiciado de que agora se trata, ocupava na hierarquia funcional, nível mais baixo do que seu colega haja vista o que declara:

"Que sendo o seu colega Pedro José de Lima mais antigo na Faculdade, o Professor Zappalá determinou "que ele ficasse encarregado do serviço, razão pela qual reconhece seu chefe imediato o colega de trabalho já referido".

Confessou, no entanto a co-autoria e foi esta uma das razões porque solicitou a sua prisão preventiva.

Professor Antonio Zappalá:

Autor intelectual do delito praticado, (falo no singular porque se trata de crime continuado), não se limitou à prática do crime, porém:

A) Influência sobre Pedro José de Lima, obrigando-o ao silêncio e declarando que assumia responsabilidade da negativa quando Pedro quis dizer a verdade;

B) Deu propina aos servidores Pedro José de Lima e José Pedro Cardoso pois ambos declararam em seus depoimentos que haviam

recebido dois cheques, sendo um de cem cruzeiros novos e outro de cinquenta, pagamentos esses juridicamente considerados criminosos;

C) Negou o fato ao Professor Clovis Faiva e ao Magnífico Reitor Murilo Guimarães "ao primeiro, quando perguntado e, ao segundo de iniciativa própria";

D) Utilizou o veículo de propriedade dos condeiros Hellon e Vanda (que nele confiavam) para conduzir o produto do crime praticado;

E) Remetiu as peças não para qualquer Universidade dos Estados Unidos da América do Norte, mas sim, para um senador de nome Charles R. Kilgore em Michigan e, não, em Stanford como se propalou, distando, aliás, ambas as cidades centenas de quilômetros;

F) Finalmente, foragiu-se.

DA TIPICIDADE

O caso em estudo, dois tipos penais entram em concurso aparente de normas: Os artigos 211 e 322 do Código Penal.

Quem responde ao *quid facere* é o velho mestre Anibal Bruno em seu Livro Direito Penal quando expressa:

"O fato definido e numa lei ou disposição de lei pode estar compreendido no fato previsto em outra, de sentido mais amplo. Então, de essa disposição mais larga que vem aplicar-se à hipótese. É o princípio da consunção. Fato de ocorrer isso quando o fato previsto em uma norma figurar como elemento constitutivo do tipo delituoso definido em outra, conduta inicial, pelo para "abstrair" ou parte do todo que ele representa."

No caso em Inquérito, os aguilões realizaram, como conduta inicial uma das ações que compõem o tipo penal do artigo 211, isto é: Subtrair parte do cadáver.

Porém, a subtração de cadáver pertencente a Instituto anatômico, tem o objeto jurídico modificado eis que, o cadáver passa a ser "res".

Para tanto, veja-se a opinião de Nelson Hungria (Comentários ao Código Penal) quando da exegese da norma correspondente ao artigo 211:

"Subtrair um cadáver é tirá-lo da esfera de sua proteção jurídica ou da custódia de seus legítimos detentores (conjuge superstite, parentes "do morto, vigia do necrotério guardião do cemitério, etc.). Se o cadáver foi vendido ou entregue a um instituto anatômico ou para fim de estudo científico, converter-se em coisa", e sua subtração (ou destruição) é crime patrimonial."

E nem se diga que é inovação a tese esboçada pelo comentarista pátrio, Manzini, em seu "Delito Penale Italiano". Jiz que comete furto aquilo que, para *autem* promova subtrair um esqueleto.

Ainda, no entendimento da norma, ensina o Mestre Hungria: "A lei, porém, não se limita a proteger o cadáver como um todo, senão também alguma parte dele, quer seja a de um cadáver despeado (de pessoa vitimada num acidente ou explosão), quer a que o agente separe de um cadáver inteiro".

Ora, se o cadáver, ou parte dele, quando pertencente a Instituto anatômico, passou a ser "res" e sua subtração constitui crime patrimonial: os autores, subtraindo, um total de 190 (cento e noventa) cabeças de cadáver e tentando subtrair mais outros pois foram encontrados 10 (dez) peças já prontas para exportação, incorreram, pela consunção em

violação à norma contida no artigo 312 do Código Penal vez que:

a) são funcionários públicos; b) apropriaram-se de bem móvel pertencente à Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, apropriação essa que causou, inclusive prejuízo didático conforme se vê no depoimento do Presidente do Diretório Acadêmico.

E ainda Nelson Hungria quem faz a exigência da ação quando diz no comentário ao artigo 312:

"Como se vê, a ação pode realizar-se por apropriação ou destruição. No primeiro caso, o agente, invertendo o título da posse, passa a dispor da coisa "quid dominus" (tornando-a como sua, alienando-a, especificando-a, consumindo-a, etc.); no segundo, embora sem o "animus rem sibi habendi" emprega a coisa em fim diverso daquele para o qual lhe estava confiada."

Podê-se alegar que o Professor Zappalá não praticou apropriação porque fez doação, conforme se encaixa na guia e conhecimento de embarque.

Por outro lado, surgem as perguntas:

Levia o Professor Zappalá tão dedicada à ciência que gastasse cento e cinquenta cruzeiros novos (NC\$ 150,00) (propinas que deu) e mais despesas com frete das cabeças, o último no valor de ... NC\$ 171,01 (cento e setenta e um cruzeiros novos e um centavo)?

E por que as cabeças, pelo menos da última remessa, não foram enviadas a qualquer Universidade, mas sim, a uma determinada pessoa?

Por que o Professor Zappalá vendeu apostilhas confeccionadas com todo o material, mimeógrafo e operador da Faculdade?

O precedente na venda das apostilhas é sintomático...

Apropriando-se pela venda, ou simplesmente desviando as cabeças da sua legítima destinação, cometeram os indiciados o crime de peculato.

Do elemento psicológico-normativo (subjetivo):

O dolo é evidente. a negatoria inicial de dois dos co-autores, a negatoria, até final, do Professor Zappalá de par com a confissão atual daqueles, acrobacias da apreensão da prova material e do embarque feito pelo Professor Zappalá, exatamente no mês em que lhe foi feita a segunda entrega, não deixam dúvida quanto a essa subdivisão da culpabilidade.

Ocorre no entanto, com referência ao Professor Zappalá aquela "plus" que se exera na letra "h" do artigo 44 do Código Penal porque "atuou com abuso do poder ou violação da dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão".

Além do prejuízo decorrente da perda das peças anatômicas se acrescenta ao peculato a caracterização, o prejuízo da perda de gaz utilizado no ensino, o formal, as despesas com funcionários, a energia elétrica e o desgaste do aparelhamento, tudo isso somado ao prejuízo didático sofrido pelos estudantes.

E o Celatório.

Recife, em 15 de Janeiro de 1968. — **El José/11 Martinho Faiva**, Presidente do Inquérito.

(Rol das testemunhas): Dr. Clovis Faiva — Manoel Nunes da Silva — Nelson Thadeu Leal Macedo — Manoel Joaquim de Santana — Prof. Murilo Guimarães.

Era o que tinha a dizer. (Núncio bem.)

O SR. TEÓFILO PIRES:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, telegrama urgente e de caráter importante faz com que volte à tribuna para tratar da calamidade que se abate sobre as regiões ao norte e nordeste de Minas Gerais, especialmente nas cidades de Montes Claros, Monte Azul, Espinosa, Jaunária, São Francisco, Januária e muitas outras.

O radiograma é assinado por Dom José Alves Trindade, ilustre e virtuoso bispo diocesano de Montes Claros e Coordenador Regional em emergência no norte de Minas Gerais. Pelos termos deste radiograma, podem os Srs. Deputados e as autoridades aquilatar a procedência do clamor que se ergue naquela região de Minas:

Deputado Teófilo Pires
Brasília — DF

Apelamos V. Exa. ajuda imediata região norte mineira fortemente castigada há quase um mês intensas chuvas vg com consequências danosas quase toda área pt Sistema rodoviário estadual et municipal praticamente paralisado vg com destruição pontes, vg aterros leitos inúmeros municípios vg cheias Rio São Francisco vg Verde Grande vg Pacuí vg além outros cursos d'água vg ocasionaram inundação quase total colheitas vg com destruição inclusive casas trabalhadores pt Previsão baseam outros precedentes vg teremos surto tífico et malária pt Há falta alimentos et evasários parte população vários municípios vg especialmente zona rural pt Centrais Elétricas Minas Gera's informa comportas Três Marias estão sendo abertas de modo dar vazão Rio São Francisco a/ngr dentro 36 horas 1.410 metros cúbicos por segundo pt CEMIG considera vazão sem maiores consequências vg mas fruto apenas cheias rios montantes represas et quanto rios janzantes barragem Abaeté vg Paracatu vg Urucua vg Verde et Pacuí vg além seus afluentes vg estão cheios vg com perspectivas maiores enchentes vg pois além continuadas chuvas vg tempo permanece instável pt Estrada Ferro Central Brasil acima Montes Claros paralisada apesar esforços seus dirigentes repararem trechos atingidos pt Alguns municípios totalmente isolados pt Região esta área atuação SUDENE vg DNOCS vg SULAVE pt Apelamos Vossa Excelência com instruções ação rápida por meio sua imediata interferência junto Ministério Interior vg Ministério Saúde vg SUDENE vg SULACE vg DNOCS vg COBAL vg Central Brasil vg DNER vg LBA, vg INDA vg Mendonça Escolar et Governo Minas atuem pronta et eficazmente nesta hora dramática região está vivendo pt Solicitamos colaboração FAB envio avião pequeno porte et helicóptero para sobrevoar região et colaborar distribuição viveres et medicamentos população isolada pt Pedimos ainda sua interferência junto Banco Nacional Habitação sentido colaborar reconstrução casas desabrigados et Banco Nordeste et Banco Brasil prorrogação carteiras pequenos lavadores tenham comprovadamente perdido lavadoras pt Virtude precedente ocorrido Bahia últimos meses pedimos igualmente Banco Central adotar linha crédito especial região atingida pt Estamos dirigindo o Chefe Governo diretamente porque outras vezes providências solicitadas ficaram anuladas burocracia. Pt Problema social vg que já eh intenso região vg

tenderah agravar se dramático apelo não encontrar eco consciência autoridades esclarecidas como V. Exa. pt Pedimos ainda V. Exa. envio Governo Federal observador Governo vg além elemento sua confiança para constatar realidade pt Confiemos suas providências et resposta Governo nesta hora crucial Norte Minas vive pt

Josef Alves Trindade, Bispo Diocesano M. Claros e Coordenador Regional em Emergência Norte Minas Gerais

Desde já deixamos assinalado que, entre em contato com diversos órgãos da administração pública nomeados no teor deste radiograma, solicitando a remessa urgente de aviões de pequeno porte, de helicópteros, para sobrevoadem a região e colaborarem na distribuição de viveres e medicamentos bem como a remessa de um observador do Governo federal, a fim de verificar pessoalmente a gravidade da situação e adotar a medida que se impõe. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo a tratar, vou levantar a sessão.

COMPARECEM MAIS OS SRs:**Acre:**

Jorge Lavocat — ARENA
Maria-Lúcia Araújo — MDB
Nasser Almeida — ARENA
Ruy Lino — ARENA
Wanderley Dantas — ARENA

Amazonas:

Bernardo Cabral — MDB
José Lindoso — ARENA
Raimundo Parente — ARENA

Pará:

Armando Corrêa — ARENA
Gabriel Hermes — ARENA
Gilberto Azevedo — ARENA
Haroldo Velloso — ARENA
Hélio Gueiros — MDB
João Menezes — MDB
Martins Júnior — ARENA
Montenegro Duarte — ARENA

Maranhão:

Alexandre Costa — ARENA
Américo de Souza — ARENA
Cid Carvalho — MDB
Freitas Diniz — MDB
José Burnett — MDB
Jos; Mário Filho — ARENA
Nunes Freire — ARENA
Pires Saboia — ARENA
Raimundo Boga — ARENA

Piauí:

Chagas Rodrigues — MDB
Ezequias Costa — ARENA
Fausto Gayoso — ARENA
Heitor Cavalcanti — ARENA
Joaquim Parente — ARENA
Milton Brandão — ARENA
Paulo Ferraz — ARENA
Sousa Santos — ARENA

Ceará:

Ernesto Valente — ARENA
Figueiredo Corrêa — MDB
Flávio Marcílio — ARENA
Furtado Leite — ARENA
Humberto Bezerra — ARENA
Josias Gomes — ARENA
Ossian Araripe — ARENA
Paes de Andrade — MDB
Padre Vieira — MDB
Régis Barroso — ARENA
Vicente Augusto — ARENA
Virgílio Távora — ARENA

Rio Grande do Norte:

Grimaldi Ribeiro — ARENA
Jassé Freire — ARENA
Teodorico Bezerra — ARENA
Vingt Rosado — ARENA

Paraíba:

Ernani Satyro — ARENA
Flaviano Ribeiro — ARENA
Humberto Lucena — MDB
Janduby Carneiro — MDB
Osmar de Aquino — MDB
Pedro Gondim — ARENA
Petrônio Figueiredo — ARENA
Teotônio Neto — ARENA
Vital do Rêgo — ARENA
Wilson Braga — ARENA

Pernambuco:

Aderbal Jurema — ARENA
Arruda Câmara — ARENA
Aurino Valois — ARENA
Cid Sampaio — ARENA
Geraldo Guedes — ARENA
Herculio Rêgo — ARENA
João Roma — ARENA
José-Carlos Guerra — ARENA
Josias Leite — ARENA
Magalhães Melo — ARENA (SE)
Milvernes Lima — ARENA
Paulo Maciel — ARENA
Souto Maior — ARENA
Tabosa de Almeida — ARENA
Tales Ramalho — MDB

Alagoas:

Aloysio Nonô — ARENA
Cleio Marques — MDB
Djalma Falcão — MDB
Luiz Cavalcanti — ARENA
Medeiros Neto — ARENA
Oceano Carleial — ARENA
Oseas Cardoso — ARENA
Pereira Lúcio — ARENA
Segismundo Andrade — ARENA

Sergipe:

Arnaldo Garcez — ARENA
Augusto Franco — ARENA
Luís Garcia — ARENA
José-Carlos Teixeira — MDB
Machado Rollemberg — ARENA
Passos Pôrto — ARENA

Bahia:

Alves Macedo — ARENA
Cícero Dantas — ARENA (SE)
Clodoaldo Costa — ARENA
Edgard Pereira — MDB
Fernando Magalhães — ARENA
Hanequin Dantas — ARENA
João Alves — ARENA
João Borges — MDB
Josephat Azevedo — ARENA (SE)
José Fenedo — ARENA
Luiz Braga — ARENA
Luís Athayde — ARENA
Luna Freire — ARENA (P)
Manso Cabral — ARENA
Mário Piva — MDB
Ney Ferreira — MDB
Nonato Marques — ARENA (SE)
Oduvaldo Domingues — ARENA
Oscar Cardoso — ARENA
Rubem Nogueira — ARENA
Theódulo de Albuquerque — ARENA
Tourinho Dantas — ARENA
Wilson Falcão — ARENA

Espírito Santo:

Dircen Cardoso — MDB
Florianio Rubim — ARENA
João Calmon — ARENA
Mário Gurgel — MDB
Oswaldo Zanelli — ARENA

Rio de Janeiro:

Adolpho de Oliveira — MDB
Affonso Celso — MDB
Altair Lima — MDB
Ario Theodoro — MDB (SE)
Edésio Nunes — MDB
Getúlio Moura — MDB
Glênio Marling — MDB
José Saly — ARENA
Júlia Steimbruch — MDB
Mário de Abreu — ARENA
Mário Tamborindenguy — ARENA
Miguel Couto — ARENA (SE)
Paulo Bar — ARENA
Rockefeller Lima — ARENA
Sadi Bogado — MDB

Guanabara:

Amaral Neto — MDB
Amatúri Kruei — MDB (SE)

Arnaldo Nogueira — ARENA — (UNESCO)

Breno Silveira — MDB
Chagas Freilias — MDB
Hermano Alves — MDB
Jamili Almidem — MDB
José Colagrossi — MDB
Lopo Coelho — ARENA
Mendes de Moraes — ARENA
Nelson Carneiro — MDB
Pedro Farla — MDB
Reinaldo Sant'Anna — MDB
Rubem Medina — MDB
Vieira Brito — ARENA
Waldyr Simões — MDB

Minas Gerais:

Aécio Cunha — ARENA
Austregésilo Mendonça — ARENA
Batista Miranda — ARENA
Benito Gonçalves — ARENA
Eas Fortes — ARENA
Dnar Mendes — ARENA
Edgard Martins Pereira — ARENA
Elias Corrêa — ARENA
Guilherme Machado — ARENA
Guilherme no de Oliveira — ARENA
Israel Pinheiro Filho — ARENA
Jaeder Albergaria — ARENA (ME)
João Hercúlio — MDB
José-Maria Magalhães — MDB
Manoel de Almeida — ARENA
Manoel Taveira — ARENA
Marçal do Lago — ARENA (SE)
Maurício de Andrade — ARENA
Monteiro de Castro — ARENA
Murilo Badaró — ARENA
Nisa Carone — MDB
Nogueira de Resende — ARENA
Padre Nobre — MDB
Paulo Freire — ARENA
Pedro Vidiapl — ARENA
Pinheiro Chagas — ARENA
Renato Azeredo — MDB
Simão da Cunha — MDB
Walter Passos — ARENA

São Paulo:

Adalberto Camargo — MDB
Adhemar de Barros Filho — MDB
Amaral Furlan — MDB
Anacleto Campanella — MDB
Antônio Feliciano — ARENA
Armindo Mastrocola — ARENA
Arnaldo Cerdeira — ARENA
Baldacci Filho — MDB
Baptista Ramos — ARENA
Braz Nogueira — ARENA
Breca Filho — ARENA
Cardoso Alves — ARENA
Celso Amaral — ARENA
Chaves Amarante — MDB
David Lerer — MDB
Dias Menezes — MDB
Edmundo Monteiro — ARENA
Emerenciano Barros — MDB
Ferreaz Egreja — ARENA
Francisco Amaral — MDB
Francisco Montoro — MDB
Hamilton Prado — ARENA
Harry Normanon — ARENA
Hélio Navarro — MDB
Italo Filippaldi — ARENA
Lauro Cruz — ARENA (SE)
Levi Tavares — MDB
Marcos Keritzmann — ARENA
Mário Covas — MDB
Maurício Goulart — MDB
Nazir Miguel — ARENA
Nicolau Tura — ARENA
Padre Godinho — MDB
Pedro Horta — MDB
Pereira Lopes — ARENA
Plínio Salgado — ARENA
Ruydalméda Barbosa — ARENA
Sussumu Hirata — ARENA
Ulysses Guimarães — MDB
Yukishige Tamura — ARENA

Goiás:

Anapolino de Faria — MDB
Antônio Magalhães — MDB
Ary Valadão — ARENA
Benedito Ferreira — ARENA
Emival Calado — ARENA
Jales Macado — ARENA
Joaquim Cordêiro — ARENA
José Freire — MDB
Lisboa Machado — ARENA
Paulo Campos — MDB
Rezende Monteiro — ARENA
Wilmar Guimarães — ARENA

Mato Grosso:

Edy Ferraz — ARENA
Marcello Lima — ARENA
Rachid Mamede — ARENA
Saldanha Derzi — ARENA
Wilson Martins — MDB

Paraná:

Agostinho Rodrigues — ARENA
Alberto Costa — ARENA
Antônio Anibelli — MDB
Cid Rocha — ARENA
Emílio Gomes — ARENA
Fernando Gama — MDB
Haroldo Leon-Peres — ARENA
Hermes Macedo — ARENA
João Paulino — ARENA
Jorge Cury — ARENA
José Richa — MDB
Leo Neves — MDB
Lyrio Bertolli — ARENA
Maia Neto — ARENA
Renato Celadônio — MDB
Zacarias Seleme

Santa Catarina:

Adhemar Ghisi — ARENA
Albino Zeni — ARENA
Carneiro Loyola — ARENA
Doin Vieira — MDB
Joaquim Ramos — ARENA
Leonor Vargas — ARENA
Lúcia-Doutel de Andrade — MDB
Osmar Cunha — ARENA
Osni Regis — ARENA

Rio Grande do Sul:

Adylio Viana — MDB
Alberto Hoffmann — ARENA
Aldo Fagundes — MDB
Amaral de Sousa — ARENA
Antônio Bresolin — MDB
Arlindo Kunsler — ARENA
Arnaldo Prieto — ARENA
Clóvis Stenzel — ARENA
Euclides Triches — ARENA
Flóres Soares — ARENA
Floriano Paixão — MDB
Henrique Henkin — MDB
José Madelli — MDB
Mariano Beck — MDB
Otávio-Caruso da Rocha — MDB
Unirio Machado — MDB
Vasco Amaro — ARENA
Zaire Nunes — MDB

Amapá:

Janary Nunes — ARENA

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Lacorte Vital

Amazonas:

Abraão Sabbá — ARENA
Leopoldo Peres — ARENA

Pará:

Armando Carneiro — ARENA
Juvenio Dias — ARENA

Maranhão:

Eurico Ribeiro — ARENA
Ivar Saldanha — ARENA
Renato Archer — MDB
Vieira da Silva — ARENA

Ceará:

Alvaro Lins — MDB
Delmiro Oliveira — ARENA
Dias Macêdo — ARENA
Leão Sampaio — ARENA
Manuel Rodrigues — ARENA
Wilson Roriz — ARENA

Rio Grande do Norte:

Aluizio Alves — ARENA
Aluizio Bezerra — ARENA
Djalma Marinho — ARENA

Paraíba:

Elvar Olinto — MDB
Renato Ribeiro — ARENA

Pernambuco:

Adelmar Carvalho — MDB
Antônio Neves — MDB
Carlos Alberto Oliveira — ARENA
Dias Lins — ARENA (ME)
João Lira Filho — MDB

José Meira — ARENA (SE)
Mouril Fernandes — ARENA
Ney Maranhão — ARENA
Oswaldo Lima Filho — MDB

Bahia:

Edwaldo Flores — ARENA
Gastão Pedreira — MDB
Manuel Norões — ARENA
Neci Novas — ARENA
Raimundo Brito — MDB
Regis Pacheco — MDB

Rio de Janeiro:

Amaral Peixoto — MDB
Rozendo de Sousa — ARENA

Guanabara:

Márcio Moreira Alves — MDB
Rafael Magalhães — ARENA

Minas Gerais:

Aquiles Diniz — MDB
Aureliano Chaves — ARENA
Celso Passos — MDB
Gilberto Faria — ARENA
Gustavo Capanema — ARENA
Helo Garça — ARENA
Hugo Aguiar — ARENA
Luís de Paula — ARENA
Ozanam Coelho — ARENA
Tancredio Neves — MDB
Último de Carvalho — ARENA

São Paulo:

Alceu de Carvalho — MDB
Athlé Coury — MDB
Bezerra de Melo — ARENA
Dorival de Abreu — MDB
Gastone Righi — MDB
Israel Novas — ARENA
Ivete Vargas — MDB
José Resegue — ARENA
Ortiz Monteiro — ARENA
Pedro Marão — MDB
Santilli Sobrinho — MDB

Mato Grosso:

Feliciano Figueiredo — ARENA
Weimar Torres — ARENA

Paraná:

Antônio Ueno — ARENA
Braga Ramos — ARENA
Heno Romagnoli — ARENA
José-Carlos Leprevost — ARENA
Moacyr Silvestre — ARENA

Santa Catarina:

Genésio Lins — ARENA
Romano Massignan — ARENA

Rio Grande do Sul:

Brito Velho — ARENA
Clóvis Pestana — ARENA
Daniel Faraco — ARENA
Jairo Brun — MDB
Nadir Rossetti — MDB
Norberto Schmidt — ARENA
Paulo Brossard — MDB
Victor Issler — MDB

V — O SR. PRESIDENTE:

Levanto a sessão designando a ordinária de hoje, às 13:30 horas, a seguinte:

ORDEN DO DIA

EM URGÊNCIA

VOTAÇÃO

1

Votação, em discussão única ao Projeto nº 955-B, de 1968, que revoga o § 3º do artigo 21 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1968 que extingue o Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lóide Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S. A. e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; favoráveis, das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Economia; e, da Comissão de Organização Financeira e Tomada de Contas, com substitutivo. Relatores: Senhores Lenoir Vargas, Celso Amaral,

Paulo Maciel e Humberto Lucena. Prazo: início: 19.1.68; término: 11 de março de 1968.

discussão

2

Discussão única da Emenda do Senado ao Projeto nº 744-B, de 1967, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário dos dias feriados civis e religiosos. Pendente de parecer da Comissão de Justiça. Prazo: término 11.3.68.

3

Discussão única das Emendas do Senado ao Projeto nº 803-B, de 1967, na Câmara dos Deputados, que provê sobre a alfabetização de adultos em idade militar. Pendente de parecer das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura; Prazo: término: 11.3.68.

4

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 1968, que aprova o Decreto-Lei nº 351, de 7 de fevereiro de 1968, que dá nova redação ao art. 3º do Decreto-Lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967, relativo à publicação dos quadros analíticos do Orçamento e à discriminação das despesas orçamentárias nos Balanços Gerais da União. Pendente de pareceres das Comissões de Orçamento e de Finanças. — Da Comissão de Constituição e Justiça. Relator: Senhor Djalma Marinho. Prazo: início 8 de fevereiro de 1968; término: 17.3.68.

5

Discussão única do Projeto número 956-A, de 1968 que altera o art. 3º do Decreto-lei nº 210, de 27 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para o abastecimento de trigo, sua industrialização e comercialização e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; favorável, com emenda, da Comissão de Agricultura e Política Rural; favorável, da Comissão de Economia. Relatores: Srs. Francelino Pereira, Nadir Rossetti e Unirio Machado. Prazo: início 19 de janeiro de 1968; término: 11.3.68.

6

Discussão única do Projeto número 957-A, de 1968, que altera o parágrafo 2º do art. 26 da Lei nº 4.239, de 27 de julho de 1963, que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e, favoráveis das Comissões de Polígono das Secas e de Finanças. Do Poder Executivo. Relatores: Srs. Djalma Marinho, Aurino Valois e Alves Macedo. Prazo: início 19.1.68; término 11.3.68.)

7

Discussão única do Projeto número 960-A, de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e aprovação. Relator: Sr. Ulisses Guimarães. — Prazo: início 19.1.68; término: 11 de março de 1968.

8

Discussão única do Projeto número 961-A-68, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel, de propriedade da União, com a Associação do Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; favorável, da Comissão de Finanças. Relatores: Srs. Petrólio Figueiredo e Joel Ferreira. Prazo: início 19.1.68; término: 11.3.68.

9

Discussão única do Projeto número 962-A, de 1968, que altera o artigo 4º

do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 que dispõe sobre a proteção e estímulos à Pesca e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; favorável, da Comissão de Agricultura e Política Rural. Relatores: Srs. Celestino Filho e Dias Menezes. Prazo: início 19 de janeiro de 1968; término: 11 de março de 1968.

EM PRIORIDADE

Discussão

10

Discussão única do Projeto número 965-A, de 1968, que extingue a taxa de imigração criada pelo Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1933, modificado pelo Decreto-lei nº 639 de 20 de agosto de 1938; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; favorável, da Comissão de Finanças. Pendente de parecer da Comissão de Relações Exteriores. Do Poder Executivo. Relatores: Senhores Arruda Câmara e Fernando Gama. — Prazo: início 23.1.68; término 14 de março de 1968.

11

Discussão única do Projeto número 966-9, de 1968, que autoriza à Comissão do Plano do Carvão Nacional a transferir o serviço público de abastecimento de água da cidade de Cricum para a responsabilidade da Prefeitura Municipal da mesma localidade e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, com substitutivo das Comissões de Minas e Energia e de Finanças, favoráveis ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. — Relatores: Senhores Adhemar Ghisi, Raymundo de Andrade e Antônio Magalhães. — Prazo: início 23 de janeiro de 1968.

12

Discussão única do Projeto número 967-A, de 1968, que concede estímulos fiscais às indústrias de celulose, pasta mecânica e papel em geral e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e, da Comissão de Finanças, favorável com emenda. Pendente de parecer da Comissão de Economia. Do Poder Executivo. Relatores: Srs. Tabosa de Almeida e Doin Vieira. Prazo: início 23 de janeiro de 1968; término 14 de março de 1968.

13

Discussão única do Projeto número 968-A, de 1968, que estende à Comarca de Leopoldina a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Cataguazes, no Estado de Minas Gerais; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; tendo pareceres: da Comissão de Legislação Social. Relatores: Senhores Francelino Pereira e Elias Carmo. Prazo: início 24.1.68; término: 15.3.68.

14

Discussão única do Projeto número 969-A, de 1968, que altera parágrafo único do artigo 9º do Decreto-lei número 5 de 4 de abril de 1966 que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, contrário; e, da Comissão de Finanças, favorável. Do Poder Executivo. Relatores: Srs. Djalma Marinho, Gastone Righi e Afonso Filadelfo. — Prazo: início 24.1.68; término 15.3.68.

15

Discussão única do Projeto número 970-A, de 1968, que dispõe sobre a 2ª

classe do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, complemento a Lei nº 5.255 de 5 de abril de 1967; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; favorável, da Comissão de Segurança Nacional. Pendente de parecer da Comissão de Finanças. Do Poder Executivo: Relatores: Senhores Arruda Câmara e Bernardo Cabral. Prazo: início 24 de janeiro de 1968; término 15 de março de 1968.

Discussão única do Projeto número 971-A, de 1968, que dispõe sobre o regime de previdência social dos servidores e empregados das autarquias controladoras do exercício profissional, tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade, e, favorável da Comissão de Legislação Social. Relatores: Senhores Djalma Marinho e João Alves — Prazo: início 26.1.68; término: 18 de março de 1968.

Discussão única do Projeto número 972-A, de 1968, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e das emendas de plenário de ns. 1, 2, (com subemenda), 4, 11, 12, 14 e 21; pela inconstitucionalidade das de números 5, 6, 7, 16 e 17; injuridicidade das de ns. 8 e 13; prejudicialidade das de ns. 9 e 18 e contrário às demais: da Comissão de Finanças favorável ao projeto e às emendas de plenário de de ns. 1 — 2 — 4 — 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 12 — 13 — 14 — 15 — 18 e 22; pela prejudicialidade da de nº 5 e contrário às demais. Pendente de parecer da Comissão de Legislação Social. Do Poder Executivo. Relatores: Srs. Djalma Marinho e Italo Pitipaldi. Prazo: início 26 de janeiro de 1968; término 18 de março de 1968.

Discussão única do Projeto número 973-A, de 1968 que altera o parágrafo 1º do art. 32 da Lei nº 3.807 de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e da emenda de plenário n.º 1, pela prejudicialidade da emenda de plenário nº 2 e pela inconstitucionalidade das de ns. 3 e 4; favorável ao projeto e a emenda de plenário nº 1 e contrário às demais da Comissão de Finanças. Pendente de parecer da Comissão de Legislação Social. Do Poder Executivo. Relatores: Senhores Djalma Marinho e Antônio Magalhães. Prazo: início 26.1.68; término 13.3.68.

Discussão única do Projeto número 975-A, de 1968 que isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados equipamentos destinados à importação pela Companhia Estadual de Telefones da Guanabara. — CETEL; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade; favoráveis, das Comissões de Economia e de Finanças. Do Poder Executivo. Relatores: Srs. Erasmo Martins Pedro Rubem Medina e Ario Teodoro. Prazo: início 26.1.68; término 18.3.68.

Discussão única do Projeto número 987-A, de 1968, que dispõe sobre pericia para caracterização e classificação de insalubridade e periculosidade; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e da emenda de plenário. Do Poder Executivo. Relator: Sr. Montenegro Duarte. Prazo: início 30.1.68; término 21.3.68.

Discussão única do Projeto número 1.001-A, de 1968, que reclassifica, no símbolo 5-C, os cargos em Comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais Federais da Rede Ferroviária Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura; tendo parecer favorável da Comissão de Serviço Público. Pendente de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. Do Poder Executivo. Relator: Sr. Adhemar de Barros Filho. Prazo: início 1.2.68; término 2.3.68.

Discussão única do Projeto número 3.401-A, de 1966, que autoriza o Ministério da Aeronáutica a doar à Prefeitura de Três Lagoas no Estado de Mato Grosso, lote de terreno situado no bairro da "Aviação"; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; favoráveis, das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças. Relatores: Srs. Dnair Mendes, Bernardo Cabral e Antônio Magalhães.

Segunda discussão do Projeto número 3.651-B, de 1966, que regula a apresentação e o uso dos documentos de identificação pessoal. (Da Comissão de Constituição e Justiça.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto nº 4.462-A, de 1962 que altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.

Primeira discussão do Projeto de Resolução número 37-A, de 1967, que dispõe sobre a Reforma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e dá outras providências; tendo parecer da Mesa pelo adiamento da apreciação da emendas de plenário para a sua inclusão na Ordem do Dia, em primeira discussão.

Primeira discussão do Projeto número 286-A, de 1967, que declara feriados nacionais os dias que menciona e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito pela sua aprovação. Do Sr. Cunha Bueno. Relator: Sr. Raimundo Diniz.

Primeira discussão do Projeto nº 2.978-A, de 1965, que autoriza os sócios da Caixa de Pécúlio dos Militares — Beneficente a consignarem seus descontos em folha de pagamento em favor daquela entidade de beneficência; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e juridicidade; favorável, da Comissão de Segurança Nacional e contrário, da Comissão de Finanças. Relatores: Padre Arruda Câmara, Antônio Anibelli e Gayoso e Almendra.

Primeira discussão do Projeto nº 439-A, de 1967, que institui Comissão Geral de Revisão dos Códigos e de Consolidação das Leis e dá outras providências, tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e juridicidade e; no mérito pela aprovação. Do Sr. Henrique Henkin. Relator: Senhor Pedroso Motta.

Primeira discussão do Projeto nº 498-A, de 1967 que acrescenta parágrafo único ao artigo 899, do Código de Processo Civil; tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e apro-

vação. Do Sr. Leon Peres. Relator: Sr. Pedroso Motta.

Primeira discussão do Projeto nº 977-A, de 1968, que dispõe sobre a inviolabilidade do mandato dos Vereadores; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça favorável, com duas emendas. Do Sr. Nazir Miguel. Relator: Senhor Accioly Filho.

Discussão prévia do Projeto número 359-A, de 1967, que concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para importação de automóvel de propriedade de Hans Martins Schinitzer recebido através de concurso patrocinado pela Associação de Negociantes de Chevrolet Central Valley de Reedley, Califórnia; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade. Relator: Senhor José Saly.

Discussão prévia do Projeto número 685-A, de 1963, que estabelece a aquisição exclusiva na Petrobrás, pelos órgãos da Administração Federal, de combustíveis líquidos, e dá outras providências, com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Discussão prévia do Projeto número 693-A, de 1967, que dispõe sobre a elaboração de projeto para construção de usina termelétrica no Porto de Tubarão, Vitória, Estado do Espírito Santo; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

AVISOS

PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS

Na Comissão Especial

PROJETO Nº 3.771, DE 1967
Institui o Código Civil (Do Senhor Nelson Carneiro.) (88º dia.)

EM PLENÁRIO

1
PROJETO Nº 1.081, DE 1968
Altera o § 1º do artigo 1º e alínea "c" do artigo 6º da Lei nº 5.565, de 1º de dezembro de 1967, que dispõe sobre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). (Mensagem número 62-68 do Poder Executivo.) (As Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.) (3º dia.)

2
PROJETO Nº 1.080, DE 1968
Modifica o artigo 30 da Lei número 5.227, de 18 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução e dá outras providências. (Modificada pelo Decreto-Lei nº 64, de 13 de fevereiro de 1967. (Mensagem nº 109, do Poder Executivo.) (As Comissões de Constituição e Justiça e de Economia e de Finanças.) (1º dia.)

3
PROJETO Nº 1.081 DE 1968
Dispõe sobre a aplicação nos Estados e Municípios das normas relativas às licitações previstas no Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. (Mensagem nº 108-68, do Poder Executivo.) (As Comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e de Finanças.) (1º dia.)

4
PROJETO Nº 1.082, de 1968
Reajusta a pensão especial concedida a Nicolau Janro, ex-tranuneriário-diarista do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (Mensagem nº 107-68 — Do Poder Executivo.) (As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.) (1º dia.)

CALENDÁRIO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

1
Projeto de Lei nº 7, de 1968 (CN), que "Dispõe sobre a utilização facultativa dos Serviços dos Despachantes, nas Operações de Comércio Exterior e Interior e acrescenta parágrafo único ao artigo 3º do Decreto-lei número 333, de 12 de outubro de 1967". — Presidente: Senador José Ermírio; Relator: Deputado Leon Peres; e Relator do vencido: Senador Clodomir Milet.

Calendário

Dia 12-3 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:30 horas.

2
Projeto de Lei nº 8, de 1968 (CN), que "Emenda dispositivo da Lei nº 5.222 de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação de Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários. — Presidente: Senador Catete Pinheiro; Relator: Senador João Abrahão.

Calendário

Dia 13-3 — Discussão do projeto em sessão Conjunta às 21:30 horas.

3
Projeto de Lei nº 9 de 1968 (CN), que "Institui, em caráter temporário, a licença extraordinária, e dá outras providências". — Presidente: Senador Mário Martins; Relator: Deputado José Lindoso.

CALENDÁRIO

Dia 22-2, 4, 5, 6 e 7-3 — Apresentação de Emendas perante a Comissão; Dia 13-3 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 15-3 — Apresentação do parecer, pela Comissão; Dia 16-3 — Publicação do parecer; Dia 20-3 — Discussão do Projeto, em Sessão Conjunta, às 21:30 horas; e Dia 3-4 — Término do prazo de tramitação do Projeto.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1
Destinada a investigar, entre outras coisas, a estruturação atual do sistema de ensino superior do País, abrangendo universidades federais, estaduais, particulares, bem como faculdades isoladas.

1ª Reunião
Hora: 10 horas.
Local: Sala de Reuniões das CPIs.
Assunto: Depoimento: Ministro Ciro dos Anjos.

2ª Reunião
Hora: 16 horas.
Local: Sala de Reuniões das CPIs.
Assunto: Depoimento: Presidente da FEUB.

2
A fim de apurar denúncias veiculadas pela imprensa e particularmente pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo, nos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.
Hora: 10 horas.
Local: Sala de Reuniões das CPIs.
Assunto: Deliberações.

REUNIÕES DE INSTALAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES PARA ELEGER SEUS PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES

Calendário

Dia 7:
As 7 horas: Minas e Energia — Relações Exteriores — Saúde — Polígono das Secas.
As 15,30 horas: Finanças.
VI — Levanta-se a sessão às 13 horas.

6ª SESSÃO EM 7 DE MARÇO DE 1968

PRESIDÊNCIA DOS SRS. ACCIOLY FILHO, 1º VICE-PRESIDENTE, E ARY ALCANTARA, 4º SECRETÁRIO, HENRIQUE DE LA ROCQUE, 1º SECRETÁRIO, JOSÉ BONIFÁCIO, PRESIDENTE.

I — AS 1330 COMPARECEM OS SENHORES:

José Bonifácio
Accioly Filho
Matheus Schmidt
Henrique de La Rocque
Milton Reis
Aroldo Carvalho
Ary Alcantara
Parente Frota
Dado Coimbra

Acre:

Ruy Lino — MDB

Amazonas:

Bernardo Cabral — MDB
Carvalho Leal — ARENA
Joci Ferreira — MDB

Pará:

Almando Corrêa — ARENA
Haroldo Velloso — ARENA
Joaquim Meneses — MDB

Maranhão:

Freitas Diniz — MDB
Nunes Freira — ARENA
Raimundo Bogen — ARENA
Themistocles Teixeira — ARENA

Piauí:

Ezequias Costa — ARENA
Joaquim Parente — ARENA
Souza Santos — ARENA

Ceará:

Edilson Melo Távora — ARENA
Furtado Leite — ARENA
Josias Gomes — ARENA
Marcelo Rodrigues — MDB
Padre Vieira — MDB
Vicente Augusto — ARENA
Virgílio Távora — ARENA

Rio Grande do Norte:

Teodorico Bezerra — ARENA

Paraná:

Monsenhor Vieira — ARENA
Omar de Aquino — MDB
Pedro Gondim — ARENA
Vital do Rêgo — ARENA

Pernambuco:

Aderbal Jurema — ARENA
Geraldo Guedes — ARENA
José Carlos Guerra — ARENA
Milveres Lima — ARENA
Souto Maior — ARENA

Alagoas:

Djalma Falcão — MDB
Medeiros Neto — ARENA
Oscar Cardoso — ARENA
Segismundo Andrade — ARENA

Sergipe:

Machado Rollemberg — ARENA
Raimundo Diniz — ARENA

Bahia:

Cloaldo Costa — ARENA
Fernando Magalhães — ARENA
João Borges — MDB
Luiz Braga — ARENA
Mário Piva — MDB
Ruy Santos — ARENA
Vasco Filho — ARENA

Espírito Santo:

Mário Gurgel — MDB

Rio de Janeiro:

Alair Lima — MDB
Edésio Nunes — MDB
José Suly — ARENA
Mário Tamborindes — ARENA
Paulo Bist — ARENA
Sadi Bognato — MDB

Guanabara:

Amauri Kneal — MDB (SE)
Ereno Silveira — MDB
Erasmo Martins-Pedro — MDB
Lopo Coelho — ARENA
Raul Brumfi — MDB
Reinaldo Sant'Anna — MDB
Veiga Brito — ARENA
Waldyr Santos — MDB

Minas Gerais:

Bento Gonçalves — ARENA
Dinar Mendes — ARENA
Edgar-Martins Pereira — ARENA
Francelino Pereira — ARENA
Geraldo Freire — ARENA
Jaeder Albergaria — ARENA (ME)
Manoel Teixeira — ARENA
Monteiro de Castro — ARENA
Nogueira de Fátima — ARENA
Padre Nobre — MDB
Paulo Freire — ARENA
Simão da Cunha — MDB
Sival Boaventura — ARENA
Teófilo Pires — ARENA (SE)
Walter Pires — ARENA

São Paulo:

Adhemar de Barros Filho
Armando Mastrocola — ARENA
Braz Nogueira — ARENA
Celso Amaral — ARENA
Cunha Bueno — ARENA
Davi Lerer — MDB
Eivaldo Pinto — MDB
Levi Tavares — MDB
Lurtz Sabia — MDB
Marcos Kertzman — ARENA
Nazir Miguel — ARENA
Paulo Abreu — ARENA
Ulysses Guimarães — MDB

Goiás:

Anapolino de Faria — MDB
Antonio Magalhães — MDB
Celestino Filho — MDB
Joaquim Cordeiro — ARENA
Paulo Campos — MDB

Mato Grosso:

Edyl Ferraz — ARENA
Rachid Mamede — ARENA
Wilson Martins — MDB

Paraná:

Agostinho Rodrigues — ARENA
Alípio Carvalho — ARENA
Antônio Anibelli — MDB
Cid Rocha — ARENA
Hermes Macedo — ARENA
José Richa — MDB
Justino Pereira — ARENA
Minoro Miyamoto — ARENA

Santa Catarina:

Doin Vieira — MDB
Joaquim Ramos — ARENA
Osmar Dutra — ARENA
Paulo Macarini — MDB

Rio Grande do Sul:

Adylio Viana — MDB
Aldo Fagundes — MDB
Clóvis Stenzel — ARENA (ME)
Flores Soares — ARENA
Henrique Henkin — MDB
José Mandelli — MDB
Lauro Leitão — ARENA
Otávio-Caruso da Rocha — MDB
Vasco Amaro — ARENA
Zaire Nunes — MDB

Roraima:

Atlas Cantanhede — ARENA

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 127 Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II — O SR. SINVAL BOAVENTURA — Servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

Passa-se à leitura do expediente.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE:

1º Secretário, procede à leitura do seguinte:

III — EXPEDIENTE
COMUNICAÇÃO

Exmo. Sr.

Presidente da Câmara dos Deputados

Brasília

Prez. Snr.

Na qualidade de 1º Suplente da ARENA, Bancada Federal do Estado da Paraíba, e em razão da convocação para assumir a Mesa, venho à presença de V. Exa., nos termos do Regimento Interno, declarar-me impossibilitado de atender a referida convocação, por estar prestando serviço no exterior, nomeado que fui pelo Exmo. Sr. Presidente da República em 11.7.67.

Atenciosamente Milton Bezerra Cabral.

REQUERIMENTO DEFERIDO
PELA MESA

Senhor Presidente

Teotônio Neto, Deputado Federal, vem requerer a Vossa Excelência, na conformidade das disposições regimentais, licença para tratamento de saúde até 8 de agosto do corrente, para o que junta atestado médico.

Brasília, 7 de março de 1968. — Teotônio Neto, Dep. Federal.

IV — O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o Sr. Carvalho Leal para uma comunicação.

O SR. CARVALHO LEAL:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhoras Deputados, a fria, insensível, desumana e desalmada burocracia em nosso País parece que se compraz em retardar a boa marcha da Administração Pública. Mas, também, sabe tripudiar sobre as coisas sérias. Há poucos dias visitei a Catedral do Rio de Janeiro, na Praça XV, para inclinar-me sobre as desposas da Princesa Isabel, a Renadentora, e do Conde D'Eu, que há 15 anos permanecem inexplicavelmente num desvão daquela Catedral. Quero, neste momento, fazer um apelo ao Diretor do Patrimônio Histórico para que remova o quanto antes as cinzas sagradas da Princesa para o lugar que lhe compete, em Petrópolis, ao lado dos Imperadores. Ela hoje nada mais pode fazer pelo Brasil, senão aumentar o brilho daquela página da história de nossa Pátria que lhe pertence. Lembro-me de um aparte do saudoso Senador Irineu Machado, quando se protejava o projeto de lei da Câmara sobre a trasladação dos restos mortais do Imperador para o Brasil. Dizia ele, num assomo de indignação: "O tempo é pouco para adorar os vivos." (Muito bem).

O SR. PAULO ABREU:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, dentro de uma semana o País estará comemorando o primeiro ano do Governo Costa e Silva.

Nós, que, como a maioria do povo brasileiro, apolamos a revolução, entendemos que o eminente Presidente da República deverá, no dia 15 de março, quando estiver recebendo os justos e merecidos aplausos por sua atuação em favor da nacionalidade, fazer, por certo, um balanço desses 12 meses de Governo.

De cabeça fria, o Presidente Costa e Silva deverá passar os prós e os contras. Naturalmente, concluirá pela necessidade de uma reforma parcial do seu Ministério.

A dinamização do Governo é uma necessidade nacional. A filosofia política demonstra que um Governo não pode ser estático.

De um modo geral, o Governo Costa e Silva é progressista e evoluído. Entretanto, em alguns Ministérios, como em alguns importantes Departamentos governamentais, seus Titulares não se têm mostrado à altura do cargo.

Exemplificando: o Ministério das Comunicações não segue o ritmo do Ministério dos Transportes. Enquanto este, com o ilustre coronel Mário Andreazza realiza obras fundamentais para a corrida desenvolvimentista, o Ministério das Comunicações até agora pouco fez e o DCT continua cada vez pior.

Também o Ministério da Indústria e Comércio. Basta citar o problema do café solível, no qual o Brasil acabou sendo tremendamente prejudicado pelos interesses internacionais.

Concluindo, Sr. Presidente, fazemos, desta tribuna, um apelo ao Marechal Costa e Silva: reforme seu Ministério, aprimore seu Governo. (Muito bem).

O SR. SINVAL BOAVENTURA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, mas uma vez vou falar sobre a pecuária nacional.

Muitas vezes tenho vindo à tribuna para focalizar assuntos relacionados com a pecuária leiteira. É necessário que os responsáveis, principalmente o Sr. Ministro da Agricultura, que tem demonstrado a maior boa vontade e que conta com a Carta de Brasília, procurem contornar o problema para cuja solução há anos vêm lutando os pecuaristas.

O problema do leite, nas cooperativas e nas fazendas leiteiras, mesmo na de Brasília, continua da mesma forma. O produto recebe um preço mínimo incompatível com o emprego de capital de uma empresa rural. São NCrs 0,49 que o produtor está recebendo do excesso da quota, enquanto nós compramos esse leite aqui a NCrs 0,35.

Entretanto o mais grave é o problema da pecuária de corte. O produtor rural, o criador, o recriador necessita de 5 anos para colocar o boi em condições de abate. E, muitas vezes, o intermediário, em cinco dias ganha mais do que aquele que luta contra as asperidades da natureza por todo aquele período. E, ainda mais, quanto à pecuária de raça, principalmente a zebuína, há um esforço enorme não somente da região do Triângulo, mas de todos aqueles que labutam nesse setor, para a melhoria das raças que já são conhecidas nos trópicos: o Gyr, a Nelore e a Guzerat. Recentemente vendemos, Sr. Presidente, para a Venezuela uma grande quantidade e há grandes horizontes para aqueles que criam o zebu, com a possibilidade da venda de cerca de 20 mil touros para os países vizinhos, principalmente o México.

A respeito da política da carne, não só do abastecimento interno como da exportação, não podemos conceber o Brasil esteja recebendo mais dólares com a carne de equinos exportada para os países asiáticos do que com a carne bovina, tendo o nosso País o quarto rebanho mundial, segundo as estatísticas. Não compreendo, ainda Sr. Presidente, por que até hoje o nosso País ainda não pôde conquistar um mercado como o europeu, como fez aquela cooperativa no Rio Grande do Sul, que merece a admiração dos pecuaristas nacionais. Ela sózinha, sem interferência dos governos, fez contrato com a França para fornecimento de carne aqui produzida. É necessário que o Ministério da Agricultura e as autoridades sanitárias procurem debelar a brucelose e a aftosa para que o Brasil possa penetrar no Mercado Comum Europeu. O Brasil, nas regiões Sul, Centro-oeste e

do Baixo Amazonas tem características não encontradas em outro lugar do mundo, de pastagens onde as gramíneas se conservam constantemente verdes. Ali, Sr. Presidente, poder-se-ia perfeitamente criar um rebanho que seria, talvez, o maior do Brasil para abastecer o mercado interno e exportar para os centros interessados, principalmente para a Europa, com o que receberia o Brasil divisas que aumentariam o nosso parque industrial.

Sr. Presidente, hoje a Comissão de Agricultura desta Casa elegera seu presidente e vice-presidente e, naturalmente, é nosso pensamento constituirmos uma Comissão Especial para apresentar sugestões ao Ministro da Agricultura e ao Sr. Presidente da República, dentro das normas da Carta de Brasília, visando os objetivos nacionais, pois, por enquanto, existem apenas palavras e muita coisa escrita sem nada ser realizado.

É este, Sr. Presidente, o nosso pensamento, pois um dia o Brasil há de encontrar o seu destino, a exemplo dos países desenvolvidos, aqueles que realmente já acharam o roteiro certo, como a Argentina e o Uruguai, aqui na América do Sul, o México e, principalmente, os Estados Unidos e o Canadá, onde funcionam os trustes que têm dominado o comércio da carne do mundo. *(Muito bem)*.

O SR. CLETO MARQUES:

(Comunicação — 1.ª) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabo de receber notícias de que faleceu, na capital do meu Estado, a Senhora Visalia de Carvalho Moreira.

É com profundo pesar, pois, que transmito à Casa a notícia do inafastável acontecimento.

A extinta, Sr. Presidente, pertencia a uma das mais tradicionais famílias alagoanas, descendente que era do Dr. João Carvalho Moreira, Barão de Penedo, uma das glórias da terra alagoana, honra e orgulho da diplomacia brasileira, cuja inteligência e a proibida contribuíram de modo decisivo para que o nome do Brasil se impusesse perante a Coroa Inglesa, no tempo do Brasil Império.

D.ª Visalia de Carvalho Moreira, cuja virtudes peregrinas são por todos proclamadas, foi em vida, um exemplo de honradez e dignidade. Espírito forjado a luz dos ensinamentos cristãos, deixou exemplos de extraordinária bondade, que a tornaram sempre lembrada, com maior respeito e a mais profunda saudade.

É seu sobrinho o eminente Deputado Luiz Gonzaga Moreira Coutinho, ilustre representante do município de Coruripe, no Estado de Alagoas, que, a partir da Constituição de 1947, vem reelegendo, consecutivamente até hoje, sendo, talvez, nos Assentos Legislativos, o único remanescente nos primórdios da redemocratização em nosso País.

Ao transmitir a esta Casa o luto ao acontecimento deixo de deixar registrados os meus mais sinceros votos de profundo pesar pelo falecimento de D.ª Visalia de Carvalho Moreira, ao tempo em que requieiro se transmita à família enlutada as condolências desta Casa. *(O orador é abraçado)*.

O SR. CUNHA BUENO:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, não obstante pertença, nesta Casa, à bancada do partido governista — a ARENA — tenho ocupado esta tribuna a fim de fazer críticas e fazer advertências ao Governo da República, quando a sua atuação não se enquadrar dentro daqueles princípios considerados padrões da administração pública.

Por esta razão, Sr. Presidente, repetidas vezes tenho aqui tecido críticas, algumas veementes, a certos setores governamentais que, infelizmente, não estão correspondendo à expectativa do povo e à confiança neles

depositadas por S. Ex.ª o Sr. Presidente da República.

Sr. Presidente, usando da palavra no Pequeno Expediente, sem a possibilidade de desenvolver o meu pensamento e fazer as acusações que pretendia, limito-me apenas a afirmar, mais uma vez, que — indispensável e inadiável uma reestruturação completa nos quadros administrativos do País. Sempre tivemos na ação, no patriotismo, na capacidade de trabalho, no espírito público do Presidente Costa e Silva a maior e a melhor confiança. S. Ex.ª em absoluto se diminuiu perante os nossos olhos pelos erros — alguns involuntários — que têm sido cometidos por Ministros de Estado.

Por esta razão, Sr. Presidente, desejo lembrar à Casa que no próximo dia 15 de março o Presidente Costa e Silva completará o seu primeiro ano como Chefe do Executivo e, segundo informações das melhores e mais responsáveis fontes, o Presidente da República está igualmente preocupado, como preocupados se encontram vários líderes da ARENA, com a inoperância e a falta de capacidade de alguns setores administrativos. Por esse motivo, posso aqui afirmar — e o faço com a mais absoluta segurança — que, tão logo seja comemorado o primeiro aniversário da gestão Costa e Silva, o Sr. Presidente da República não tardará muito em alterar o seu Ministério, convocando, dentre o grande número de brasileiros capazes e ilustres, aqueles que, pelo seu passado, pelo exemplo de patriotismo e, principalmente, pela sua longa experiência, estejam em condições de trazer uma efetiva colaboração, a fim de que a obra governamental possa realmente alcançar os seus elevados objetivos.

Éra o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem)*.

O SR. PEDRO FARIAS:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, em 1952 a revista "Manchete" projetava para todo o mundo os ângulos e perspectivas da nova capital, a cidade de Brasília, através de trabalho fotográfico do laureado repórter Jader Never, profissional de méritas qualidades. Naquela época, a tiragem de "Manchete" atingiu a 2 milhões de exemplares, chegando mesmo a rivalizar com as revistas de maior tiragem do mundo, como sejam "Time", "Life" e "Paris-Match". Continuando aquele excelente trabalho, a Gráfica Bloch, responsável pela impressão de "Manchete", não tem medido esforços para manter o semanário à altura das grandes publicações.

Nos dias que antecederam o carnaval próximo passado, com rara felicidade, os editores Bloch prestaram mais um serviço ao Brasil. Fizera imprimir uma edição especial, já conhecida de todos nós, com fotografias maravilhosas de todos os setores do Brasil, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Não poderia deixar de vir à tribuna, como representante da bancada do Estado da Guanabara, para congratular-me com os irmãos Bloch pelo excelente trabalho, que contribui para a projeção do nosso país.

Foi sem dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o número especial de "Manchete" um verdadeiro trabalho diplomático. O Brasil foi projetado em inteiro, como realmente é, em ângulos maravilhosos, o que somente profissionais do calibre dos que trabalham naquela editora poderiam fazer.

Eram estas, Sr. Presidente, as minhas palavras, as quais profiro com bastante satisfação, porque não expressam apenas o elogio que faço a um trabalho ou a uma revista, mas uma obrigação que cumprio, nesta hora, como representante do povo, de enaltecer a quem realmente trabalha pelo nosso progresso, seja nesta

Casa, seja numa editora, como a Editora Bloch.

Éra o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem)*.

O SR. GRIMALDI RIBEIRO:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, sei que o assunto que me traz a tribuna, nesta tarde, demandaria mais tempo e um exame mais devido dos seus diversos aspectos, para que se pudesse sobre ele chegar a uma conclusão definitiva.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, o Decreto 62.214, de 1 de fevereiro deste ano, publicado no dia seguinte, através do qual o Governo Federal fixa ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas o objetivo primordial do aproveitamento dos recursos hídricos e mais adiante, estabelece normas para absorver no novo Departamento de Recursos Hídricos os DNOCS, dentro da região Nordeste, exceto feita aquelas áreas já hoje sob a jurisdição da SUVALE, as tarifas, os trabalhos, os encargos e serviços, através de convênios, do Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

Criou, Sr. Presidente, que nenhum nordestino nenhum brasileiro desconhece a importância, já hoje histórica, que teve e tem, em relação à economia daquela parte de nosso País, a atuação do DNOCS, mas a visão de uma perspectiva já hoje também histórica, podemos encontrar no ... DNOCS uma entidade precursora da hoje SUDENE, pois foi ela uma instituição criada pelo Governo da República para combater as secas, quando estas representavam, no quadro dos problemas da região nordestina, a visão do entendimento da época, a grande causa, o grande empecilho que obstaculizava o desenvolvimento econômico e social da região. A visão mais recente da problemática nordestina superou esta colocação do problema e, então, as secas passaram a constituir apenas um elemento dentro daquela constelação de fatores da qual surgiu a instituição da SUDENE. Em decorrência disso, o DNOCS sofreu um inevitável e significativo esvaziamento das suas atribuições.

Não me parece lógico, entretanto, que se venha, agora, extinguir o concurso, na área do Nordeste, do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, um órgão de diversas utilidades, mesmo que isso ocorresse em benefício de uma instituição tão preciosa do nosso reconhecimento quanto o DNOCS. Não poderíamos jamais negar o público reconhecimento pelo muito que devemos ao DNOCS, que será fixado como precursor da ... SUDENE ao tempo em que a visão da problemática nordestina reduziu sua solução ao combate às secas — mas não devemos pagar o preço de sua sobrevivência, se for o caso, riscando do mapa regional o relevante concurso que lhe vem sendo prestado pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

Sr. Presidente, sou daqueles que reconhecem no General Afonso de Albuquerque um dos ministros mais capazes do atual Governo e não poderia regatear-lhe, como nordestino o reconhecimento à ação absolutamente útil e patriótica em relação à minha região, sobretudo na defesa do mecanismo dos incentivos fiscais, a que se deve, primordialmente, o desencadear do processo de desenvolvimento econômico e social da região.

Acredito, assim, que teremos do Ministério do Interior a explicação para este decreto, agora estampado no Diário Oficial da União, e a pronta revisão da matéria, que não encontra maior justificativa senão na tentativa de transferir atividades, já há muito demitidas do DNOCS, retirando-as desse órgão, que tem tido também, papel absolutamente significativo na

criação de uma infraestrutura indispensável ao progresso regional. *(Muito bem)*.

O SR. TEOFILO PIRES:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, transcorre hoje o 41.º aniversário do "Estado de Minas", órgão líder dos Diários Associados em Minas Gerais, sem menor sombra de dúvida o mais popular, o mais pujante órgão da imprensa mineira.

"O Estado de Minas", que ao longo desse 40 anos tem procurado servir e tem servido com dedicação, ética e eficiência à coletividade mineira, está hoje sob a esclarecida direção do Dr. Paulo Cabral de Araújo, luso-brasileiro, ex-Deputado Estadual no Ceará, que, atendendo ao convite da alta Direção dos Órgãos Associados, deslocou-se para Minas Gerais e ali está imprimindo ao veterano órgão da imprensa mineira um suntuoso ataque que recomenda o jornal e sobrepõe a sua direção. O Dr. Paulo Cabral de Araújo, mercê de seus dotes de cultura, eloquência e, acima de tudo, de uma inteligência e uma vontade que se realizam em Belo Horizonte e mesmo fora da capital, sagudamente convidado para proferir palestras e pronunciar aulas inaugurais, o eminente jornalista e parlamentar desincumb-se dessas missões com eficiência, clareza e eloquência sem par.

Quero, Sr. Presidente, nesta oportunidade, ler pequeno editorial impresso na primeira página do "Estado de Minas", edição de hoje:

41.º ANIVERSÁRIO DO "ESTADO DE MINAS"

Ingressa hoje o "Estado de Minas" em seu quinquagésimo primeiro ano de existência. Esta, se não — a principal notícia que levamos agora aos nossos milhares de leitores — atemos a dimensão trágica dos acontecimentos do dia-a-dia, do Vietnam a Serra Caparaó — é, sem dúvida, a mais rica em implicações. Há situa no tempo uma longa trajetória de cumprimento do dever, dentro dos melhores padrões da ética e da nossa adesão aos superiores interesses de Minas. Em onze mil, quinhentas e sessenta e cinco vezes — que a tanto somam as nossas edições até esta data — o "Estado de Minas" esteve presente ao momento marcado, diariamente, com o povo mineiro, sempre fiel à sua missão de informar e opinar.

O apoio e a preferência que tem recebido da comunidade mineira e, por isso, duplamente confortadoras para este matutino. Apresentam o saldo de um trabalho sempre renovado e, ao mesmo tempo, confirma o que existe de criterioso, isento, equânime e digno na sua tradição noticiosa e crítica. Sem falso orgulho, podemos dizer que constituímos um jornal à altura das melhores qualidades de nossa província. Somos dela uma voz rigorosa, cada vez mais prestigiada e equipada com algumas das mais modernas conquistas da técnica — o que já inserveu o "Estado de Minas" entre os grandes órgãos da imprensa brasileira.

Na luta por seu constante aprimoramento, o 41.º aniversário do "Estado de Minas" representa, assim, o início de mais uma etapa, que saberemos vencer com a pertinácia de sempre.

— Em comemoração à data, um caderno especial integra a nossa edição de hoje.

Estas palavras, Sr. Presidente, inscritas na primeira página da edição de hoje do jornal aniversário, refletem a verdade, dizem exatamente aquilo que o grande jornal representa para a coletividade mineira. Temos

absoluta certeza de que as centenas de milhares de leitores que diariamente percorrem as páginas deste jornal, não de congratulam-se com a direção do matutino pelos 41 anos de profícuas atividades em favor da gente mineira.

Sr. Presidente, valho-me do ensejo de estar na tribuna para registrar o transcurso do jubileu de prata, no magistério superior, do eminente Professor de Oftalmologia, na Universidade Federal de Minas Gerais, Sr. Hilton Rocha. Trata-se de nome nacional e mesmo internacional. O Professor Hilton Rocha, formado pela Escola de Medicina de Belo Horizonte, ali leciona, há 25 anos, sua especialidade, a Oftalmologia. Já compareceu a diversos congressos internacionais e tem em seu gabinete de trabalho diplomas e medalhas que lhe foram conferidos por sua capacidade profissional e pelo alto conceito de que desfrutava suas pesquisas científicas.

Gostaria de citar, Sr. Presidente, eu, que há cerca de 30 anos fui aluno do Professor Hilton Rocha, na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, que o eminente oftalmologista mantém no Hospital São Geraldo, na capital mineira, um curso de aperfeiçoamento em Oftalmologia. Uma das turmas está recebendo agora o grau de conclusão deste curso. É o 8º de especialização oftalmológica. São médicos procedentes de vários Estados da Federação e mesmo do exterior. E ainda agora inicia-se o 9º curso, para o qual estão selecionados médicos que visam ser especialistas em olhos, procedentes da Venezuela, do Ceará, do Estado da Guanabara e três ou quatro do Estado de Minas Gerais.

Por tudo quanto tem feito nestes 25 anos de atividade, lecionando para turmas na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, dirigindo com eficiência a Associação Médica de Minas Gerais, dirigindo com brilho inextinguível a Associação Médica Brasileira, o Professor Hilton Rocha tem demonstrado ser o protótipo do médico, o discípulo autêntico de Hipócrates, aquele que se dedica às pesquisas científicas e abre de par em par as portas do seu consultório aos desprotegidos da fortuna. O Professor Hilton Rocha reserva alguns dias da semana para atender aos pobres, aqueles que não podem adquirir cartão de consulta, e, na mesa de cirurgia, opera, com a mesma paciência, com o mesmo cuidado e idêntico desvelo, os clientes que pagam e aqueles que são pobres.

São estes traços mercantes da personalidade do eminente Professor Hilton Rocha que tornam a data do jubileu de prata da sua atividade no magistério superior particularmente grata aos médicos mineiros, aos habitantes de Minas Gerais e a quantos, no Brasil, têm desfrutado da sua capacidade profissional em resolver intrincados problemas de Oftalmologia.

Desta tribuna, Sr. Presidente, exaluno do eminente mestre e representante do povo mineiro, quero endereçar a S. Sª as minhas felicitações pelo transcurso da efeméride, desejando que a seu esforço, a sua capacidade continue assegurando aos estudantes de Minas Gerais melhores luzes para exercerem a profissão médica, especialmente no campo da Oftalmologia. (Muito bem).

O SR. HERMES MACEDO:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, desejo, desta tribuna, chamar a atenção da Casa e da nação brasileira para duas importantes exposições agropecuárias que se realizam no Estado do Paraná. A primeira delas, com abertura marcada para o dia 24 de março e duração de uma semana, na capital paranaense, na cidade de Curitiba. A segunda, para o dia 13 abril, com duração também de uma

semana, na cidade de Londrina, capital mundial do café.

São já quatro exposições realizadas. Trata-se portanto, tanto numa como noutra cidade, da quinta exposição agropecuária. O esmero com que o Governo, as associações rurais, as prefeituras estão organizando, ano a ano, esses certames nos fazem crer que estas exposições superarão as anteriores em magnitude, principalmente se considerarmos que a Exposição Agropecuária de Curitiba é de caráter nacional e a de Londrina, a segunda de âmbito nacional.

Portanto, chamo a atenção dos Srs. Congressistas para essas importantes exposições-feiras que se realizarão em Curitiba e Londrina, pois elas ensejarão uma oportunidade de visitarem Curitiba e Londrina, não só aqueles que se dedicam às atividades agropecuárias em nosso País, mas todos os que desejam conhecer essas duas importantes cidades do Paraná, a nossa Capital e a capital do norte paranaense.

Sr. Presidente, por oportuno, também desejo focalizar aqui um aspecto deprimente que pude testemunhar na Guanabara, durante os festejos da maior festa brasileira, o carnaval.

Venderam-se ingressos a 70 cruzeiros novos, para que os turistas, para que o povo em geral pudesse assistir comodamente aquelas festividades. Entretanto houve uma falsificação desses ingressos. Para onde cabiam mil pessoas venderam-se 10 mil ingressos. Portanto, uma falsificação de mais ou menos 9 mil. Pode testemunhar cenas deprimentes, de turistas estrangeiros que portavam aquelas almofadas fornecidas pelo Departamento de Turismo e Divulgação da Guanabara serem impedidos de tomar seus assentos nos lugares que lhes eram destinados. Evidentemente, não previu a Secretaria de Turismo da Guanabara este fato, quando colocou à venda, com muita antecedência, sem numeração, aqueles ingressos, que permitiriam a esses turistas assistir aquela maravilhosa festa com toda a comodidade o que infelizmente não aconteceu.

Aqui fica um apelo ao Sr. Governador da Guanabara, para que nos próximos carnavais organize melhor a venda de ingressos e preveja a possibilidade de falsificação. Já que se falsifica dinheiro neste País, cuja maior cédula é de valor de 10 cruzeiros, muito mais tentador é falsificar um ingresso que custa 70 cruzeiros novos.

Que impressão terão levado deste País aqueles turistas que, pagando para assistir, com comodidade, a nossa maior festa, ficaram impossibilitados de fazê-lo devido a esta invasão a esta falsificação dos ingressos.

Portanto, que se alertem e se acutem as autoridades guanabaras para que, de futuro, se possa impedir este espetáculo triste e deprimente que presenciei na Guanabara, e dar aos turistas melhor impressão da nossa terra porque já se diz, alto e bom som, que o Brasil é o país campeão de desorganização.

Sr. Presidente, aqui fica um apelo ao Sr. Governador Negrão de Lima para que, de futuro, ele organize e preveja melhor impedindo que fatos desta natureza tirem a acontecer. (Muito bem).

O SR. TEMÍSTOCLES TEIXEIRA

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, não sei se posso considerar válido o nosso trabalho, durante o exercício próximo passado, no que concerne aos pronunciamentos feitos desta tribuna, concomitantemente aos pedidos de informações ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que S. Exª atendessem ao nosso apelo, que é também o da região do meu Estado, para a construção da construção de BR-230. Aquela estrada se encontra paralisada,

há cerca de 14 anos, no município maranhense de São Raimundo das Mangabeiras, e não sei quais os motivos, de fato, levaram o Governo Federal a essa decisão com relação àquela importante estrada, não só para o Estado do Maranhão como para os Estados do Piauí e circunvizinhos.

Er. Presidente, Srs. Deputados, a BR-230, após a ligação que foi feita agora neste princípio de ano, na Belém-Brasília, com a cidade de Carolina no Estado do Maranhão, é a via de transporte mais rápida para que os produtos do meu Estado, Piauí e circunvizinhos possam chegar à Capital da República e ao Sul do País.

Não sei como as nossas riquezas, Sr. Presidente, são conduzidas ao Sul do País, porque nos Estados do Maranhão e Piauí a nosso principal meio de transporte é o rodoviário. Temos — para atingir a Capital da República e as capitais do Sul do País — de seguir aquela estrada que vai até Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro. E com a construção apenas de cerca de pouco mais de 200 quilômetros, que é o trecho que falta para a continuação da BR-230 — paralisada no município maranhense — vai ela ligar-se com a Belém - Brasília, no município de Carolina, em seus noventa quilômetros construídos por delegação do governo do Maranhão.

Sr. Presidente, no ano de 1968 pretendemos ativar novamente a nossa campanha. Vamos, inclusive, mais uma vez, ao Sr. Ministro dos Transportes para que S. Exª, consultando seus auxiliares imediatos, atenda ao apelo do nosso Estado, determinando a conclusão da BR-230, que é a estrada mais importante para a ligação do Maranhão à Capital da República. Fica aqui, mais uma vez, o nosso veemente apelo no sentido de que S. Exª atenda ao Maranhão, inclua a BR-230 no Plano de Prioridades ou delegando ao DER do Maranhão os poderes necessários para que aquele órgão do Estado possa concluir essa BR. (Muito bem).

O SR. ERASMO-MARTINS FERRO:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, assumo hoje a Secretaria de Turismo do Estado da Guanabara um dos mais ilustres políticos do Estado e um dos mais dedicados conhecedores da indústria chamada indústria sem chaminés. E' ele o Deputado Estadual Levi Neves. Substitui neste posto ao Doutor Carlos de Laet, recrutado para servir ao Estado, tirado da Procuradoria Geral, num momento de necessidade do Governo e que ali também prestou assinalados serviços. Levi Neves, eleito Vereador à Câmara Municipal do Distrito Federal, em 1947, ali permaneceu até 1980. Foi Secretário de Segurança, em 1947 e 1948; Líder do Governo e da Maioria. Entre seus títulos, estão o de Cirurgião-Dentista, oficial de Reserva do Corpo de Saúde do Exército e jornalista. Possui condecorações da Ordem Militar e de Grande Oficial da Ordem do Infante Dom Henrique de Portugal. Estou certo de que, assumindo a Secretaria de Turismo do Estado da Guanabara, o Deputado Levi Neves haverá de dar à equipe do Governador Negrão de Lima, no setor específico do turismo, uma grande contribuição, a fim de que aquele Governo cada vez mais se afirme no conceito do povo brasileiro para a felicidade do povo guanabarrino. (Muito bem).

O SR. JUSTINO PEREIRA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, é do conhecimento da Casa que há uma subcomissão representando a Comissão de Saúde junto ao Ministério da Saúde na elaboração do Plano Nacional de Saúde, numa tentativa que possivelmente trará o melhor resul-

tado para atendimento dos problemas de saúde no seu aspecto profilático e curativo.

O Senhor Ministro da Saúde está se conduzindo com acerto na elaboração do referido plano e nesse sentido, além dos entendimentos que tem mantido com a Comissão de Saúde, esta recebendo subsídios de várias fontes, entre elas a Associação Médica Brasileira, os órgãos encarregados da previdência social e todos aqueles que levam colaboração a Sua Excelência.

Além do grande trabalho que se observa, verificamos que o Ministério da Saúde, pela primeira vez, se encontra perfeitamente de acordo com as diretrizes certas que sempre foram pregadas, que sempre foram traçadas pela Associação Médica Brasileira, como órgão da classe médica no Brasil.

Sempre houve em nossa Pátria uma falsa concepção do problema de atendimento de nossa população; principalmente daquela faixa que não tem condições financeiras para atendimento com recursos próprios, e que não pode, em consequência, ter o mínimo de assistência, sequer aquela condizente à sua condição de criatura humana.

Pois bem. Agora, tenta-se a implantação de um novo atendimento médico-sanitário em nosso País, reclamando todos os orçamentos — federal, estadual, municipal, autárquico e mesmo de comunidades — para, num esforço conjunto, tentar resolver o centenário problema de saúde em nossa terra, não só através da medicina curativa, mas também, e principalmente, de medidas profiláticas a cargo da Saúde Pública, como concepção tradicional dessa expressão.

Desejo também registrar que, de acordo com dispositivos legais, decorre da ação do Ministério da Saúde o planejamento e a execução de todas as medidas para a elaboração do Plano de Saúde, mas que não e, especificamente, do Ministério da Saúde, mas, repito, do próprio Governo.

Neste particular veritico, com prazer, o alto decerto, compreensão e acerto na decisão do Senhor Ministro do Trabalho de procurar enquadrar a própria Previdência Social, mediante estudos que se realizam e que, possivelmente, serão levados a bom termo, na conjugação de todas as referidas forças vivas do País para a resolução do problema da saúde.

Consignando aqui essa minha impressão, Senhor Presidente, eu desejo acrescentar também que merece os maiores encômios a referência que o Senhor Presidente da República, o Ilustre Marechal Costa e Silva, na sua mensagem à Nação, fez aos problemas de saúde no Brasil, em particular, aqueles atinentes à possibilidade, ao direito, muito certo, mas que sempre foi negado ao homem necessitado em nosso País, de escolher o profissional médico, a entidade hospitalar de sua confiança, ou de seu interesse.

Nessa mensagem que o Senhor Presidente, acaba de encaminhar à Nação, através da Casa, vemos, com satisfação, que também estão expressos os postulados da Associação Médica Brasileira que vêm ao encontro da melhor solução dos problemas de saúde, e isto nos anima quanto a possibilidade de uma aplicação vitoriosa do Plano Nacional de Saúde. (Muito bem).

O SR. ADHEMAR GHSI:

(Comunicação. Lei) — Senhor Presidente Senhores Deputados, não nos podemos furtar ao dever moral, que é antes de tudo um direito incontestável, de manifestar-nos a respeito da última das tentativas da muitas que a respeito foram efetuadas, de pacificação política dentro da vida nacional.

Desta vez a tentativa nasce da inspiração de um dos mais responsáveis

revolucionários de 1964, cujo acervo de trabalhos em prol da Nação, de sua instituições, de seus princípios e ideais, ninguém pode validamente colocar em dúvida. Antigo Presidente da União Democrática Nacional, ex-Governador do glorioso Estado de Minas Gerais, Congressista, hoje exercendo com brilho e grandeza as altas e difíceis funções de Chefe de nossa chancelaria, preocupado com os destinos do País a que serve com toda a dedicação, preconiza a fórmula conciliatória de que nos dão notícias as páginas dos jornais e os noticiários radiofônicos.

O que deseja o excelente político de Minas Gerais, uma das figuras mais autorizadas do atual Ministério do Presidente Costa e Silva, não é outra coisa senão atrair para uma fórmula de amplo debate, para o equacionamento dos problemas políticos, econômicos, administrativos e sociais da Nação, aqueles que representaram a liderança civil do movimento revolucionário de 1964.

Se a fórmula tem endereço certo no sentido de reintegrar o ex-Governador da Guanabara e outros líderes revolucionários no esquema atual do Governo, em torno de objetivos comuns, não é coisa que desejamos neste momento oficializar. Tampouco nos preocupa saber se irá gerar a tentativa, sem dar resultados satisfatórios ao seu inspirador, o Ministro Magalhães Pinto.

O que, a propósito dos fatos, desejamos frisar é a válida sugestão partida de quem hoje priva da maior intimidade presidencial, e com ele estabelece o diálogo mais fácil e constante, relativamente a todos os Ministros de Estado.

Ha quem pense e diga estar o Governo sentindo-se enraquecido em certas áreas civis, a ponto de, numa desesperada tentativa de recuperação, ir buscar, nos setores de antigos revolucionários, o apoio necessário para o estabelecimento do equilíbrio de que não pode prescindir para levar avante sua obra político-administrativa.

Uma coisa é certa: O Ministro Magalhães Pinto, jogando o peso de seu prestígio e de sua força numa fórmula como essa, estará respaldado pela concordância e talvez até pelo estímulo do Presidente Costa e Silva. Não compreenderíamos agisse à revelia do Chefe da Nação, principalmente considerando que sua tentativa se dirige ao estabelecimento do diálogo com um homem que tem sido impiedoso nas críticas ao Governo, inclusive na denúncia formulada a auxiliares diretos do Senhor Presidente da República, pela prática de atos desonestos.

Como jornalista e integrante da bancada dita do Governo nesta Casa, formulo votos para que esse realmente importante passo em busca de uma fórmula de paz e concordância da grande família revolucionária possa ser alcançado, através do esforço conjugado e patriótico de todos, nascido da sensata ação de um dos homens públicos mais lúcidos do País.

Observo, talavia, com preocupação, o desfecho dessa válida tentativa, que, se fracassar, virá gerar consequências políticas imprevisíveis para os destinos do próprio País, em face da radicalização que chefes e líderes vierem de assumir com relação ao Governo. Este que hoje mais se distancia dos setores eminentemente populares do País, incapaz de proceder a um diálogo com o povo, por não possuir instrumentos humanos para fazê-lo, virá a "endurecer" mais ainda, com as graves consequências que de tal ato poderiam resultar para a Nação.

Falta aos órgãos do Governo do Marechal Costa e Silva, com raras exceções, nos o reconhecimento, sensibilidade política e facilidade de comunicação com o povo.

E que os próprios setores da ARENA não têm os estímulos e as inspirações para fazê-lo, em nome do Governo, que despreza e até repudia a classe política.

Oxalá possa o Ministro das Nossas Relações Exteriores fazer aqui dentro pelo povo e pelo Governo do Brasil, aquilo que lá fora está desenvolvendo com a lucidez e o patriotismo que são apanágio do seu espírito. *(Muito bem.)*

O SR. ALÍPIO CARVALHO:

(Comunicação. Sem revisão do orador.) — Senhor Presidente, tivemos, os integrantes da Comissão de Transporte, a oportunidade de debater com o Ministro Andreazza, em seu gabinete, nesta Capital, a seu convite, os problemas da sua Pasta, num ambiente informal, de verdadeiro encontro entre homens do Poder Executivo e do Poder Legislativo, todos altamente interessados na solução daqueles problemas que dizem respeito ao desenvolvimento do País.

Foi uma reunião mais do que proveitosa. O Ministro Andreazza discorreu sobre os principais projetos em execução da sua Pasta, informando-nos, nos detalhes possíveis de que vem ocorrendo e o que se pretende realizar no triênio 1968 — 1970.

Tratou-se da nossa Marinha Mercante e dos resultados alvissareiros já alcançados com a nossa política adotada. Discutiu-se sobre a nova frota que será encomendada na Polónia por conta de recursos provenientes dos estoques de café que serão entregues à razão de duzentos mil sacos por ano. Vimos os programas de rodovias ressaltando a perspectiva de podermos contar, até 1970, com mais oito mil quilômetros de estradas asfaltadas. Tomamos conhecimento do problema ferroviário e da orientação que esta sendo tomada para uma melhor integração do sistema; inclusive no plano administrativo.

Comentou-se a situação dos nossos portos e as medidas e trabalhos que estão sendo realizados no sentido de aumentar a sua capacidade de carga, quer por obras de aragem, quer mediante a implantação de terminais especializadas para o manuseio de produtos diversos, quer pela melhor racionalização das organizações concessionárias, inclusive com a participação da comunidade nas decisões inerentes aos serviços portuários.

Salientou-se o papel das vias fluviais, cujos estudos e projetos já estão sendo postos em execução para o barateamento dos nossos transportes, e, conseqüentemente, a melhoria do nível de vida do nosso povo.

Como é do conhecimento público, o nosso Ministro Andreazza, pela firmeza das suas convicções na execução das tarefas que lhe foram confiadas, conseguiu motivar todos os presentes, transmitindo-lhes também uma grande dose de otimismo sadio, que, tenho certeza, fez muito bem a todos e, particularmente, aos que creem com firmeza na orientação e descortino do nosso Governo Costa e Silva.

Foi mesmo de grande alcance esse encontro informal mantido com o Ministro Andreazza. O nosso Congresso, os nossos parlamentares necessitam dialogar com os homens do Poder Executivo. Em reuniões como essa, evitam-se requerimentos, desanuiam-se os ambientes e os homens de boa intenção sejam Deputados, sejam Ministros e Diretores, sejam civis ou militares, encontram-se e compreendem-se, na grande tarefa que deve ser realizada por todos no País, para mais urgentemente o tirarmos desse estágio de desenvolvimento que interfere no bem-estar de cada cidadão.

Nossos parabéns, pois, Ministro Andreazza, e os nossos votos para que continue nessa forma de trabalho, que é aquela que os brasileiros

desejam ver posta em execução. *(Muito bem.)*

O SR. FEU ROSA:

(Comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, voltei há poucos dias do meu Estado, onde estive por ocasião do "recasinho" na Casa, durante os festejos carnavalescos. Desejo registrar que voltei profundamente preocupado, diante da situação de dor, de miséria e de sofrimento das camadas mais humildes, das camadas mais interiores da população, que, conforme a grande imprensa nacional registrou, ainda não faz dois meses, ocorreram em massa ao Estado Governador Bley, em busca de saquinhos de feijão e arroz para uma noite de Natal e, das quais naquele atropelo, naquela sujeira, na disputa de alimento para um jantar, cegaram a morrer 9 pessoas e mais de 40 ficaram feridas.

Isto que acontece em nosso Estado é um retrato fiel do que se reproduz diariamente em toda a vastidão do imenso território deste Brasil que, há mais de 200 anos, é o "País do futuro".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se aqueles que não têm emprego estão nessa situação por falta da possibilidade de trabalharem, os assalariados também não se encontram em posição melhor.

Com a alta assustadora do custo de vida e sem a elevação proporcional do salário-mínimo, o poder aquisitivo do proletariado está diminuindo dia a dia. No Espírito Santo o salário-mínimo é de 82 mil cruzeiros velhos.

Há pouco tempo, foi publicado um decreto do Presidente da República, assinado pelo Ministro da Fazenda, que fala em 50 milhões de cruzeiros velhos — o próprio Ministro da Fazenda se deu ao trabalho de conservar a sigla antiga — e no qual ficou estabelecido um salário-mínimo para os menores de 14 a 18 anos, e permitido o trabalho dos menores de mais de 12 anos. No entanto, o decreto é deficiente, pois não fixa o salário-mínimo do menor de 12 a 14 anos de idade.

Isto é curial, é do conhecimento público, de maneira que não vamos nem frisar, nem caracterizar bem, nem citar o número do decreto, porque, em primeiro lugar, a ninguém é dado conhecer o texto da lei, e, em segundo lugar, isso já foi objeto de inúmeros pronunciamentos nesta Casa.

Mas o que está acontecendo é que as firmas têm procurado colocar a maior quantidade possível de menores entre 12 e 14 anos, porque esses não têm limite de salário-mínimo estatuído naquele diploma legal omissivo, assinado pelo Sr. Presidente da República e pelos Srs. Ministros do Trabalho e da Fazenda.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta omissão do texto legal vai criar uma crise ainda maior para os outros menores e até mesmo para os maiores, e aqueles que têm de 12 a 14 anos, em muitos casos, estão sendo vilmente explorados.

Desejamos fazer apelo veemente, incorporando-o a tantos outros que já foram feitos, no sentido de que o Senhor Ministro do Trabalho que não faz um mês, nos deu a honra de uma reunião aqui nesta Câmara, na qual apontou a necessidade da revisão do salário-mínimo — promova o enquadramento do salário-mínimo na realidade atual do País. Já há a hora de se entender que o salário-mínimo não é favor que se presta ao trabalhador, é um direito social do trabalhador, que, pelas conquistas da civilização contemporânea, pelo evoluir do mundo moderno, tem direito a receber um mínimo necessário ao seu sustento e de sua família, ao pagamento da sua habitação, do seu transporte, da sua alimentação e até mesmo da sua distração. No entanto, esse direito não está sendo reconhecido.

Sabemos muito bem que a Comissão de Política Salarial sempre gra-

vitou ao redor do Governo, e, há bem poucos anos, viamos o Presidente da República e o Ministro do Trabalho levando numa bandeja, dando aos trabalhadores, no dia 19 de maio, mais um aumento de salário-mínimo, como se isso fosse um favor, uma dádiva.

Agora que houve uma revolução reitoria e redemocratizadora, para reestruturar o País dentro dos verdadeiros ditames do direito social e das legítimas aspirações de nosso povo, confiamos em que o Presidente da República e o Ministro do Trabalho não de adotar as providências necessárias ao reconhecimento do direito dos trabalhadores, porque não é possível continuarmos vendo as grandes massas trabalhadoras numa situação tão aflitiva. *(Muito bem.)*

O SR. EWALDO PINTO:

(Comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo registrar, com permissão de V. Exa., a presença entre nós de um visitante ilustre, que vem de um País amigo, o Sr. Heitor Santifana, Presidente da Agrupación Nacional de Empleados Fiscales del Chile, entidade que reúne 50 mil associados.

O nobre colega Feu Rosa concluiu sua oração fazendo referências vigorosas ao direito dos trabalhadores. Há pouco, em conversa com o nosso visitante, dava-me ele conta da ferretizada liberdade de que gozam, em seu País, os trabalhadores, quer de empresas particulares, quer de empresas estatais, liberdade ampla de reuniões de associação de livre manifestação do pensamento, de organização de movimentos reivindicatórios, sem qualquer restrição.

Imediatamente, Sr. Presidente, somos levados ao confronto, e é com tristeza que o fazemos. Enquanto naquele País, dirigido pelo vigoroso líder da democracia cristã, Eduardo Frey, existe ampla liberdade de manifestação dos sindicatos e das associações de classe, dos partidos políticos, nosso País, Sr. Presidente, até esta data não pôs em execução — e culpa cabe aqui ao Congresso, às forças políticas que o dominam, pois não o ratificou até esta data — o documento básico, o documento fundamental do direito sindical, da liberdade sindical, e da proteção ao direito sindical. Efetivamente, a Convenção 87, da Organização Internacional do Trabalho, conforme tenho afirmado inúmeras vezes desta tribuna, embora assinada em 1948, em São Francisco e enviado a esta Casa em 1949, até esta data não foi ratificada pelo Parlamento brasileiro, que se omite, que deixa de cumprir um dever fundamental para com os trabalhadores. Basta lembrar que mais de 100 países já ratificaram esse documento. Entre os que não ratificaram estão Portugal, Haiti, Paraguai, África do Sul, Namíbia, Búndia, Ceilão, Birmânia e o Brasil, onde não se reconhece, não se executa o documento fundamental da liberdade sindical e da proteção ao direito sindical.

Queremos, nesta oportunidade, enviar uma saudação muito efusiva e cardeal aos trabalhadores do Chile, ao seu Governo, que em meio a dificuldades imensas procura realizar, dentro do regime democrático, aquelas reformas sociais incontestavelmente necessárias. E o Presidente Eduardo Frey, num país onde existe uma esquerda agressiva e atuante, num Parlamento onde há 18 Deputados do Partido Comunista, num total de 145 Deputados, onde num Senado de 45 membros há 6 Senadores do Partido Comunista, além dos elementos do Partido Socialista, do Partido Social Democrático e da ala esquerda do próprio Partido Democrata Cristiano, nem por isso se atemoriza, se apavora, não vê perigo à segurança de seu País. Em meio a dificuldades imensas, repito, procura executar as reformas sociais, as reformas estruturais reclamadas pelo seu povo. *(Muito bem.)*

O SR. MARIO TAMBORINDE-GUY:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, li nos jornais de hoje que S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura encaminhou mensagem ao Presidente da República, pedindo que fosse proibida a importação de animais da raça "zebuna", pois o Brasil possui hoje um rebanho de primeira ordem e dispensa a importação de reprodutores da Índia.

Estou de pleno acordo com S. Exa. Digo mais. Hoje, temos, no Brasil, animais muito superiores aos indianos. Deve o Sr. Ministro criar uma mentalidade para que se aceitem os zebus brasileiros. Assim como se conhece em todo mundo o café do Brasil, embora o café não seja originário de nosso País, e sim da África, deve-se tornar conhecido, pela propaganda, dos gados zebus do Brasil. Na Índia, com a deficiência de comida para seu povo, também ocorre isso para os animais. Não há ali grandes criadores. Os criadores de gado são pequenas famílias que possuem, no máximo, vinte ou trinta reprodutores, e esses animais não têm assistência moderna não são criados de acordo com a genética, de acordo com a reprodução natural, e, quando vêm para o nosso País, embora fiquem de quarentena 90 ou 120 dias, ainda transmitem doenças que aqui os nossos rebanhos não possuem.

Seu representante de um Estado, Sr. Presidente, que possui os melhores exemplares da raça guzerá. Nos Municípios de Itacora, Duas Barras, São Fidélis e Santo Antônio de Pádua, vivem-se reprodutores para todo o Brasil; eram reprodutores que atingiam quase o peso dos animais nobres da Europa, que se estão adaptando no Sul do País. Temos reprodutores de 900 a 1.000 quilos, animais rústicos, que resistem a todas as doenças que atacam os gados de origem europeia.

Essa medida do Sr. Ministro da Agricultura, portanto, vem ao encontro dos altos interesses nacionais, porque é uma ilusão pensar que no Norte do Estado de São Paulo, ou até no Norte do Brasil, se possam criar outras raças que não as de origem indiana, adaptadas ao Brasil.

Essa medida vem por conseguinte, engrandecer a pecuária nacional.

Lembro-me de que uma Exposição de Água Branca, em São Paulo, um inglês, que tinha vindo ao nosso País unicamente para fulgar o gado *Hereford*, disse-me que nós é que deveríamos exportar para a Índia, a fim de melhorar o rebanho daquele país, e não tentarmos, como ainda se fez, uma importação de *Kankrej*, que é a denominação do gado Guzerá, indiano. Nós temos, em Santo Antônio dos Ferros, em Minas Gerais, uma fazenda notável, de um criador com grande experiência, o Sr. Leopoldo Feres. Este é um grande propulsor da criação do gado, Guzerá no Brasil. Assim como João de Abreu é o líder em nosso Estado — o Rio de Janeiro — Leopoldo Feres atende à criação do Estado de Minas.

E há outras raças, como a *Nelore*. No Estado do Rio de Janeiro temos a melhor fazenda do Brasil, que obteve os melhores prêmios em todas as exposições. Possui, inclusive gado que é levado para a Argentina e exportado para o Paraguai e para a Venezuela. É de propriedade do Doutor Duviols, criador de gado *Nelore*. Quanto ao gado Gir, este é privilégio da zona do triângulo mineiro. Lá, vamos encontrar os melhores exemplares, que mais peso dão para o gado de corte e, também, leiteiro.

Assim, o Sr. Ministro da Agricultura só pode receber as nossas homenagens — e falo, também, como criador de zebus. E todos aqueles que se dedicam à criação dessas raças, como também aqueles que não as conhecem, mas que se benefici-

clam da sua criação através do consumo de carne, devem incentivar S. Exa. para que promova a formação de uma nova mentalidade em que se dê preferência ao gado zebuino brasileiro sobre qualquer outro gado do mundo, principalmente o indiano. (Muito bem.)

O SR. GARCIA NETO:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, campo o doloroso dever de registrar, por minhas palavras, nesta Casa, o falecimento, em Curitiba, Capital do Estado de Mato Grosso, do Dr. Eurycles Motta, Consultor-Geral do Estado.

Além de exercer com brilho essa função, o Dr. Eurycles Motta era Procurador da Legião Brasileira de Assistência, advogado atuante no Foro de Curitiba e jornalista brilhante, militando durante muitos anos na imprensa mato-grossense.

Faleceu aos 52 anos de idade, quando muito ainda poderia continuar a dar para o progresso da sua terra, pelo brilho da sua inteligência e pelo valor do seu trabalho.

Mago, filiou-se aos movimentos estudantis que tinham como distintivo a redemocratização da nossa Pátria, e foi dos primeiros a filiar-se, em Mato Grosso, à União Democrática Nacional, partido que se organizava com o mesmo objetivo.

Desta tribuna, Sr. Presidente, quero dar à família enlutada, à sua esposa, à sua genitora e à seu tio, o Senador João Villasboas, o testemunho da nossa tristeza e do nosso pesar pelo passamento do grande mato-grossense, o Dr. Eurycles Motta. (O orador é abraçado.)

Durante o discurso do Sr. Mário Tamborindé, o Sr. Accácio Filho, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira para o Sr. Ary Alcântara, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Sousa Santos.

O SR. SOUZA SANTOS:

(Comunicação — Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabo de fazer, na sua pátria de origem, mais precisamente, na cidade onde nasceu, o escritor Nazir Zeitun, natural de Homs, um dos maiores e mais históricos centros urbanos da Síria.

O fato, careceria de maior destaque para nós, não fosse a feliz circunstância de que Nazir Zeitun viveu 30 anos no Brasil, enriquecendo a nossa literatura com obras do valor de "A Culpa dos Pais" e "A Independência do Brasil", além de dedicar seu generoso entusiasmo à propaganda, no Exterior, dos valores intelectuais e das letras nacionais, tradutor que foi de Paulo Senaldi e Jorge Amado, por exemplo.

Com o falecimento de Zeitun, perde o Brasil um dos seus mais sinceros e dedicados amigos, uma inteligência fugazmente, permanentemente posta a serviço do bom nome de nossa Pátria, um compassivo coração diuturnamente voltado para o nosso intercâmbio intelectual com o mundo árabe.

Rendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste breve pronunciamento, um pouco de gratidão e de saudade à memória do ilustre morto e, a fim de lembrar este meu gesto, vou ler para vós parte dos Anais da Casa, artigo inserto, na edição de 11 de fevereiro próximo passado, do matutino carioca "O Jornal" e no qual, espiando a mestria, o poder de síntese e a elegância da pena fulgurante de Austregesilo de Athayde, registra-se o triste acontecimento, e anuncia-se as homenagens que, ao se reabrirem, em abril próximo, as atividades da Academia Brasileira de Le-

tras, ali serão tributadas à memória de Nazir Zeitun.

É o seguinte o artigo de Austregesilo de Athayde:

"Paulo Tacía anuncia-me, em carta, o triste acontecimento, na morte do jornalista e escritor Nazir Zeitun, ocorrida em Homs, sua cidade natal, no centro da República Árabe da Síria.

Como os nomes passam depressa, poucos haverão de lembrar-se de Zeitun que foi, no entanto, um dos nossos grandes amigos, devotado propagandista dos valores intelectuais e literários do Brasil.

Tendo vindo ao Rio Grande do Sul e em São Paulo, entre 1919 e 1950, integrou-se de tal modo na vida brasileira que muito lhe custou retornar a pátria de nascimento.

Dois livros marcam a sua presença em nossas letras: "A Culpa dos Pais" e "A Independência do Brasil".

Escreveu-os sobre temas brasileiros e com eles levou a todo o mundo árabe o conhecimento da psicologia do nosso povo, assim como fatos históricos ligados à conquista da Independência nacional.

Mas foi sobretudo traduzindo obras brasileiras e divulgando na imprensa ensaios de crítica da nossa literatura que Zeitun prestou ao Brasil serviços que justificam a gratidão com que aqui lavo a sua memória.

Pensei sempre em Nazir Zeitun como ótimo candidato, para integrar o corpo de sócios correspondentes da Academia Brasileira de Letras, primeiro a ser tirado de um país árabe a que estamos presos por tantos laços, inclusive pelo acervo cultural que nos é comum.

A morte adiantou-se a esse plano, tão justo quanto merecido.

Em abril quando recomencem os trabalhos da Academia faremos ali o seu elogio, poído em relevo a grande personalidade do escritor e do amigo". (O orador é abraçado.)

O SR. CLODOLDO COSTA:

(Comunicação. Sem revisão do orador). — Senhor Presidente, quero inicialmente o Diário Oficial publica edital de abertura de concurso para admissão de funcionários no Serviço Público do País; também quase diariamente lemos nos jornais e ouvimos, através do rádio e da televisão, que o Governo pretende diminuir o número de servidores, embora muitos setores estejam carentes de funcionários e, por isso mesmo, implemto o caso do Departamento dos Correios e Telégrafos, que serve ao País pessoalmente, única e exclusivamente por falta de servidores. Eo entanto, milhares e milhares de brasileiros, selecionados em concursos públicos pelo DASP, aguardam pessoalmente o dia em que poderão ter a alegria de ver seus nomes no Diário Oficial, aproveitados nos cargos para os quais fizeram concurso. O Governo, por seu Ministro das Comunicações, tem dito que não pode nomeá-los, reconhece que o serviço público é deficiente e joga a culpa para o DASP, único responsável pelos respectivos concursos e também pelas nomeações. Então, todavia, os interessados de todo o Brasil: "Que fazer?" Por que o Governo não os nomeia, quando o serviço público exige mais funcionários? É que verdadeira barreira existe entre o Ministério das Comunicações e o Departamento dos Correios e Telégrafos. O Diretor do DCT pretende transformar aquele Departamento em autarquia. Ora, Srs. Deputados, se já serve mal sendo um Departamento do Ministério das Comunicações isto é, diretamente dirigido pelo Governo Federal, aí de nós se for transformado em autarquia, diz-se S. Exa. há poucos dias

à reportagem da TV-Brasília que, tão logo fosse aquele Departamento transformado em autarquia, contratar-se-iam seis mil funcionários sob o regime das leis trabalhistas. E como se daria esse aproveitamento? Com os concursados? Com aqueles que adquiriram o direito de ingressar no serviço público depois de duras provas, de ter gasto dinheiro e muito dinheiro? Não S. Exa. nada diz, não sabe o que dizer; pretende é tumultuar o serviço público.

Neste instante, em nome dos concursados do DCT, levanto minha voz para protestar contra a transformação do Departamento de Correios e Telégrafos em autarquia e para reclamar, ao mesmo tempo, do Sr. Presidente da República as medidas necessárias para que aqueles concursados sejam admitidos, pois o serviço público está a exigir, e o Brasil espera, que S. Exa. cumpra o seu dever. (Muito bem.)

O SR. RAUL BRUNINI:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, a Câmara ouviu hoje algumas manifestações referentes à posição difícil em que se encontram os trabalhadores do Brasil, em virtude do salário-mínimo de fome que atualmente se paga a esses operários, que fazem a grandeza deste País.

Novamente as manifestações oficiais nos conduzem a um estado de perplexidade, diante da insensibilidade governamental para este angustioso problema. Estou lendo hoje que S. Exa. o Sr. Ministro do Trabalho ao que parece, está-se fixando em torno de 19% para a concessão deste aumento, num próximo futuro. E de estarrecer que tais coisas aconteçam. Há poucos dias, tivemos oportunidade de reclamar desta tribuna contra divulgação de um dos órgãos oficiais do Ministério do Trabalho que fixa em 17,8% o aumento do salário-mínimo. Ora, quando se instalou o Congresso Nacional foi lida a mensagem presidencial, onde o Chefe da Nação reconhecia uma inflação de 24,3% ou 24,4%. Como, diante dessa reconhecida inflação oficial de quase 25% de aumento, acenar com menos de 20% de aumento ao assalariado brasileiro?

Sr. Presidente, o Governo precisa encarar com maior seriedade esse problema. É muito urgente do que a publicização tanto da família revolucionária como da política brasileira. A fome não está dando grande importância a essas esquemas políticos. O Governo tem de resolver, primeiro a estabilidade daqueles que vivem de salário-mínimo e dar-lhes condições de, pelo menos, alimentar suas famílias. Já tive também oportunidade de fazer um quadro minúsculo das necessidades de cada família brasileira, e pela simples relação de coisas imprescindíveis, o trabalhador já está em débito com o salário que recebe. Portanto, nunca é demais a Câmara que representa o povo alertar as autoridades brasileiras para este problema difícil, que se está tornando cada dia mais perigoso, pois não admitamos balonetes canhões nem metralhadoras Sr. Presidente, quando a fome bate no lar de um chefe de família. (Muito bem.)

O SR. GETÚLIO MOTA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, os jornais noticiam que a Rodésia, repellido o indulto que a Rainha Elizabeth, da Inglaterra, concedeu a três africanos condenados à pena de morte, executou-os ontem. Cuidado, Sr. Presidente, que, no estágio atual da nossa civilização, quase no fim do Século XX, ainda tentamos de assistir a essas cenas de barbárie do governo instalado na Rodésia, de Ian Smith, um falso governo dos brancos contra a maioria dos pretos. São apenas pouco mais de 2 milhões de

brancos a predominar sobre mais de 10 milhões de pretos.

Ora, Sr. Presidente, não se compreende que a Rodésia, pertencendo à Comunidade Britânica, ainda que gozando daquela independência relativa, pudesse recusar o gesto de clemência da Rainha comutando a pena daqueles 3 condenados para prisão perpétua.

Este fato, Sr. Presidente, horroriza os sentimentos humanos de todos nós e causa estranheza que não haja no mundo uma revolta geral da opinião pública contra essas barbaridades. É inacreditável que se possa manter na Rodésia, dentro da África, um governo inteiramente contrário aos sentimentos da quase totalidade do seu povo. E, não satisfeito em manter um governo absolutamente falso, como o que hoje domina a Rodésia, ainda perpetra esse dirigente cenas de vandalismo que colocam os brancos, que se encontram no domínio da Rodésia, em pé de igualdade com as tribos selvagens da África.

Trago aqui, Sr. Presidente, o protesto da minha consciência de homem livre contra essa violência e esta desumanidade que se praticou na Rodésia com três homens que desejavam apenas a liberdade e a independência do seu país. (Muito bem).

O SR. JOSE SALLY:

(Comunicação — Sem revisão do orador) Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabo de receber do Ministro da Fazenda resposta, em parte, ao requerimento de informações de minha autoria sobre o pagamento, em atraso, a funcionários aposentados do Lóide e da Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Sr. Presidente, diz S. Ex.º o Sr. Ministro da Fazenda que somente a partir de 1968 os operários aposentados do Lóide e da Companhia Nacional de Navegação Costeira passarão a receber dos cofres do Tesouro Nacional e que, no exercício de 1967, todos os recursos consignados à Companhia Nacional de Navegação Costeira foram colocados à disposição da Comissão de Marinha Mercante. Deixa de responder, em parte ao meu requerimento, por necessitar de informações do Sr. Ministro dos Transportes, Cel. Mário Andreazza.

Ora, o certo é que as verbas não foram liberadas para o pagamento desses atrasados, atrasados esses — fato grave — resultantes de demanda judicial vitoriosa por parte desses operários.

Com a mesma paciência com que aguardei estas informações, vou aguardar os esclarecimentos do Sr. Ministro dos Transportes, para que possa voltar a esta tribuna e ver, efetivamente, a quem cabe a responsabilidade pelo não pagamento dos atrasados reclamados pelos operários do Lóide e da Companhia Nacional de Navegação Costeira. (Muito bem).

O SR. ANIZ BADRA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, em várias oportunidades temos tido algumas considerações e mesmo críticas à SUNAB. O Brasil todo reclama contra a atuação deste organismo federal. Nas várias vezes em que tivemos oportunidade de examinar o problema do abastecimento, verificamos a sua inoperância. Ainda recentemente observamos em Brasília, através dos seus órgãos de imprensa, que os preços sobem assustadoramente e, inesperadamente, encontramos manchetes como a seguinte:

“O pão subirá mais vinte centavos.”

Esse fato, Sr. Presidente, tornou-se até pitoresco. Os nossos serviços, ao comparecerem aos estabelecimentos varejistas, encontraram lá os preços alterados; para surpresa nossa, no dia seguinte eles chegaram eufóricos

à nossa residência, dizendo que os preços haviam de novo baixado.

É que, Sr. Presidente, com a simples notícia de que haveria alteração no preço do pão, os varejistas, na sua maioria, se aproveitaram disso e causaram um impacto e mesmo um pânico às populações, principalmente as menos favorecidas.

Hoje constatamos uma nova mancha: “Os ônibus subiram a partir de amanhã.”

É possível que vá ocorrer o mesmo que ocorreu na questão das panificadoras; alteraram o preço, cobram no dia consumidor e fomos verificar no dia imediato, que a SUNAB havia atuado a maioria das padarias de Brasília, porque não tinha autorização dessa elevação do preço.

Sr. Presidente, desejo fazer, nesta oportunidade, um apelo ao Ministro do Planejamento e ao próprio Ministro da Indústria e Comércio, que, se não me engano, são responsáveis por esse setor, para que deem paradeiro definitivo a essa situação, determinem que se organize, de fato, o sistema de preços no País não se deixem manchetes clamarem a população, para, no dia seguinte, a mesma SUNAB atuar aqueles que, em face do noticioso, alteraram o preço no varejo.

Era a advertência que desejava fazer a quem responsável. (Muito bem).

V — O SR. PRESIDENTE:

Passa-se ao Grande Expediente. Tem a palavra o Sr. Mário Gurgel.

O SR. MÁRIO GURGEL:

Sr. Presidente e Srs. Deputados, cabe-me, no exercício da representação do meu Estado e no instante em que esse Estado se debate com uma das mais sérias crises econômicas que já se abateu sobre uma unidade da Federação, trazer ao conhecimento da República, através da representação que se assenta no Parlamento, pela Câmara dos Deputados, uma advertência ao Governo Federal e, ao mesmo tempo, solicitar uma providência imediata, enérgica e decisiva, no sentido de que fiquem definidas as responsabilidades da República acerca do atraso, da pobreza e, sobretudo, da impossibilidade de solução dos problemas econômicos do Espírito Santo.

Sr. Presidente, denunciemos da tribuna da Câmara, num desses dias, que se tinha verificado a descoberta de um poderoso veio de urânio no Espírito Santo, e nós, que temos na lembrança, que registramos com pesar a espoliação que se lançou por parte de estrangeiros contra esse mesmo Estado, na retirada da nossa areia monástica, uma das principais riquezas do Espírito Santo, estamos no dever de temer que o descuido, que a omissão e, sobretudo, o alheamento das autoridades federais possam promover outra vez a retirada daquilo que se constitui numa das grandes esperanças do povo espiro-santense e, aliás, numa das grandes necessidades do progresso e do desenvolvimento do Brasil.

Sr. Presidente, fala-se diariamente, neste país e no mundo, na era atômica, na necessidade de os povos e de o Brasil, no conselho deles, prepararem-se para o ingresso no concerto das Nações, através da energia atômica. Sente-se que isso não passa de um palavreado vazio, de uma espécie de nuvem de fumaça que se atira à opinião pública brasileira, sem que providências válidas, sérias e sem que medidas compatíveis estejam sendo tomadas para resguardar o interesse do progresso da Nação e possibilitar-lhe pelo menos um grau de igualdade entre as nações de desenvolvimento igual ao nosso.

Sr. Presidente, Luther H. Evans abrindo a Convenção da UNESCO, em Genebra, ao culmar da era nuclear, em 1955, dizia:

“Quase todas as descobertas científicas podem ser postas a sei-

viço do bem e do mal. Aos homens cabe decidir, segundo suas necessidades, passagens e conforme suas concepções morais e filosóficas. O mundo conhece agora a paz e todos os povos aspiram à felicidade. Por outro lado, 15 anos de pesquisas permitiram acumular considerável soma de conhecimentos. É chegado, pois, o momento de levar adiante a utilização pacífica da energia nuclear, calcada nesses aspectos benéficos e construtivos.”

Sr. Presidente, esse mesmo Secretário-Geral da UNESCO diz em seguida:

“Abre esta conferência uma nova era. Todos os povos do mundo vão ter acesso ao conhecimento dos materiais atômicos e da aplicação prática da energia nuclear. Tal conhecimento e hoje tão importante para o grande público, quanto fora outora e a utilização do carvão e do vapor. A nova forma de energia será largamente empregada, muito antes de poderem vir à luz os manuais escolares e de se tornarem adultos os seus jovens leitores.”

Sr. Presidente, essa alvorada, essas novas horizontes que se desortinam para o aproveitamento da energia nuclear dentro das necessidades primárias do homem no caminho do bem e dentro do seu sentimento de maldade no caminho do mal; essa alvorada que a todos os povos foi alorada como um despertar, que a todos advertiu com um sinal e que a todos comoveu como a marca de um perigo eminente, não conseguiu sensibilizar as autoridades brasileiras nem se transformou numa busca, numa esperança e numa novidade capaz de sentir que, donos de uma das maiores nações do mundo, tínhamos e temos a necessidade de nos preparar para as eventualidades do futuro. São sombrias as perspectivas brasileiras em torno desse problema. Se não vejamos:

Panorama do Setor Mineral brasileiro do Ministério de Minas e Energia. Boletim de outubro de 1966. Página 48. Minerais nucleares: urânio e tório.

“Não foram ainda localizadas em território nacional jazidas de urânio exploráveis economicamente, isto é, capazes de proporcionar a obtenção de urânio em torno do preço de 20 dólares. Existe em curso, a cargo da Comissão Nacional de Energia Nuclear, vasto programa de prospecção que na busca e no estudo das jazidas se estenderá progressivamente pelos oito e meio milhões de quilômetros quadrados do território nacional, embora até o momento apenas 3% desta área se ache prospectada. No referido trabalho, a Comissão Nacional de Energia Nuclear já localizou algumas áreas promissoras no Nordeste e em Minas Gerais.”

“De acordo com os trabalhos da Comissão de Energia Nuclear, as reservas brasileiras de tório são representadas por alguns depósitos continentais e pelos bancos de areia monástica da faixa costeira. A quantidade total dessas reservas segundo estimativas, deve elevar-se a 300.000 toneladas de tório, representando cerca de 30% das reservas mundiais. Assim, salvo a descoberta de jazidas econômicas de urânio ou o apelo à importação, o tório deve constituir a base de suprimento de reagente nuclear em qualquer instalação atômica elétrica que for construída no Brasil.”

“O futuro, porém, poderá ser muito promissor, pois as reservas já conhecidas de tório suportariam, durante muitos decênios, o funcionamento de usinas atômicas, totalizando capacidade várias vezes superior a todo o potencial hidráulico do País.”

Das areias monásticas do Espírito Santo, desses bancos de areia que se

estendem pelo litoral brasileiro, pelo Espírito Santo, norte e sul da Bahia e pelo norte do Estado do Rio de Janeiro, pouco se sabe, Sr. Presidente. E dessas jazidas continentais existentes por aqui, em Poços de Caldas, também pouca coisa se diz. Diz-se aqui, apenas, que ainda não foram localizadas no território nacional jazidas de urânio exploráveis economicamente.

Mas, Sr. Presidente, no jornal “O Globo”, do dia 27 de junho de 1963, há a seguinte nota:

“Uma equipe de geólogos do Departamento Científico, da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal de Minas Gerais, acaba de localizar, na Serra da Moeda, uma jazida de autuníta (fosfato de urânio), com teor de 10%, e que lhe assegura lugar privilegiado entre as reservas mundiais desse mineral atômico. O veio foi descoberto pelo cientista Djalmir Guimarães, Othel Lobato, Edson Vaz de Melo e José Israel Vargas, no interior de um novo túnel que a Estrada do Ferro Central do Brasil está abrindo na serra, para facilitar as ligações ferroviárias entre esta capital e a Guanabara. Ficou comprovado ser a autuníta o mineral existente na Serra da Moeda. A autuníta é uma pedra verde esverdeada. O veio foi explorado numa extensão de 600 metros e a sua reserva parece ser muito grande. O processo de obtenção do urânio puro, através da autuníta, consiste numa simples lavagem do minério e, por esse motivo, será muito fácil a exploração da jazida.”

Diz o jornal “Correio da Manhã”, de 5 de junho de 1966:

“O Professor de Física da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal de Minas Gerais, Sr. José Israel Vargas, disse ontem que a jazida de autuníta descoberta no Município de Moeda poderá ser considerada a maior reserva de urânio do mundo. Segundo os estudos da equipe de Geologia, da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal de Minas Gerais, que esteve no local, a autuníta — mineral com 10% de urânio — é um dos mais econômicos para a obtenção do urânio puro.”

“A autuníta de Moeda — distante 63 quilômetros de Belo Horizonte — já foi examinada e encontrada numa extensão de 200 metros e mais de 10 lâminas do mineral já foram recolhidas e preparadas pela equipe de mineralogistas. Até agora, no Brasil, maior jazida de urânio é a de Caudazila, em Araxá, que apresenta 4% de óxido de urânio.”

Sr. Presidente, há mais. Diz o jornal “Correio da Manhã” do dia 11 de agosto de 1967:

“Segundo um informe chegado do Governo de Minas, a Comissão Nacional de Energia Nuclear acaba de descobrir em território mineiro a primeira jazida brasileira de minério de urânio de alto teor. A ocorrência foi constatada em Poços de Caldas, no local denominado Campo de Agostinho onde a CNEN realizou 26 furos de sondagem em diferentes níveis, acabando por descobrir a jazida ligada a uma brecha tectônica com dois metros em média de espessura e extensão medida na superfície de 300 metros. O terreno — sedimentar — é de tratamento extremamente fácil, portanto de alto rendimento econômico, e o teor químico do minério dos mais elevados: de 2 a 4% de urânio. A solubilidade em ataque ácido quente é de 80%. A

CNEN prossegue nas pesquisas, pois pretende levar a notícia ao Presidente Costa e Silva com dados exatos e irrefutáveis."

Não proceda, portanto, Sr. Presidente, a nota do Ministério de Minas e Energia, de outubro de 1946, dizendo que não foram ainda descobertas em território nacional jazidas de urânio exploráveis economicamente.

Trouxemos ao conhecimento desta Casa — e o jornal "Última Hora" deu cobertura muito ampla à descoberta — a existência de urânio, desde 1948, na Serra do Boi, na Fazenda do Guandu, no Espírito Santo; e o geólogo de nome Robert Hoffman, acentuou enfaticamente que a percentagem de urânio encontrada no minério era de cerca de 11%, enquanto o urânio arrancado do minério das minas do Congo, pelos americanos, variava entre 1 a 2%.

Sr. Presidente, trouxemos anotações mais claras para registrar nossa fúria nos Anais desta Câmara, desta sombria e deserta Câmara, desta vigilante Câmara dos Deputados do Brasil, desta alta representação do povo brasileiro. E, no momento em que o Poder Executivo concentra a sua força, a sua vigilância, a sua atividade para cercar mais e mais as liberdades da Nação, os Srs. Deputados abandonam o plenário, desertam das suas obrigações e esquecem de que a defesa da liberdade está nesta Casa, e que esta Casa vazia é muito mais perigosa para o Brasil do que todos os Generais do Exército, que ainda a respeitam, que ainda a consideram e que, mal ou bem, ainda a ela votam alguma consideração e atenção.

Nos Anais desta Casa desejamos registrar os acontecimentos que vêm enchendo de esperança e de temor o povo do meu Estado, Estado que viu o Sr. John Gordon, norte-americano, que aqui tinha todas as franquias chegar ao Brasil com seu navio, de bandeira norte-americana, sempre carregado de encomendas diversas, esvaziar o barco e carregá-lo, como lastro, com a areia amarela de Guarapari, levando-a aparentemente apenas para segurança da sua viagem. O fato causava estranheza ao povo, aos praiheiros, que não tinham nenhum conhecimento do valor daquela areia. Mas as autoridades públicas à Capitania dos Portos, ao Prefeito da cidade, ao Delegado de Polícia, ao Presidente da Câmara, nunca foi chamada a atenção, nunca foi lembrado que aquele estrangeiro, carregando seu barco de areia amarela, estava carregando para sua Nação uma das maiores riquezas do povo brasileiro.

Sr. Presidente, naqueles dias seria talvez aceitável que assim se procedesse. Mas não é outro o comportamento do Governo nem das autoridades nos dias que correm. Vejamos:

"Parecer técnico do geólogo norte-americano Robert D. Hoffman, Diretor das Minas de Urânio de Pittsbrand, no Alaska, comprovou em 1948 a existência da mais rica jazida de urânio do mundo no Estado do Espírito Santo.

Em manobra realizada por estrangeiros, a jazida de Serra do Boi pertence, atualmente, a Jacqueline Louise Marie Ferry de Champeaux e Ernest Pierre Conteloube, conforme escritura lavrada no Cartório do 1º Ofício do Município de Afonso Cláudio, em 15 de janeiro de 1949 e registrada sob o número 8.232 no livro 3-E.

Teor de Aproveitamento

O geólogo Robert D. Hoffman, considerado um dos maiores conhecedores de minérios do mundo, pesquisou durante 10 dias a jazida de Serra do Boi, situada numa área de 113.394 metros quadrados, e constatou a exis-

tência de urânio com o maior teor de aproveitamento, um índice de 11%, enquanto as jazidas exploradas pelo governo norte-americano no Congo — na mesma época, em 1948 — apresentavam aproveitamento de apenas 1,5%.

Arquimedes conta história

O Sr. Arquimedes Vivacqua, ex-vice-governador do Espírito Santo e irmão do falecido Senador Atilio Vivacqua, disse que em 1946 pesquisava o solo capixaba juntamente os Srs. Ivo Felisberto de Souza e Tenório Rosa, com os quais adquiriu pequenas jazidas de policaxita. Nesse mesmo ano, indicaram-lhes a Serra do Boi, no Município de Afonso Cláudio, para onde viajaram os três imediatamente. Constatando a existência de urânio requereram a jazida para exploração.

Conta o Sr. Arquimedes Vivacqua que durante os trabalhos preliminares eram constantemente assediados por americanos residentes no Rio de Janeiro, os quais desejavam, a qualquer preço, adquirir a concessão da jazida.

Posteriormente, por determinação do Conselho de Segurança Nacional, foi cancelada a concessão, ficando proibida, a partir daquela data, a exploração de qualquer jazida de minério que contivesse partículas radioativas.

Em vista da impossibilidade de continuar os trabalhos de exploração da jazida de Serra do Boi, algum tempo depois os concessionários aceitaram participar de uma expedição comandada por americanos, tendo à frente o geólogo Robert D. Hoffman.

O Sr. Feu Rosa — Nobre Deputado Mário Gurgel, estamos ouvindo com toda atenção, e eu, representando do Espírito Santo, como V. Ex., com satisfação e orgulho, esse seu pronunciamento. Lembro-me muito bem de que eu era pequeno, como disse o grande Casemiro de Abreu brincava na Praia de Guarapari e apreciava aqueles navios americanos, ingleses, parados ao largo daquelas areias miraculosas que curam reumatismo mas também servem para fazer a grandeza e o desenvolvimento econômico de qualquer povo. Os navios ficavam ali, uma, duas, três semanas, os barcos carregando areia para dentro dos navios. E nós, como basbaques indígenas do tempo de Cabral, perguntávamos o que era aquilo. Diziam que aquela areia monástica era apenas para fazer lastro do navio, que o navio estava vazio e, para evitar que ele balançasse, oscilasse, ao sabor das águas do oceano do poderoso Netuno, precisava daquela areia. E assim que se tem carregado tudo que temos de precioso. Esse pronunciamento patriótico de advertência de V. Ex. é necessário e oportuno para que estejamos com a consciência arregalada, como diria Machado de Assis, e, então, o nosso País pelo menos poupe o que já tem, do muito que já se levou.

O SR. MÁRIO GURGEL — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Deputado Antônio José Miguel Feu Rosa, da nova geração de políticos do Espírito Santo, constitui um orgulho para a sua terra...

O Sr. Feu Rosa — Obrigado a V. Ex.

O SR. MÁRIO GURGEL — ... é, sobretudo, um estímulo para as novas gerações de capixabas. (Muito bem.)

O Espírito Santo tem necessidade de meios com o ardor combativo e, principalmente, com o senso de responsabilidade do jovem Deputado Feu Rosa. Somos uma terra que, através da História, tem carregado para esta República, com o esforço dos seus filhos, com o trabalho dos seus homens

e com a energia das suas gerações, grandes mananciais de riquezas, que têm servido para engrandecer muitas inconseqüências e para amortecer muitas consciências.

Esta Nação se esqueceu do Espírito Santo. As autoridades públicas do Brasil relegaram o Espírito Santo a uma condição de esquecimento e de alheamento, talvez por interesses de outros Estados.

Mas nós, Sr. Presidente, temos na reserva da nova juventude, que ingressa na política, a certeza de que, enquanto houver um móço capaz de enfrentar as asperezas da vida pública, e, sobretudo de não intimidar-se diante dos altos e poderosos Conselhos desta Nação, que, às vezes, tem dominado e desgraçado também, estaremos presentes ao chamado e ao registro da História, porque nós demos a esta Nação e a esta República, em todos os setores da sua vida, em todos os escalões, o concurso do nosso trabalho, a afirmativa da nossa fé patriótica e, sobretudo, até o sacrifício de nossas vidas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, diz mais o comunicado:

A Expedição

O encontro dos americanos com os Srs. Vivacqua e Ivo Felisberto foi realizado no mês de julho de 1948 na estação da Leopoldina, no Rio de Janeiro, não sabendo o Sr. Vivacqua precisar o dia exato do encontro. Os concessionários descobriram, já nesse primeiro encontro que, tanto o geólogo Robert Hoffman quanto seus auxiliares, vinham ao Brasil pela primeira vez, e justamente com a missão específica de pesquisarem as jazidas de Serra do Boi. Acompanhava a equipe americana uma francesa, de nome Jacqueline, que aparentava, na época, uns 30 anos de idade, que foi apresentada como secretária.

A Surpresa

Os Srs. Arquimedes Vivacqua e Ivo Felisberto ficaram surpresos, logo nos primeiros contatos, quando o geólogo Hoffman apresentou um detalhado mapa da região a ser visitada. O mapa indicava nomes dos proprietários de terras próximas à jazida, contendo ainda o nome do guia indicado a conduzir a expedição de Venda Nova (distrito do Município de Castelo e última parada de automóvel) até a Serra do Boi.

O grupo saltou em Cachoeira de Itapemirim e fez o percurso até Venda Nova em automóvel. De Venda Nova, o guia Atilio Modesto conduziu a expedição à Serra do Boi, percurso que levaram 5 horas para cobrir.

Iniciados os trabalhos de pesquisa da região, a surpresa agora foi do geólogo Hoffman, ao encontrar urânio com 11% de aproveitamento. Hoffman classificou o urânio que acabara de pesquisar como o mais rico do mundo, assinalando que no Congo, onde os americanos exploravam jazidas do mesmo minério, não obtinham aproveitamento além de 1,5%.

Entre a chegada, a localização da matriz e medição da área, a permanência do geólogo americano e sua equipe na Serra do Boi durou dez dias, após os quais seguiram viagem de retorno aos Estados Unidos.

A Compra A francesa Jacqueline que, acompanhara o grupo de Hoffman como secretária, reapareceu tempos depois na cidade de Afonso Cláudio, onde passou a residir juntamente com Ernest Pierre Conteloube.

Demonstrando estar interessada em adquirir uma propriedade agrícola, Jacqueline teve várias ofertas de áreas de terra. A francesa, porém, fixou-se unicamente na área da Serra do Boi, onde ela sabia estar localizada a jazida de urânio. Seu desejo foi concretizado em 1948, quando fez um contrato bilateral com os ex-proprietários de permanecer explorando a terra, sem, contudo, mexer na lavra

aberta durante a visita do geólogo Hoffman. O contrato firmado permaneceu inalterado até hoje.

A presença do Exército

Em 15 de janeiro de 1949 foi lavrada a escritura no Cartório do 1º Ofício de Afonso Cláudio. Posteriormente, Jacqueline e seu acompanhante Pierre passaram a receber visitas constantes de estrangeiros, todos profundamente interessados na área negociada. A presença dos dois e seus visitantes na jazida e a saída de minério passou a ser assunto dominante no Município, até que um semanário de Vitória fez a denúncia da existência de urânio naquela região e de sua evasão. Segundo consta, a denúncia do semanário levou à Serra do Boi alguns oficiais do Exército, os quais, entretanto, não se demoraram no local. A posse da área de terra por estrangeiros ficou no esquecimento e nem se teve notícia de qualquer providência tomada por parte das autoridades que deram aqueles militares credenciais para o exame do caso.

Desaparecimento

Lavrada a escritura, Jacqueline Louise Marie Ferry de Champeaux e Ernest Pierre Conteloube, que figuram como proprietários, proibiram a visita e a presença de quaisquer pessoas vizinhas de sua área de terra. Logo depois, o casal foi rareando suas visitas à propriedade, de onde desapareceu definitivamente, sem que ninguém tivesse tido qualquer notícia dos dois em qualquer época.

Conta-se na Serra do Boi que ultimamente um estrangeiro não identificado visita todos os meses a propriedade dos franceses, onde aparece sempre em carros diferentes. Esse estrangeiro diz-se dono das terras, conversa com colonos vizinhos, sem jamais se identificar, e leva sempre amostras de urânio. Nomeou seu vizinho um proprietário rural chamado Hélio Tozzi, vizinho da propriedade, ao qual deu ordens de impedir a entrada no terreno de qualquer estrangeiro. Pela descrição dos residentes na Fazenda do Guandu, supõe-se que esse estrangeiro residia em Cachoeira de Itapemirim, onde existe um grande número de norte-americanos ligados à Atuação Para o Progresso e ao corpo de Voluntários da Paz."

Senhor Presidente, deveria ser, por certo, obrigação de um representante do Espírito Santo trazer esses fatos ao conhecimento da Câmara e, através dela, às autoridades públicas do País principalmente as do campo específico da defesa nacional, essa defesa nacional que se arma contra operários, essa defesa nacional que se arma contra mulheres, essa defesa nacional que se levanta contra artistas de cinema e de rádio, contra estudantes, mas que nem se inflama, nem se comove, diante do patrimônio imenso deste País que é propriedade das gerações que vêm não dos donos eventuais desta Nação; não se comove diante da espoliação, diante do saque, diante sobretudo do sacrifício dos milhões de homens que aqui morreram para defender esse patrimônio que nos entregaram livre e íntegro que nos doaram uma nação ativa e respeitada que nos foi legada, através de grandes sacrifícios, nação da qual nos orgulhamos e nos devíamos orgulhar muito mais. Essa defesa nacional parece não estar interessada na defesa desse patrimônio, que é sobretudo das gerações futuras, porque os homens da atualidade, efêmeros donos desse patrimônio que não constituíram, e não sofreram ainda sequer o teste do sacrifício para defendê-lo não tinham o direito de olhar tão levemente, tão superficialmente problemas de tão alta grandeza e responsabilidade como este da guarda dos minerais atômicos nesta Nação.

O Sr. Vital do Rêgo — Escuto com grande alegria o patriótico discurso

que V. Ex.^a há proferido nesta tarde. Tenho a adiantar a V. Ex.^a, nobre Deputado Mário Gurgel, que o que ocorre no seu grande Estado e faz com que traga seu protesto e indignação dessa tribuna, que o que inspira clamor do povo capixaba, não é outra coisa senão aquilo que ocorre também com o povo da Amazônia ameaçado da mesma forma por "alta" por descaso ou pelo menos o que seria crime muito maior, por omissão das autoridades responsáveis desta República. Isto se acontece no setor dos minerais atômicos, na preservação e defesa do nosso subsolo, ocorre também lá no Nordeste, com relação ao abandono daquelas populações famélicas inteiramente entregues a sua própria sorte, como ocorre aqui no âmbito da nacionalidade, no que respeita a cultura, com a completa omissão do Governo se entregando por inteiro. E o digo sem respeito a barreiras partidárias, porque são muito menores obstáculos do que nossa consciência patriótica e nacional. Senhor Deputado, o que se verifica no setor da cultura não é outra coisa senão a alienação da universidade brasileira para na deficiência da formação de técnicos nossos, termos de recorrer à importação de técnicos de além das fronteiras, exatamente para defender aquilo que diz respeito aos interesses dos que vêm, e que redundará em detrimento do futuro da nossa Pátria. (Palmas.)

O SR. MARIO GURGEL — Agradeço ao ilustre representante da Paraíba seu aparte. Sr. Presidente, temos na nossa História gestos altivos de sacrifícios e desprendimentos, de brasileiros que selaram com a marca do seu sangue e com a marca do seu destemor, as normas e as diretrizes para orientação das gerações que viriam. Quando vemos a forma como se comportam o Governo, as autoridades brasileiras, neste jogo de contradições; neste jogo de tem urânio e não tem urânio, "a existência no Brasil, de importantes depósitos de minérios de urânio e de tório, abertos, com efeito, imensas possibilidades capazes de permitir, pela utilização da energia atômica, a solução das dificuldades que acabamos de analisar", diz o General Bernardino Correia de Matos Neto, na Conferência de Genebra.

Mas, um outro general é Presidente desta República, outros generais dirigem esta República.

Diz o "Correio da Manhã":

"Enquanto o Presidente da República reafirma em todos os seus discursos a determinação do seu Governo de ingressar o Brasil na era nuclear, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, órgão que detém sob seu controle a pesquisa atômica no Brasil, não conseguiu, até hoje, receber um só cruzado da dotação irrisória de NCr\$ 9.068,00 que lhe consigna o orçamento de 1968. O Ministério do Planejamento corta as verbas da Comissão e o da Fazenda não libera o que resta."

E' isto Sr. Presidente: esse jogo de contradições, de incoerências, essa falsa suposição, que se atribui à Nação, de se estar lutando contra o comunismo, que estaria disseminado entre o povo é esse falso patriotismo de um Governo de improvisações que leva a Nação ao desequilíbrio e, sobretudo, ao acodamento, sem saber quem é subversivo, sem saber quem é traidor, sem saber quem é patriota sem saber quem ama e quem detesta esta Nação. E, sobretudo, por esta insensibilidade, por esta falta de garantias efetivas de respeito aos sentimentos de cada indivíduo, que estamos nesta tribuna para registrar com o nosso protesto, esta prova de alheamento do Governo Federal aos interesses do Espírito Santo.

Carregaram toda a areia monástica do Espírito Santo para os Estados Unidos da América do Norte, estão deixando que o urânio sala, em forma de amostras, para o mesmo destino. Tiraram todo o café que havia no Espírito Santo e o Governo não tem uma solução válida a apontar para a minha terra.

Senhor Presidente, terminando, desejo lembrar à Casa em termos de energia nuclear, o que dizia ainda o Diretor-Geral da UNESCO, Luther H. Evans:

"Encarregada de consolidar a paz, através da cooperação internacional do domínio da educação e da ciência, a UNESCO sente-se feliz em publicar este trabalho — um trabalho sobre energia nuclear consagrado a uma grande descoberta que permitirá, sem dúvida alguma, em futuro próximo, elevar o nível de vida de toda a humanidade."

Essa elevação do nível de vida, Senhor Presidente, somente não alcançará o Brasil se não houver uma reação patriótica, máscula, cívica, que leve o Governo do Brasil a considerar as suas verdadeiras responsabilidades frente ao futuro que aguarda esta grande e ameaçada Nação do Continente Sul-Americano. (Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE:

A segunda parte do Grande Expediente de hoje destina-se a homenagear à memória do insigne brasileiro Maximiliano de Figueiredo.

Tem a palavra o nobre Deputado Vital do Rego, autor da proposição.

O SR. VITAL DO REGO:

Senhor Presidente, Srs. Deputados, esta Casa, na data de hoje, no cumprimento de um dever a que não podia faltar, reverência a memória de um vulto que, pela sua vida merece daqueles prêmios que são os maiores galardões que um homem pode conquistar. Não é outro senão o de ter tido a grandeza imensa de poder afrontar os olhos da posteridade.

Refiro-me ao Senador João Maximiliano de Figueiredo nascido no Estado da Paraíba, mais precisamente, na velha Capital Paraíba hoje a cidade de João Pessoa, no dia 21 de fevereiro de 1888.

Pode parecer, Sr. Presidente, que a Câmara em hoje prestando esta homenagem ao Sr. Maximiliano de Figueiredo, já o faça extemporaneamente — o seu centenário transcorreu em fevereiro passado. Mas, de qualquer modo, não seria o rigor e exatidão da data motivo para evitar o grato ensejo deste tributo prestado a quem tanto ilustrou a Câmara dos Deputados, e foi precisamente nesta Casa, no exercício da função de legislador que Maximiliano de Figueiredo pôde revelar aqueles dotes extraordinários que ornamentavam sua personalidade e que lhe deram lugar de relevo entre os nossos maiores — e por que não dizer? — entre os cultores mais distinguidos do Direito em toda a nacionalidade.

Filho de pais paupérrimos Maximiliano de Figueiredo fez todos os seus estudos gratuitamente, custeados no início, graças à ação do Conde de Abaí, então Governador da Província. Concluiu os preparatórios no Liceu Paraibano em 1881 e, logo no ano seguinte, ingressava na Faculdade de Direito do Recife, onde se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1887, depois de um curso dos mais brilhantes. E a história da velha Escola do Recife registra a passagem de Maximiliano de Figueiredo como um dos seus mais distinguidos estudantes, como dos mais destacados de quantos projetaram a vida universitária pernambucana à sua época.

Em 1888, de volta à terra, é nomeado Secretário da Presidência da Província da Paraíba e, em 1889, exerce o cargo de Promotor Público da Capital.

Poeta, homem de letras, um humanista assim nascido e por formação, Maximiliano de Figueiredo precisava, sem dúvida, de um campo mais vasto, de horizontes mais amplos, de um círculo de dimensões que, se não fossem as mesmas do seu fulgurante espírito, pelo menos oferecessem na mensuração material das coisas da terra a oportunidade para que um vulto daquela grandeza ocupasse aquele espaço. E foi por isto que a seguir emigrou, deixando a Província. Partiu para o Rio de Janeiro, na expectativa de melhor desenvolver os dotes excepcionais que lhe adornavam o exemplar espírito.

Assim, no Rio, deixando a Promotoria da Capital Paraibana, é nomeado Promotor Público da cidade de Santo Antônio de Pádua. Em 1891, é nomeado Curador-Geral dos Resíduos do Distrito Federal.

Advogado, muito moço, entre 38 e 45 anos, foi — a história do Foro do antigo Distrito Federal assim o registra — dos mais atuantes e brilhantes, dos mais lúcidos e dos mais perspicazes de quantos ali militaram com tanto realce.

Dedicou-se inteiramente à vida profissional. Mas a dimensão de sua inteligência não comportava fronteiras, nem limitações. Assim também exerceu a atividade industrial, tendo sido diretor do Banco do Estado do Rio de Janeiro e, igualmente, dirigido a Companhia de Armazéns Gerais daquele mesmo Estado.

Jornalista, por 6 anos, secretariou e dirigiu o jornal "O Palz". E' que Maximiliano de Figueiredo, além de poeta, além de advogado, além de parlamentar — homem profundamente ligado às coisas do espírito — teve a sua formação completada no batente da imprensa para, através da sua esplendorosa pena, dar maior vazão aos sentimentos brotados do seu íntimo, irreferivelmente.

O Sr. Monsenhor Vieira — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. VITAL DO REGO — Com muita satisfação, ouço o aparte do nobre Deputado Monsenhor Vieira.

O Sr. Monsenhor Vieira — Nobre Deputado Vital do Rego, alegre-me por demais a homenagem que V. Ex.^a está prestando, em nome da Casa, a um homem simples, e, por este motivo, merece todos os encômios nesta circunstância em que celebramos a passagem do primeiro centenário do seu nascimento. Digo homem simples porque o seu berço foi obscuro, já que nascido de pais pobres. Mas a sua vida foi iluminada, pois constantemente estava dentro da auréola de luz projetada pela sua inteligência — cultor das letras e, mais ainda, executor da arte. Por isto a sua vida, neste instante celebrada recordando-se, é um estímulo aos que mourem, aos que trabalham neste vale de lágrimas, aos pobres, que muitas vezes se desestimulam, porque não são premiados com a fortuna, mas que, dotados de inteligência poderão crescer, poderão sublimar-se e tornar-se modelos dos outros. A vida do homem que V. Ex.^a homenageia é justamente um convite a esse trabalho. O poeta deu vida à sua inteligência enriquecendo os que privavam de sua convivência, não somente com os primores da arte, mas com a fecundidade da imagem. E assim, na antologia nacional, vamos encontrar um desses belos quadros de sua vida, em que limitou os horizontes de sua existência e determinou o apogeu de sua vontade: "E eu acaso morrer na flor dos anos, / o que é triste e maldita desventura, / não me enterrem com flores nem cantigas, / pois o que há de mais sério é a sepultura. Desejo repousar, triste isolado, por sombra

tendo os braços de uma cruz! / Por traze uma mortalha, e por cantigas, ouvir o doce nome de Jesus!"

Que resumo de arte, que expressão de vontade e que manifestação de inteligência, nós encontramos nisto que nós poderíamos dizer, o perfil da sua vida. Por isto, nobre Deputado, comoveram-me as expressões de V. Ex.^a, e, comovido, vim até esta tribuna trazer o pequeno contingente da minha homenagem, a pequena expressão da minha vontade de dizer tudo que queria, mas deixar de dizer tudo o que quero porque, se a inteligência me limita, faltam-me as palavras para traçar a moldura desta vida que tem apenas por limite o cenário nacional.

O SR. VITAL DO REGO — V. Ex.^a, nobre Deputado Monsenhor Vieira, enriquece com a fulgurante luz da sua inteligência o modesto pronunciamento que me honro de fazer, homenageando, em nome da Câmara dos Deputados, a memória de Maximiliano de Figueiredo.

Mas, sabe V. Ex.^a, Monsenhor Vieira, a quanto remontam os versos que V. Ex.^a trouxe ao conhecimento desta Casa? São versos do poeta ainda menino, são quadrinhas feitas na primeira infância de Maximiliano de Figueiredo. Ele ainda não era sequer um adolescente. Era precisamente um menino de cerca de 10 anos de idade quando, elaborou, pela inspiração do seu raro espírito, as quadras que o Monsenhor Manoel Vieira acaba de trazer ao conhecimento deste plenário. Foi um poeta riquíssimo de inspiração e de produção artística. Tinha ele o segredo da boa sátira e era perfeito na formulação dos seus versos inspirado sempre e cada vez mais. Um perfeito arquiteto do pensamento! E de sua autoria a letra do Hino do Centenário da Revolução de 1817, musicado pelo seu filho, Dr. Rubens Maximiliano.

Maximiliano de Figueiredo morreu como pensava, quando produziu aquelas quadrinhas a que se reporta o nobre Deputado Monsenhor Manoel Vieira. Morreu muito jovem, porque não chegou a viver mais de meio século. Morreu o Sr. Deputado Federal, Morreu Senador da República. Morreu o poeta. Morreu o jornalista. Morreu o advogado. Morreu o político. Morreu, sobretudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados o humanista.

Eleito Deputado Federal em 1912, na 8ª Legislatura da República Velha, foi reeleito à 9ª Legislatura para o período de 1915 a 1917.

Nesta Casa do povo, Sr. Presidente, talvez muitos dos Srs. Deputados até o desconheciam. Maximiliano de Figueiredo, na Comissão de Constituição e Justiça, foi daqueles privilegiados que, por ali passando, tiveram a fortuna de deixar seu rastro marcante como itinerário a ser seguido pelos seus pósteros. Naquela Comissão deu expansão à sua alma de cultor do Direito, à sua vocação e à sua formação de extraordinário jurista. Pêz parte integrante de várias Comissões Especiais encarregadas da elaboração de quase todos os Códigos que ainda hoje têm vigência, à exceção apenas do Código Comercial, porque este viveu antes da vida de Maximiliano de Figueiredo — data de 1850 — mas participou da elaboração do Código Civil e teve... (A sessão é suspensa por falta de energia.)

Prossigo, Sr. Presidente, depois de uma interrupção, por falta de luz. Não era possível que a luz não se fizesse assim de pronto, quando trazemos ao conhecimento desta Casa uma imagem de tanto resplendor, de tanto fulgor, de quem em vida tantas luzes espargiu pelo Parlamento brasileiro. E memória de Maximiliano de Figueiredo é, por si só, uma luz inapagável. Mas, Sr. Presidente, precisamente na elaboração do Código Civil, teve o ilustre homenageado a importância

na missão de cuidar da parte final do "Código, o direito das sucessões", aquele mesmo direito que ainda hoje adotamos e que somente a evolução do desenvolvimento socio-jurídico, adequando devidamente a evolução natural do homem e do direito, se reformulará.

Paralelo, ainda, da elaboração do Código de Contabilidade do Código Penal Militar, do Código Florestal, do Código de Águas, tendo feito parte da Comissão Especial para a reforma da Lei das Sociedades Anônimas e dos Títulos ao Portador.

Na lavra de Maximiliano de Figueiredo, Srs. Deputados, o projeto originário do Lei de Acidentes do Trabalho, aliás — ressalte-se — a primeira tentativa de elaboração de lei desta espécie em toda a América Latina. Com estas homenagens prestadas, ao ensejo do centenário do seu nascimento, à memória daquele grande vulto paraibano, a Câmara agora traz como fez o Senado, na parva do eminente Senador Ruy Carneiro na data exata do seu aniversário, o respeito de um compromisso, o cumprimento de uma dívida que a Casa do Parlamento Nacional não podia, de modo algum, deixar de saldar.

Isto porque, Sr. Presidente, estamos fazendo História e projetando para o futuro a justiça de nossa História. Maximiliano de Figueiredo, filho da Paraíba, honrou, na sua vida, na sua curta vida todos os conhecimentos que lhe foram atribuídos. Vida digna e fielmente exercida.

Como advogado, foi dos mais brilhantes; como poeta, dos mais inspirados; como parlamentar, dos mais completos; como homem, dos mais autênticos. É a figura exemplar de Maximiliano de Figueiredo, a quem neste instante trazemos as homenagens da Paraíba, no sentimento cívico, para se somarem às homenagens que toda a Nação brasileira tributa àquele que foi grande demais para pertencer apenas ao seu pequeno Estado-bêrce.

Maximiliano de Figueiredo ganhou a amplitude e a dimensão de uma figura cuja excelsa memória, por justiça, o Brasil reverenciara sempre. (O orador é abraçado.)

Durante o discurso do Sr. Vital do Rêgo o Sr. Ary Alcântara 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Henrique de La Rocque, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE:

(Henrique de La Rocque) — A Mesa associa-se à homenagem que a Casa acaba de prestar à memória de Maximiliano de Figueiredo, por ocasião do seu centenário de nascimento.

O intelectual e jurista teve a sua obra apreciada pelo nobre Deputado Vital do Rêgo, que, com o colorido de sua inteligência, tão bem se destinou a essa missão.

O SR. PRESIDENTE:

Está findo o tempo destinado ao Expediente.

Vai-se passar à Ordem do Dia.

COMPARECEM MAIS OS SRS.:

Acre:

Maria-Lúcia Araújo — MDB
Nasser Almeida — ARENA

Amazonas:

José Lindoso — ARENA
Raymundo Parente — ARENA

Pará:

Gabriel Hermes — ARENA
Gilberto Azevedo — ARENA
Dêllo Gueiros — MDB
Martins Júnior — ARENA

Maranhão:

Américo de Souza — ARENA
Cid Carvalho — MDB

Emílio Murad — ARENA
José Burnett — MDB
José Marão Filho — ARENA
Pires Saboi a — ARENA

Paraná:

Chagas Rodrigues — MDB
Fausto Gayoso — ARENA
Heitor Cavalcanti — ARENA
Milton Brandão — ARENA
Paulo Ferraz — ARENA

Ceará:

Dias Macêdo — ARENA
Ernesto Valente — ARENA
Figueiredo Corrêa — MDB
Fábio Marcellio — ARENA
Humberto Bezerra — ARENA
Josias Gomes — ARENA
Ossian Araripe — ARENA
Paes de Andrade — MDB
Régis Barroso — ARENA

Rio Grande do Norte:

Aluizio Bezerra — ARENA
Grimaldi Ribeiro — ARENA
Jessé Freire — ARENA
Vingt Rosado — ARENA

Paraíba:

Ernani Satyro — ARENA
Flaviano Ribeiro — ARENA
Humberto Lucena — MDB
Jandulhy Carneiro — MDB
Petrônio Figueiredo — MDB
Teotônio Neto — ARENA

Pernambuco:

Arruda Câmara — ARENA
Aurino Valois — ARENA
Cid Sampaio — ARENA
João Roma — ARENA
Josias Leite — ARENA
Magalhães Melo — ARENA (SE)
Paulo Maciel — ARENA
Tabosa de Almeida — ARENA
Tales Ramalho — MDB

Alagoas:

Cleto Marques — MDB
Luz Cavalcante — ARENA
Oceano Carleial — ARENA
Pereira Lúcio — ARENA

Sergipe:

Arnaldo Garcez — ARENA
Augusto Franco — ARENA
Luis Garcia — ARENA
José-Carlos Teixeira — MDB
Passos Póto — ARENA

Bahia:

Alves Macedo — ARENA
Cícero Dantas ARENA (SE)
Edgard Pereira — MDB
Hanequim Dantas — ARENA
João Alves — ARENA
Josephat Azevedo — ARENA (SE)
José Penedo — ARENA
Luis Athayde — ARENA
Luna Freire — ARENA (P)
Manso Cabral — ARENA
Ney Ferreira — MDB
Nonato Marques — ARENA (SE)
Odulfo Domingues — ARENA
Oscar Cardoso — ARENA
Rubem Nogueira — ARENA
Theodilo de Albuquerque — ARENA

Tourinho Dantas — ARENA
Wilson Falcão — ARENA

Espírito Santo:

Dirceu Cardoso — MDB
Feu Rosa — ARENA
Floriano Rubin — ARENA
João Calmon — ARENA
Osvaldo Zanelli — ARENA
Raymundo de Andrade — ARENA

Rio de Janeiro

Adolpho de Oliveira — MDB
Affonso Celso — MDB
Dayl de Almeida — ARENA
Getúlio Moura — MDB
Glênio Martins — MDB
José-Maria Ribeiro — MDB
Julia Steinbruch — MDB
Mário de Abreu — ARENA
Miguel Couto — ARENA

Raymundo Padilha — ARENA
Rockefeller Lima — ARENA

Guanabara:

Amaral Neto — MDB
Arnaldo Nogueira — ARENA
(UNESCO)
Cardoso de Menezes — ARENA
Chagas Freitas — MDB
Hermano Alves — MDB
Jamil Amiden — MDB
José Colagrossi — MDB
Mendes de Moraes — ARENA
Nelson Carneiro — MDB
Pedro Faria — MDB
Rubem Medina — MDB

Minas Gerais:

Aécio Cunha — ARENA
Austregesilo Mendonça — ARENA
Baptista Miranda — ARENA
Bias Fortes — ARENA
Elias Carmo — ARENA
Gilberto Almeida — ARENA
Guilherme Machado — ARENA
Guilhermino de Oliveira — ARENA
Israel Pinheiro Filho — ARENA
João Hercúlio — MDB
José-Maria Magalhães — MDB
Manoel Taveira — ARENA
Marcelo do Lago — ARENA (SE)
Mata Machado — MDB
Maurício de Andrade — ARENA
Muriilo Badaró — ARENA
Nisia Carone — MDB
Pedro Vidigal — ARENA
Pinheiro Chagas — ARENA
Renato Azeredo — MDB

São Paulo:

Adalberto Camargo — MDB
Amaral Furlan — MDB
Anacleto Campanella — MDB
Aniz Badra — ARENA
Antônio Feliciano — ARENA
Arnaldo Cerdura — ARENA
Baldacci Filho — MDB
Baptista Ramos — ARENA
Broca Filho — ARENA
Cândido Sampaio — ARENA
Cardoso de Almeida — ARENA
(SE)

Cardoso Alves — ARENA
Chaves Amarante — MDB
Dias Menezes — MDB
Edmundo Monteiro — ARENA
Emerenciano de Barros — MDB
Ferreira Egreja — ARENA
Francisco Amaral — MDB
Francisco Monteiro — MDB
Hamilton Prado — ARENA
Harry Normiston — ARENA
Hélio Navarro — MDB
Israel Novais — ARENA
Italo Fittipaldi — ARENA
Lauro Cruz — ARENA (SE)
Mário Covas — MDB
Maurício Goulart — MDB
Nicolau Tuma — ARENA
Padre Godinho — MDB
Pedroso Horta — MDB
Pereira Lopes — ARENA
Plínio Salgado — ARENA
Ruydalméida Barbosa — ARENA
Sussumu Hirata — ARENA
Yukishigue Tamura — ARENA

Goiás:

Ary Valadão — ARENA
Jales Machado — ARENA
José Freire — MDB
Lisboa Machado — ARENA
Rezende Monteiro — ARENA
Wilmar Guimarães — ARENA

Mato Grosso:

Garcia Neto — ARENA
Marcello Lima — ARENA

Paraná:

Alberto Costa — ARENA
Emílio Gomes — ARENA
Fernando Gama — MDB
Haroldo Leon-Peres — ARENA
João Paulino — ARENA
Jorge Cury — ARENA
Leo Neves — MDB
Lyrio Bertolli — ARENA
Maia Neto — ARENA
Renato Celidonio — MDB

Santa Catarina:

Aldemair Ghisi — ARENA
Albino Zeni — ARENA
Carmo Loyola — ARENA
Lenoir Vargas — ARENA
Ligia-Doutel de Andrade — MDB
Osmar Cunha — ARENA
Osni Regis — ARENA

Rio Grande do Sul:

Alberto Hoffmann — ARENA
Amaral de Sousa — ARENA
Antônio Bresolin — MDB
Arlindo Kunsler — ARENA
Arnaldo Prieto — ARENA
Euclides Triches — ARENA
Floriano Paixão — MDB
Mariano Beck — MDB
Unirio Machado — MDB

Amapá:

Janary Nunes — ARENA

VI — ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 318 Srs. Deputados.

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

O SR. TEMISTOCLES TELXEIRA

Requerimento de informações ao Ministério da Agricultura sobre a exclusão em massa de funcionários do enquadramento provisório.

O R. NAZIR MIGUEL:

Requerimento de informações ao Ministério dos Transportes sobre balanços das rodovias federais.

O SR. MILVERNES LIMA:

Requerimento de informações ao Prefeito do Distrito Federal sobre as despesas com os festejos carnavalescos em Brasília, bem como sobre a renda apurada.

O SR. DIAS MENEZES:

Requerimento de informações ao Ministério da Agricultura sobre o lamentável acidente ocorrido com o helicóptero do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

O R. OSEAS CARDOSO:

Requerimento de informações ao Ministério do Interior sobre o pagamento de diferença de vencimentos devida aos servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, lotados na Comissão de Obras do Estado de Alagoas, amparados pela Lei 4.069-62.

O SR. DAYL DE ALMEIDA:

Requerimento de informações ao Ministério do Interior sobre convênios celebrados entre o DNOS e o IBRA, para obras no Estado do Rio de Janeiro, especialmente no Município de Macaé.

O SR. ISRAEL PINHEIRO FILHO:

Projeto de lei que dispõe sobre a concessão de prorrogação de prazos, pelo Banco do Brasil S.A. e Banco do Nordeste S.A. a devedores do Estado de Minas Gerais.

O SR. ARNALDO NOGUEIRA:

Requerimento de informações ao Ministério da Aeronáutica sobre se a Diretoria de Aeronáutica Civil tem conhecimento de quatro sentenças da primeira Instância do Estado da Guanabara contra a União Federal, e faz outras indagações.

O SR. UNIRIO MACHADO:

Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. UNIRIO MACHADO:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, vivamente preocupado com o processo político brasileiro, estou, juntamente com outros colegas, empenhado na procura de uma nova abertura ou de uma nova saída para a problemática política brasileira.

Com esse objetivo, estive no Uruguai — de onde acabo de regressar — em visita aos amigos e companheiros exilados, ex-Presidente João Goulart, ex-Governador Leonel Brizola, ex-Ministro Amaury Silva, ex-colega de representação nesta Casa, Leiva Moreira, e diversos outros líderes do Governo deposto pelo golpe de 1º de abril, que representa uma verdadeira barreira ao processo revolucionário brasileiro. Encontrei-os saudosos da terra mas em posição de alívio no seu exílio, acompanhando com interesse o processo político e os problemas nacionais.

Fiz-lhe amplo relato, objetivo e franco, da realidade brasileira. Ouvi a opinião dos companheiros exilados e cheguei à conclusão da necessidade da abertura de um novo caminho, de uma nova saída, com base no sentimento, no patrimônio nacionalista e trabalhista, que os atos "titulacionais" e as medidas de força não lograram destruir. Atingiram a sigla mas a idéia subsiste, mais viva e palpitante do que nunca. Este Movimento, Frente ou Resistência, núcleo de radiação, elemento de polarização, congregarão das mais autênticas e sentidas aspirações populares, terá no MDB um instrumento institucional, uma arma necessária para a atuação política, pois, não obstante imposto pelo bipartidarismo do ato institucional e ainda o único instrumento institucional de que dispõem as oposições brasileiras. Será um movimento paralelo, convergente, até com outras posições, outros movimentos e outras frentes, mas autônomo, independente, com características próprias, visando a intensificar a luta contra a ditadura política e as formas de espoliação econômica do povo brasileiro. Será uma nova trincheira, com características próprias, construída na autenticidade das aspirações populares, com o propósito de reforçar a luta contra o governo de força e de reconquistar as franquias e as liberdades públicas e de restaurar o processo democrático movimento autônomo que terá, na primeira etapa, denominadores comuns com outros movimentos, objetivos, semelhantes: aos das frentes que se propõem lutar pelo mesmo propósito, mas que, desde logo, declara que não parará na sua caminhada histórica, devendo, ao contrário, prosseguir como semente, germe, fogo sagrado a nova organização partícipa.

A restauração democrática constitui uma etapa. Com as franquias e liberdades democráticas, teremos conquistado o instrumento necessário para uma ampla campanha de reformas de base, modificações estruturais que assegurem a emancipação e o desenvolvimento econômico do País e uma melhor participação do povo brasileiro nas rendas nacionais.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, entendo que, neste ano, devo ter um novo esquema político e, juntamente com outros companheiros que participam da mesma idéia, que desejam dedicar-se integralmente a esse objetivo, nesta oportunidade comunico à Casa que, por estas razões, declino de pleitear a minha reeleição na Comissão de Economia, porque desejo votar-me totalmente aos objetivos políticos deste movimento, nucleado no trabalhismo e no nacionalismo, que são os mais profundos sentimentos e as mais profundas aspirações populares. (Muito bem.)

O SR. JOÃO HERCULINO:

Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOÃO HERCULINO:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Minas Gerais foi abalada com uma tragédia que enlutou uma de suas famílias mais tradicionais, a de Chaffir Ferreira, grande industrial.

Não houve por certo, Sr. Presidente, nenhum minel-o que não comparitasse da dor do Sr. Chaffir Ferreira, que perdeu, num desastre aéreo, a sua senhora, duas filhas e seis netos.

Quero, Sr. Presidente, desta tribuna, não tanto como amigo de Chaffir Ferreira, mas como ser humano, apresentar, em nome da bancada de Minas Gerais, temos certeza que tanto da ARENA como do MDB — e por delegação do ilustre Deputado Raul Brunini, também da Guanabara — à família enlutada os nossos sentimentos, pedindo que a Mesa comunique a Chaffir Ferreira que tem contribuído, de maneira marcante, para o engrandecimento de Minas Gerais e do nosso País nas suas organizações industriais, o pesar profundo que estamos sentido neste instante. (O orador é abraçado).

Durante o discurso do Sr. João Hercolino, o Sr. Henrique de La Roque, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. José Bonifácio, Presidente.

O SR. AMÉRICO DE SOUZA:

Sr. Presidente peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AMÉRICO DE SOUZA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, em dias deste mês vimos, com satisfação, o destaque que mereceu o nosso País pela indicação, através da Argentina, do México e do Chile, do Ministro Tasso Dutra para Presidente do Conselho Interamericano Cultural, constituído de 22 países.

Esta deferência dada ao Ministro da Educação e Cultura representa, antes de tudo, uma atenção ao nosso País, que se vem impondo à admiração e ao conceito das nações americanas.

Desejamos, portanto, nesta oportunidade, deixar registrado o quanto de proveitoso foi para o Brasil a sua participação naquele conclave, que teve aprovado treze dos seus projetos contra dois da Argentina e um dos demais nove países.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. GETÚLIO MOURA:

Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. GETÚLIO MOURA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, desejo congratular-me com o Ministro da Justiça por haver S. Exa., liberado a peça "Disque para o Rei Saul", que estava sendo ensaiada em Brasília.

Isto evidencia que o Ministro da Justiça está evoluindo no sentido mais liberal da censura. Ao mesmo tempo, quero lavrar o meu protesto, porque a Censura, apesar do ato do Ministro, resolveu impedir o ensaio para que fosse levada à cena as seguintes peças: Barreira, Sem Santidade, Co-

meco é sempre difícil, Vamos tentar outra vez.

Verifica V. Exª, Sr. Presidente, que nem na hora em que o Ministro da Justiça revela um espírito liberal e adiantado consegue alterar o sentimento da Censura. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Val-se passar à votação da matéria que está sobre a Mesa e da constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados

O deputado infra-assinado, nos termos regimentais, requer a V. Exª se digne designar Comissão Paramentar, com a incumbência de verificar, in loco, as consequências dos abalos sísmicos, que se vêm sucedendo na região do município de Pereiro, no Ceará e regiões adjacentes dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, bem como a situação da baragem de Orós, pelo prazo de nove dias, a partir do dia 12.

Sala das Sessões, 6 de março de 1968. — Ernesto Valente, Deputado.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO

Votação, em discussão única ao Projeto nº 955-B, de 1968, que extingue o Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais — "Costeira" S. A. e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; favoráveis, das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Economia; e, da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, com substitutivo. Relatores: Srs. — Lenor Vargas, Celso Amorim, Paulo Maciel e Humberto Lucena. Prazo: Início: 19.1.68; término em 11.3.68.

Senhor Presidente

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência preferência para o Projeto nº 955-B-68 (com substitutivo), "que revoga o § 3º do artigo 21 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966, que extingue o Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, e da Empresa de Reparos Navais "Costeira S.A." e dá outras providências".

Sala das Sessões, em 15 de fevereiro de 1968. — Geraldo Freire.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

Vou submeter a votos o seguinte

PROJETO Nº 955-B, DE 1968

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o Parágrafo 3º do Artigo 21 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

O SR. HUMBERTO LUCENA:

Sr. Presidente, requeiro verificação de votação e imediata chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE:

Está concedida. Vai-se proceder à chamada e consequente votação nominal.

Os Srs. Deputados que votarem a favor responderão SIM e os que votarem contra responderão NAO.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE, 1º Secretário, procede à chamada nominal.

O SR. TEOFILO PIRES:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. TEOFILO PIRES (Questão de ordem — Sem revisão do orador)

— Sr. Presidente, como é do conhecimento de V. Exª, minha condição de Deputado por um dos Membros do Poder Executivo está sendo posta em dúvida. Assim, ao ser chamado para votar, gostaria de saber de V. Exª qual o entendimento que tem a Mesa sobre os Suplentes; se são ou não Deputados; se podem ou não votar. Porque o pensamento do Senhor Ministro da Educação é contrário aos Suplentes; não os considera Deputados no exercício do mandato (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(José Bonifácio) — Pelos assentamentos da Casa, os Suplentes são tão Deputados como o Presidente da Câmara e os demais Srs. Deputados (Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam a chamada nominal votaram 241 Srs. Deputados, sendo 139 SIM, 100 NAO e 2 abstenções.

Está aprovado o projeto.

Votaram SIM os Srs. Deputados.

LÍDERES — NOME

Aliança Renovadora Nacional

Geraldo Freire

Acre:

Nosser Almeida — ARENA

Amazonas:

Carvalho Leal — ARENA

Leopoldo Peres — ARENA

Raimundo Parente — ARENA

Pará:

Armando Corrêa — ARENA

Gabriel Hermes — ARENA

Gilberto Azevedo — ARENA

Haroldo Velloso — ARENA

Maranhão:

Américo de Souza — ARENA

Emílio Murad — ARENA

Henrique de La Roque — ARENA

José Mário Filho — ARENA

Pires Sabola — ARENA

Piauí:

Ezequias Costa — ARENA

Fausto Gayoso — ARENA

Heitor Cavalcanti — ARENA

João Parente — ARENA

Milton Brandão — ARENA

Paulo Ferraz — ARENA

Sousa Santos — ARENA

Ceará:

Edilson Melo Távora — ARENA

Ernesto Valente — ARENA

Flávio Marcello — ARENA

Furtado Leite — ARENA

Humberto Bezerra — ARENA

Jonas Carlos — ARENA

Josias Gomes — ARENA

Ossian Araripe — ARENA
Régis Barroso — ARENA
Vicente Augusto — ARENA
Virgílio Távora — ARENA

Rio Grande do Norte:

Grimaldi Ribeiro — ARENA
Teodorico Bezerra — ARENA

Paraíba:

Ernani Satyro — ARENA
Flaviano Ribeiro — ARENA
Monsenhor Vieira — ARENA

Pernambuco:

Aderbal Jurema — ARENA
Arruda Câmara — ARENA
Cid Sampaio — ARENA
João Roma — ARENA
Milvernes Lima — ARENA
Paulo Maciel — ARENA
Souto Maior — ARENA

Alagoas:

Medeiros Neto — ARENA
Oséas Cardoso — ARENA

Sergipe:

Luiz Garcia — ARENA
Machado Rollemberg — ARENA
Passo Perto — ARENA
Raimundo Diniz — ARENA

Bahia:

Cícero Dantas — ARENA (SE)
João Alves — ARENA
Rubem Nogueira — ARENA
Vasco Filho — ARENA

Espírito Santo:

Florianio Rubin — ARENA
João Calmon — ARENA
Oswaldo Zanelli — ARENA
Parente Frota — ARENA

Rio de Janeiro:

Dado Coimbra — ARENA
Mário de Abreu — ARENA
Dayl de Almeida — ARENA
José Saly — ARENA
Mário Tamborinduguy — ARENA
Paulo Biar — ARENA
Raymundo Padilha — ARENA

Guanabara:

Amaral Neto — MDB
Cardoso de Menezes — ARENA
Lopo Coelho — ARENA
Veiga Brieto — ARENA

Minas Gerais:

Bento Gonçalves — ARENA
Bias Fortes — ARENA
Dinar Mendes — ARENA
Edgar Martins Pereira — ARENA
Francellino Pereira — ARENA
Gilberto Almeida — ARENA
Israel Pinheiro Filho — ARENA
Jaeder Albergaria — ARENA (ME)
Manoel Taveira — ARENA
Maurício de Andrade — ARENA
Monteiro de Castro — ARENA
Murilo Badaró — ARENA
Paulo Freire — ARENA
Pedro Vidigal — ARENA
Walter Passos — ARENA

São Paulo:

Ianiz Badra — ARENA
Antônio Feliciano — ARENA
Armindo Mastrocola — ARENA
Baptista Ramos — ARENA
Braz Nogueira — ARENA
Cândido Sampaio — ARENA
Cardoso de Almeida — ARENA (SE)
Cardoso Alves — ARENA
Ferraz Egreja — ARENA
Hamilton Prado — ARENA
Israel Novaes — ARENA
Lauro Cruz — ARENA (SE)
Marcos Kertmann — ARENA
Nazir Miguel — ARENA
Pereira Lopes — ARENA
Pinto Salgado — ARENA

Goiás:

Jales Machado — ARENA

Mato Grosso:

Edyl Ferraz — ARENA
Marcelino Lima — ARENA

Paraná:

Adcioly Filho — ARENA
Agostinho Rodrigues — ARENA
Alberto Costa — ARENA
Alípio Carvalho — ARENA
Cid Rocha — ARENA
Emílio Gomes — ARENA
Fermes Macedo — ARENA
João Paulino — ARENA
Justino Pereira — ARENA
Jorge Cury — ARENA
Justino Pereira — ARENA
Maia Neto — ARENA
Minoro Miyamoto — ARENA
Zacharias Saleme — ARENA

Santa Catarina:

Ademar Ghisi — ARENA
Albino Zeni — ARENA
Aroldo Carvalho — ARENA
Carneiro Loyola — ARENA
Lenor Vargas — ARENA
Ligia-Doutel de Andrade — MDB
Gsmar Dutra — ARENA
Osni Regis — ARENA

Rio Grande do Sul:

Alberto Hoffmann — ARENA
Amaral de Sousa — ARENA
Ary Alcântara — ARENA
Arnaldo Piletto — ARENA
Flores Soares — ARENA
Vasco Amaro — ARENA

Amapá:

Janary Nunes — ARENA
Votaram NAO os Srs. Deputados:
(Artigo 157, § 2º do Regimento Interno)

LÍDERES — NOME

Aliança Renovadora Nacional —
Ernani Satyro
Movimento Democrático Brasileiro —
Mário Covas

Acre:

Maria Lúcia Araújo — MDB
Ruy Lino — MDB

Amazonas:

Bernardo Cabral — MDB

Pará:

João Menezes — MDB

Maranhão:

Cid Carvalho — MDB
José Burnett — MDB
Nunes Freire — ARENA
Raimundo Bogéa — ARENA
Temístocles Teixeira — ARENA

Ceará:

Figueiredo Corrêa — MDB
Martins Rodrigues — MDB
Paes de Andrade — MDB
Padre Vieira — MDB

Paraíba:

Osmer de Aquino — MDB
Pedro Gondim — ARENA
Petrônio Figueiredo — MDB
Vital do Rêgo — ARENA

Pernambuco:

José Carlos Guerra — ARENA
Tales Ramalho — MDB

Alagoas:

Cleto Marques — MDB
Djalma Falcão — MDB
Segismundo Andrade — ARENA

Sergipe:

José Carlos Teixeira — MDB

Bahia:

Alves Macedo — ARENA
Clodoaldo Costa — ARENA
Edgard Pereira — MDB
Fernando Magalhães — ARENA
João Borges — MDB
Josaphat Azevedo — ARENA
José Penedo — ARENA
Luís Athayde — ARENA
Luiz Braga — ARENA
Luna Freire — ARENA (P)
Manso Cabral — ARENA

Mário Fiva — MDB
Ney Ferrelia — MDB
Nonato Marques — (ARENA (SE))
Thódulo de Albuquerque — ARENA
Tourinho Dantas — ARENA
Wilson Falcão — ARENA

Espírito Santo:

Direceu Cardoso — MDB
Fru Rosa — ARENA
Mário Gurgel — MDB

Rio de Janeiro:

Adolpho de Oliveira — MDB
Afonso Celso — MDB
Altair Lima — MDB
Edésio Nunes — MDB
Clênio Martins — MDB
Gestúlio Moura — MDB
Joré Maria Ribeiro — MDB
Júlia Steinbruch — MDB
Sadi Bogado — MDB

Guanabara:

Amauri Kruei — MDB (200)
Breno Silveira — MDB
Chagas Freitas — MDB
Hermano Alves — MDB
Nelson Carneiro — MDB
Raul Brunini — MDB
Pedro Faria — MDB
Reinaldo Sant'Anna — MDB
Rubem Medina — MDB
Waldyr Simões — MDB

Minas Gerais:

João Hercúlio — MDB
Mata Machado — MDB
Milton Reis — MDB
Nisla Carone — MDB
Padre Nobre — MDB
Renato Azeredo — MDB

São Paulo:

Amaral Furlan — MDB
Baldacci Filho — MDB
Chaves Amarante — MDB
David Lerer — MDB
Dias Menezes — MDB
Emereciano de Barros — MDB
Francisco Amaral — MDB
Franco Montoro — MDB
Hélio Navarro — MDB
Maurício Goulart — MDB
Pedroso Horta — MDB

Goiás:

Antônio Magalhães — MDB
Ary Valadao — ARENA
Celestino Filho — MDB
Lisboa Machado — ARENA
Paulo Campos — MDB
Paulo Campos — MDB
Wilmir Guimarães — ARENA

Mato Grosso:

Wilson Martins — MDB

Paraná:

Antônio Anibelli — MDB
José Richa — MDB
Renato Celidonio — MDB
Zacharias Saleme — ARENA

Santa Catarina:

Doin Vieira — MDB
Paulo Macarini — MDB

Rio Grande do Sul:

Adylio Viana — MDB
Aldo Fagundes — MDB
Henrique Henkin — MDB
José Mandelli — MDB
Otávio Caruso da Rocha — MDB
Unirio Machado — MDB
Zaire Nunes — MDB
Abstiveram-se de votar, os Senhores Deputados.

Minas Gerais:

Tedfilo Pires — ARENA

Pernambuco:

Geraldo Guedes — ARENA

Sr. Presidente:

Voto pela rejeição do projeto número 955-B, de 1968, para acompanhar a posição política da Bancada Baiana da ARENA, embora conside-

re que o mesmo deve ser aprovado pelo mérito.

S. S., 7 de março de 1968. — *AL. Alves Macedo.*

O SR. PRESIDENTE:

Vem a Mesa e vai a publicação, a Redação Final do Projeto nº 955-C, de 1968.

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades em indenizações de terras tomadas pelos açúdes no Nordeste, os Senhores Deputados:

Pela ARENA

- 1 — Paulo Biar
- 2 — João Paulino
- 3 — Vital do Rego
- 4 — Raymundo Diniz
- 5 — Wanderley Dantas
- 6 — Humberto Bezerra

Suplente: Edgar Martins-Pereira

Pelo MDB

- 7 — Padre Antônio Vieira
- 8 — Petrónio Figueiredo
- 9 — Mariano Beck

Suplente: Lurtz Sabá

O SR. PRESIDENTE:

Designo para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a fazer um levantamento da atual situação do Hospital dos Servidores do Estado, localizado na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, os Senhores Deputados:

Pela ARENA

- 1 — Justino Pereira
- 2 — Romano Massignan
- 3 — Vicente Augusto
- 4 — Monsenhor Vieira
- 5 — Clodoaldo Costa
- 6 — Nasser Almeida

Suplente: Gilberto Azevedo

Pelo MDB

- 7 — Erasmo Martins-Pedro
- 8 — Floriceno Falcão
- 9 — Petrónio Figueiredo

Suplente: Pedro Faria

O SR. PRESIDENTE:

Achando-se presente o Senhor Plínio Lemos representante da ARENA, pelo Estado da Paraíba em virtude de licenciamento do Sr. Teotônio Neto convindo S. Exa., a prestar o compromisso regimental, com o plenário e as galerias de pé.

Comparece S. Exa., acompanhado da respectiva Comissão e, junto à Mesa, presta o compromisso regimental, tomando em seguida assento no recinto.

O SR. PRESIDENTE:

(José Bonifácio) — Comunico ao plenário que a Mesa designou, em sua reunião de hoje, o nobre Deputado Aroldo Carvalho, 3º Secretário, para integrar a Comissão Mista que estuda a implantação da Rádio Congresso Nacional.

O SR. RAUL BRUNINI:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. RAUL BRUNINI:

(Questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quero congratular-me com V. Exa. instante em que anuncia a esta Casa a indicação do Deputado Aroldo de Carvalho para integrar, como representante da Câmara, a Comissão da Rádio do Congresso Nacional.

Presidente desta Casa recém-eleito, V. Exa. já demonstra seu zelo pelas medidas de interesse deste Parlamento e, embora pertença ao partido do Governo, deu imediata exe-

cugão a uma antiga solicitação de um elemento da Oposição.

Apesar de o elemento indicado ser da ARENA, quero declarar neste instante que o Deputado Aroldo de Carvalho é pessoa credenciada, mais que isso, tem autoridade para representar condignamente a Câmara neste assunto que espero seja resolvido o mais rapidamente possível.

Parabéns a V. Exa. (Muito bem. Palmas).

O SR. RUBEM NOGUEIRA:

Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. RUBEM NOGUEIRA:

(Questão de ordem — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, nesta mesma linha de assuntos, desejo renovar perante V. Exa. um pedido que fiz à Mesa anterior e que não foi, infelizmente, encaminhado.

Espero que V. Exa., como homem tão dedicado aos problemas administrativos da Câmara dos Deputados, se digne considerar a possibilidade de breve prazo ser instalada numa das dependências do edifício da Câmara — por exemplo, na Biblioteca — uma agência ou sucursal, ou que nome tenha, da Imprensa Nacional, a fim de que nós, Deputados, possamos, — com mais facilidade, adquirir as publicações daquele órgão que não são fornecidas aos parlamentares.

V. Exa. há de compreender que temos necessidade de acompanhar muitas publicações de lei e de trabalhos outros, como do Supremo Tribunal Federal, e tendo aqui à mão meios de adquiri-los, será muito mais fácil do que ir à Imprensa Nacional, onde o acesso à maioria é praticamente inviável.

Faço este apelo a V. Exa., para que considere, com a possível brevidade, este assunto, que me parece ser de interesse da maioria da Casa. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(José Bonifácio) — Tenho o prazer de informar ao nobre Deputado que ontem à noite me entendi com o Diretor da Imprensa Nacional a respeito do assunto. O posto de repa de publicações da Imprensa Nacional será instalado brevemente na entrada do Anexo nº 2, na portaria.

Fica assim atendido o apelo do nobre Deputado, que tem toda procedência.

O SR. RUBEM NOGUEIRA:

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. ARNALDO NOGUEIRA:

Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

(Comunicação do Sr. Arnaldo Nogueira, retirado pelo orador).

Discussão única da Emenda do Senado ao Projeto nº 744-B de 1967, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário dos dias feriados civis e religiosos. Pendente de parecer da Comissão de Justiça. Prazo: término 11.3.68.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes termos:

PARECER

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião de sua Turma B, realizada em 7.3.68, opinou, unanimemente, pela inconstitucionalidade da emenda do Senado ao Projeto nº 744-67, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Lauro Leitão, Vice-Presidente em exercício, Raimundo Diniz Menes, Mariano Beck, Aldo Fagundes, Pedroso Horta, José Saly, Yukishigue Tamura, Arruda Câmara, Geraldo Freire, Rubem Nogueira e Nelson Carneiro.

Sala da Comissão, em 7 de março de 1968. — Deputado Lauro Leitão, Vice-Presidente no exercício da Presidência. — Deputado Raimundo Diniz, Relator.

Emenda do Senado ao Projeto nº 744-B, de 1967, na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário dos dias feriados civis e religiosos.

Relator: Deputado Raimundo Diniz.

Em que pese as ponderáveis razões do ilustre Senador José Ernirio, data desta não podemos acatar a emenda do Senado. Ele é, sem sombra de dúvida, em nosso entender, inconstitucional.

Onde a lei maior não restringiu, não cabe à lei ordinária diminuir. Estabelece o artigo 153, item 7 da Constituição: "A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem a melhoria de uma condição social:

.....

VII — repouso semanal remunerado e em feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local.

Como reduzir a quatro?

A Constituição estabelece "de acordo com a tradição local"; entendemos que a lei ordinária não pode fazer a restrição.

A emenda é inconstitucional.

E o nosso parecer. Brasília, 7 de março de 1968. — Deputado Raimundo Diniz, Relator.

O SR. PRESIDENTE:

Proferido o parecer, vai-se passar à discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão. Vai-se passar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade da emenda do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão (Pausa). Aprovado.

O projeto vai à sanção.

Discussão única das Emendas do Senado ao Projeto nº 808-B, de 1967, na Câmara dos Deputados, que prevê sobre a alfabetização de adultos em idade militar. Pendente de parecer das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura; Prazo: término: 11.3.68.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa parecer da Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes termos:

PARECER
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião de sua Turma B, realizada em 7 de março de 1968, opinou, unanimemente, pela constitucionalidade das emendas do Senado ao Projeto nº 808-67, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Celestino Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência — Lauro Leitão, Relator — Pedroso Horta — Ulisses Guimarães —

Rubem Nogueira — Dnar Mendes — Mariano Beck — Aldo Fagundes — José Saly — Yukishigue Tamura — Arruda Câmara — Geraldo Freire — Nelson Carneiro de Raimundo Diniz. Sala da Comissão, em 7 de março de 1968. — Deputado Celestino Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência. — Deputado Lauro Leitão, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO Nº 808-C-67

Emendas do Senado ao Projeto número 808-B, de 1967, na Câmara dos Deputados, que prevê sobre a alfabetização de adultos em idade militar.

Relator: Deputado Lauro Leitão.

O Projeto de Lei nº 808-B, de 1967, originário do Poder Executivo, e que prevê sobre a alfabetização de adultos em idade militar, aprovado pela Câmara dos Deputados, foi ao Senado, que, o apreciando como Câmara revisora, também o aprovou, mas com 3 emendas, duas delas redacionais.

Volta, assim, o Projeto a esta Comissão, para que se pronuncie sobre as alterações que lhe foram introduzidas pelo Senado.

As emendas citadas, a nosso ver, não apresentam qualquer vício de ordem constitucional e legal.

Por isso, somos pela sua aprovação. Sala da Comissão, em 7 de março de 1968. — Deputado Lauro Leitão, Relator.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Senhor Dayl de Almeida, para proferir parecer em substituição à Comissão de Educação e Cultura, na qualidade de Relator designado pela Mesa. (Pausa).

Não está presente.

O SR. PRESIDENTE:

Proferido o parecer, vai-se passar à discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão. Vai-se passar à votação.

O SR. PRESIDENTE:

O Senado Federal ao apreciar o projeto, ofereceu ao mesmo e vou submeter a votos, as seguintes emendas:

EMENDAS

Nº 1

Ao art. 7º.

Onde se lê: "... serviço de caráter relevante ...";

leia-se: "... serviço meritório ...";

Nº 2

Ao art. 8º

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 8º Todo cidadão brasileiro que, não sendo funcionário ou servidor público comprovadamente alfabetizar mais de 10 (dez) conscritos receberá um Diploma ou Certificado honorífico, passado pela autoridade, nos termos e mediante as solenidades e o preenchimento das condições que o regulamento desta lei estabelecer."

Nº 3

Acrescente-se, após o art. 8º, como art. 9º, o seguinte:

honorífico, passado pela autoridade

"Art. 9º Para os efeitos desta lei, considera-se-ão alfabetizados os brasileiros que demonstrarem, na forma que o regulamento desta lei prescrever, domínio das técnicas de ler, escrever e contar e a aquisição de noções elementares de educação moral e cívica e de conhecimentos gerais".

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovadas.

Vai à redação final.

O SR. PRESIDENTE:

Vem a mesa e vai a publicação, a Redação Final do Projeto nº 808-C de 1967.

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 1966, que aprova o Decreto-lei nº 351, de 7 de fevereiro de 1968, que dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967, relativo à publicação dos quadros analíticos do Orçamento e a discriminação das despesas orçamentárias nos Balanços Gerais da União, Pendente de pareceres das Comissões de Orçamento e de Finanças. — Da Comissão de Constituição e Justiça. Relator: Sr. Djalma Maranhão. Prazo: início: 8 de fevereiro de 1968; término: 17 de março de 1968.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa parecer da Comissão de Orçamento, nos seguintes termos:

PARECER

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

MENSAGEM Nº 59-68

Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 351, de 7 de fevereiro de 1968, que dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967, sobre a publicação dos quadros analíticos de Orçamento sobre a discriminação das despesas orçamentárias nos Balanços Gerais da União.

Autor: Poder Executivo.

Relator: Deputado Mendes de Moraes.

PARECER

A presente Mensagem nº 59-68, de iniciativa do Exmo. Senhor Presidente da República, submetida à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 351, de 7 de fevereiro de 1968, que dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967, sobre a publicação dos quadros analíticos de Orçamento sobre a discriminação das despesas orçamentárias nos Balanços Gerais da União.

Como se verifica pela Exposição de Motivos elaborada pelo Exmo. Senhor Ministro da Fazenda, o Exmo. Senhor Ministro do Planejamento foi ouvido e manifestou-se favoravelmente à expedição do decreto-lei ora proposto, reconhecendo "que apenas depois do sistema instituído pelo Decreto nº 62.102, de 11 de janeiro de 1968, é que será possível padronizar as informações das Unidades Orçamentárias no que concerne à execução orçamentária por projetos e atividades, ao nível de elemento de despesa".

Tratando-se de medida necessária, opinamos pela aprovação da Mensagem, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

E' o nosso parecer, s.m.j.

Sala da Comissão, em 21 de fevereiro de 1968. — Deputado Mendes de Moraes, Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Orçamento, em reunião ordinária da sua Turma "B", realizada no dia 21 de fevereiro de 1968,

— Presentes os Senhores Deputados Guilhermino de Oliveira, Presidente — Janduih Carneiro — José Carlos Teixeira — Garcia Neto — Armando Corrêa — Alexandre Costa — Virgílio Távora — Padre Antônio Vieira — Armando Carneiro — Ruy Santos — Dnar Mendes — José Maria Ribeiro e Elias Carmo.

— **Apreciando a Mensagem nº 59 de 1968** — do Poder Executivo — que "Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 351, de 7 de fevereiro de 1968, que dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967, sobre a publicação dos quadros analíticos de Orçamento sobre a discriminação das despesas orçamentárias nos Balanços Gerais da União".

— **Resolve por unanimidade aprovar o Parecer do Relator Deputado Mendes de Moraes, favorável a Mensagem nº 59-68.**

Sala da Comissão, em 21 de fevereiro de 1968. — **Guilhermino de Oliveira, Presidente.** — **Mendes de Moraes, Relator.**

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Senhor Geraldo Freire, para proferir parecer em substituição à Comissão de Finanças, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. GERALDO FREIRE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 67, do ano em curso, — aprova o Decreto-lei nº 351, de 7 de fevereiro de 1968. Este Decreto-lei, por sua vez, dispõe que o Art. 3º do Decreto-lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967 fica assim redigido:

"§ 2º Os quadros analíticos dos quais uma via se destinará ao Tribunal de Contas da União, — serão publicados, obrigatoriamente no "Diário Oficial".

A nova redação do Art. 13 dispõe que:

"Nos Balanços Gerais da União relativos ao exercício financeiro de 1967, as despesas orçamentárias serão discriminadas por elementos da despesa, de acordo com a codificação constante dos quadros que integram os Anexos 2 a 4".

A Comissão de Orçamento, que tipicamente específica para o caso, já emitiu parecer favorável. Cabe-me, agora, designado por V. Exa., falar em substituição à Comissão de Finanças, que ainda não se havia pronunciado.

Basta a simples leitura do assunto, Sr. Presidente, para aquilatar sua importância e também sua precedência, em face dos interesses nacionais. Assim sendo, Sr. Presidente, opino pela sua aprovação. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Proferidos os pareceres, vai-se passar à discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos, — declaro encerrada a discussão. — Vai-se passar à votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vou submeter a votos o seguinte

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO Nº 67 DE 1963

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Decreto-lei nº 351, de 7 de fevereiro de 1968.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Vai à redação final.

O SR. PRESIDENTE:

Vem a mesa e vai a publicação, a Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 1968.

Discussão única do Projeto nº 956-A, de 1968 que altera o art. 3º do Decreto-lei nº 210, de 27 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para o abastecimento de trigo, sua industrialização e comercialização e dá outras provi-

dências; tenham pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; favorável, com emenda, da Comissão de Agricultura e Política Rural; favorável, da Comissão de Economia. Relator: Srs. Francisco Pereira, Nair Rossetti e Unirio Machado. Prazo: início — 19.1.68; término: 11.3.68.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. João Herculino.

O SR. JOÃO HERCULINO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, no momento em que discutimos o Projeto nº 956-A, de 1968, que dispõe sobre as operações de compra e venda do trigo estrangeiro, inclusive farinha, gostaria, a título de lembrete, de chamar a atenção do Governo Federal, e de modo particular do Sr. Ministro da Agricultura, para um assunto da maior gravidade.

Uma das maiores fontes consumidoras das nossas divisas reside exatamente na importação do trigo. Sabemos que o povo não recebe de bom grado a mistura do milho no trigo para a fabricação da farinha. Via de regra, os pães fabricados de acordo com a lei ficam nas vitrinas das padarias, embora o preço mais barato.

Ora, Sr. Presidente, acabo de receber um estudo que vou enviar como colaboração pessoal, ao Sr. Ministro da Agricultura. Por esse trabalho, cheguei à conclusão de que precisamos apenas evoluir na técnica. Se as empresas que trabalham com milho fabricarem o que até hoje ainda não se fez — a farinha panificável de milho — poderemos fazer cair a importação do trigo em até 40%. Esta farinha panificável tem como características o mesmo grau de absorção de água e de cozimento da farinha de trigo. Assim, a mistura não traz qualquer diferença no produto.

Esse estudo foi feito por um grande técnico mineiro, o Professor Antônio Viçava, S. Sa. preconiza, de maneira brilhante, profunda, a solução deste problema da importação da farinha de trigo, que, sem esta medida, só poderia encontrar solução no incentivo ao plantio do trigo em nosso País.

Sabemos que o Brasil já produziu percentualmente muito mais trigo que hoje. Entretanto, a concorrência, sobretudo do trigo, vendido em virtude da Lei pública nº 480, lei norte-americana, fez com que a nossa produção caísse assustadoramente. E é de notar, quando se estuda o assunto e suas implicações nos demais países sul-americanos, que, em virtude das importações feitas pelo Brasil, decorrentes dessa lei, também a produção de trigo argentino caiu consideravelmente, calculando-se a queda em 15%.

Temos de encontrar a solução, seja através adoção da farinha panificável de milho, ou de incentivos à lavagem do trigo. Para mim a solução mais prática, mais econômica, a que mais atende aos interesses nacionais será a de fazer com que o Governo forneça recursos necessários e incentive por todos os meios e modos possíveis a fabricação da farinha a que me referi.

Presto, além disso, uma homenagem ao ilustre técnico mineiro, Professor Antônio Viçava, que, ao lado desse estudo e do de babaçu, tem outros, com os quais tem contribuído de maneira decisiva para a solução de graves problemas econômicos de nosso Estado e do País. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão. — Vai-se passar à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

A Comissão de Agricultura e Política Rural ao apreciar o projeto de-

receu ao mesmo e vou submeter a votos a seguinte:

EMENDA

Acrescente-se ao artigo 1º o parágrafo seguinte:

Parágrafo único. As importações de farinha de trigo e derivados serão realizadas, nos termos deste artigo, somente, quando esgotada a capacidade industrializadora do Parque Moageiro, existente no território nacional.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Vou submeter a votos o seguinte

PROJETO Nº 956-A, DE 1968

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 3º do Decreto-lei nº 210, de 27 de fevereiro de 1967 passa a vigorar com a seguinte redação:

"As operações de compra e venda do trigo estrangeiro, inclusive farinha, serão realizadas com exclusividade pelo Governo Federal, através da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., como seu agente, na forma do que dispõem o item IV do artigo 36 do Decreto nº 42.820, de 16 de dezembro de 1957, e os artigos 14 e 88 da Lei número 5.025, de 10 de junho de 1966."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Vai à redação final.

O SR. PRESIDENTE:

Vem a mesa e vai a publicação, a Redação Final do Projeto nº 956-B, de 1968.

Discussão única do Projeto número 957-A, de 1968, que altera o parágrafo 2º do art. 26 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965; tenham pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e favoráveis das Comissões de Polígono das Secas e de Finanças. Po Poder Executivo, Relatores: Srs. Djalma Maranhão, Aurino Valois e Almes Machado. Prazo: início — 19.1.68; término 11-3-68.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão. — Vai-se passar à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Vou submeter a votos o seguinte

PROJETO Nº 957-A, DE 1968

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo 2º do artigo 26, da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º A execução das obras e serviços, referidos na alínea "a" deste artigo, observado o disposto no parágrafo seguinte, ficará a cargo da SUDENE ou mediante convênio a cargo de outras entidades ou órgãos federais, ou na impossibilidade da atuação destes, a cargo de entidades ou órgãos estaduais".

Art. 2º O artigo 26 da citada Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963 fica acrescido dos seguintes parágrafos:

a) "§ 6º A execução direta pela SUDENE se restringirá às regiões onde não for possível a atuação de

outros órgãos ou entidades, federais ou estaduais.

b) "§ 7º A celebração dos convênios, que objetivem a execução aludida neste artigo, independência da quaisquer formalidades ressalvadas as que, a critério do Superintendente da SUDENE, sejam consideradas necessárias para comprovar a qualidade do representante do órgão ou entidade conveniente".

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Vai à redação final.

O SR. PRESIDENTE:

Vem à Mesa e vai a publicação a Redação Final do Projeto nº 957-B, de 1968.

Discussão única do Projeto nº 960-A, de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e aprovação. Relator: Sr. Ulisses Guimarães. Prazo: início: 19 de janeiro de 1968; término: 11 de março de 1968.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão. — Vai-se passar à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Vou submeter a votos o seguinte

PROJETO Nº 960-A, DE 1968

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada, em todo o Território Nacional, a microfilmagem de documentos oficiais, de órgãos federais estaduais e municipais.

§ 1º Os microfilmes de que trata esta lei, assim como as certidões ou os respectivos traslados — produzirão os mesmos efeitos legais dos documentos microfilmados.

§ 2º Os documentos microfilmados poderão, a critério da autoridade competente, ser incinerados ou arquivados em local diverso da repartição de origem.

§ 3º A incineração dos documentos microfilmados ou sua transferência para outro local far-se-á mediante lavratura de termo, por autoridade competente, em livro próprio.

§ 4º Os filmes negativos de microfilmagem ficarão arquivados na Repartição de origem vedada sua saída sob qualquer pretexto.

Art. 2º Os Ministros de Estado declararão quais as autoridades competentes para autenticação de traslados e certidões originárias de microfilmes.

Art. 3º É dispensável o reconhecimento da firma da autoridade que autenticar o traslado ou a certidão de microfilmes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Vai à redação final.

O SR. PRESIDENTE:

Vem a mesa e vai a publicação, a Redação Final do Projeto nº 960-B, de 1968.

Discussão única do Projeto número 961-A, de 1968, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel, de propriedade da União, com a Associação Leopoldina Juvenil, na cidade de Pórg Alegre Estado do Rio Grande do

Sul; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; favorável, da Comissão de Finanças, Relatores: Srs. Petrônio Figueiredo e Joel Ferreira. Prazo — início: 19 de janeiro de 1959; término: 11 de março de 1968.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.
Vai-se passar à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Vou submeter a votos o seguinte

PROJETO Nº 961-A, DE 1968

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a permutar o imóvel situado à rua Dr. Timóteo nº 639, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de propriedade da União, por outro localizado à rua Portugal nº 973 na mesma cidade, de propriedade da Associação Leopoldina Juvenil, sem ônus para a Fazenda Nacional.

Art. 2º Destina-se esse imóvel à residência oficial do Comandante da 5ª Zona Aérea, devendo o Ministério da Aeronáutica tomar as providências necessárias a essa permuta, junto ao Serviço do Patrimônio da União.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Vai à redação final.

O SR. PRESIDENTE:

Vem à mesa e vai à publicação, a Redação Final do Projeto nº 96-B, de 1968.

Discussão única do Projeto nº 961-A, de 1968, que altera o art. 4º do Decreto-lei nº 21, de 23 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à escultura e outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; favorável, da Comissão de Agricultura e Política Rural, Relatores: Srs. Celestino Filho e Dias Mendes. Prazo — início: 19.1.68; término: 11.3.68.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.
Vai-se passar à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Vou submeter a votos o seguinte

PROJETO Nº 962-A, DE 1968

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As alíneas seguintes do art. 4º do Decreto-Lei nº 221, de 23 de fevereiro de 1967, passam a vigorar com a seguinte relação:

I) alínea c) à zona contígua (Decreto-Lei nº 44, de 18 de novembro de 1968);

II) alínea d) à plataforma submarina (Decreto nº 28.840, de 8 de novembro de 1950).

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Vai à redação final.

O SR. PRESIDENTE:

Vem à mesa e vai à publicação, a Redação Final do Projeto nº 962-B, de 1968.

Discussão única do Projeto número 965-A, de 1968, que extingue a taxa de imigração criada pelo Decreto número 406, de 4 de maio de 1933, modificado pelo Decreto-lei número 639 de 20 de agosto de 1938; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e, favorável, da Comissão de Finanças, Relatores: Srs. Arruda Câmara e Fernando Gama. Prazo: início: 23 de janeiro de 1968; término: 14 de março de 1968.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Senhor Grimaldi Ribeiro, para proferir parecer em substituição à Comissão de Relações Exteriores, na qualidade de Relator designado pela Mesa. (Pausa.)

Não está presente.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo parecer, vai-se passar à discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.
Vai-se passar à votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vou submeter a votos o seguinte

PROJETO Nº 965-A, DE 1968

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica extinta a taxa de imigração criada pelo Decreto-lei número 406, de 4 de maio de 1933 e modificado pelo Decreto-lei nº 639, de 20 de agosto de 1938.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Vai à redação final.

O SR. PRESIDENTE:

Vem à mesa e vai à publicação, a Redação Final do Projeto nº 965-B, de 1968.

Discussão única do Projeto número 966-A, de 1968, que autoriza a Comissão do Plano do Carvão Nacional a transferir o serviço público de abastecimento de água à cidade de Cricúma para a responsabilidade da Prefeitura Municipal da mesma localidade e de outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, com substitutivo das Comissões de Minas e Energia e de Finanças, favoráveis ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça — Relatores: Srs. Adhemar Ghis e Raymundo de Andrade e Antônio Magalhães — Prazo — início: 23.1.68.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Doin Vieira.

O SR. DOIN VIEIRA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Deputados, o Projeto nº 966-A, tal como viera do Poder Executivo, criava para a comunidade de Cricúma compromissos e obrigações não previstas em seus orçamentos e sobre os quais ela não havia sido consultada. Esta burocratização de obrigações sem consulta prévia à parte interessada foi, entretanto, corrigida na Comissão de Constituição e Justiça com um substitutivo que, remediando o assunto, dá melhor equacionamento ao projeto em causa. A manifestação da própria edilidade de Cricúma a respei-

to do assunto, é favorável, em tese, à aprovação do projeto, desde que se lhe retraiam os ônus que ele continha para a Prefeitura, que não tinha condições de com eles arcar. Esta manifestação da edilidade, bem como os estudos efetuados, inclusive na Comissão de Finanças, dão-nos condições de defender, desta tribuna a aprovação do substitutivo apresentado, que atende à solução do problema, que consiste na transferência para a responsabilidade da cidade de Cricúma dos serviços de abastecimento de água daquela cidade.

Nestes termos, solicitamos aos nobres Srs. Deputados que aprovem o substitutivo da Comissão, porque este consulta plenamente aos interesses da comunidade cricúmana, assim como aos interesses públicos representados pela liberação da Comissão do Plano de Carvão Nacional dessa estrutura do abastecimento de água da cidade, transferindo-a para a gestão, direção e responsabilidade da cidade de Cricúma. E' de se aprovar, portanto, o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, tal como consta, da emenda da Ordem do Dia.

Era o que tínhamos a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.
Vai-se passar à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

A Comissão de Constituição e Justiça ao apreciar o projeto ofereceu ao mesmo e vou submeter a votos, o seguinte:

SUBSTITUTIVO

Art. 1º O serviço público de abastecimento de água à cidade de Cricúma, Estado de Santa Catarina, era administrado pela Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN), poderá ser transferido à jurisdição da Prefeitura Municipal de Cricúma, ou do Governo do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A transferência a que se refere este artigo será feita de acordo com convênio celebrado entre o CPCAN e a Prefeitura ou entre a CPCAN e o Governo do Estado.

Art. 2º O convênio disporá sobre a transferência para o domínio da Prefeitura ou do Estado do acervo de bens móveis e imóveis, diretamente vinculados ao serviço.

Parágrafo único. Na transmissão estarão incluídos os direitos e obrigações concernentes ao serviço ou aos bens nele empregados.

Art. 3º O convênio poderá estabelecer normas para os servidores federais, ora em exercício no serviço, para que fiquem à disposição da Prefeitura Municipal de Cricúma ou do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Em consequência, ficam prejudicadas os demais proposições. Vai à redação final.

O SR. PRESIDENTE:

Vem à mesa e vai à publicação, a Redação Final do Projeto nº 966-B, de 1968.

Discussão única do Projeto número 967-A, de 1968, que concede estímulos fiscais às indústrias de celulose, pasta mecânica e papel em geral e de outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e juridicidade; e da Comissão de Finanças, favorável com

emenda. Pendente de parecer da Comissão de Economia, Do Poder Executivo, Relatores: Srs. Tabosa de Almeida e Doin Vieira. Prazo: início 23.1.68; término: 30 de março de 1968.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Senhor Alberto Hoffmann para proferir parecer em substituição à Comissão de Economia, na qualidade de Relator designado pela Mesa. (Pausa.)

Não está presente.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo parecer, vai-se passar à discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Vai-se passar à votação.

O SR. PRESIDENTE:

Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente:

Requero adiamento da votação do Projeto nº 967-A, de 1968, por 24 horas.

SS. em 7 de março de 1968. — Geraldo Freire, Vice-Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE:

Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Em consequência, o projeto sai da Ordem do Dia.

Discussão única do Projeto nº 968-A, de 1968, que estende à Comarca de Leopoldina a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Cataguazes no Estado de Minas Gerais; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade; favorável, da Comissão de Legislação Social, Relatores: Senhores Francisco Pereira e Elias Carmo. Prazo: início 24.1.68; término: 15.2.68.

Tem a palavra o Sr. João Hercúlio.

O SR. JOÃO HERCÚLIO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, discutimos neste momento o Projeto nº 968-A-68 que estende à Comarca de Leopoldina a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Cataguazes, Estado de Minas Gerais.

Recebi, há poucos dias, apelo dos sindicalistas da zona ferreira de Minas Gerais, de modo especial dos Sindicatos de Coronel Fabriciano e Ipatinga, no sentido de que conseguíssemos, nesta Casa, a aprovação do projeto que cria Junta e Conciliação e Julgamento naquela região, cidade de Coronel Fabriciano.

Sr. Presidente, V. Exa., que é de Minas Gerais e que conhece como o povo brasileiro, a grandiosidade da obra da Usiminas, o aglomerado de trabalhadores que representam, hoje, as cidades de Ipatinga, de Coronel Fabriciano, e de Timóteo, por certo há de dar razão a este colega, quando faz apelo à Mesa no sentido de que mande colocar imediatamente na Ordem do Dia o referido projeto ou providencie o que se fizer necessário para que possa a cidade de Coronel Fabriciano ver criada a sua Junta de Conciliação e Julgamento.

Agradeço à V. Exa. e comigo todos os trabalhadores daquela região.

O SR. PRESIDENTE:

(José Benício) — Se o projeto tiver condições regimentais, será incluído na Ordem do Dia como solicita o nobre Deputado.

O SR. JOÃO HERCÚLIO — Muito grato a V. Exa. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.
Vai-se passar à votação da matéria.

Vou submeter a votos o seguinte

PROJETO Nº 968-A, DE 1968

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica estendida à Comarca de Leopoldina, a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Cataguazes, no Estado de Minas Gerais.
Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa)

Aprovado.

Vai à redação final.

O SR. PRESIDENTE:

Vem à mesa e vai à publicação, a Redação Final do Projeto nº 968-B, de 1968.

Discussão única do Projeto nº 968-A, de 1968, que altera o parágrafo único do artigo 9º do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S.A. e dá outras providências; tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, contrário; e, da Comissão de Finanças, favorável. Do Poder Executivo. Relatores: Srs. Djalma Marinho, Gastone Righi e Italo Filippini. Prazo: início — 24.1.68; término: 15.3.68.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.
Vai-se passar à votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vou submeter a votos o seguinte

PROJETO Nº 969-A, DE 1968

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 9º do Decreto-lei número 5, de 4 de abril de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. As contribuições de previdência social e outros encargos sociais e fiscais que recaírem sobre a atividade desses associados serão recolhidos por quem se utilizar dos seus serviços”.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Vai à redação final.

O SR. PRESIDENTE:

Vem à mesa e vai à publicação, a Redação Final do Projeto nº 969-A, de 1968.

Discussão única do Projeto nº 970-A, de 1968, que dispõe sobre a 2ª classe do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, complementando a Lei nº 5.255 de 5 de abril de 1967; tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; favorável, da Comissão de Segurança Nacional, pendente de parecer da Comissão de Finanças. Do Poder Executivo. Relatores: Srs. Arruda

Câmara e Bernardo Cabral. Prazo: início: 24 de janeiro de 1967; término: 15 de março de 1968.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.
Vai-se passar à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Vou submeter a votos o seguinte

PROJETO Nº 970-A, DE 1968

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Estendendo-se aos reformados na graduação de Bombeiro de segunda classe, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, transferidos para o Estado da Guanabara, as vantagens do artigo 3º da Lei número 5.255, de 5 de abril de 1967.

Parágrafo único. A pensão devida aos beneficiários dos Bombeiros de segunda classe, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, é equiparada à do Soldado Bombeiro, nos termos da Lei número 5.255, de 5 de abril de 1967.

Art. 2º As vantagens estabelecidas nesta Lei aplicarão-se a contar de 5 de abril de 1967, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Vai à redação final.

O SR. PRESIDENTE:

Vem à mesa e vai à publicação, a Redação Final do Projeto nº 970-B, de 1968.

Discussão única do Projeto nº 971-A, de 1968, que dispõe sobre o regime de previdência social dos servidores e empregados das autarquias controladoras do exercício profissional, tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade; e, favorável, da Comissão de Legislação Social. Relatores: Srs. Djalma Marinho e João Alves — Prazo: início: 26 de janeiro de 1968; término: 18 de março de 1968.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.
Vai-se passar à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Vou submeter a votos o seguinte

PROJETO Nº 971-A, DE 1968

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O regime de previdência social dos servidores e empregados dos Conselhos, Ordens e demais autarquias instituídas por lei para controle do exercício profissional passa a ser o da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960) ficando derrogada, para esse efeito, a Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950.

Art. 2º As providências destinadas à regularização da situação do pessoal atingido pela presente Lei, inclusive a averbação de seu tempo de serviço anterior, e o pagamento das contribuições ao mesmo referentes, serão determinadas pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, dentro de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei, ouvidos o Serviço Autuarial e o Departamento Nacional de Previdência Social.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Vai à redação final.

O SR. PRESIDENTE:

Vem à mesa e vai à publicação, a Redação Final do Projeto nº 971-B, de 1968.

Discussão única do Projeto número 972-A, de 1968, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho; tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e das emendas de plenário de números 1, 2, (com subemendas), 4, 11, 12, 14 e 21; pela inconstitucionalidade das de números 5, 6, 7, 10 e 17; injuridicidade das de ns. 8 e 13; prejudicialidade das de números 9 e 18 e contrário às demais; da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e às emendas de plenário de números 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18 e 22; pela prejudicialidade da de número 5 e contrário às demais. Pendente de parecer da Comissão de Legislação Social. Do Poder Executivo. Relatores: Senhores Djalma Marinho e Italo Filippini. Prazo: início 25.1.68; término: 18.3.68.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Senhor Gastone Righi, para proferir parecer em substituição à Comissão de Legislação Social, na qualidade de Relator designado pela Mesa. (Pausa).

Não está presente.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo parecer, vai-se passar à discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Vai-se passar à votação.

O SR. PRESIDENTE:

Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente:

Requeiro adiamento da votação por 24 horas, para o projeto número 972-A de 1968.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1968. — Geraldo Guedes.

O SR. PRESIDENTE:

Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Em consequência, o projeto cai na Ordem do Dia.

Discussão única do Projeto número 972-A, de 1968, que altera o Parágrafo 1º do artigo 32 da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) e dá outras providências; tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e da emenda de plenário número 1, pela prejudicialidade da emenda de Plenário número 2, e pela inconstitucionalidade das de números 3 e 4; favorável ao projeto e a emenda de plenário número 1, e contrário às demais da Comissão de Finanças. Pendente de parecer da Comissão de Legislação Social. Do Poder Executivo. Relatores: Senhores Djalma Marinho e Antônio Magalhães. Prazo: início — 26.1.68; término — 18.3.68.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa parecer da Comissão de Legislação Social, nos seguintes termos:

PARECER COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Projeto nº 973 de 1968 — (Mensagem nº 37-68) Altera o parágrafo 1º do art. 32, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 e dá outras providências — Emendas em plenário oferecidas pelo deputado Floriano Paixão.

Deputada Júlia Steinbruch.

Relatório

O Projeto nº 973-68, de origem do Poder Executivo, tem por objetivo adaptar a lei ordinária aos preceitos

da nova Constituição Federal no tocante ao item XX, do artigo 158, que assegurou à mulher trabalhadora o direito a aposentadoria aos 30 anos de serviço, com salário integral. Pelo artigo 32, da Lei Orgânica de Previdência Social, aprovada em 1960, o referido benefício era concedido aos 30 anos à mulher, mas com 80% do seu salário, daí o consenso do Poder Executivo de que seria necessário adaptar a lei ordinária à Lei Magna.

Foram apresentadas à proposição governamental 4 emendas, em plenário, pelo deputado Floriano Paixão. Apreciadas pela Comissão de Constituição e Justiça, somente a primeira atendeu, no entender daquele órgão, aos pressupostos de constitucionalidade e juridicidade, tendo recebido, ainda, parecer favorável da Comissão de Finanças.

Parecer

Somos de parecer que o dispositivo do item XX, do artigo 158 da Constituição Federal de 1967 é auto-aplicável, sendo desnecessária a sua regulamentação ou a adaptação da lei ordinária, no caso a Lei Orgânica da Previdência Social, à Lei Magna. Assim não foi entendido pelo Poder Executivo que enviou mensagem nesse sentido, muito embora não tenha havido essa preocupação com relação a outros textos legais importantíssimos e que carecem de regulamentação, a exemplo do dispositivo sobre a participação de lucros que vem sendo aguardada ansiosamente por diversos setores da vida nacional.

Adotado, porém, o procedimento e consumado e acolhido por este Congresso, somos favoráveis à aprovação da emenda nº 1, dada como constitucional e jurídica pela Comissão de Constituição e Justiça e aceita pela Comissão de Finanças. Na verdade, a exigência de idade para aposentadoria especial como está na lei atual, isto é, 50 anos, é altamente onerosa ao trabalhador. Tomemos como exemplo o assalariado que tendo iniciado o seu trabalho com a idade de 13 anos em atividade considerada insalubre ou perigosa, teria direito a requerer sua aposentadoria com 33 anos de idade, mas não poderia fazê-lo precisamente porque teria que aguardar completar 50 anos, isto é, teria de trabalhar mais 17 anos para fazer jus ao benefício da previdência social. É, pois, pertinente a emenda nº 1, pois além de legal e jurídica é extremamente justa.

As emendas ns. 2, 3 e 4, não podem ser acolhidas por não haverem atendido aos pressupostos de constitucionalidade e juridicidade, segundo o julgamento da Comissão de Constituição e Justiça. Estamos, porém, de acordo com o mérito das mesmas e que visam a corrigir flagrantes injustiças que ora se verificam na aplicação da Lei Orgânica de Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE:

Proferido o parecer, vai se passar à discussão.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Vai-se passar à votação.

O SR. PRESIDENTE:

Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente:

Requeiro adiamento da votação por 24 horas, do Projeto nº 973-A, de 1968.

S. S., em 7 de março de 1968. — Geraldo Guedes.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Em consequência, a proposição cai na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro discussão da Orem do Dia para discussão do Projeto 977-A, de 1968, logo após a matéria que se encontra sob nº 18, da Ordem do Dia SS, em 7 de março de 1968. — *João Hercúlio.*

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).
Aprovado.

Primeira discussão do Projeto nº 977-A, de 1968, que dispõe sobre a inviolabilidade do mandato dos Vereadores tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça favorável, com duas emendas. Do Sr. Nazir Miguel. Relator: Senhor Accioly Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Sadi Boga-do.

O SR. SADI BOGADO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto ora em discussão vem, no nosso entender, sanar uma lacuna existente, relativamente aos vereadores.

Foi feliz o nobre Deputado Nazir Miguel, cuja experiência de vereador fez com que ele redigisse a proposição e a encaminhasse à Mesa. O nobre Deputado, como vereador na Capital de São Paulo, sentiu a verdadeira frustração em que vive o vereador e o impedimento inclusive de exercer a sua missão, de cumpri-la a contento, pelas limitações que lhe são impostas. Eis por que S. Exa. encaminhou esse projeto a nossa consideração.

Entendeu o nobre Deputado Accioly Filho, cuja capacidade e valor todos homenageamos, que este projeto deveria ser aceito. Ele, no seu parecer, demonstra necessidade de tomarmos a iniciativa de conceder ao vereador o direito e a tranquilidade, relativamente à inviolabilidade da sua palavra, da sua opinião, do seu voto. Essa inviolabilidade não deve limitar-se apenas à Câmara Municipal, apenas ao seu município, mas deve ser ampla, porque ele não deixa de ser vereador em qualquer lugar onde esteja.

O parecer do nobre Deputado Accioly Filho é criterioso, é um parecer de justiça que reconhece realmente ao vereador esse direito. E contra a extensão da segunda parte do Projeto 977-A relativamente a concessão de imunidades ao vereador em relação a processo. Estamos de pleno acordo quanto a isso, por ser matéria mais polêmica. No momento, acreditamos que, se dermos ao vereador o direito de usar da palavra e ter opinião livremente, ele já estará à altura de representar os seus concidadãos.

Há necessidade, Sr. Presidente, de que prestigiemos os vereadores. Os vereadores são a base do Poder Legislativo. E o primeiro degrau, é o preparo devido para a missão de legislar e é, inclusive, o elemento que mais sofre diretamente as pressões das comunidades. Muitas vezes, tem necessidade de externar, transmitir devidamente o seu pensamento, e nem sempre pode fazer.

Sem uma lei que o proteja, estará sujeito às pressões e consequências do que pronuncie na sua Câmara, em função do seu mandato.

Entendo, Sr. Presidente, que este projeto deveria ser apreciado pelos nobres pares desta Casa, inclusive como uma concessão de justiça aos vereadores. É uma reparação que vem sanar realmente uma lacuna, pois se estimulamos e incentivamos o vereador não ter, daqui para diante, condições de exercer a sua missão.

Em nosso Estado — somos testemunhas disso — a consequência do fato de não ser o vereador amparado neste sentido é que ele fica sujeito às coações policiais e perseguições de toda ordem.

Apelamos para os nobres colegas a fim de que leiam o parecer do nobre Deputado Accioly Filho e usem da palavra para defendê-lo, na certeza de que, devidamente analisado por todos, iremos aprovar o Projeto nº 977-A, do ilustre Deputado Nazir Miguel. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Vai-se passar à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento do nobre Deputado Geraldo Guedes, solicitando adiamento da votação do Projeto nº 973-A, de 1967.

O SR. JOÃO HERCULINO:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar à votação.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOÃO HERCULINO:

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pedi a palavra neste instante em que V. Exa. coloca em votação o requerimento do nobre Líder Geraldo Guedes, que deseja adiar por cinco sessões a votação do Projeto 967-A, de 1968, a fim de fazer um apelo a S. Exa. para que esta solicitação de adiamento não signifique previamente uma posição contrária da maioria a este projeto, que é da lavra de um ilustre Deputado da ARENA e que merece o apoio integral também do Movimento Democrático Brasileiro. Além do mais, Sr. Presidente o parecer do ilustre Deputado Accioly Filho, hoje, com muita honra para nós, V. Exa. Presidente desta Casa, também consagra o projeto do Deputado Nazir Miguel.

Se há quem sofra diretamente e mais de perto as pressões e as perseguições políticas neste País, é exatamente o vereador, o homem que está em contato direto, com o povo e mais sujeito, portanto, a tais pressões.

Sabemos que em muitos municípios a Câmara nem sequer se reúne. A ata é feita e levada pelos prefeitos às residências dos vereadores para que ali, sob pressão e coação a assinem como se aquele documento fosse o retrato de uma reunião que, efetivamente, não houve.

Quando lutamos para que houvesse remuneração para os vereadores, argumentamos que, sem ela, a função legislativa municipal ficaria restrita aos ricos ou aos que moravam nas sedes dos municípios, com absoluta impossibilidade de uma representação autêntica dos distritos, sobretudo nos grandes municípios deste País. Como pode um homem pobre, mas que efetivamente luta pelo seu distrito, sair dali e ir à sede do município, muitas e muitas leguas distantes, pagando transporte e hospedagem, para comparecer a uma sessão da Câmara? E, ainda mais, como pode o vereador cumprir o seu mandato com absoluta alvêz, se sofre a pressão a coação do prefeito e dos chefes políticos municipais? A inviolabilidade dos vereadores no exercício da sua função, igualando-os, dentro de uma escala ao que ocorre com os Deputados Federais, virá por certo, fazer com que tenhamos poderes legislativos municipais mais responsáveis, mais úteis à comunidade, com maior capacidade de atuação e, sobretudo, livres da coação dos chefes políticos municipais ou da polícia.

Sabemos também de Câmaras Municipais que se reúnham cercadas pela polícia e até por tropas do Exército ou, então, com a presença de militares das Forças Armadas brasileiras dentro dos seus recintos. Esse projeto vem consagrar a função do legislador municipal, dar-lhe alvêz e, sobretudo, oferecer ao homem que praticamente a troca de nada, se esforça e se entrega ao trabalho legislativo municipal, condições para que ele exerça essas funções com absoluta independência e livre de coação da polícia, de DOPS e de chefes políticos que querem manter sua hegemonia nos municípios à custa da força bruta.

Vamos votar favoravelmente ao pedido do ilustre Líder Geraldo Guedes, na certeza de que S. Exa. apenas deseja um pouco mais de tempo para examinar as emendas apresentadas ao projeto e ver então quais delas virão beneficiar mais a função do legislativo municipal, dar-lhe mais sentido de liberdade.

Quero felicitar os nobres Deputados Nazir Miguel e Accioly Filho, e digo mesmo que, no momento em que estivermos votando aqui esta lei, estaremos dando um passo à frente no sentido da democracia brasileira dando mais consistência ao regime democrático brasileiro, porque é do fortalecimento do Poder Legislativo municipal que nascerá maior resistência e maior poder para nossa própria função dentro desta Casa.

Se negarmos apoio, se negarmos consistência à atuação dos vereadores em seus municípios não teremos condições de requerer para nós, de defender para nós essas prerrogativas.

Estas, Sr. Presidente, as palavras que queria dizer, procurando interpretar o sentido do requerimento do eminente líder da Maioria, nesta Casa, Deputado Geraldo Guedes. (Muito bem.)

O SR. GERALD GUEDES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, desejo, em breves palavras, tranquilizar o espírito inquieto do nobre Deputado João Hercúlio. Na verdade, a Maioria fez requerimento visando a suspensão, por 5 sessões da votação do projeto que estabelece a inviolabilidade do mandato dos vereadores. O verdadeiro motivo deste requerimento foi permitir que maior número de colegas — infelizmente ausentes, dado o adiantado da hora — pudessem vir à tribuna para apresentar o seu ponto de vista, discutir o problema que se oferece, dentro das mais variadas sugestões, ao melhor debate político, parlamentar e democrático. Esta, na verdade, Senhor Presidente, a verdadeira razão que inspirou a solicitação enviada a V. Exa. E, mais uma vez, desejo dizer ao nobre Deputado João Hercúlio que nesta Casa, creio que nenhum Deputado, seja do MDB, seja da ARENA, pode diferenciar-se no devotamento, no reconhecimento do excelente papel que, em prol da democracia, desenvolve o vereador brasileiro. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Vou submeter a votos o seguinte:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente, Requeiro adiamento da votação do projeto nº 977-A, de 1968, por 5 dias. Sala das Sessões, 7 de março de 1968. — *Geraldo Guedes.*

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Em consequência, a proposição sai da Ordem do Dia.

Discussão única do Projeto número 975-A, de 1968, que isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados

equipamentos destinados à importação pela Companhia Estadual de Telefones da Guanabara — CETEL; tendo pareceres: favoráveis, das Comissões de Economia e de Finanças. Do Poder Executivo. Relatores: Srs. Erasmo Martins Pedro, Rubem Medina e Ario Theodoro. Prazo: início 26.1.68; término 16-3-68.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Raul Brunini.

O SR. RAUL BRUNINI:

(Encaminhamento da votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, este projeto, que isenta dos impostos de importação de equipamentos destinados à Companhia Estadual de Telefones da Guanabara, CETEL, deve merecer o apoio desta Casa. Podemos dar o testemunho da obra extraordinária em que se constitui essa Companhia, criada pelo Governo Carlos Lacerda, na Guanabara, nas zonas não atendidas pela Companhia Telefônica Brasileira, isto é, a subúrbana e a rural. A CETEL serve a uma população que pode ser calculada, por volta de 80% da população da Guanabara. Foi uma rede que veio atender às necessidades daquelas populações que estavam marginalizadas de atendimento pela Companhia Light Brasileira, isto é, a antiga Companhia que dirigia a Companhia Telefônica Brasileira. Hoje, os mais longínquos subúrbios da Guanabara, — Jacarepaguá, Bento Ribeiro, Governador e Barra da Tijuca, todos eles estão filiados à Companhia Telefônica Brasileira, isto é, integrados na Rede Nacional de Comunicações, e tem já, inclusive, o serviço interurbano. Esse material, Sr. Presidente, segundo estou informado e segundo consta do plano de expansão da CETEL, vem ao encontro da demanda de milhares de novos acionistas que precisam, com urgência, da instalação desse aparelho que, como todos sabem, hoje é de utilidade imprescindível no lar, no comércio, nas indústrias etc.

Falo como homem da Oposição ao Governo da Guanabara. É uma obra que vem atender aos interesses da população do meu Estado. Creio, portanto, que, a exemplo de projetos idênticos, a Câmara dos Deputados não negará o seu apoio a esta medida que virá beneficiar os assinantes da CETEL do Estado da Guanabara. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Vai-se passar à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte

REQUERIMENTO

Sr. Presidente:

Requeiro adiamento, por 24 horas, da votação do Projeto nº 975-A, de 1968.

S.S., em 7-3-68. — *Geraldo Guedes.*

O SR. PRESIDENTE:

Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).
Aprovado.

Em consequência, o projeto sai da Ordem do Dia.

Discussão única do Projeto número 987-A, de 1968, que dispõe sobre pericia para caracterização e classificação de insalubridade e periculosidade, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e da emenda de plenário. Do Poder Executivo. Relator: Sr. Montenegro Duarte. Prazo: início: 30 de janeiro de 1968; término: 21 de março de 1968.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos declaro encerrada a discussão. Vai-se passar à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos, a seguinte

EMENDA

Redija-se, assim, o § 5º:

§ 5º Para fins de instrução de processo judicial, a caracterização e classificação de insalubridade serão feitas exclusivamente por médico perito, preferentemente especializado em saúde pública ou higiene industrial, designado pela autoridade judiciária, observadas as normas fixadas no presente artigo.

O SR. PRESIDENTE:

Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão (pausa).
Aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

Vou submeter a votos o seguinte

PROJETO Nº 987-A, DE 1968

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao artigo 209 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei número 5.452, de 1 de maio de 1943, com as alterações decorrentes do Decreto-lei número 229, feitas exclusivamente por médico-perito próprio designado pela autoridade judiciária, observadas as normas fixadas no presente artigo.

Art. 2º O artigo 6º da Lei número 2.573 de 15 de agosto de 1953, passa a ter a seguinte redação, compondo o art. 7º as expressões constantes do art. 6º alterado.

"Art. 6º Para instrução de processo judicial, a verificação e a caracterização de periculosidade observadas as normas legais vigentes serão feitas exclusivamente por engenheiros-peritos próprios designados pela autoridade judiciária".

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão (pausa).
Aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

Vem à mesa e vai à publicação, a Redação Final do Projeto nº 987-B, de 1968.

Discussão única do Projeto nº 1.001-A, de 1968, que reclassifica, no símbolo 5-C, os cargos em Comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais Federais da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura; tendo parecer favorável da Comissão de Serviço Público. Pendente de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. Do Poder Executivo. Relator: Sr. Adhemar de Barros Filho. Prazo: início 1 de fevereiro de 1968; término: 2 de março de 1968.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto nº 1.001 — do Poder Executivo — que reclassifica, no símbolo 5-C, os cargos em Comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura.

O Poder Executivo, através da Mensagem que tomou o nº 48-68, submeteu

à consideração da Câmara dos Deputados o presente projeto de lei que reclassifica, no símbolo 5-C, os cargos em Comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais do Ministério da Educação e Cultura.

A proposição governamental, em outros termos, visa a regularizar a situação de 12 diretores de escolas industriais, que não figuraram no enquadramento de servidores a que se procedeu com fundamento na Lei número 48.821, de 8.9.1960 e na Lei nº 488, de 15.12.1948.

Alás, o Departamento Administrativo do Pessoal Civil, através do parecer proferido no Proc. nº 202.251, de 1965, manifestou-se no sentido de que a anomalia existente em relação a esses diretores de escolas industriais somente poderia ser sanada através de nova lei.

Isto posto, opinamos no sentido da constitucionalidade do Projeto de lei em exame.

Sala da Comissão, em 7 de março de 1968. — *Lauro Leitão, Relator.*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Senhor José Maria Magalhães, para proferir parecer em substituição à Comissão de Finanças, na qualidade de Relator designado pela Mesa. (Pausa.)
Não está presente.

O SR. PRESIDENTE:

Proferido parecer, vai-se passar à discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão. Vai-se passar à votação.

VII — O SR. PRESIDENTE:

Dado o adiantado da hora, vai-se passar ao período destinado à Explicação Pessoal.

Tem a palavra o nobre Deputado Cardoso de Almeida.

PARECER**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião de sua Turma B, realizada em 3.7.68, opinou, unanimemente, pela constitucionalidade do Projeto nº 1.001-68, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Celestino Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, Lauro Leitão, Relator, Pedrosa Horta, Ulysses Guimarães, Rubem Roguelira, Dnair Menedes, Mariano Beck, José Sale, Yukishigue Tamura, Arruda Câmara, Geraldo Freire, Nelson Carneiro e Raymundo Diniz.

Sala da Comissão, em 7 de março de 1968. — *Celestino Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência.*
— *Lauro Leitão, Relator.*

O SR. CARDOSO DE ALMEIDA:

(Explicação Pessoal. Lê.) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, assumi posição bem clara, combatendo vigorosamente desta tribuna a alteração do local onde seria construída a barragem do Rio Pardo. Essa mudança iria promover a inundação de vastíssima área de terra fértil, superior a 40.000 hectares, cuja produção agrícola ultrapassa a cifra de 20 bilhões de cruzeiros antigos.

Em boa hora o governo atendeu a reivindicação da população daquela região.

Os Prefeitos dos municípios de Guaira, Colina, Jaborandi, Terra Roxa, Viçosa, Morro Agudo, Miguelópolis, Ituverava, Aramina, Igarapava, Guaratuba, Ipuã, Guaraci, Icem, Paulo de Faria, Olímpia, Orlandia Sales de Oliveira, Jardópolis, Pontal e Ribeirão Preto, os Deputados Estaduais Hélio Nunes da Silva e Alpheu Gasparini, o

orador que fala neste momento e mais os Presidentes da Câmara Municipal de Guaira e do Sindicato Rural desse Município elaboraram um memorial, agradecendo o atendimento daquele pleito fundamental para a sobrevivência da Região, o qual foi entregue aos respectivos destinatários, o Ilustre Presidente Costa e Silva e o Dinâmico Ministro Costa Cavalcanti, das Minas e Energia.

Esse documento comprova a sensibilidade desses ilustres cidadãos, cujo espírito público foi demonstrado com essa decisão salvando do caos toda aquela região fertilíssima, que é um celeiro inesgotável para o abastecimento de São Paulo e do País.

A esses grandes patriotas o reconhecimento de todo o povo da região, traduzido no memorial, um documento que poderão guardar envaldeados, pois comprova o grande serviço que tiveram oportunidade de prestar aos patriotas que trabalham naquela zona pelo progresso do Brasil. (Muito bem.)

O SR. MARCIAL DO LAGO:

(Comunicação — Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Varginha, florescente cidade de meu Estado, perdeu na manhã de hoje um de seus mais ilustres homens.

José de Rezende Paiva despediu-se dos homens, cercado pela admiração e respeito de todos que o conheceram através de seus atos nos diversos setores de sua atividade.

Muito cedo sentiu-se atraído pela vida pública. Desde o final do primeiro Governo Vargas, ocupou lugar na Câmara Municipal de Varginha, onde se registra sua colaboração sempre presente em todos os problemas, reclamando a prudência construtiva, a energia na hora necessária ou a mentes difíceis. Atualmente honrava a Casa do Legislativo Municipal de Varginha na sua presidência.

Varginha guarda a feliz lembrança de quatro anos de sua administração frente à Prefeitura Municipal, onde solucionou problemas, seja de infraestrutura, seja puramente administrativo, levando, ainda, para o município recursos ao seu desenvolvimento.

José de Rezende Paiva servia pelo prazer de servir. Ameno no trato, humano antes de tudo, o amor ao próximo era traço marcante de sua personalidade. Desveladamente sempre se interessou pelas instituições de caridade. Quando Prefeito Municipal doou sua remuneração a essas instituições.

Homem de empresa, homem público, encontrava, ainda, tempo para prestigiar o esporte em sua cidade.

Comungo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o pesar do povo de Varginha, e especialmente com os sentimentos da estimada família Rezende Paiva. Mas não posso esquecer que o luto é atesta e importa na negação de Deus. Na visão puramente materialista do mundo, a morte é perda irreparável. Entretanto, na visão cristã, representa a libertação do ser. A ressurreição de Cristo é esta certeza, quando, após sua morte, retornou a vida em nosso Pai para regressar à luz de Seu Reino. E ainda "porque sabemos que, se a casa terrestre desta nossa morada for desfeita, temos de Deus um edifício, uma casa não feita por mão humanas, que será eterna nos céus, segundo nos lembra São Paulo, na segunda epístola aos Coríntios, Capítulo V, Versículo 1. (Muito bem.)

O SR. ISRAEL NOVAES:

(Explicação Pessoal — Lê) — Senhor Presidente, órgãos oficiais afirmam a necessidade de a economia nacional se encaminhar, com urgência, para o regime de exportação.

Vejam, então, ligeiramente o que ocorre com um dos produtos de nossa pauta de exportação, o mentol. Recentemente, verificou-se no mercado mundial a necessidade desse

produto, com a ausência da China Nacionalista da categoria dos exportadores. A iniciativa privada, no caso os agricultores brasileiros, voltou as vistas ao assunto e o Brasil chegou a exportar, já na safra de 1966, mais de 80% da produção mundial, para alcançar na safra atual 95%.

O preço do mentol, em 1967, atingiu a média ponderada entre Cr\$ 12,00 e Cr\$ 13,00 por quilo de óleo. Acontece que os preços e as disponibilidades do mercado no mundo, dito livre, estão sob controle de uma firma, sediada em Nova Iorque e esta resolveu que o produtor brasileiro deve continuar na miséria. Determinou a baixa do preço do óleo, e, neste momento, o lavrador só alcança Cr\$ 8,00 por quilo. Perguntamos: qual a ação da administração, do poder público, que hoje tudo pode?

Simplesmente abandonou o lavrador à sanha do traste que o explora impiedosamente, quando bastaria colocar o produto na lista daqueles que têm a garantia do preço mínimo e financiá-lo. Isto, antes da safra que se iniciou no mês de novembro.

Não o fez. Ausentou-se do problema, não sabemos por quê. O resultado é que, ao lado do prejuízo do lavrador, a economia nacional já perdeu e perderá mais de 20 milhões de dólares com a manipulação artificial das cotações internacionais e com a baixa no registro do preço de vendas para exportação. Isto na ocasião em que, virtualmente, somos únicos produtores de certos produtos, e podemos exigir preços justos, justos apenas e não mais, para o nosso produto. Sabemos nós e devem estar cientes de tudo que dissemos os órgãos responsáveis. Por que não agem?

A mente é uma cultura que exaure a terra. Dentro de poucos anos ficaríamos paupérrimos e totalmente apenas com as terras esgotadas, pois os benefícios e o ouro terão sido apropriados por estrangeiros com a conivência gratuita de alguns brasileiros.

Essa denúncia poderá ser confirmada por todos os Srs. Deputados do Estado do Paraná e de São Paulo, sobretudo os provindos das regiões agrícolas.

Não sei o que pensam as autoridades de outro aspecto do assunto, mas a mim importa vivamente o prisma social.

Esboçamos que a produção de 2.800 toneladas de mentol — safra provável atual — ocupa somente na lavoura, o mínimo de 60.000 trabalhadores, assim ameaçados de desemprego e penúria. (Muito bem.)

O SR. ADHEMAR GHISI:

(Explicação Pessoal — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, desejamos, neste final de sessão, fazer um apelo aos nossos nobres pares, no sentido de, com a sua ajuda e imprescindível colaboração, virem emprestar a sua solidariedade à rápida tramitação de projeto de minha autoria, apresentando à consideração desta Casa, na sessão do dia 5 do corrente.

Pelo citado projeto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, preconizamos empréstimos do Banco do Brasil sob a forma de financiamentos, às Prefeituras de todo o País para a aquisição de máquinas e implementos rodoviários, mediante garantia do Fundo de Participação dos Municípios.

Estabelecemos, pelo referido projeto, uma série de condições que, resguardando os interesses do Banco do Brasil, de igual forma atendam às necessidades mais prementes das comunidades brasileiras.

O sonho maior, o anelo mais profundo daqueles que se elegem, principalmente nas nossas câmaras brasileiras, é o de dotar o seu aparelho de infra-estrutura rodoviária de máquinas e conservar as já existentes.

No meu Estado é assim, Sr. Presidente. E as solicitações que recebemos

sempre dos nossos Prefeitos não foram dirigidas a nós outros com outro objetivo senão aquele de, pagando religiosamente o compromisso assumido, poderem dotar a sua municipalidade, e conseqüentemente o seu território, de meios modernos de execução de obras rodoviárias.

Estimulado, pois, por esses desejos mais puros, mais elevados e mais patrióticos dos Srs. Prefeitos do meu Estado, estudel, confesso, Sr. Presidente, com profundidade a matéria, que se corporificou em projeto que tive a honra, como disse, de apresentar na sessão do dia 5 do corrente, para o qual solicito a generosa atenção dos meus pares, e para o qual também solicito o apoio imprescindível a que se torne diploma legal o mais rapidamente, a fim de que esta Câmara, por este meio, possa instrumentar as diversas entidades brasileiras com este meio que seja capaz de tornar mais amena a vida dos municípios brasileiros, como mais digna de ser vivida a vida dos próprios Municípios.

O projeto é o seguinte:

Incumbê ao Banco do Brasil S.A. do financiamento às Prefeituras, para aquisição de máquinas e implementos rodoviários, mediante a garantia do Fundo de Participação dos Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Banco do Brasil S.A. financiará os Municípios para a aquisição de máquinas e implementos rodoviários, destinados à conservação e ampliação das estradas de sua competência, nos prazos e condições estabelecidos nesta lei.

Art. 2º Os programas de expansão do sistema rodoviário municipal e de conservação das estradas existentes, bem como os planos para aquisição das máquinas e implementos destinados à execução desses serviços serão encaminhados pelo Prefeito à Agência do Banco do Brasil S.A., a cuja jurisdição pertencer o município.

Art. 3º O Banco do Brasil S.A., com base nos planos apresentados, organizará a proposta do financiamento necessário à aquisição da maquinaria e implementos indicados.

Parágrafo único. A proposta a que se refere este artigo, deverá ser preparada tendo em vista a liquidação do financiamento, no prazo mínimo de 3 anos, em prestações iguais, sucessivas, e considerando o limite de 12% (doze por cento) ao ano para a taxa de juros e despesas.

Art. 4º Os contratos do financiamento criado por esta lei, terão, entre outras, cláusulas contendo nome e endereço das empresas vendedoras das máquinas e implementos, modalidade de pagamento e respectivas épocas, os quais ficarão a cargo do Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único. Os pagamentos, que tiverem de ser efetuados após o recebimento do material, ficarão na dependência de comunicação do Prefeito Municipal, que atestar o recebimento do mesmo em condições de funcionamento.

Art. 5º O Executivo Municipal dará ao Banco do Brasil S.A., como garantia do mútuo, poderes irrevogáveis e irretiráveis para reter, da quota que lhe for devida do Fundo de Participação dos Municípios, a quantia necessária para amortização do principal e juros, até a liquidação total do débito; observado o disposto no parágrafo único do artigo 3º.

Art. 6º O Banco do Brasil S.A., poderá exigir como garantia subsidiária, a reserva de domínio das máquinas e implementos por ele

financiados, quando o valor anual da amortização e juros ultrapassar a 80% (sessenta por cento) da quota percebida pelo Município no exercício anterior.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sr. Presidente, rapidamente, passo a mencionar a justificativa que acompanha o projeto de lei em tela, e que diz:

A expansão da produção agropecuária deve ser acompanhada, igualmente, da conservação das estradas existentes e da construção de novas rodovias, de tal forma que fique assegurado o escoamento dos produtos colhidos.

Os Municípios estão sujeitos a grandes dificuldades para o desempenho dessa tarefa. O serviço realizado com instrumentos primitivos, manuais, torna-se caríssimo e de rendimento precário. E, pois, indispensável que a execução dessas obras se faça mediante a utilização de máquinas modernas, dotadas dos respectivos implementos, em número e capacidade compatível com as necessidades de cada comuna.

Os Municípios sentem, no entanto, enorme dificuldade para aquisição dessas máquinas, em decorrência da falta de numerário disponível, pois o trabalho manual absorve quantias elevadas, que poderão ser utilizadas na amortização do débito.

Acresce, ainda, que são notórias as dificuldades de crédito de parte dos Executivos Municipais. Também as firmas vendedoras cobram preços exorbitantes quando a transação é feita com pagamentos a prazo.

A atual direção do Banco do Brasil S.A., a frente o seu operoso Presidente, Dr. Nestor Jost, vem demonstrando profunda compreensão para com os problemas relacionados ao desenvolvimento rural.

A publicação, de responsabilidade do Banco, que trata das diretrizes para uma política que atenda essa finalidade, representa um magnífico trabalho e, ao mesmo tempo, traduz o empenho do nosso principal estabelecimento de crédito em propiciar medidas efetivas para a expansão dos investimentos agropecuários.

Dentro desse espírito que orienta a atual direção do Banco do Brasil S.A. enquadra-se o projeto que tenho a satisfação de apresentar, pois remove os impedimentos para a solução de problema de tanta magnitude.

Desde que o Banco tem o encargo de contabilizar o crédito de cada município, decorrente do recolhimento do Fundo de Participação, que é assegurado pela Constituição Federal e regulamentado pelo Código Tributário Nacional, a amortização do débito contraído pelas Prefeituras, em decorrência desse Projeto, é plenamente garantida desde que possa ser feita mediante simples operação contábil.

Fica assim atendido plenamente o interesse dos Municípios, das firmas vendedoras dos materiais e do órgão financiador, no caso, o Banco do Brasil S.A. (Muito bem)

O SR. MILVERNES LIMA

(Explicação Pessoal — Lê) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, apesar das dificuldades de arrecadação dos impostos estaduais em decorrência do novo sistema implantado, que revolucionou todo o Código Tributário Nacional, o atual governo do Estado de Pernambuco está no propósito de executar no seu período ad-

ministrativo um vasto plano de eletrificação rural.

Os governos anteriores cuidaram, principalmente, de fazer chegar a energia às cidades e distritos mais prósperos, onde a densidade demográfica ensejaria maior consumo.

Agora, parte o governador Nilo Coelho para ampliar o sistema energético da zona rural do meu Estado.

O desenvolvimento que essa providência poderá trazer às atividades agropecuárias é imprevisível, pois o uso da energia elétrica irá propiciar, principalmente, a proliferação dos sistemas de irrigação, utilizando máquinas de mais fácil manejo, a par da difusão de pequenas e médias indústrias rurais de beneficiamento da produção agrícola e pecuária.

Um dos maiores entraves no progresso do meio rural é a difícil comercialização da produção. Uma das fórmulas adotadas para facilitar o problema da estocagem consiste no beneficiamento industrial do produto colhido, reduzindo os riscos de deterioração e ensacando, igualmente, maior facilidade no transporte, em face, também, da mais lenta evasão desses produtos para atingir os centros de consumo, quer internos, quer externos.

Ter-se-á de considerar, ainda, que o beneficiamento contribui para melhorar as condições de apresentação do produto, propiciando, como é lógico, expansão do mercado interno e externo, facilitando, também, conquista de novos mercados.

Mas, para que haja sucesso nesse programa, deve-se cuidar, paralelamente, do estabelecimento de uma tarifa especial para a energia utilizada com essa finalidade.

O atraso das atividades agropecuárias, em confronto com o desenvolvimento industrial, exige uma providência imediata do Poder Público, de tal forma que se guarde uma diferença mais sensível entre o preço do KW utilizado para uma e outra finalidade.

Baseado nessas considerações, pretendo propor a esta Casa um projeto de lei que assegure um tratamento diferente do atual, que propiciará variação tarifária em função da importância que a utilização energética possa ter na zona rural.

Do contrário, o esforço do governo do meu Estado, assessorado por uma equipe de técnicos da melhor qualidade, poderá resultar inútil.

As empresas produtoras de energia, assim como as distribuidoras, estão certo que haverão de trazer valioso contingente para o aperfeiçoamento desse diploma. Em suma, nenhum prejuízo haverá, pois o enriquecimento da zona rural contribuirá para aumentar a demanda de forma substancial, criando nova era de paz e prosperidade para os que exploram a agricultura e a pecuária.

Confio, plenamente, no acerto da decisão do governador de Pernambuco, pois conhecendo de perto esses problemas, sei que os resultados serão imediatos.

Resta, apenas, criar condições para que haja demanda de energia na zona rural, pois esta, uma vez utilizada, contribuirá para conduzir o País ao seu legítimo destino. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Esgotada a hora, vou levantar a sessão.

DEIXAM DE COMPARTILHAR OS SENHORES:

Lacôrte Vitale
Mário Mala

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA (SE)
Jorge Lavocat — ARENA
Wanderley Dantas — ARENA

Amazonas

Abraão Sabbá — ARENA
Joel Ferreira — MDB
Leopoldo Peres — ARENA

Pará

Armando Carneiro — ARENA
Hélio Gueiros — MDB
Juvêncio Dias — ARENA
Montenegro Duarte — ARENA

Maranhão

Alexandre Costa — ARENA
Eurico Ribeiro — ARENA
Ivar Saldanha — ARENA
Renato Archer — MDB
Vieira da Silva — ARENA

Ceará

Alvaro Lins — MDB
Delmir Oltzira — ARENA
Leão Sampaio — ARENA
Manuel Rodrigues — ARENA
Wilson Roriz — ARENA

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves — ARENA
Djalma Marinho — ARENA
Bivar Olinto — MDB
Renato Ribeiro — ARENA
Wilson Braga — ARENA

Paraíba

Bivar Olinto — MDB
Renato Ribeiro — ARENA
Wilson Braga — ARENA

Pernambuco

Adelmar Carvalho — MDB
Antônio Neves — MDB
Carlos Alberto Oliveira — ARENA
Dias Lins — ARENA (ME)
Heraclio Rêgo — ARENA
João Lira Filho — MDB
José Meira — ARENA (SE)
Mouri Fernandes — ARENA
Ney Maranhão — ARENA
Oswaldo Lima Filho — MDB

Piauí

Aloysio Nonô — ARENA

Bahia

Edvaldo Flores — ARENA
Gastão Pedreira — MDB
Manuel Novas — ARENA
Neci Novas — ARENA
Raimundo Brito — ARENA
Régis Pacheco — MDB

Rio de Janeiro

Amaral Peixoto — MDB
Ario Theodoro — MDB (SE)
Rogério de Souza — ARENA

Guanabara

Márcio Moreira Alves — MDB
Rafael Magalhães — ARENA

Minas Gerais

Aquiles Diniz — MDB
Aureliano Chaves — ARENA
Celso Passos — MDB
Gilberto Faria — ARENA
Gustavo Capanema — ARENA
Helo Garcia — ARENA
Hugo Aguiar — ARENA
Luiz de Paula — ARENA
Ozanam Coelho — ARENA
Tancredio Neves — MDB
Último de Carvalho — ARENA

São Paulo

Alceu de Carvalho — MDB
Athé Couri — MDB
Bezerra de Melo — ARENA
Dorival de Abreu — MDB
Gastone Righi — MDB
Ivete Vargas — MDB
José Resegue — ARENA
Ortiz Monteiro — ARENA
Pedro Marão — MDB
Santilli Sobrinho — MDB

Goiás

Benedito Ferreira — ARENA
Emival Calado — ARENA

Mato Grosso

Pelciano Figueiredo — MDB
Saldanha Derzi — ARENA
Weimar Torres — ARENA

Paraná

Antônio Ueno — ARENA
Braga Ramos — ARENA

Henlo Romagnoli — ARENA
José Carlos Leprevost — ARENA
Moacyr Silvestre — ARENA
Zacarias Seleme

Santa Catarina

Genésio Lins — ARENA
Romano Massignan — ARENA

Rio Grande do Sul

Brilo Velho — ARENA
Clóvis Pestana — ARENA
Daniel Paraco — ARENA
Jairo Brun — MDB
Nadir Rossetti — MDB
Norberto Schmidt — ARENA
Paulo Brossard — MDB
Victor Issler — MDB

Rondônia

Nunes Leal — ARENA
Levanto a sessão designando para amanhã seguinte

O SR. PRESIDENTE:

ORDEM DO DIA

EM PRIORIDADE

Votação

1

Votação em discussão única do Projeto número 967-A, de 1968, que concede estímulos fiscais às indústrias de celulose, pasta mecânica e papel em geral e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e da Comissão de Finanças, favorável com emenda. Do Poder Executivo. Relatores: Senhores Tabosa de Almeida e Doin Vieira. (Prazo: início — 23 de janeiro de 1968; término — 14 de março de 1968. (Votação nominal).

2

Votação em discussão única do Projeto número 972-A de 1968, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e das emendas de plenário de números 1, 2, (com subemenda), 4, 11, 12, 14 e 21; pela inconstitucionalidade das de números 5, 6, 7, 16 e 17; injuridicidade das de números 8 e 13; prejudicialidade das de números 9 e 18 e contrário às demais; da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e às emendas de plenário de números 1 — 2 — 4 — 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 12 — 13 — 14 — 15 — 18 e 22; pela prejudicialidade da de números 5 e contrário às demais. Do Poder Executivo. Relatores: Senhores Djalma Marinho e Italo Pitipaldi. Prazo: início 26-1-68; término: 18 de março de 1968.

3

Votação em discussão única do Projeto nº 972-A, de 1968, que altera o § 1º do art. 32 da Lei nº 3.807 de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e da emenda de plenário número 1, pela prejudicialidade da emenda de plenário número 2, e pela inconstitucionalidade das de números 3 e 4; favorável ao projeto e a emenda de Plenário número 1 e, contrário às demais da Comissão de Finanças. De Legislação Social favorável a Emenda número 1 de Plenário e contrário às demais. Do Poder Executivo. Relatores: Senhores Djalma Marinho, An-

tônio Magalhães e Júlia Steinbruck. Prazo: início — 26 de janeiro de 1968; término — 18 de março de 1968.

4

Votação em discussão única do Projeto número 975-A, de 1968, que isena dos impostos de importação e sobre produtos industrializados equipamentos destinados à importação pela Companhia Estadual de Telefones da Guanabara — CETEL; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade; favoráveis das Comissões de Economia e de Finanças. Do Poder Executivo. Relatores: Senhores Erasmo Martins Pedro, Rubem Medina e Ario Theodoro. Prazo: início: 26 de janeiro de 1968; término: 18 de março de 1968. (Votação nominal).

5

Votação em discussão única do Projeto número 1.001-A, de 1968, que reclassifica, no símbolo 5-C, os cargos em Comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais Federais da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e, favorável, da Comissão de Serviço Público. Do Poder Executivo. Relator: Senhor Adhemar de Barros Filho. Prazo: início: 1º de fevereiro de 1968; término: 2 de março de 1968. (Votação Secreta).

Discussão

6

Discussão única do Projeto número 3.401-A, de 1966, que autoriza o Ministério da Aeronáutica a doar à Prefeitura de três Lagoas, no Estado de Mato Grosso, lote de terreno situado no bairro da "Aviação"; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; favoráveis, das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças. Relatores: Senhores Dnair Mendes, Bernardo Cabral e Antônio Magalhães.

7

Segunda discussão do Projeto número 3.651-B, de 1966, que regula a apresentação e o uso dos documentos de identificação pessoal. (Da Comissão de Constituição e Justiça).

8

Discussão, em segundo turno, do Projeto número 4.462-A, de 1962 que altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.

9

Primeira discussão do Projeto de Resolução número 37-A, de 1967, que dispõe sobre a Reforma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e dá outras providências, tendo parecer da Mesa pelo adiamento da apreciação das emendas de plenário para a sua inclusão na Ordem do Dia, em primeira discussão.

10

Primeira discussão do Projeto número 286-A, de 1967, que declara feriados nacionais os dias que menciona e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, pela sua aprovação. Do Senhor Cunha Bueno. Relator: Senhor Raimundo Diniz.

11

Primeira discussão do Projeto número 2.978-A, de 1965, que autoriza os sócios da Caixa de Pécúlo dos Militares — Benelcente a consignarem seus descontos em folha de pagamento em favor daquela entidade de beneficência; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e juridicidade; favorável, da Comissão de Segurança Nacional e, contrário, da Comissão de Finanças. Relatores: Padre Arruda Câmara, Antônio Anibelli e Gaysoso e Almendra.

12

Primeira discussão do Projeto número 439-A, de 1967, que institui Comissão Geral de Revisão dos Códigos e de Consolidação de Leis e dá outras providências, tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito pela aprovação. Do Senhor Henrique Henkin. Relator: Senhor Pedroso Horta.

13

Primeira discussão do Projeto número 498-A, de 1967, que acrescenta parágrafo único do artigo 896, do Código de Processo Civil; tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e aprovação. Do Senhor Leon Peres. Relator: Senhor Pedroso Horta.

14

Discussão prévia do Projeto número 359-A, de 1967, que concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para importação de automóvel de propriedade de Hans Martins Schmitzler, recebido através de concurso patrocinado pela Associação de Negociantes de Chevrolet Central Valley de Reedley, California; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade. Relator: Senhor José Saly.

15

Discussão prévia do Projeto número 695-A, de 1963, que estabelece a aquisição exclusiva na Petrobrás, pelos órgãos da Administração Federal, de combustíveis líquidos, e dá outras providências, com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

16

Discussão prévia do Projeto número 693-A, de 1967, que dispõe sobre a elaboração de projeto para construção de usina termelétrica no Porto de Tubarão, Vitória, Estado do Espírito Santo; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

AVISOS

Para Recebimento de Emendas

Na Comissão Especial

PROJETO Nº 3.771, DE 1967

Institui o Código Civil (Do Senhor Nelson Carneiro). (89º dia)

Em Plenário

1

PROJETO Nº 1.080, DE 1968

Modifica o artigo 30 da Lei número 5.227, de 18 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução e dá outras providências. (Modificada pelo

Decreto-Lei número 64, de 13 de fevereiro de 1967. (Mensagem número 109, do Poder Executivo). As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças). (2º dia).

2

PROJETO Nº 1.081, DE 1968

Dispõe sobre a aplicação nos Estados e Municípios das normas relativas às licitações previstas no Decreto-Lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. (Mensagem número 108-63, do Poder Executivo). (As Comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e de Finanças). (2º dia).

3

PROJETO Nº 1.082, DE 1968

Reajusta a pensão especial concedida a Nicolau Janro, ex-extranumerário-diarista do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. (Mensagem número 107-68 — Do Poder Executivo). (As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças). (2º dia).

CALENDÁRIO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

1

Projeto de Lei número 7, de 1968 (CN), que "Dispõe sobre a utilização facultativa dos Serviços dos Despachantes, nas Operações de Comércio Exterior e Interior e acrescenta parágrafo único ao artigo 3º do Decreto-lei número 333, de 12 de outubro de 1957". Presidente: Senador José Ermirio; Relator: Deputado Leon Peres; e Relator do Vencido: Senador Clodomir Milet.

CALENDÁRIO

Dia 12-3 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:30 horas.

2

Projeto de Lei número 8, de 1968 (CN), que "Emenda dispositivo da Lei número 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação de Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários". Presidente: Senador Catete Pinheiro, Relator: Senador João Abrahão.

CALENDÁRIO

Dia 13-3 — Discussão do projeto em Sessão Conjunta, às 21:30 horas.

3

Projeto de Lei número 9, de 1968 (CN), que "Institui, em caráter temporário, a licença extraordinária, e dá outras providências". — Presidente: Senador Mário Martins; Relator: Deputado José Lindoso.

CALENDÁRIO

Dia 13-3 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 15-3 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 16-3 — Publicação do parecer; Dia 20-3 — Discussão do Projeto, em Sessão Conjunta, às 21:30 horas; e Dia 3-4 — Término do prazo de tramitação do Projeto.

IX — Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos

MESA

Presidente — José Bonifácio
 1º Vice-Presidente — Accioly Filho
 2º Vice-Presidente — Matheus Schmidt
 1º Secretário — Henrique de La Rocque
 2º Secretário — Milton Reis
 3º Secretário — Aroldo Carvalho
 4º Secretário — Ary Alcântara
 1º Suplente — Lacôrte Vitalo
 2º Suplente — Mário Maia
 3º Suplente — Parente Frota
 4º Suplente — Dado Coimbra

LIDERANÇAS

LÍDER DA MAIORIA

Ernani Satiro

LÍDER DA MINORIA

Mário Covas

ARENA

Líder
 Ernani Satiro
 Vice-Líderes
 Geraldo Freire
 Ruy Santos
 Ulisses de Carvalho
 Oswaldo Zanillo
 Tabosa de Almeida

Geraldo Guedes
 Nogueira de Rezende
 Américo de Souza
 Daniel Faraco
 Flávio Marcellio
 Leon Pires
 Luiz Garcia
 Rafael Magalhães

MDB

Líder
 Mário Covas
 Vice-Líderes
 Paulo Macarini
 João Hercúlio
 Afonso Celso
 Humberto Lucena
 Ewaldo Pinto
 Mário Piva
 Chagas Rodrigues
 Oswaldo Lima Filho
 Matheus Schmidt

Jairo Brum
 Nelson Carneiro
 João Menezes
 Bernardo Cabral
 Gonzaga da Gama
 Pigueiredo Correia
 Cid Carvalho
 Adolfo de Oliveira
 José Carlos Teixeira
 Dias Menezes
 Wilson Martins
 Ulysses Guimarães
 Alceu de Carvalho

COMISSÕES PERMANENTES, DE INQUÉRITO ESPECIAIS, MISTAS E EXTERNAS

DIRETOR:

Local: Anexo II — Telefones: 2-5851 e 5-8233 — Ramais: 601 e 619

Comissões Permanentes

CHEFE: GENY XAVIER MARQUES

Local: Anexo II — Ramal: 602

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Presidente: Renato Cendonio — MDB

TITULARES

TURMA "A"

Vice-Presidente: Dias Menezes — MDB

Antonio Ueno
 Braz Nogueira
 Cardoso de Almeida
 Fernando Magalhães
 João Paulino
 Luiz de Paula
 Nunes Freire
 Vasco Amaro

TURMA "B"

Vice-Presidente: Paulo Biar — MDB

ARENA
 Arnaldo Garcel
 Cid Rocha
 Edgard Martins Pereira
 Edvaldo Flores
 Ferraz Egreja
 Heracleto Rego
 Pereira Lucio

MDB

Jose Mandell
 Paulo Campos

Aquiles Dintz
 José Gadelha
 Nadyr Rossetta

SUPLENTE

ARENA

Arnaldo Mastrocola
 Arnaldo Cerdura
 Aureliano Chaves
 Batista Miranda
 Benedito Ferreira
 Broca Filho
 Flávio Marcellio
 Luzi Braga

Manuel Rodrigues
 Marcellio Lima
 Mauricio Andrade
 Milton Brancão
 Paulo Abreu
 Rosendo de Sousa
 Sinval Boaventura
 Sousa Santos

MDB

Anacleto Campanella
 Breno da Silveira
 Emerenciano de Barros
 Ewaldo Pinto

Lurtz Sabia
 Paulo Macarini
 Sadi Bogado

REUNIÕES

Quintas-feiras às 10 horas.

Local: Anexo II — Sala nº 12.

Secretaria: Maria José Leobons — Ramal: 621

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Djaima Marinho — ARENA

TITULARES

ARENA

Vice-Presidente: Lauro Leitão — MDB

TURMA "A"

TURMA "B"

Vice-Presidente: Ulysses Guimarães

Accioly Filho
 Arruda Camara
 Francellino Pereira
 Geraldo Freire
 José Saly
 Luiz Athayde
 Aurino V.
 Eurico Ribeiro
 Geraldo Guedes

Celestino Filho
 Chagas Rodrigues
 Erasmo P.
 Petronio Figueiredo
 Wilson Martins

ARENA

José Meira
 Lenor Vargas
 Montenegro Duarte
 Murilo Barro
 Raimundo Dintz
 Vicente Augusto
 Raimundo Brito
 Rubem Nogueira
 Tabosa de Almeida
 Yukishige Tamura

MDB

Cleto Marques
 Henrique Henkin
 Mata-Machado
 Pedrosa Horta

SUPLENTE

ARENA

Adhemar Ghisi
 Amara de Sousa
 Antônio Feneiano
 Dayi Almeida
 Dnar Mendes
 Ernani Satiro
 Flaviano Ribeiro
 Flávio Marcellio
 Grimaldi Ribeiro
 Joaquim Ramos
 Jose-Carlos Guerra

Jose Linco
 Manoel Taveira
 Nicolau Tuma
 Nogueira de Rezende
 Norberto Schmidt
 Otui Regis
 Pedro Vidigal
 Pires Sabola
 Vivaldo do Rego
 Walter Passos

MDB

Aldo Fagundes
 Caruso da Rocha
 Cid Carvalho
 Franco Montfort
 Mariano Beck

Nelson Carneiro
 Ney Ferreira
 Paulo Brossard
 Paulo Campos
 Paulo Macarini

REUNIÕES

Turma A — Quartas-feiras, às 10 horas.

Turma B — Quintas-feiras, às 10 horas.

Reuniões Plenárias: Quartas-feiras às 15 horas, e 30 minutos.

Local: Anexo II — Sala 18.

Secretário: Paulo Rocha — Ramal: 626.

COMISSÃO DE ECONOMIA

Presidente: Unirio Machado — MDB

TITULARES

TURMA "A"

Vice-Presidente: Paulo Maciel — ARENA

TURMA "B"

MDB

ARENA

Aluizio Alva
 Américo de Souza
 Hamilton Magalhães
 Genésio Lins
 Jorge Lavocat
 José Marinho Filho
 Mauricio de Andrade
 Segismundo Andrade
 Sussumu Hirata
 Vago

Auchão Sabbá
 Adolfo Oliveira
 Alberto Hoffmann
 Cardoso Alves
 Cunha Bueno
 Dias Macedo
 Israel Pinheiro Filho
 José-Carlos Guerra
 Luiz Viana Neto
 Moacir Silvestre

MDB

Cid Carvalho
 Jose Rocha
 Mário Piva
 Vago

Padre Vieira
 Rubem Medina
 Santilli-Subrinho
 Tancredo Neves

SUPLENTE

ARENA

Aluizio Bezerra
 Antonio Ueno
 Batista Miranda
 Bento Gonçalves
 Braz Nogueira
 Cardoso de Almeida
 Elias Carmo
 Ferraz Egreja
 Flores Soares
 Hermes Macedo
 Humberto Bezerra
 João Paulino
 Jonas Carlos
 José-Carlos Leprevost
 Josias Gomes
 Martins Junior
 Mendes de Moraes
 Osmar Dutra
 Raymundo de Andrade
 Raymundo Padilha

MDB

Dias Menezes

Doin Vieira

Ewaldo Pinto

João Hercúlio

José-Maria Magalhães

Maurício Goulart

Paulo Macarini

Pedro Faria

Romano Massignan

Rinaldo Sant'Anna

Rogato Celidônio

REUNIÕES

Turma A — Quartas-feiras às 10 horas.

Turma B — Quintas-feiras às 10 horas.

Local: Anexo II — Sala 4.

Secretário — Ramais: 632 — 633 —

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Braga Ramos — ARENA

Vice-Presidente: Cardoso de Menezes — ARENA

Vice-Presidente: Padre Nobre — MDB

ARENA**TITULARES****SUPLENTE**

Albino Zeni
Aniz Badra
Arnaldo Nogueira
Aureliano Chaves
Brito Velho
Daso Coimbra
Dayl Almeida

Lauro Cruz
Oceano Carleial
Plínio Saigado
Teodorico Bezerra
Wanderley Dantas

Altair Lima

Feliciano Figueiredo
João Borges
Marcio Moreira Alves
Maria Lucia
Reynaldo Sant'Anna

Aderbal Jurema
Bezerra de Melo
Carlos Alberto
Josias Gomes
Manoel de Almeida
Manuel Rodrigues
Medeiros Neto
Monsenhor Vieira
Mouri Fernandes
Nasser Almeida
Necy Novaes
Ossian Araripa
Paulo Ferraz
Paulo Freire

MDB

Baldacci Filho
Ewaldo Pinto
Maia Machado
Nadir Rossetti
Nisia Carone
Padre Godinho
Paulo Macarini

REUNIOES

Quartas-feiras às 10 horas e 30 minutos.

Local: Anexo II — Sala 10.

Secretária: Marta Clélia Odebrecht — Ramal 639.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente: Pereira Lopes — ARENA

TITULARES**TURMA "A"****TURMA "B"**

Vice-Presidente: Cid Sampaio — ARENA.

Vice-Presidente: Fernando Gama — MDB.

ARENA

Alves de Macedo
Flôres Soares
Leon Peres
Marcos Kertzman
Osmar Dutra
Raimundo Bogéa
Sousa Santos
Weimar Pôrres
Wilmar Guimarães

Augusto Franco
Geraldo Mesquita
Italo Pittipaldi
Leopoldo Peres
Manso Cabral
Manoel Rodrigues
Martins Junior
Norberto Schmidt
Oscar Cardoso
Rockefeller Lima

MDB

Anacleto Campanella
Antônio Neves
Ario Theodoro
Athís Coury
José-Maria Magalhães

Antônio Magalhães
Doin Vieira
Joel Ferreira
Matheus Schmidt

SUPLENTE**MDB**

Adhemar Ghisi
Armando Carneiro
Braz Nogueira
Ezequias Costa
Furtado Leite
Hugo Aguiar
Joaquim Ramos
Jorge Lavocat
José Esteves
José Resegue
Luz de Paula
Lyrio Bertoli
Milton Brandão
Moacir Silvestre
Paulo Maciel
Plínio Saigado
Ruy Santos
Souto Maior
Ultimo de Carvalho
Vasco Filho
Vago

Adalberto Camargo
Adhemar de Barros Filho
Altair Lima
Ewaldo Pinto
Glênio Martins
José-Maria Ribeiro
Paulo Macarini
Rubem Medina
Tancredo Neves
Victor Issler

REUNIOES

Turma A — Quartas-feiras às 10 horas.

Turma B — Quintas-feiras às 10 horas.

Local: Anexo II — Sala 17

Secretário: Antônio Dias Ribeiro — Ramal 643.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE CONTAS

Presidente: Gabriel Hermes — ARENA

TITULARES**TURMA "A"****TURMA "B"**

Vice-Presidente: Theódulo de Albuquerque — ARENA.

Vice-Presidente: João Menezes — MDB.

ARENA

Arlindo Kunzier
Candido Sampaio
Carlos Alberto
Heitor Cavalcanti
Humberto Bezerra
José Esteves
Josias Leite

Atlas Cantanhede
Luna Freire
Minoru Miyamoto
Nasser Almeida
Parente Prota
Paulo Freire
Wilson Braga

MDB

Lurtz Sablá
Pedro Marão
Sadi Bogado

SUPLENTE**MDB**

Aluizio Bezerra
Arruda Câmara
Bento Gonçalves
Cardoso de Menezes
Ezequias Costa
Geraldo Freire
Hamilton Prado
Janari Nunes
Lauro Leitão
Mendes de Moraes
Montenegro Duarte
Raimundo de Andrade
Souto Maior
Yukishigue Tamura
Vago

Evaldo Pinto

Fernando Gama

Gastone Righi

Gonzaga da Gama

José Gadelha

Mário Gurgel

Paulo Macarini

REUNIOES

Quartas-feiras às 16 horas.

Local: Anexo II — Sala 16.

Secretária: Stelis Prata da Silva Lopes — Ramal 647.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Francisco Amaral — MDB

Vice-Presidente: Hermes Macedo — ARENA

Vice-Presidente: João Alves — ARENA

ARENA**TITULARES****SUPLENTE**

Edli Ferraz
Gilberto Faria
Harry Normaton
Israel Novaes
Lacorte Vitale
Magalhães Melo
Monsenhor Vieira
Nonato Marques

Armando Mastrocola
Braga Ramos
Cardoso de Menezes
Daso Coimbra
Elias Carmo
Geraldo Mesquita
Justino Pereira
Luna Freire

TITULARES**SUPLENTE**

Raimundo Parente
Regis Barroso
Rezende Monteiro
Temístocles Teixeira

Ney Maranhão
Sussumu Hirata
Tourinho Dantas
Wanderley Dantas
Wimar Guimarães
Wilson Braga

MDB

Adylio Viana
Alceu de Carvalho
Floriano Paixão
Gastone Righi
Julia Steincruich
Ligia-Doutel de Andrade

Chagas Fretas
David Lerer
Edgard de Almeida
Ewaldo Pinto
Franco Montoro
Paulo Macarini
Sadi Bogado

REUNIOES

Reuniões: Quartas e Quintas-feiras às 11 horas.

Local: Anexo II — Sala 7.

Secretário: José Luiz Eduardo Sampaio — Ramal 654.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Edison Melo Favorsa — ARENA

TITULARES**TURMA "A"****TURMA "B"**

Vice-Presidente: Raimundo de Andrade — ARENA.

Vice-Presidente: Celso Passos — MDB.

ARENA

Alípio Carvalho
Batista Miranda
Benedicto Ferreira
Ivai Salcanta
Racine Mamede
Odílio Domingues
Walter Passos

Cicero Dantas
Emílio Murad
João Calmon
Jrjiz Monteiro
Nogueira de Rezende
Ultimo de Carvalho
Vingt Rosado

MDB
David Lerer
Hélio Gueiros
Freitas Diniz

SUPLENTE

Dirceu Cardoso
Emerenciano de Barros
Thales Ramalho

ARENA

Alexandre Costa
Aureliano Chaves
Euclydes Triches
Florianô Rubin
Garcia Neto
Hênio Romagnoli
Israel Novais
Israel Pinheiro Filho
Jaques Machado
Janary Nunes
Luis de Paula
Mário Abreu
Nasser Almeida
Oceano Carleial
Osmar Dutra
Oswaldo Zanello

REUNIÕES

Turma A — Quartas-feiras, às 10 horas e 30 minutos.
Turma B — Quintas-feiras, às 10 horas e 30 minutos.
Local: Anexo II — Sala 5.
Secretária: Maria Aparecida Silveira dos Santos — Ramais 680 e 658.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente: Guilhermino de Oliveira — ARENA

TURMA "A"

Vice-Presidente: Souto Maior — ARENA

TITULARES**ARENA**

Alexandre Costa
Bento Gonçalves
Clóvis Pestana
Garcia Neto
Joaquim Parente
Machado Rollemberg
Manoel Novaes
Oswaldo Zanello
Virgílio Távora
Vital do Rêgo

SUPLENTE**ARENA**

Abraão Sabba
Alberto Costa
Alberto Hoffmann
Albino Zeni
Aurino Vagos
Batista Miranda
Bezerra de Melo
Emílio Gomes
Florianô Rubin
Oceano Carleial
Oscar Cardoso
Paulo Biai

MDB

Edgard Perera
José Maria Ribeiro
Oswaldo Lima Filho
Renato Azeredo
Victor Issler
Waldir Shmes

MDB

Adolfo de Oliveira
Celestino Filho
João Menezes
Matheus Schmidt
Paulo Macarini
Vago

TURMA "B"

Vice-Presidente: Janduy Carneiro — MDB

TITULARES**ARENA**

Aécio Cunha
Armando Corrêa
Dnar Mendes
Emival Calado
Euclydes Triches
Furtado Leite
Joaquim Ramos
Jesse Freire
Lyrio Bertolli
Milveines Lima
Saldanha Derzi
Wilson Falcão

ARENA

Arnaldo Prieto
Cid Sampaio
Ezequias Costa
Flaviano Ribeiro
Israel Pinheiro Filho
José Resegue
Lenoir Vargas
Mendes de Moraes
Milton Brandão
Minoro Miyamoto
Pires Sabóia
Teodorico Bezerra

MDB

Alvaro Lins
Amaral Furian
Amaral Peixoto
Jairo Brum
Eraldo Lemos

MDB

Alceu de Carvalho
Chagas Rodrigues
José Colagrossi
Padre Vieira
Zaire Nunes
Vago

TURMA "C"

Vice-Presidente: Janary Nunes — ARENA

TITULARES**ARENA**

Aderbal Jurema
Antônio Feliciano
Armando Carneiro
Carneiro de Loyola
Elas Carmo
Maia Neto
Manoel de Almeida
Mário Tamborindeguy
Ossian Araripe
Raphael Magalhães
Ruy Santos

SUPLENTE**ARENA**

Antônio Ueno
Ary Valadão
Ernesto Valente
Heitor Cavalcanti
Jorge Lavocat
Lauro Leitão
Manso Cabral
Osni Régis
Ramundo Diniz
Tabosa de Almeida
Vinot Rosado
Yukishigus Tamura

MDB

Antônio Bresolin
Figueiredo Corrêa
Gastão Pedreira
José Freire
Régis Pacheco

MDB

Dirceu Cardoso
Ficrízeno Paixão
Joel Ferreira
Maurício Goulart
Ruy Lino

REUNIÕES

Turma "A" — Quintas-feiras, às 11 horas.
Turma "B" — Quartas-feiras, às 10 horas.
Turma "C" — Quintas-feiras, às 10 horas.
Reuniões Plenárias: Quartas-feiras às 11 horas.
Local: Anexo II — Sala 2.
Secretário: Omerindo Ruy Caporali — Ramal 564.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Medeiros Neto — ARENA

Vice-Presidente: Figueiredo Corrêa — MDB

TITULARES**ARENA**

Mouril Fernandes
Vago

SUPLENTE

Brito Velho
Dnar Mendes
Elas Carmo

MDB

Zaire Nunes

Ewaldo Pinto
Paulo Macarini

REUNIÕES

Quintas-feiras às 16 horas.
Local: Anexo I — Sala 15.
Secretário: Newton Chualri — Ramal 672.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Raymundo Padilha — ARENA

TITULARES**TURMA "A"**

Vice-Presidente: Gilberto Azeredo — ARENA

TURMA "B"

Vice-Presidente: Chaves Amarante — MDB

ARENA

Flavio Marcilio
Jorge Cury
José Resegue
Lopo Coelho
Manoel Faveira
Osni Régis
Pinheiro Chagas
Pires Sabóia
Vago

Adhemar Ghis
Daniel Faraco
Fou Rosa
Flaviano Ribeiro
Grimaldi Ribeiro
José Carlos Leprevost
Lisboa Machado
Montero de Castro
Pedro Gondim
Teotônio Neto

MDB

Adolpho Oliveira
Hermano Alves
Ivette Vargas
Padre Godinho
Renato Archer

Adelmar Carvalho
Mariano Beck
Pedro Faria
Samão da Cunha

SUPLENTE**ARENA**

Brito Velho
Cardoso de Almeida
Cunha Bueno
Geraldo Guede
Hélio Garcia
Hermes Macedo
Israel Novaes
Jesse Freire
João Calmon
Josaphat Azeredo
Lauro Cruz
Leão Sampaio
Leopoldo Peres
Mário Tamborindeguy
Maurício Andrade
Murilo Badaró
Nunes Lea
Saldanha Derzi
Sousa Santos
Virgílio Távora
Vago

MDB

Bernardo Cabral

Ewaldo Pinto

Henrique Henkin

Léo Neves

Levy Tavares

Márcio Moreira Alves

Maurício Poulart

Padre Nobre

Pedro Marão

Santilli Sobrinho

REUNIÕES

Turma "A" — Quartas-feiras às 10 horas.
Turma "B" — Quintas-feiras às 10 horas.
Local: Anexo II — Sala 1.
Secretário: José Mário Bimbato — Ramal 570.

COMISSÃO DE SAÚDE

Presidente: Brien da Silveira — MDB

Vice-Presidente: Mário Maia — MDB

Vice-Presidente: Cláudio Costa — ARENA

TITULARES

ARENA

Armando Mastrocchia
Ary Valadao
Austregiano de Mendonça
Delmiro Oliveira
Fausto Gayoso
Jaeder Albergaria
Joachim Cordelro
Justino Pereira
Juvêncio Dias
Leão Sampaio
Marcelino Lima
Miguel Couto
Nazir Miguel

SUPLENTE

Armando Corrêa
Brito Velho
Dasso Coimbra
Edil Ferraz
Ivar Saidanha
João Alves
Jose Resegue
Jusias Leite
Lacorte Vitale
Lauro Cruz
Marcos Kertzmann
Minoru Miyamoto
Oceano Carneal
Vago

MDB

Aldo Fagundes
Anapolino de Faria
Baldaco Filho
Edgardo de Almeida
Regis Pacheco

Athiê Couri
Chaves Amarante
Eraldo Lemos
Ewaldo Pinto
Jandubhy Carneiro
José Maria Magalhães
Ligia Douteil de Andrade

REUNIÕES

Quartas-feiras às 10 horas.

Local: Anexo II — Sala 10.

Secretária: Neusa Machado Raymundo — Ramal 682.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Broca Filho — ARENA

Vice-Presidente: Floriano Rubin — ARENA

Vice-Presidente: Caruso da Rocha — MDB

TITULARES

ARENA

Agostinho Rodrigues
Almeida Barbosa
Amaral de Souza
Clóvis Stenzel
Edmundo Monteiro
Hamilton Prado
Hanequim Dantas
Helio Garcia
Hênio Romagnoli
Jose Peneco
Luz Cavalcante
Tourinho Dantas

SUPLENTE

Alípio Carvalho
Alves Macedo
Arnaldo Prieto
Bento Gonçalves
Carvalho Sobrinho
Eulides Triches
Flaviano Ribeiro
Gilberto Azevedo
Haroldo Veloso
Lyrio Bertoli
Osmar Cunha
Paulo Blar
Souza Santos
Vingt Rosado

MDB

Amaury Kruei
Antonio Amibelli
Bernardo Cabral
Helio Navarro
Joh Hercunino
Ney Ferreira

Dorival de Abreu
Hermano Alves
Ivette Vargas
Julia Steinbruch
Paulo Macarini
Pedroso Floria
Raul Brunini

REUNIÕES

Quartas-feiras às 9 horas e 30 minutos.

Local: Anexo II — Sala 14.

Secretário: Georges do Rego Cavalcanti Silva — Ramal 688.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Mendes de Moraes — ARENA

Vice-Presidente: Jamil Amidon — MDB

Vice-Presidente: Milton Brandão — ARENA

TITULARES

ARENA

Bezerra de Mello
Ezequias Costa
Hugo Aguiar
Jonas Carlos
José Lindoso
Mário Abreu
Ney Novais
Oséas Cardoso
Paulo Farias
Vieira da Silva
Vago

SUPLENTE

Armando Corrêa
Arnaldo Garcez
Braga Ramos
Dasso Coimbra
Eurico Ribeiro
Ferraz Egreja
Fey Rosa
Flôres Soares
José Marão Filho
José Peneco
Lopo Coelho
Oscar Cardoso
Ramundo Parente
Tourinho Dantas

MDB

Adhemar Filho
Chagas Freitas
Edésio Nunes
Maurício Goulart
Nisia Carr
Vago

Adylo Vianna
Amaral Peixoto
Djalma Faício
Erasmio Pedro
Ewaldo Pinto
Francisco Amaral
Paulo Macarini

REUNIÕES

Quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Anexo II — Sala 6.

Secretária: Maria da Glória Perez Torelly — Ramais 693 e 694.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Celso Amaral — ARENA

Vice-Presidente: Vasco Filho — ARENA

Vice-Presidente: Levy Tavares — MDB

TITULARES

ARENA

Alberto Costa
Arnaldo Prieto
Emílio Gomes
Gilberto de Almeida
Haroldo Veloso
Jales Machado
Luis Braga
Nicolau Tuma
Nunes Leal
Romano Massignan
Rozendo de Sousa
Sinyal Boaventura

Alexandre Costa
Alípio Carvalho
Clóves Pestana
Odulfo Domingues
Heitor Dias
Helio Garcia
Mala Neto
Parente Frota
Rachid Mamede
Raymundo de Andrade
Regis Barroso
Rezende Monteiro
Veiga Brito
Wanderley Dantas

MDB

Adalberto Camargo
Dorival de Abreu
João Lira Filho
Jose Colagrossi
Mário Gurgel
Raul Brunini

Anapolino de Faria
Freitas Diniz
Jairo Brum
Jose Mandelli
Paulo Macarini
Waldyr Simões
Wilson Martins

REUNIÕES

Quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Anexo II — Sala 13.

Secretária: Annita Cruz Lopes de Siqueira — Ramal 696.

COMISSÕES DE INQUÉRITO

CHEFE: YOLANDA MENDES

Secretaria: Anexo II — Ramais: 609 e 610 — Direto: 2-3300

Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar as Implicações decorrentes da incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias

RESOLUÇÃO Nº 12-67

PRAZO: Até 7 de outubro de 1967

José Carlos Teixeira — Presidente
Cid Sampaio — Vice-Presidente
Hamilton Prado — Relator
Geraldo Mesquita — Relator Substituto
Israel Pinheiro Filho
Arlindo Kunsier
Renato Celidônio
Adhemar Filho

M D B
ARENA
ARENA
ARENA
ARENA
ARENA
M D B
M D B

SUPLENTE

Floriano Rubin
Aquiles Diniz

ARENA
M D B

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o funcionamento e a ação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA).

RESOLUÇÃO Nº 13-67

PRAZO: Até 7 de dezembro de 1967

Rui Lino — Presidente
Rozendo de Souza — Vice-Presidente
Braz Nogueira — Relator
Abraão Sabbá — Relator-Substituto
José Mandelli

M D B
ARENA
ARENA
ARENA
M D B

SUPLENTE

Minoru Miyamoto
Sadi Bogado

ARENA
M D B